

FREDERICO VIANA MACHADO

**MUITO ALÉM DO ARCO-ÍRIS. A CONSTITUIÇÃO DE
IDENTIDADES COLETIVAS ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E O
ESTADO**

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
2007

MACHADO, Frederico Viana

MUITO ALÉM DO ARCO-ÍRIS. A CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO / Frederico Viana

Machado. - Belo Horizonte:

308p.

C287p

Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

1. Psicologia Política. 2. Movimentos Sociais. 3. Movimento GLBT. 4.
Parada GLBT

I. Universidade Federal de Minas Gerais - FAFICH. II. Título

MUITO ALEM DO ARCO-ÍRIS. A CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social.

Linha de Pesquisa: Política, Participação e Processos de Identificação.

Orientador: Professor Doutor Marco Aurélio Máximo Prado

Belo Horizonte - MG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
2007

*Dedico este trabalho a meu amigo e orientador
Marco Aurélio Máximo Prado,
porque quaisquer palavras seriam muito pouco
para expressar meu respeito e gratidão.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho marca o fim de um estágio de formação e uma fase de vida atravessada por muitas pessoas. Acredito que se eu tenho um mérito central na conclusão deste trabalho, foi o de organizar forças e idéias de um conjunto amplo e diverso de pessoas que estão, direta ou indiretamente, presentes nestas páginas. Tentarei expressar minha gratidão a estas pessoas, mesmo sabendo que me esquecerei de alguns nomes, não por menos consideração, mas por pressa e cansaço.

Agradeço...

Em primeiríssimo lugar, a todas/os as/os militantes do movimento GLBT de Belo Horizonte, por terem aberto a porta de suas vidas para se tornarem o centro do meu trabalho. Agradeço especialmente a Soraya Menezes, Sueli Martins Servilha, Carlos Magno, Danilo Ramos, Itamar Santos (in memorian), Edson Nunes, Walkíria La Roche e Porcina D'alessandro. Levarei pela vida seus exemplos de coragem. Espero não decepcionar a confiança que depositaram em mim e que esta pesquisa possa contribuir para novas vitórias desta luta tão digna.

Ao professor e militante Luiz Morando, que disponibilizou parte de seu rico banco de dados aos propósitos deste estudo e, ao também professor e militante, Luis Mott, pelos diálogos virtuais.

UFMG, por me abrigar desde 1994 contribuindo para meu desenvolvimento. Às funcionárias e funcionários, em especial Beth e Alessandro, pela eficiência, paciência e atenção.

CAPES, pela bolsa que permitiu o conforto necessário para a produção desta pesquisa.

NPP – Núcleo de Psicologia Política, por me fazer acreditar que é possível fazer ciência sem esquecer das utopias.

Mestres e amigas/os Claudia Mayorga, Vanessa Barros, Cornelis Johannes von Stralen e Maria Luiza Nogueira. Obrigado por tudo!

Toda equipe do NPP (é nós!), em especial Cristiano Rodrigues, que me presenteou com sua inteligência e amizade desde a seleção para o mestrado até suas considerações finais, Otacilio Oliveira Jr., Frederico Costa e André Diniz, que contribuíram diretamente para o desenvolvimento deste trabalho, e aos colegas Sara Deolinda e Marco Antônio Torres.

Colegas de academia, em especial Alessandro Soares, pelos diálogos teóricos, pela amizade e por me acolher em SP, Soraia Ansara, pela ajuda emergencial, Nadir Lara Jr., pelos diálogos durante a escrita deste projeto, Bruno Leal e Paulo Queiroz.

Todas e todos que contribuíram para minha formação acadêmica, em especial a Orestes Diniz, Louis Ricci, Sandra Azeredo (principalmente por aquela frase), Ricardo Fenati, Newton Bignotto, Leonardo Avritzer. Este trabalho deve muito aos diálogos, dentro e fora da qualificação, que mantive com os professores Salvador Sandoval, Marlise Matos e Maritza Montero.

Colegas da PUC, em especial Márcia Mansur, José Newton Garcia, Cássia Beatriz Batista, Luciana Kind, Márcia Stengel, Betânia Diniz Gonçalves, Jardel Sandler e Isabela Saraiva.

Colegas da SMADC/CMDH, em especial a Andréa Carmona, Lúcia Nascimento, Alexia Passos e Newton Pereira.

Alunas/os que me fazem manter sempre próxima a poderosa ferramenta da dúvida.

Todas/os as/os amigas/os que juntas/os produzimos saberes muito além da razão, em especial Daniel Albinati, pela química criativa de todos estes anos, e Carlos Arão, por acreditar em meu/nosso trabalho. Pelos momentos e emoções compartilhadas, agradeço Sergio Scliar,

Shairon Lacerda, Rafael Oliveira, Kelson Leite, Aniston (Nest), Jamileh Horz, Túlio Borges, Luciano Tristão, Kênia de Barros, Flávia Melo, Juan Rojo, Johann Heyss, Digitaria, ABX, CUB...

Amigas/os queridas/os, em especial Daniel Henrique, Anderson Almeida, Letícia Senna (obrigado pelo asilo e correção ortográfica!), Regina Lapate (obrigado pelas traduções!), Márcia Caúla, Ismael Santana, Saulo Policarpo, Cybelle Mendes, Marina Lacerda, Fernanda|Fábio|Martin, Sueli e Luciana Meneguini, Lílian e Leonardo Meneguini, Breno Maron, Raquel Macedo, Sueli Burgarelli, Maria Júlia, Newton de Assis, Eduardo Mignolo, Deborah Dias, Nudja Fusco, Júlio Matias, Elaine Macedo, Vanessa, Juliana Marques, Diná, Samuca, Thefa, Mauro, Bleigão, Cone.

Manuela Magalhães, por todo o sentimento que trouxe para minha vida e pela enorme colaboração para a concretização deste trabalho.

Meus familiares pela paciência para com meus excessos e exceções. Meu pai, pelo excesso de sensibilidade e rigor. Minha mãe pelo excesso de amor e movimento. Minhas irmãs, Amanda, pela força; Verônica, pela doçura e carinho; Rossine, pela amizade a toda prova.

Minhas filhas Diana e Isis, pelo encanto, por compreenderem minhas distâncias e, principalmente, por me ensinarem que o silêncio é sempre a última e, por vezes, a única resposta.

MUITO ALEM DO ARCO-ÍRIS: A CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO

A presente dissertação é um estudo acerca da constituição de identidades coletivas em torno da Parada do Orgulho GLBT de Belô (Belo Horizonte – MG), com vistas a identificar os processos transformativos que implicam na formação de alternativas políticas contra-hegemônicas, que objetivam a equivalência dos direitos e efetivação dos princípios de cidadania para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros. Discutimos a especificidade destas experiências na cidade de Belo Horizonte, tentando apreendê-las prioritariamente no movimento que vai da sociedade civil para os espaços político-institucionais, sem perder de vista o movimento contrário. Fizemos uma análise da história da militância GLBT em Belo Horizonte, observando a passagem para sentimentos de injustiça e conscientização dos direitos sociais e a formação de fronteiras políticas no contexto de uma emergente comunidade GLBT, bem como as práticas coletivas destas interações. Paralelamente, buscamos reconhecer as contingências e as estratégias de enfrentamento que se estruturam neste cenário político e, buscando compreender a diversidade de atores que estes movimentos dialogam, bem como as contradições e conflitos que daí deriva, privilegiamos abordagens psicossociais, que apreendem o fenômeno dos movimentos sociais para além do hiato entre agente (consciência e ação) e estrutura (sistema). Para tal, triangulamos metodologias qualitativas variadas, tais como entrevistas (individuais e coletivas), observação participante (cédulas e diários de campo) e análise documental, como estratégia de reconstrução de discursos e práticas que foram, e ainda são, constantemente invisibilizadas pela lógica hegemônica. Nossos resultados apontam para a importância do fortalecimento das ONGs e movimentos sociais; implantação de políticas públicas; fortalecimento e especialização das redes sociais; correntes e cadeias de equivalências entre demandas transversais; Ressaltamos também, a importância de reconhecermos a heterogeneidade dos atores, tanto da Sociedade Civil, quanto do Estado,

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Política; Movimentos Sociais; Identidade Coletiva; Movimento GLBT; Parada GLBT;

SO FAR BEYOND THE RAINBOW: THE CONSTITUTION OF COLLECTIVES IDENTITIES BETWEEN STATE AND CIVIL SOCIETY

This dissertation aims to study the constitution of collective identities around the experience of the Parade of LGBT Pride organization.. This experience reveals some transformative processes which have implicated the formation of political alternatives especially when this formation implies the equivalence of rights and the citizenship for gays, lesbians, bisexual, transsexual and transgender. We discuss the specificity of this experience in the city of Belo Horizonte, trying to understand the LGBT movement that is action from the civil society to the political-institutional spaces, without losing its political contents. We make an analysis of the history of militancy LGBT in Belo Horizonte, observing the passage for injustice feelings to consciousness of the social rights and the formation of political boundaries in the context of an emerging GLBT community as a political actor, as well as the collective practices of this social actor. Parallel, we look for to recognize the contingencies and strategies which have been structured in this political scenery. This research points out the diversity in this social movement, as well as the contradictions and conflicts among those actors whom constitute the LGBT community. For such, we use different qualitative methodologies, such as interviews (individual and collective), participant observation and documental analysis, as strategy of reconstruction of speeches and practices that were, and they are still, constantly hidden on the hegemonic status. Our results points out the importance of the empowerment of LGBT social movements for the democratization of public sphere. We also consider the importance to analyses the heterogeneity of this political actor on the construction of collective action and the relevance of the State and Civil Society actions to understand the LGBT social movements in the contemporary society.

KEY WORDS: political psychology, social movement, collective identities, LGBT social movements, LGBT Parade

LISTA DE ABREVIÇÕES

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros
ACT UP – AIDS Coalition to Unleash Power
AGM – Associação Gay de Minas
AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALEM – Associação Lésbica do Estado de Minas
APA – American Psychological Association
APOGLBT/SP – Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo
ASMGLS – Associação Mineira de Gays, Lésbicas e Simpatizantes.
ASSEMGLS – Associação dos Empresários GLS de Minas Gerais
ASSTRAV – Associação das Transexuais, Travestis e Transgêneros do Estado de Minas
ASTRAEA – Lesbian Foundation For Justice
ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados
CAEHUSP – Centro Acadêmico de Estudos Sobre a Homossexualidade da Universidade de São Paulo
CELLOS-MG – Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais
CMDH – Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos
COLERJ – Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro
COMOVEEC - Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais
CONEDH – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais
CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas
CONSEP – Conselho de Segurança Pública
CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor
CRDS – Centro de Referência da Diversidade Sexual
CRGLBT – Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
CRGLBTTT – Centro de Referência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.
CRP – Conselho Regional de Psicologia
CRS – Clube Rainbow de Serviços
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DST's – Doenças Sexualmente Transmissíveis
EBHO – Encontro Brasileiro de Homossexuais
EBLHO – Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais
EGHO – Encontro de Grupos Homossexuais Organizados
ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Liberados
ENUDS – Encontro Nacional Universitário de Diversidade sexual
FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

G.R.E.S. – Grêmio Recreativo Escola de Samba
GALF – Grupo Lésbico Feminista
GAPA – Grupo de Apoio e Prevenção contra a AIDS
GAI – Grupo Arco-Íris
GGB – Grupo Gay da Bahia
GGBH – Grupo Gay de Belo Horizonte
GLB – Grupo de Lésbicas da Bahia
GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
GLBTTT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GLS – Grupo Lésbico Simpatizante
GRAB – Grupo Resistência Asa Branca
IBIP - Instituto Brasileiro de Integração Psíquica / Instituto Brasileiro de Pesquisa e Informações Parapsicológicas
IGLHRC - International Gay and Lesbian Human Rights Commission
ILGA – International Lesbian and Gay Association
LC – Libertos Comunicação
MGM – Movimento Gay de Minas
MHB – Movimento Homossexual Brasileiro
MHM – Movimento Homossexual de Minas
NPP – Núcleo de Psicologia Política (FAFICH/UFMG)
NUH – Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania GLBT
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG's – Organizações Não-Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PBH – Prefeitura de Belo Horizonte
PPS – Partido Popular Socialista
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PV – Partido Verde
RENTRAL – Rede Nacional de Travestis Liberais
SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas
SINDEESS – Sindicato dos Empregados dos Estabelecimentos de Saúde de Belo Horizonte
SMADC – Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------|------|
| RESUMO | vii |
| ABSTRACT | viii |
| LISTA DE ABREVIACÕES | ix |
| INTRODUÇÃO | 01 |

Primeira Parte

CAPÍTULO I

| | |
|--|-----------|
| Aspectos Teórico-Methodológicos | 12 |
| 1.1. Definição do problema e Objetivos da Pesquisa | 12 |
| 1.1.1. Objetivos Específicos | 13 |
| 1.1.2. O Conceito de Movimento GLBT | 14 |
| 1.2. Movimentos Sociais e Identidade Coletiva | 16 |
| 1.2.1. Perspectivas Teóricas e Movimentos Sociais | 18 |
| 1.2.2. Constituição da Identidade Coletiva | 19 |
| 1.3. Formas e Espaços de Politização | 21 |
| 1.4. Identidade como Estratégia: Relações entre Estado e Sociedade Civil | 24 |
| 1.5. Hegemonia e Contra-Hegemonia | 27 |
| 1.6. Movimentos GLBT e as Lógicas de Mercado | 30 |
| 1.7. Discussão Metodológica | 33 |
| 1.7.1. Metodologia | 34 |
| 1.7.2. Estratégias Metodológicas | 36 |
| 1.7.3. Relato das experiências de campo e informações produzidas | 38 |

CAPÍTULO II

| | |
|---|-----------|
| A Politização e o Enfrentamento Social de GLBT | 42 |
| 2.1. O Campo dos Movimentos Sociais como Objeto: Entre a Economia e a Cultura | 42 |
| 2.2. Os Três Momentos do Movimento GLBT | 45 |
| 2.2.1. Os Embriões do Movimento GLBT | 46 |
| 2.2.2. O Movimento Homófilo | 50 |
| 2.2.3. Liberação Gay ou Gay Liberation | 53 |
| 2.3. O Movimento “Guei” | 58 |
| 2.3.1. Políticas Homossexuais no Brasil | 60 |

Segunda Parte - Movimentos Homossexuais em Belo Horizonte **70**

CAPÍTULO III

| | |
|---|-----------|
| As Primeiras Manifestações Políticas de GLBT em Belo Horizonte | 72 |
| 3.1. A Década de 1970 | 72 |
| 3.1.1. Grupo Terceiro Ato | 72 |
| 3.1.2. Edson Nunes | 75 |
| 3.2. Os anos 1980 e a epidemia de HIV | 94 |
| 3.2.1. GAPA. Grupo de Apoio e Prevenção contra a AIDS | 94 |
| 3.2.2. As ONG's AIDS e os Projetos de Prevenção | 99 |

CAPÍTULO IV

| | |
|---|------------|
| Movimentos Homossexuais na Segunda Metade dos anos 90 | 101 |
| 4.1. ALEM – Associação Lésbica de Minas | 115 |
| 4.2. GURI – Conscientização e Emancipação Homossexual | 125 |
| 4.3. ASSTRAV – Associação de Travestis, Transgêneros e Transsexuais de Minas Gerais | 137 |

CAPÍTULO V

| | |
|--|----------------|
| A Diversificação do Movimento GLBT (A década de 2000) | 150 |
| 5.1. Clube Rainbow de Serviços | 150 |
| 5.2. MHM – Movimento Homossexual de Minas | 159 |
| 5.3. Libertos Comunicação (BEAGAY) | 162 |
| 5.4. G.R.E.S. UNIDOS DO ARCO ÍRIS | 165 |
| 5.5. CELLOS-MG – Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual | 169 |
| 5.6. Ativismo GLBT em Espaços Formalizados | 179 |
| 5.6.1. Parlamentares | 179 |
| 5.6.1.2. Cultura Política entre a Legalidade e a Justiça | 183 |
| 5.6.2. Coordenadoria de Direitos Humanos | 185 |
| 5.6.3. Centros de Referência | 186 |
| 5.6.4. Pesquisas Acadêmicas | 190 |
| Cronologia do Movimento GLBT em Belo Horizonte | 192 |

Terceira Parte

CAPÍTULO VI

| | |
|--|------------|
| As Paradas e a Politização das Demandas GLBT | 195 |
| 6.1. A Parada do Orgulho GLBT de Belo Horizonte (MG) | 200 |
| 6.1.1. Classe Social e a Produção de Antagonismos | 202 |
| 6.2. Identidades Coletivas e Estratégias Políticas. Produções de contra-hegemonias | 210 |
| 6.2.1. Relações entre Estado e Sociedade Civil | 216 |
| 6.2.2. A Parada GLBT entre a Legalidade e a Justiça | 220 |

| | |
|-----------------------------------|------------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 229 |
|-----------------------------------|------------|

| | |
|---|------------|
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 235 |
|---|------------|

| | |
|---------------------|------------|
| ANEXOS | 245 |
|---------------------|------------|

Your Love Alone Is Not Enough

Manic Street Preachers

Your love alone – is not enough not enough not enough
When times get tough they get tough they get tough they get tough

Trade all your heroes in for ghosts in for ghosts in for ghosts
They're always the one's who love you most love you most love you most

Your love alone – is not enough not enough not enough
It's what you felt it's what you said what you said what you said

You said the sky would fall on you fall on you fall on you
Through all the pain your eyes stayed Blue they stayed Blue Baby Blue

But your love alone won't save the world
You knew the secret of the universe
Despite it all you made it worse
It left you lonely it left you cursed

You stole the sun straight from my heart from my heart from heart
With no excuses just fell apart fell apart fell apart

No you won't make a mess of me mess of me mess of me
For you're as blind as a man can be man can be man can be

I could have seen for miles and miles
I could have made you feel alive
I could have placed us in exile
I could have written all your lines
I could have shown you how to cry

Your love alone
is not enough
Your love alone
is not enough

I could of shown you
I should not have to cry
Your love alone
is not enough
Your love alone



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Dissertação intitulada: MUITO ALEM DO ARCO-ÍRIS. A CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO, de autoria do Mestrando FREDERICO VIANA MACHADO, aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos (as) seguintes professores (as):

Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado – FAFICH/UFMG – Orientador

Prof. Dr. Sérgio Luis Carrara – IMS/UERJ

Profa. Dr. Marlise Miriam de Matos Almeida – DCP/UFMG

Prof. Dr. Cornelis Johannes van Stralen
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Psicologia
FAFICH/UFMG

Belo Horizonte, 24 de Agosto de 2007

Avenida Antônio Carlos, 6627, MG – 31270-901 – Brasil – tel.: (031) 3499-5042

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem crescido no Brasil o campo de estudos sobre temáticas Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (GLBT). Um campo amplo, heterogêneo e, por vezes contraditório, que tenta dar conta de fenômenos complexos e que trata de um segmento social que historicamente foi privado de exercer plenamente sua cidadania (Góis, 2003).

O caráter autoritário e violento da sociedade brasileira (Chauí, 2007) apresenta especificidades culturais que dificultam a identificação de certas desigualdades sociais, e que produzem valores perversos como o mito da democracia racial, e o mito de que vivemos em uma sociedade tolerante com as múltiplas formas de expressão da sexualidade¹. Pesquisas mostram que, ao contrário, o Brasil é um dos países com o maior índice de crimes de ódio contra homossexuais (Mott, 2000; 2002), o que tem levado movimentos sociais a exigirem do Estado e das instituições sociais urgência no enfrentamento e superação dessas questões que revelam diversas injustiças históricas sofridas por esse segmento.

Estes movimentos organizados tentam dar visibilidade a demandas sociais e políticas de segmentos populacionais que sintetizam sua diversidade em siglas como LGBT, GLBT, GLBTT, GLBTTT². Estas formas de politização da sexualidade surgem no Brasil no final da década de 1970, e começam a se proliferar no final da década de 1990, exatamente quando surge o fenômeno das Paradas do Orgulho Gay, ou Paradas GLBT.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender algumas dimensões destas experiências organizativas na cidade de Belo Horizonte, com ênfase nos processos de mobilização e politização que se desenvolveram próximos à organização da **Parada do Orgulho GLBT de Belô**³. Argumentamos que Belo Horizonte ocupa uma posição

¹ Green (2003) associa estes mitos, sinalizando uma forma específica de sociabilidade que é típica da cultura brasileira.

² A sigla GLBTTT é utilizada para designar Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Transexuais. Neste trabalho utilizaremos GLBT, por ser a sigla utilizada pelos grupos que estudamos durante o período da pesquisa. A proliferação e a história dessas siglas no Brasil são discutidas pormenorizadamente por Facchini (2005). Segundo a autora a primeira sigla a ser utilizada por esse movimento foi GLT, Gays, Lésbicas e Travestis, e foi cunhado para diferenciar de GLS, Gays, Lésbicas e Simpatizantes, que era um termo já associado a uma visão mercadológica da sexualidade. A ordem das letras também é motivo de divergências sendo comum encontrarmos LGBT, o que sinalizaria para uma discussão sobre a inferioridade das lésbicas dentro do movimento homossexual.

³ Este é o nome que atualmente os organizadores atribuem ao evento. Para simplificarmos nossa exposição, usaremos *Belô* com o mesmo sentido de Belo Horizonte - MG/BR.

periférica em relação às duas maiores cidades brasileiras (Marsiaj, 2003), e que este posicionamento engendrou formas próprias e diversas de militância GLBT.

Em muitos países os movimentos GLBT trazem como importante ação coletiva a ocupação do espaço público através de Paradas GLBT. A Parada GLBT de Belo Horizonte é organizada por um fórum de entidades que se reconhecem como representantes do MHB – Movimento Homossexual Brasileiro (Facchini, 2005). Neste contexto, pretendemos jogar luz sobre os processos de constituição de identidades coletivas dos grupos organizados de militância GLBT, que se envolveram de alguma forma e em algum momento com a produção da Parada do Orgulho GLBT de Belô. Assim, a presente pesquisa busca compreender como estes grupos negociam suas diferenças e semelhanças na produção dos antagonismos sociais e como, nesse contexto, a sexualidade é politizada.

Este trabalho tem suas origens em 2003, quando foi criado na Universidade Federal de Minas Gerais o NPP (Núcleo de Pesquisa em Psicologia Política da FAFICH-UFMG), que desenvolve pesquisas e proposições teóricas acerca da participação social e política de grupos, movimentos sociais, análise das relações entre sujeito-comunidade-sociedade e políticas públicas voltadas para a saúde pública, apreendendo estes fenômenos em suas dimensões políticas e psicológicas inseparadamente.

Freqüentando as primeiras reuniões do NPP fui convidado pelo professor Marco Aurélio Máximo Prado a desenvolver uma pesquisa de iniciação científica sobre os movimentos sociais GLBT da cidade. Nesse período, das poucas pesquisas desenvolvidas no entrelaçamento entre homossexualidade e política no Brasil e, mais especificamente, no campo de estudos de movimentos sociais, nenhuma delas havia sido realizada em Belo Horizonte (Gohn, 1997), tornando esse campo totalmente desprovido de pesquisas anteriores e suportado por parca bibliografia.

Foi feito um mapeamento do campo através de contatos pessoais e pesquisas via internet, através do qual se identificou a existência de grupos bem diferentes entre si, o que levou à opção de um estudo comparativo. A pesquisa de iniciação científica buscava analisar e comparar os processos psicossociais subjacentes à formação da identidade coletiva em dois grupos (ALEM – Associação Lésbica de Minas e CRS – Clube Rainbow de Serviços) de militância na cidade de Belo Horizonte⁴. Utilizamos

⁴ Como produto da pesquisa apresentamos os textos Movimento GLBTT e identidade coletiva: novas formas de pensar o fazer político (Machado & Prado, 2003) e Movimentos Homossexuais: A constituição

para isso ferramentas metodológicas qualitativas e interativas, tais como entrevistas, observação participante, e análise de material simbólico produzido pelos grupos (jornais, panfletos, sítios, atas de reuniões, estatutos internos etc.).

Esse trabalho contribuiu para o desenvolvimento de uma relação dinâmica entre o NPP e o “campo de pesquisa”, o que tem possibilitado cada vez mais o estreitamento das relações entre pesquisadores, militantes dos movimentos sociais GLBT, e outros atores políticos de Belo Horizonte. Desde então, foi se intensificando a participação em seminários, debates, grupos vivenciais e de discussão, reuniões e, finalmente, integrando o *Comando da Parada*.

Minha participação nessa comissão organizadora não se deu por acaso, ou pelo menos, se deu por um acaso metodológico. Os grupos pesquisados não possuíam uma comunicação estreita com as universidades, restrita a redes de apoio político com o movimento estudantil e palestras informativas para estudantes, o que é visto como parte das atividades de conscientização exercidas por esses grupos. Talvez por isso, a inserção em campo tenha sido lenta, com alguma resistência inicial por parte dos entrevistados a cooperar na pesquisa de iniciação científica. Na ALEM as visitas etnográficas e a participação junto às atividades regulares foram parciais, uma vez que a atuação lésbica apresentava forte resistência à presença de homens em grande parte das reuniões. O Clube Rainbow de Serviços passou por problemas internos que acarretavam constante desmobilização. Diante destas condições, fui levado a buscar novos espaços para realizar minha pesquisa de campo, e foi precisamente neste momento que o objeto central desta pesquisa foi delineado. Os dois grupos que pesquisávamos, entre outros, participavam do *Comando da Parada*, que é um fórum responsável pela realização, na cidade de Belo Horizonte, da conhecida ação coletiva que a mídia divulga como a Parada Gay. Este fórum funciona através de reuniões abertas tanto a militantes das Organizações não Governamentais (ONG's) como voluntários mais atuantes, sendo que os primeiros integram a direção do fórum. Através de um e-mail em uma lista de discussão, tive notícia de que seria realizada a primeira reunião com o objetivo de construção da Parada de 2004.

Nesse momento, apesar de já terem sido feitas algumas entrevistas e visitas etnográficas, concluiu-se que a pesquisa exigia o cruzamento de métodos que ajudassem a pesquisar os grupos em suas relações processuais para que não escapasse sua

da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros (Machado & Prado, 2005).

dimensão psicossociológica, isto indicava a necessidade de uma inserção cotidiana em campo.

Assim, comecei a freqüentar as reuniões de organização da Parada, que se revelaram um espaço extremamente fértil para a construção de dados, possibilitando a confecção do diário, das cédulas de campo (Zaluar, 1994) e a observação participante (Demo, 1982).

Nestas reuniões, acompanhei de perto a interação entre representantes dos dois grupos que pesquisávamos e outros grupos envolvidos na Parada. Levantou-se uma série de questões metodológicas, uma vez que meu espaço como pesquisador era escorregadio e sem um roteiro claro de papéis junto ao *Comando da Parada*. Passei a ser reconhecido como o “representante da UFMG” na comissão organizadora da Parada, uma vez que os significados, limitações e possibilidades do pesquisador e, conseqüentemente, do trabalho de pesquisa, são difíceis de serem apreendidos fora dos rituais e valores acadêmicos tradicionais.

Por isso penso que naquele momento os participantes destas reuniões compreendiam pouco as possibilidades e impossibilidades da relação entre pesquisador e pesquisado. Nosso diário de campo deixou transparecer ora uma submissão do campo ao agente de pesquisa, ora uma subestimação do potencial acadêmico de análise. Do mesmo modo, deixar de lado meus pré-conceitos e concepções sobre o campo era um exercício complexo em diversos aspectos. Como pesquisador, tinha muito pouco conhecimento sobre dinâmicas institucionais, práticas políticas, atividade militante, e inclusive, sobre o universo de preconceito e discriminação contra o qual esses ativistas dedicavam suas vidas.

Minha percepção do significado e impacto da heteronormatividade e do patriarcado, e dos prejuízos sociais causados pelas relações de preconceito, ou ainda, das nuances preconceituosas contidas em determinados discursos ideológicos era excessivamente restrita. Neste sentido, é importante termos em mente que a vivência de discriminação e preconceito, as formas de violência simbólica e a conseqüente produção de sofrimento é algo que só é conhecido por quem viveu e vive essa condição. Produzir conhecimentos a respeito da dor de outrem pode ser o suficiente para nos indignarmos com determinadas formas de opressão, mas não é o suficiente para sabermos o que significa.

Faço questão de ressaltar, na relação de troca entre pesquisador e pesquisado, a importância de reconhecer o valor e o poder explicativo contido nos diferentes tipos de

saberes e práticas sociais. Através das pessoas que conheci nesse percurso pude questionar valores e perspectivas teóricas, epistemológicas, sociais e existenciais.

Apenas depois dessa inserção em campo e com a consolidação gradativa da participação no cotidiano dos grupos, através de reuniões, convites para atividades acadêmicas, atuação nas atividades internas e externas dos grupos, que a relação foi ficando mais clara em suas simetrias e assimetrias. Deste modo, os grupos perceberam que um trabalho de pesquisa pode ter como objetivo facilitar o processo de construção do movimento. Em outras palavras, os militantes tomaram conhecimento que a comunidade acadêmica de pesquisa que representávamos poderia ser vista como um aliado político.

Um bom exemplo da positividade dessa relação foi a pesquisa realizada pela equipe do NPP, nas Paradas de 2005 e 2006, e que partiu de uma demanda dos próprios grupos que organizam o evento e culminou com uma importante parceria com a CMDH – Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos e a SMADC – Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte. Durante nossa participação nas reuniões de organização, nos foi apresentada a idéia de realizarmos uma pesquisa que traçasse um perfil geral dos participantes da Parada, tomando como exemplo um estudo semelhante⁵ realizado na cidade do Rio de Janeiro e que contou com a parceria do GAI – Grupo Arco-Íris.

A demanda dos grupos se justificava pela possibilidade dos dados produzidos auxiliarem na organização de atividades, discussões e pressão políticas. Fazendo então uma ponte entre a demanda trazida e os interesses teórico-metodológicos do NPP, realizamos, no dia 10 de julho de 2005, uma pesquisa que investigava, entre os participantes da Parada: as representações acerca de algumas reivindicações pontuais dos Movimentos Sociais de defesa homossexual; a percepção sobre a organização e impacto da Parada dentro da sociedade; a inter-relação entre os movimentos sociais e a mudança de valores com relação à homossexualidade dentro da sociedade; a percepção/vivência de preconceito e discriminação na vida social; formas de participação e ação política; credibilidades de instituições públicas e privadas em relação ao tema; bem como uma caracterização do perfil sócio-econômico desse público (Prado; Rodrigues & Machado, 2006).

⁵ Carrara, Sergio; Ramos, Silvia; Caetano, Márcio. *Política, direitos, violência e homossexualidade: 8ª Parada do Orgulho GLBT – Rio – 2003*. Rio de Janeiro: Pallas.

Durante as etapas de preparação dessa pesquisa participaram professores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, além de militantes dos movimentos sociais envolvidos na organização da Parada GLBT. As etapas preliminares compreenderam a construção do questionário, a realização de pré-testes e o treinamento da equipe de entrevistadores, bem como três reuniões ampliadas para discussão do questionário com estudantes, professores e militantes.

Aplicamos um questionário fechado entre os participantes da Parada GLBT e, em nosso relatório, optamos por não apontar diretamente nenhuma conclusão analítica, mas sim, oferecer dados e questões para futuras pesquisas e legitimar as ações dos grupos militantes, que se apropriaram dos resultados, apresentando em seminários, oficinas e debates, reflexões sobre os gráficos e tabelas deste estudo.

A pesquisa de anterior, de comparação entre os dois grupos, esteve ancorada em pressupostos teóricos principalmente da Psicologia Social e em metodologias qualitativas e apresentou proposições acerca da constituição da identidade coletiva e política, assim como formas de inserção política empreendidas por movimentos sociais GLBT de Belo Horizonte. Neste sentido, observamos práticas político-sociais heterogêneas entre as organizações estudadas, apontando que a constituição da identidade coletiva e a conseqüente afirmação de valores e reivindicações nos grupos pesquisados, relacionam-se intrinsecamente às posições de poder e alianças políticas, bem como o contexto histórico engendrado em seu surgimento (Machado & Prado, 2005).

As observações de campo e as bibliografias relativas ao Movimento GLBT levaram a afirmar que a extrema diversidade de práticas e concepções políticas questiona a unidade do movimento GLBT, o que por sua vez, coloca em questão a possibilidade de se referir a uma identidade coletiva única. Exatamente por esse motivo, preferimos falar em Movimentos Homossexuais, através dos quais os diversos grupos, cada qual contribuindo com sua experiência política particular, revelam que o fazer político na contemporaneidade está recheado de novas e velhas práticas, não podendo ser reduzido a nenhum princípio totalizador, nem de política nem de identidade coletiva (Machado & Prado, 2005).

Em nosso campo, encontramos grupos com características distintas, que surgiram de demandas e contextos completamente diferentes. A Associação Lésbica de Minas (ALEM), por exemplo, nasce dentro de um contexto mais institucionalizado, estabelecendo relações com partidos políticos de esquerda e movimentos sociais

diversos. Consequentemente, seu campo de participação – que parte de um objetivo de representação – é ampliado também para atividades de atendimento da população homossexual, mas de forma a manter sempre um posicionamento antagônico à política neoliberal e de direita.

Por outro lado, nossos dados apontam que o Clube Rainbow de Serviços (CRS) ampliou seu campo de ação a partir de uma perspectiva de mercado que visa atender a população homossexual, mas alcança a representação do segmento GLBT a partir da inclusão de demandas sociais no escopo de suas atividades (Machado & Prado, 2005).

No entanto, quando se trata da identidade coletiva, fica evidente que dentro da diversidade de práticas apresentada por estes grupos, é possível compor, ainda que temporariamente, certa unidade necessária para a delimitação de uma identidade coletiva. Para além desta unidade, é importante destacar que o movimento processual de negociação constante – que consiste em um conjunto de práticas sociais, discursos e articulações – visa a formação de um sujeito coletivo na participação política e social mais ampla. Essa participação empreende ações que formam relações antagônicas principalmente no que diz respeito aos valores repressores da sexualidade, contudo, vem reverberando também em outras instâncias políticas, agregando demandas sociais aos seus discursos e práticas e acessando canais de interlocução política com atores diversos.

Esta negociação constante, por vezes conflituosa, será nosso eixo central de análise. Discutiremos os elementos psicossociais da formação das identidades coletivas em torno do processo de organização da Parada do Orgulho GLBT de Belô, buscando compreender as especificidades destas experiências organizativas, contribuindo para as análises e debates contemporâneos sobre o Movimento Homossexual Brasileiro.

Isto implica discutir o caráter político da Parada e do Movimento GLBT de Belo Horizonte, apontando algumas conseqüências das escolhas políticas e, a partir desta experiência, refletir sobre o Movimento GLBT, e sua condição de Movimento Social. Assim, avaliaremos se, em Belo Horizonte, têm sido produzidas alternativas efetivamente contra-hegemônicas, e socialmente transformadoras da realidade social.

Mesmo com o crescente número de estudos em andamento e recém publicados no Brasil, acreditamos que esse tema é ainda pouco explorado e carece de estudos mais amplos para que possamos ter uma compreensão mais precisa sobre os significados e a dinâmica desse movimento social, bem como das implicações e nuances políticas da entrada desse tema na esfera pública brasileira. Isto reforça o princípio de que nossos

esforços devem se pautar pela ampliação da cidadania e pela democratização da sociedade, visando responder as complexas questões levantadas por estas temáticas, sendo que, segundo Carrara (2005), *“para respondê-las, o importante é que o diálogo entre pesquisadores, ativistas e formuladores de políticas e de leis se mantenha aberto e que se multipliquem os foros de discussão dentro e fora das universidades”* (p. 24).

Buscando apresentar o caminho pelo qual trataremos nossas perguntas, este texto foi dividido em seis capítulos:

No **Capítulo I**, discutiremos as teorias que nos ajudarão a enquadrar o complexo campo dos movimentos sociais, tentando delinear um modelo de compreensão destes movimentos que seja capaz de ordenar os fenômenos que pesquisamos. Num segundo momento, apresentaremos nossa discussão e passos metodológicos e as informações produzidas em nosso percurso de pesquisa.

No **Capítulo II**, apresentamos um estudo sobre os movimentos sociais GLBT ao longo da história no mundo e no Brasil com o objetivo de compreender quais ações e significados foram construídos por estes atores e, enquanto um fenômeno globalizado, quais relações podemos traçar entre o fenômeno que pesquisamos e as demais experiências correlatas ao longo do globo. Este Capítulo busca compreender algumas relações entre cultura e política que servirão de pano de fundo na compreensão de um fenômeno político complexo e multifacetado como as Paradas GLBT.

Passaremos então à segunda parte de nosso trabalho, na qual desenvolveremos um histórico dos grupos que pesquisamos tentando identificar os elementos constituidores das identidades coletivas. Importante ressaltarmos que nosso levantamento histórico extrapola os objetivos analíticos da pesquisa, porém, consideramos importante ampliar nosso escopo temático por duas razões.

Em primeiro lugar, percebemos a importância de que a memória destes grupos seja recuperada. O segmento GLBT foi sistematicamente impossibilitado de construir uma memória e acessar de forma digna o espaço público. Os indivíduos se constroem como sujeitos perpetuando uma condição de inferioridade, na medida em que a invisibilidade pública de sua condição sexual produz uma história sem memória e condenada ao esquecimento. Isto teve um efeito profundo na manutenção das relações

de poder em torno das identidades sexuadas, pois memória é uma condição identitária e de reconhecimento das mais importantes, individual e coletivamente.

Consideramos este procedimento importante por ampliar a relevância social e política do projeto, possibilitando um retorno de informação e devolução de resultados para os grupos pesquisados, uma vez que a memória é produto da história dos atores sociais em disputa e, conseqüentemente, contá-la é uma tarefa com implicações políticas.

“O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (...) O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (Pollak, 1987:10).

Por isso, consideramos justificável nosso esforço de re-contar essa história silenciada, de modo a reconhecer as injustiças sociais e identificar os focos de resistências, valorizando-os como alternativas políticas legítimas.

Em segundo lugar, não nos contentamos em discutir a história dos grupos atuais, mas nos aventuramos em levantar todos os indícios de politização em torno das temáticas GLBT desde o começo dos anos 1970, e que contribuíram para a emergência dos grupos atuais. Iniciar nosso levantamento histórico em um período tão longínquo nos serve ainda a outros objetivos, tais como demonstrar a invisibilidade de certas formas de enfrentamento social e politização de âmbitos privados, e também identificar o modo desigual com que estas experiências são tratadas, quando assumem formas mais localistas de atuação e se aproximam de domínios mais periféricos, tal como a cidade Belo Horizonte.

No **Capítulo III**, atravessamos os anos 80, tentando descrever como os atores locais responderam à epidemia de HIV/AIDS e contribuíram para a politização da sexualidade em Belo Horizonte. Este tópico é importante por revelar espaços onde foram articuladas redes de sociabilidade importantes para a constituição de identidades coletivas e individuais menos marginalizadas e, conseqüentemente, com maiores possibilidades de politização.

No **Capítulo IV**, discutiremos os processos que levaram à consolidação destas experiências políticas analisando a passagem de uma emergente comunidade GLBT para a formação de ONG's, grupos organizados e, conseqüentemente, o surgimento de disputas de poder internas e externas mais demarcadas. Este Capítulo está circunscrito às experiências da segunda metade dos anos 1990.

No **Capítulo V**, discutiremos a diversificação e profissionalização do Movimento GLBT em Belo Horizonte a partir dos grupos que surgiram nos anos 2000. Neste capítulo faremos também uma breve discussão sobre novos espaços de democratização e politização da sexualidade que foram se estabelecendo entre os grupos militantes, órgãos governamentais e a Universidade.

Finalizaremos esta parte histórica com uma tabela que apresenta a cronologia do Movimento GLBT em Belo Horizonte. Esta tabela, apesar de exceder os objetivos de nossa pesquisa, exatamente por se mostrar incompleta, é um convite a novas pesquisas e à elaboração de um histórico ainda mais aprofundado e crítico sobre o Movimento Homossexual em Belo Horizonte.

No **Capítulo VI**, faremos uma discussão sobre as articulações entre as diversas identidades coletivas que discutimos no histórico dos grupos. Desse modo, discutiremos o percurso e algumas conseqüências políticas da atuação dos grupos GLBT de Belo Horizonte, analisando as potencialidades de construção de alternativas contra-hegemônicas na atuação destes atores.

Durante toda a escrita desta monografia buscamos ter o máximo de cuidado para que nossas análises fossem o mínimo possível redutoras de uma realidade que sabemos ser muito mais rica e complexa. Por reconhecermos a importância política e epistemológica deste trabalho, buscamos enriquecer seu conteúdo com o máximo possível de *matéria prima* (informações, referências, ilustrações, trechos de entrevistas e de documentos), mesmo que, em determinados momentos, esta escolha possa comprometer a consistência e a coerência com relação aos objetivos centrais deste trabalho. Esta opção nos pareceu ser uma alternativa que mais aproxima nossa análise dura das demandas sociais e teóricas que se nos apresentaram e clamam por soluções criativas.

Importante reconhecermos que “*um movimento social é um objeto construído pela análise e não coincide com as formas empíricas da ação*” (Melucci, 2001:33), e os processos concretos, fragmentados, heterogêneos e contraditórios, tal como se apresentam a nós, pesquisadores, oferecem uma multiplicidade de significados analíticos. Neste sentido, se pecamos pelo excesso, foi com o objetivo de provocar a abertura estrutural necessária para a produção de inquietações e lacunas capazes de transbordar em novas significações desta realidade, através de pesquisas, discursos, conflitos e alianças.

Capítulo I - ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

1.1. Definição do Objeto e Objetivos da Pesquisa

A Parada do Orgulho GLBT de Belô e o grupo que a organiza trazem consigo duas especificidades principais que direcionaram nosso recorte de pesquisa. Primeiramente, ao contrário de todas as Paradas que conhecemos, em nossa cidade este evento foi inaugurado e dirigido durante 7 anos por um grupo de Lésbicas (ALEM) que surgiu da relação de uma de suas fundadoras com partidos e sindicatos comprometidos com ideais da extrema esquerda da política brasileira, influenciando toda a militância GLBT em Belo Horizonte, posicionando aliados e adversários.

Em segundo lugar, enquanto a maioria das “Paradas Gays” de outros centros urbanos brasileiros tem sido organizada por um único grupo ou associação, aqui o evento é realizado e organizado pelo *Comando da Parada*. Embora para o recebimento da verba do Ministério da Saúde seja necessária a assinatura de uma ONG específica, todo o processo de organização e deliberação da Parada tem sido desenvolvido nesse fórum que utilizamos como campo de pesquisa. A composição do Comando da Parada variou muito desde o seu surgimento⁶, tendo sido liderado pela ALEM de 1998 até 2004, e pelo CELLOS de 2005 até hoje.

Em alguns momentos, detectamos a formação de um grupo bastante heterogêneo: integrantes com concepções diferentes de política, de sociedade, de democracia e até mesmo de “homossexualidade”, mas que, trabalhando juntos, dividem tarefas e buscam tomar decisões democraticamente. Esse processo de democratização não se fez sem restos, surgiram conflitos e diferenças que, por sua vez, geraram novas posições de poder e novas alianças políticas.

Investigar o surgimento e a solução desses conflitos nos ajuda a observar a gênese e o resultado de um processo de organização política que envolve a formação de identidades coletivas em torno de temáticas comuns, mas que partem de premissas conflitantes sobre política, cidadania, homossexualidade e também estratégias de embate político e ideologias.

⁶ Diversas ONG's e grupos organizados já passaram pelo Comando da Parada. Analisaremos estas variações detalhadamente no Capítulo VI.

Diferentes estratégias políticas implicam no desenvolvimento de reciprocidade com atores políticos distintos, o que amplia ainda mais a complexidade do campo de constituição das identidades coletivas.

Desse modo, explorar esta arena de diferenças políticas pode revelar dados importantes sobre como a sociedade civil organizada tem se politizado e conquistado poder na esfera pública, bem como analisar as formas pelas quais as políticas públicas específicas têm influenciado a produção de estilos de militância, enquadrando as possibilidades de construção de identidades individuais, coletivas e políticas.

1.1.1. Objetivos Específicos

Tendo em vista os apontamentos teóricos e problemas que colocamos até aqui, listam-se abaixo os desdobramentos que foram necessários, para o desenvolvimento de da pesquisa, e que orientaram a elaboração da discussão e dos passos metodológicos que será apresentada no próximo tópico.

- Pesquisar o processo de constituição das identidades coletivas, a partir da compreensão da diversidade discursiva e das práticas sociais, considerando os princípios de equivalência e de diferença.
- Reconstruir o processo histórico do Movimento GLBT em Belo Horizonte buscando uma compreensão de suas especificidades e uma comparação com outras experiências sociais e políticas semelhantes.
- Analisar o percurso histórico da Parada GLBT de Belô e dos grupos envolvidos, buscando identificar as possíveis variáveis que influenciaram as transformações e os processos sociais atuais;
- Identificar, discutir e analisar as redes de aliados e adversários políticos, internas e externas, estabelecidas pelos organizadores da Parada GLBT.
- Identificar nas ações dos grupos as possibilidades de conotações contra-hegêmicas.
- Identificar como se processou a politização da sexualidade nos discursos apresentados pelos grupos;
- Reconhecer formas de relações, organização, posições hierárquicas de poder e suas conseqüências na constituição das identidades coletivas;
- Identificar os recursos materiais e simbólicos mobilizados pelos grupos e como estes são utilizados;
- Identificar os elementos que definem o sentimento de pertença dos indivíduos e que caracterizam a consciência política e a identidade coletiva dos participantes;
- Identificar as estratégias de mobilização dos grupos;
- Identificar as representações dos participantes sobre a ação coletiva e suas eficácias;
- Identificar as representações dos entrevistados sobre os processos de participação, e como eles contribuíram para a formação de suas consciências políticas e identidades coletivas.

1.1.2. O Conceito de Movimento GLBT

O *Comando da Parada* tem sido o espaço de sociabilidade no qual grupos GLBT de Belo Horizonte se encontram com um objetivo concreto em comum. Todavia, para investigarmos a construção da identidade coletiva desse grupo, devemos ter em vista que ele faz parte de um contexto social e político mais amplo, o qual, mesmo indiretamente, será um dos pontos de compreensão deste trabalho.

Os grupos pesquisados representam na cidade de Belo Horizonte aquilo que Facchini (2005) chama de Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Como já discutido anteriormente (Machado & Prado, 2005), a diversidade deste movimento dificulta uma definição precisa de seus limites para a compreensão dos processos de transformação social.

Facchini (2005) define o MHB como

(...) o conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir, com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente, políticas, indivíduos que se reconheçam a partir de quaisquer identidades sexuais tomadas como sujeito desse movimento (Facchini, 2005:20).

Essa definição, embora sirva para identificar uma grande parcela do movimento contra-hegemônico GLBT no campo político, de modo algum esgota o universo de participação política ligada à livre orientação sexual e combate à homofobia, que é fundamental para compreender as transformações políticas. Facchini (2005) reconhece que essa é apenas uma das possibilidades,

(...) um recorte em uma rede de relações sociais, no qual estão presentes indivíduos e organizações da ‘sociedade civil’, diferenciáveis pelo fato de compartilharem e atuarem com vistas a um mesmo objetivo geral com relação ao tema da ‘homossexualidade’, a ‘emancipação’ ou a obtenção de ‘cidadania plena’ para ‘os(as) homossexuais’ ou outras identidades sexuais tomadas como sujeito do movimento. Utilizo a idéia de rede de relações porque não há uma organização formal que reúna e oriente a atuação de todos os grupos, ONG’s, associações e ativistas independentes que se reconhecem ou são reconhecidos como parte do MHB e porque, apesar da instabilidade dos grupos e da saída ou morte de vários militantes, esse movimento se manteve e atravessou a marca de vinte anos de existência” (Facchini, 2005:25).

Neste sentido, centrar este estudo em torno dos processos de organização da Parada do Orgulho GLBT de Belô foi um meio de alcançar um ponto privilegiado desta rede⁷.

⁷ O conceito de Redes Sociais é desenvolvido por diversos autores, apresentando compreensões diversas, ora definidas como redes interindividuais, ora como redes formadoras de ações coletivas. Scherer-Warren (2006) distingue as categorias de “coletivos em rede” – que “*visam difundir informações, buscar apoios*

O marco teórico que fundamenta este trabalho está dividido em cinco sub-tópicos, e que foram utilizados para organizar e analisar as informações construídas⁸ em campo. Primeiramente, será apresentada uma discussão sobre o conceito de identidade coletiva, esclarecendo como esta ferramenta analítica é aqui compreendida, uma vez que ela orientará toda nossa análise histórica. Em segundo lugar, será delineada uma análise do campo político e dos espaços de atuação política, que seja capaz de abrigar toda a complexidade dos comportamentos apresentados pelo MHB. Em terceiro lugar, para não se perder de vista o impacto da aproximação entre os movimentos sociais GLBT e os órgãos governamentais e buscando compreender as identidades coletivas como sistemas de ação, serão estabelecidos três níveis analíticos para a identidade.

Em quarto lugar, erguem-se os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia de modo a contribuir na identificação da efetividade das ações políticas dos grupos que pesquisamos e suas contribuições sociopolíticas.

Em quinto e último lugar, será apresentada uma abordagem dos movimentos GLBT em relação ao sistema capitalista de produção e aos processos de globalização, para contextualizarmos a constituição de identidades coletivas na cidade. Esta compreensão é especialmente importante nesta discussão, já que alguns dos grupos pesquisados apresentam posições políticas extremamente críticas ao sistema capitalista, enquanto outros apresentam uma postura positiva para com as lógicas do mercado.

Após esta digressão teórica, será feita uma discussão metodológica e uma apresentação das estratégias e dos passos que foram dados para a concretização desta pesquisa.

solidários, ou, mesmo, estabelecer estratégias de ação conjunta, como são, por exemplo, os links e conexões que ONG's promovem entre si ou com outros atores políticos relevantes, através da Internet ou de outras formas de mídia alternativa" (p. 216) – e de rede de movimentos sociais – que são “*redes complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas, e que conectam, simbólica e solidaristicamente, sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico*” (p. 216), de identificações e intercâmbios. Scherer-Warren (1999) afirma que tanto as redes interorganizacionais – que conectariam ONG's de uma categoria – quanto as redes de movimentos – que conectariam uma categoria de ONG com outros atores políticos – se caracterizam pela “*não-centralidade organizacional e não-hierarquização do poder*”(p. 72). Melucci (2001) argumenta que estas redes são responsáveis por manter alguma homogeneidade ao conjunto das ações coletivas nas sociedades complexas, nas quais os movimentos “*são redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade que diferem profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado*”(p. 97). Neste sentido, o conceito de redes é fundamental para nossa compreensão dos movimentos contra-hegemônicos, trazendo implicações importantes para a articulação do que Mouffe (1998) chama de corrente de equivalências.

⁸ Preferimos utilizar a noção de *construção de informações*, ao invés do termo *coleta de dados*, por partirmos da perspectiva de que todos os envolvidos na atividade de pesquisa têm uma função ativa e, portanto, influenciam nos resultados.

1.2. Movimentos Sociais e Identidade Coletiva

A construção de identidades coletivas se dá quando antagonismos sociais passam a ser questionados a partir do princípio de equivalência dos direitos (Mouffe, 1988). Na medida em que essa construção é um processo, ao mesmo tempo, individual e coletivo, diversas questões identitárias podem ser suscitadas.

A emergência de identidades coletivas é, direta ou indiretamente, relevante à psicologia, mais especificamente à psicologia social, que sempre esteve preocupada com questões relacionadas ao espaço de convivência conjunta, a formação e dinâmica dos grupos e as relações de poder subjacentes às delimitações de fronteiras intra e inter grupais. A psicologia social tem procurado compreender os processos envolvidos nas relações entre grupos e identidades coletivas.

Para tentar superar os hiatos que tradicionalmente se fazem entre estrutura e significado, universos institucionais e não institucionais, entre tantos outros, é que a psicologia social se mostra relevante. Ao contrário dos modelos estáticos de algumas teorias sociológicas, o arcabouço da psicologia social vem contribuindo largamente para a compreensão das dinâmicas de interação micro-sociológicas.

A psicologia social deveria ser para a teoria marxista da ideologia o que a microeconomia é para a teoria econômica marxista. Sem um conhecimento sólido sobre os mecanismos que operam a nível individual, as teses marxistas de amplo alcance sobre as macroestruturas e as mudanças de longo prazo são condenadas a permanecer como especulações (Elster, 1989 citado por SANDOVAL, 1989, p.128).

O desafio posto ao campo de estudo dos Movimentos Sociais está relacionado a superar estes hiatos no intuito de não cair nos recorrentes reducionismos que tentam explicar a totalidade do comportamento político enfatizando apenas uma de suas dimensões. Nesse sentido, Sandoval (1997) argumenta que, se por um lado a psicologia foi micro-cósmica demais para poder elaborar uma interpretação teórica do comportamento político, a sociologia se mostrou ainda demasiadamente genérica para ser convincente em suas interpretações.

O erro que em geral se comete é perceber o indivíduo como sujeito da estrutura, mais do que um agente dentro dela, como se quando entrasse no campo do coletivo ele perdesse sua racionalidade, ou ainda, de forma simplista, reduzi-lo a um ator “intencional”, que realizaria seus objetivos no espaço coletivo da sociedade de plena posse de uma racionalidade transparente (Prado, 2001).

Identificando esses pressupostos dentro de parâmetros críticos, podemos perceber as dualidades iluministas separando de um lado a racionalidade e de outro a ameaça da irracionalidade. Essa separação se dá quando tomamos o indivíduo como “objeto da sociedade” e quando tomamos o indivíduo como um “ator intencional” (Prado, 2000).

Essa relação linear de causa e efeito, de um sujeito racional que escolhe ou um sujeito irracional que é escolhido, tem por pressuposto um sujeito transcendental, permeado por uma dimensão essencial. Tentaremos sustentar, como pressuposto epistemológico básico, que os atores coletivos em parte criam e em parte ocupam seus lugares sociais em uma relação que é dialética (Prado, 2000).

Nesse sentido devemos ter em vista uma noção de real que não pode ser definida como uma objetividade transparente e completa, mas um real que é construído através de conflitos, contradições e lutas que possibilitam uma limitação das múltiplas significações possíveis. Portanto, a construção da realidade social acontece num complexo jogo de criar hegemonias e contra-hegemonias que concorrem a diferentes formas de significação do real. Assim, um movimento social não mobilizaria e se manteria apenas e simplesmente pela condição de exclusão dos indivíduos envolvidos, mas pela intenção de criar uma nova realidade, constituída de novos elementos simbólico-culturais (Prado, 2001). Em outras palavras, é necessária uma ponte semântica que leve com que os indivíduos se identifiquem coletivamente e formem uma identidade (Honneth, 2003).

Prado (2000) discute os diversos tratamentos que foram dados ao fenômeno dos movimentos sociais na literatura sobre ações coletivas, a partir dos apontamentos de autores preocupados com os processos de construção dessas identidades coletivas (Melucci, 1996; Honneth, 2003; Prado, 2001). Assim, enfatiza-se a importância de incluirmos nessas análises os aspectos subjetivos dessas construções (Melucci, 1996; Prado, 2000, 2001, 2002). Nas palavras de Melucci (2001), “*o agir coletivo não é o resultado de forças naturais ou de leis necessárias da história, nem, de outro lado, simplesmente o produto de crenças e de representações dos atores*” (Melucci, 2001:31).

Os movimentos sociais, como participantes do campo político, fazem parte dessa complexa teia de relações, onde tanto aspectos simbólicos quanto estruturais merecem atenção, pois suas demandas muitas vezes suscitam contradições tanto com realidades hegemônicas quanto com demandas de outros movimentos sociais contra-hegemônicos.

Em síntese, os diversos atores coletivos estariam então, cada qual lutando por seus interesses e contra a situação de opressão na qual se encontram e competindo por novas formas de significação do real, num constante e complexo campo de negociações e re-negociações, que se estabelecem a partir de relações de antagonismo e reciprocidade. Como afirma Melucci (2001),

A superação do dualismo pode advir somente se se reverte a idéia ingênua do agir coletivo como dado empírico unitário. É necessário, ao contrário, interrogar o dado para descobrir como é produzido e extrair dele a unidade para fazer emergir a pluralidade de orientações, significados, relações que convergem para o mesmo fenômeno. Colocar o problema da formação do ator coletivo significa reconhecer que aquilo que, empiricamente, se chama 'movimento' e ao qual, por comodidade de observação e de linguagem, se atribuiu uma unidade essencial, é, na realidade a resultante de processos sociais heterogêneos. Trata-se, pois, de entender como se forma a unidade e a que resultados diferenciados os diversos componentes podem dar lugar (Melucci, 2001: 32).

1.2.1. Perspectivas Teóricas e Movimentos Sociais

Prado (2000) argumenta que as diversas perspectivas que buscam compreender os movimentos sociais, se mostraram insuficientes quando reduzem a complexidade destes fenômenos à apenas uma de suas dimensões. Apresenta-se abaixo uma breve discussão de algumas das principais teorizações sobre movimentos sociais.

Os paradigmas clássicos enfatizaram os aspectos psicológicos da participação, por vezes atribuindo à participação coletiva o caráter de irracionalidade. Ao ignorar as condições estruturais, sem a qual a dimensão psicológica não poderia se articular, esta abordagem mostra-se insuficiente para responder como e onde as pessoas participam (Rodrigues, 2006).

Por outro lado, os teóricos da Mobilização de Recursos não conseguem explicar os aspectos motivacionais da participação, concebendo o sujeito político de forma racionalista, dando ênfase ao modo da participação em uma relação simplista de custo/benefício (Rodrigues, 2006).

Segundo Rodrigues (2006), o modelo do Processo Político,

“acentua em demasia o onde as pessoas participam, oferecendo especial atenção ao campo de restrições ou oportunidades políticas que fomentam, ou inviabilizam a participação social. Este modelo, ainda que traga à tona a dimensão da cultura e das múltiplas identidades, não é capaz de pensar os movimentos sociais para além de sua institucionalização no campo das formas tradicionais de se fazer política” (Rodrigues, 2006:142).

A perspectiva dos Frames, por sua vez, não compreende os vínculos entre movimentos sociais e as instituições políticas, se limitando a articular as motivações individuais e coletivas da participação, em função dos modos pela qual ela se efetiva.

Rodrigues (2006) defende que a perspectiva da identidade coletiva

é a que mais se aproxima de uma compreensão dos movimentos sociais não como um fato empírico, mas como um sistema de ação complexo e comportando múltiplas facetas, que são tanto estruturais quanto simbólico-culturais. No entanto, uma crítica que pode ser apresentada a essa perspectiva diz respeito ao inflacionamento da categoria identidade o que pode, muitas vezes, promover uma idéia reducionista sobre alguns movimentos sociais que passam a ser considerados arcaicos, ou velhos, exatamente por não conseguirem, ou não poderem, construir uma estratégia política baseada exclusivamente, ou fundamentalmente, na identidade. Não por acaso, há poucas perspectivas teóricas sobre movimentos sociais que se interessam em estudar movimentos vinculados à questão étnico-racial, na medida em que movimentos com essa característica sempre acenam com estratégias políticas que são tanto estruturais quanto identitárias. O que, efetivamente, não se enquadra nos princípios teóricos dos chamados “novos movimentos sociais” cuja ênfase na política de identidade é considerada mais importante que a ênfase nas mudanças estruturais e transformação das desigualdades socioeconômicas (Rodrigues, 2006:142-143).

1.2.2. Constituição da Identidade Coletiva

A partir de autores como Melucci (1996), Prado (2002), Mouffe (1988), Santos (2003a) e outros, podemos entender que qualquer compreensão dos fenômenos sociais necessita partir não somente da análise das condições estruturais, mas também das dinâmicas de constituição dos atores sociais, ou seja, das identidades coletivas ocupando o cenário público das sociedades contemporâneas.

Dentro desse campo teórico diverso, daremos ênfase na investigação da constituição da identidade coletiva que, segundo Prado (2002), regula e é regulada por 5 elementos básicos:

- 1) Sentimentos de pertença;
- 2) Definição de práticas sociais grupais (cultura política);
- 3) Valores, crenças e interesses compartilhados;
- 4) Estabelecimento de redes sociais;
- 5) Relações intra e entre grupos.

Nosso estudo traz a tona o debate entre estrutura e atores, sistemas e ações, de forma a considerar o estudo dos processos de formação da identidade coletiva deste grupo, questionando a antiga clivagem teórica que separa “Movimentos Sociais

Tradicionalis” dos “Novos Movimentos Sociais”. Isto pressupõe a identidade coletiva como um processo de identificações políticas que em última instância denota um sistema de ações e, exatamente por isso, seus significados variam em função das relações que se estabelecem e produzem reconhecimento e reciprocidade social e política.

Nessa perspectiva, podemos ressaltar que os objetivos deste estudo compreendem que a constituição da identidade coletiva é um processo que pode ser apreendido a partir da conjugação de três elementos psicossociais (Prado, 2002):

- 1) *As práticas coletivas* que definem sentimentos de pertença grupal e a partilha de valores, crenças e interesses (Melucci, 1996);
- 2) *O reconhecimento de equivalências sociais* (Mouffe, 1988) dado pelo sentimento de injustiça social e pela conscientização dos direitos sociais e, por último;
- 3) A noção de delimitação de *fronteiras políticas* na diferenciação entre os atores sociais em determinado cenário político (Prado, 2002).

A identidade coletiva é um processo de construção social que se apresenta publicamente como uma unidade parcial e provisória. Nesse sentido, é exatamente a diversidade e os conflitos existentes sob essa unidade que mais interessam. Como aponta Melucci (1996), o estudo da identidade coletiva deve se centrar exatamente nos conflitos que permanecem submersos na aparente unidade na qual se apresenta um determinado ator político. As formas de participação política menos institucionalizadas e que buscam a formação de identidades coletivas se interessam, entre outras coisas, por romper a invisibilidade social e abrir o debate público em torno de demandas sociais específicas.

Debates públicos são provocados pelos movimentos sociais por meio de ações coletivas que representam, em última instância, um ponto isolado em uma rede de relações muito mais ampla. Nesse sentido, quando tomamos a Parada como objeto de reflexão, o fazemos investigando a identidade coletiva formada entre os grupos organizadores que tentam fazer da Parada GLBT um instrumento político de interpelação da política institucional, e um motor de transformação cultural. Nesse movimento buscam o fortalecimento das posições contra-hegemônicas dentro de uma complexa teia processual de relações simbólicas e materiais.

Atualmente, diversos vínculos institucionais têm sido desenvolvidos entre os movimentos homossexuais e variados atores da sociedade, entre os quais podemos apontar alguns que são fundamentais para a atuação dos grupos GLBT de Belo Horizonte, tais como órgãos governamentais Municipais, Estaduais e Federais; Empresas; Universidades; ONG's Movimentos Sociais e muitos outros.

Compreender como se dá a constituição da identidade coletiva desses grupos em interação em espaços tão diversos e a partir da identificação das fronteiras políticas que eles estabelecem, com seus aliados e adversários, requer um enquadramento suficientemente amplo desta arena de atuação.

1.3. Formas e Espaços de Politização

Fenômenos sociais são de natureza complexa e nos exigem cada vez mais atenção, esforços, rigor e criatividade não apenas na elaboração e delineamento dos procedimentos metodológicos, mas também no tratamento que daremos à informação produzida por eles.

Sandoval (1997) argumenta que o estudo do comportamento político é por natureza transdisciplinar e que para melhor compreendê-lo devemos lançar mão de abordagens construtivistas e interacionistas. Nesse sentido, o comportamento político deve ser pensado como um processo dinâmico que se desenvolve dentro de cenários sociais e institucionais:

Os atores políticos são construtivistas na medida em que eles conscientemente vão se posicionando em arenas onde eles irão agir. Já que não há teoria que explique a priori os determinantes de processos de comportamento político, teremos que assumir abordagens que privilegiam o inter-relacionamento das esferas de ação e do voluntarismo dos atores (Sandoval, 1997).

As abordagens construtivistas são importantes por reconhecerem que as identidades coletivas se formam através de investimentos contínuos que podem se cristalizar tanto em redes informais e temporárias, quanto em formas organizativas e sistemas de regras próximas de formas institucionalizadas do agir social (Melucci, 2001), e que serão reguladas interna e externamente, dada a importância do estabelecimento da relação NÓS vs ELES (Prado, 2001).

O processo de construção, manutenção, adaptação de uma identidade coletiva tem sempre dois ângulos: de um lado, a complexidade interna de um ator, a pluralidade de orientações que o caracteriza; de outro, a sua relação com o ambiente (outro atores, oportunidades/vínculos) (Melucci, 2001: 69).

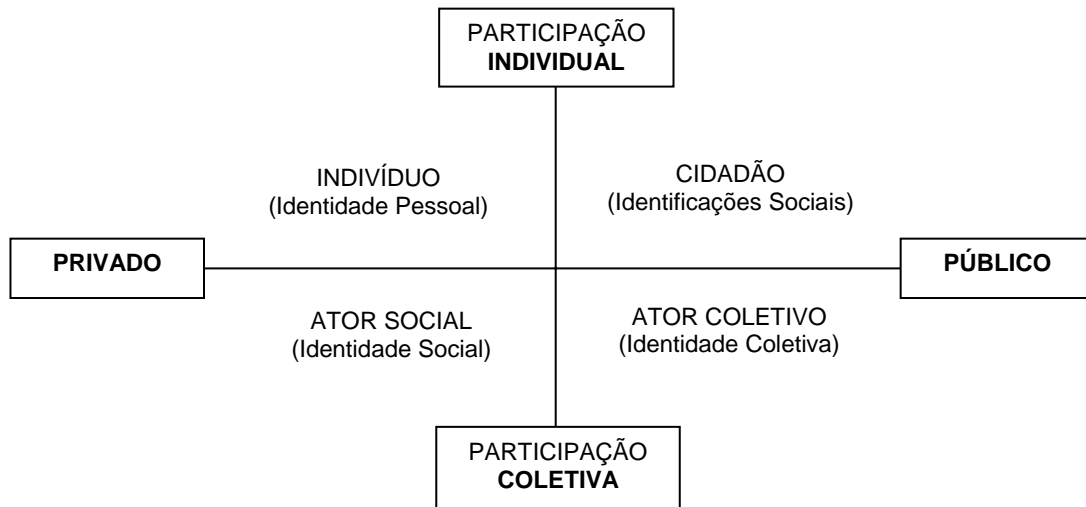
O movimento GLBT apresenta formas de comportamento político que cobrem um amplo espaço de sociabilidade, o que nos leva a uma reflexão sobre quais seriam os espaços e as formas que o comportamento político desse movimento pode assumir.

Sandoval (1997) desenvolve um quadro conceitual – que apresentaremos a seguir – no qual é possível localizar o comportamento político a partir de três eixos contínuos:

- 1) atitudes individuais e coletivas;
- 2) espaços privados e públicos;
- 3) espaços formalizados e não-formalizados de participação.

Estes três eixos descrevem uma complexa e interdependente rede de fenômenos que determinam, em grande parte, a mudança social. O quadro abaixo pode ser compreendido a partir da idéia de uma relação circular entre indivíduo e sociedade, sinalizando para a importância dos modelos construtivistas na compreensão dos fenômenos políticos. Além disso, ele busca superar os hiatos produzidos pelas teorias que reduziram o fenômeno do comportamento político a apenas um destes quadrantes.

LÓCUS DO COMPORTAMENTO POLÍTICO⁹



FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA



Se sobrepusermos estes dois quadros, teremos um gráfico tridimensional que nos ajuda a organizar o comportamento político em função dos espaços e das formas que assume nas sociedades contemporâneas. Isto colabora para uma melhor compreensão da importância de ações políticas desenvolvidas em âmbitos privados ou públicos, bem como suas influências mútuas, o que seria muito importante para uma melhor caracterização do ativismo GLBT.

⁹ Quadros retirados de Sandoval (1997).

Como aponta Sandoval (1997), estes quadrantes são interdependentes e, muitas vezes, ações desenvolvidas no âmbito privado extrapolam os espaços virtuais e chegam até a esfera pública. Do mesmo modo, ações mobilizatórias que interpelam as políticas institucionais em âmbitos públicos reverberam em espaços privados, influenciando novos comportamentos e ações tanto individuais como coletivas, em espaços institucionais ou não-institucionais.

1.4. Identidade como Estratégia: Relações entre Estado e Sociedade Civil

Na medida em que a militância GLBT em Belo Horizonte se institucionalizou e se aproximou do Estado, observamos que também o estilo das ações empreendidas foi se transformando. Esta aproximação trouxe diversos benefícios para a mobilização e atuação dos grupos, principalmente na produção da Parada GLBT, entretanto, é possível observar o engessamento de alguns posicionamentos políticos dos grupos militantes e a cooptação de membros para apoiarem grupos políticos que estão no poder. Diante disso, entendemos que para analisarmos este movimento, é importante compreendermos como a relação entre o Estado e os movimentos sociais pode influenciar na constituição da identidade coletiva dos grupos¹⁰.

Bernstein (1997), analisando ações coletivas no contexto estadunidense, observou que os movimentos GLBT, que antes lutavam pela transformação cultural e pela liberação sexual, foram se transformando em um grupo de interesses políticos extremamente burocratizados. De um modo geral, este fenômeno também pode ser identificado no movimento GLBT brasileiro.

Segundo Bernstein (1997), o modo como os representantes deste movimento suprimiam ou ressaltavam as diferenças identitárias que demarcavam as fronteiras políticas dependia: do quanto os grupos conseguiam acessar a política institucional; de características organizacionais do grupo; e o tipo de oposição que eles enfrentavam¹¹.

Para sustentar essa determinação identitária, Bernstein (1997) define três níveis analíticos da identidade: 1) Identidade para empoderamento (recurso mobilizatório,

¹⁰ Embora reconheçamos que a dicotomia entre Ator e Sistema (Touraine, 1988) seja reducionista, nosso estudo se desenrola a partir da perspectiva do Ator, do eixo “consciência e ação”, mais que “estrutura e sistema”, por isso a análise teve como objetivo compreender como os movimentos sociais que emergem da sociedade civil acessaram o Estado.

¹¹ Bernstein (1997) constrói este modelo baseada em análises sobre o movimento GLBT, entretanto, afirma que ele é válido para a compreensão de movimentos sociais em geral.

formação de vínculos, conscientização política e pertencimento grupal); 2) Identidade como objetivo (desconstruir categorias ou estigmas identitários); e 3) Identidade como estratégia política, na qual a autora define duas formas possíveis de estratégias identitárias:

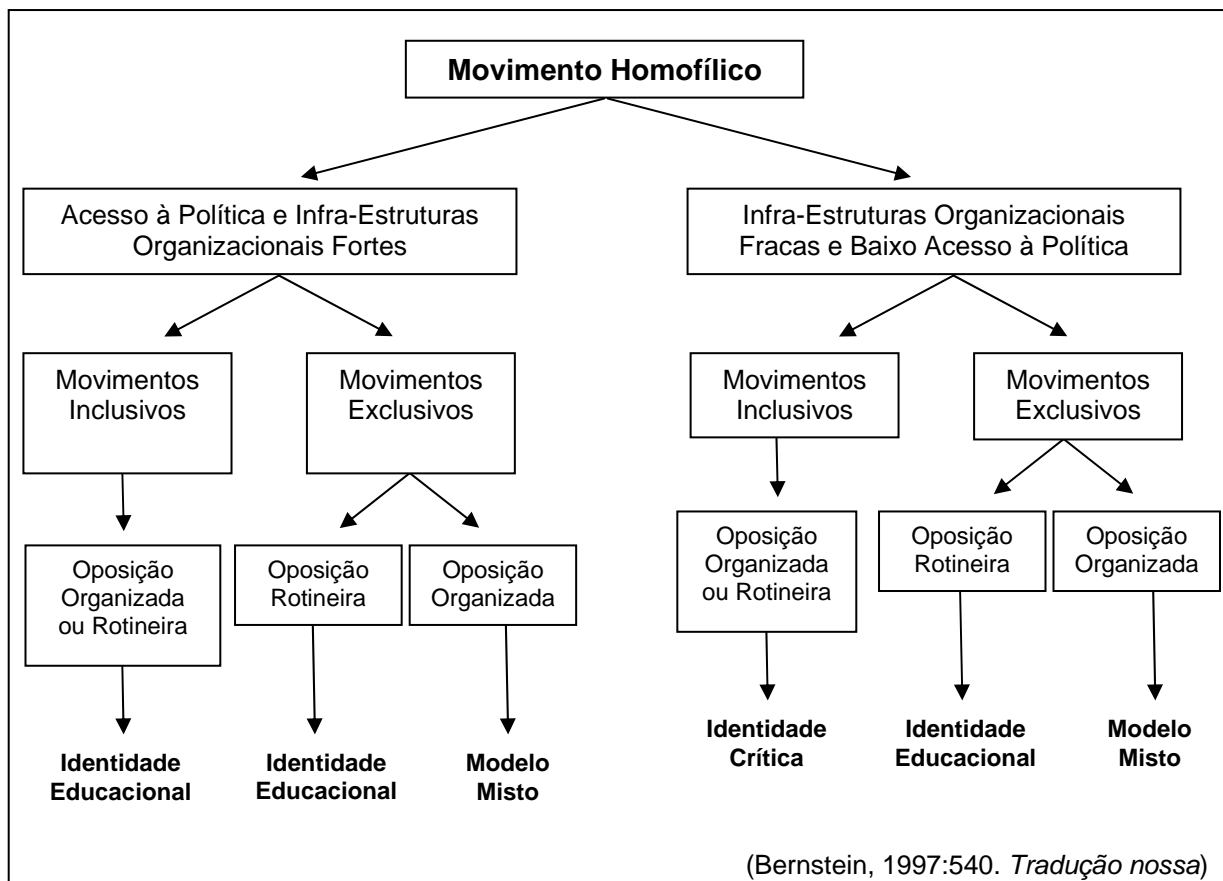
- Identidade Crítica (*Identity for Critique*): confronta e desafia os valores, categorias e práticas da cultura dominante, enfatizando a dicotomia *Nós vs Eles* e, conseqüentemente, as diferenciações identitárias.
- Identidade Educacional (*Identity for Education*): busca transformar a percepção da cultura dominante em relação a uma determinada minoria, suprimindo as diferenciações identitárias e construindo legitimidade política através do jogo com temas incontestáveis. Este posicionamento político foi chamado de assimilacionismo.

A identidade crítica tende a se formar em situações onde os grupos têm pouco acesso ou relações negativas com a política estatal e estruturas organizacionais fracas. Bernstein (1997) compreende o acesso à política e a infra-estruturas organizacionais fortes (*Strong Organizational Infrastructure or Access to the Polity*), como a capacidade dos grupos em: obter das instituições estatais resposta a suas questões; eleger políticos; acesso aos representantes políticos, através de empresas, contatos pessoais, posições oficiais em partidos políticos, etc.

Um ponto que irá influenciar decisivamente a escolha da estratégia identitária diz respeito ao poder mobilizatório dos grupos. Movimentos inclusivos (*Inclusive Movement Organizations*) são aqueles que têm o objetivo de mobilizar o maior número possível de pessoas, e movimentos exclusivos (*Exclusive Movement Organizations*) são os que não encorajam a participação popular. Para Bernstein (1997), os movimentos inclusivos favorecem a formação de identidades críticas, enquanto movimentos exclusivos favorecem a formação de identidades educacionais. A presença de oposição organizada (*Organized Opposition*) também favorecerá a formação de identidades críticas, na medida em que demanda antagonismos mais demarcados.

Estes elementos definirão as estratégias utilizadas pelos grupos. Bernstein (1997) aplica este modelo teórico para compreender algumas experiências organizativas do movimento GLBT estadunidense.

No quadro abaixo a autora sintetiza seu modelo teórico, a partir do qual poderemos observar como se dá a articulação dos elementos que expusemos acima e que se referem à construção identitária nos movimentos sociais:



O Movimento Homofílico (Homophile Movement) é compreendido pela autora como um estágio pré-mobilizatório de ativismo. Este estágio pode ser associado ao que Melucci (1996) chama de Redes Submersas, que são as redes de sociabilidade que antecedem a emergência de uma identidade coletiva. As Redes Submersas consistem nas organizações e nas experiências individuais que produzirão o contexto no qual se formará um movimento social.

A escolha das estratégias identitárias (Crítica, Educacional ou Mista) pode assumir níveis individuais e coletivos, além de ocupar espaços públicos e privados, e acionar meios formalizados e não formalizados de atuação política. Isto nos permite sobrepor esta dimensão da formação da identidade aos quadrantes desenvolvidos por Sandoval (1997), no intuito de qualificar e analisar melhor algumas condições nas quais os grupos de Belo Horizonte optaram por transformar seus modos de ação ao longo de sua história.

1.5. Hegemonia e Contra-Hegemonia

Discutir o teor político de qualquer experiência social requer que tenhamos uma definição sobre o que seja o universo da política e, para definirmos melhor os objetivos de nossa pesquisa, faz-se necessário explicitar o que chamamos de hegemonia e, conseqüentemente, de contra-hegemonia.

Essa discussão nos leva até uma concepção de política que requer a distinção entre dois termos: A Política, como o conjunto de práticas sociais que definem o campo político no universo da legalidade e do consenso social, e O Político, como o espaço definido fora da sociabilidade, mas que é definidor do social, uma vez que toda relação é uma relação de poder (Ferreira, 2004). Nesse sentido, O político pode ser compreendido como aquilo que é anti-social, ou seja, que define os limites da objetivação social, enquanto A política é definida como as práticas sociais que derivam de antagonismos e conflitos e que competem por uma nova significação do real (Prado, 2001; Mouffe, 1988). A política é entendida aqui como a sociabilidade que se processa no espaço existente entre o que é legal – conservado e legitimado pelo Estado e as demais instâncias de objetivação social –, e o que é justo – definido pelo sentimento de injustiça que surge quando relações naturalizadas de opressão podem emergir como antagonismo social em grupos particulares (Ferreira, 2004).

Essa distinção permite discutirmos a democracia como um processo que não exclui de sua dinâmica o conflito (Ferreira, 2004). Dessa forma, não vislumbramos eliminar o conflito ao jogar luz sobre ele, entendemos, ao contrário, que possibilitar seu aparecimento é condição para a emergência de identidades conflitantes e, portanto, oportunidade para que suas demandas sejam debatidas publicamente e para que novos conflitos possam emergir, uma vez que uma completa realização da democracia é impossível, por princípio (Laclau & Mouffe, 1985). A democracia, como um conceito, encerra em si este paradoxo e a perspectiva que expusemos nos indica a necessidade de sabermos lidar com este paradoxo (Scott, 2005; Mouffe, 2000) sem cairmos na tentação de eliminá-lo, nos abrigando sob o conforto de teorias totalizantes. A justiça, por sua vez, passa a ser objeto de debate na medida em que os arranjos democráticos permitem o debate público, e que por sua vez possibilita a passagem de uma condição naturalizada das relações de opressão para uma concepção de antagonismo social e a conseqüente produção de lutas democráticas (Mouffe, 1996; 1988).

Para entender o campo político em termos relacionais, sem um centro estrutural que determina os jogos de força (como no economicismo marxista), deve-se compreender que a totalidade deve estar presente em cada ato individual de significação. O limite desta totalidade, capaz de abarcar todas as diferenças, precisará converter toda a exterioridade em algo interior. Neste sentido, *“a única possibilidade de existir um verdadeiro exterior, seria que o exterior não foi simplesmente um elemento a mais, neutro, mas o resultado de uma exclusão, de algo que a totalidade expelle de si mesma, a fim de constituir-se”* (Laclau, 2005:94).

Para que a hegemonia se consolide, a sociedade necessita criar inimigos, *demonizar* setores populacionais para conquistar sua própria coesão social e, sendo assim, todas as outras diferenças seriam equivalentes em sua hostilidade comum a diferença excluída (Laclau, 2005).

A equivalência subverte a diferença, de forma que toda identidade é constituída na tensão entre a lógica da diferença e a lógica da equivalência. *“A hegemonia pode ser concebida como uma totalidade falida, lugar de uma plenitude inalcançável, uma totalidade impossível porém necessária”* (Laclau, 2005:94).

Sendo assim, toda identidade se estabelece na tensão insuperável entre as lógicas da diferença e da equivalência, pois sem alguma exclusão nenhuma significação é possível. A hegemonia seria então impossível de ser representada ou apreendida conceitualmente, pois é o movimento capaz de transformar uma diferença particular em uma representação incomensurável (Laclau, 2005). A Hegemonia é a objetivação social (ou aquilo o que chamamos de Sociedade) nas relações de poder (Mouffe, 1988).

O paradoxo da hegemonia é estar dividida entre a particularidade que ela ainda é e a significação mais universal da qual se pretende portadora. Entretanto, a totalidade que ela representa não pode ser compreendida como um fundamento, mas sim, como um horizonte simbólico (Laclau, 2005). Nesta perspectiva a hegemonia pode ser considerada como

um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores constitutivo e constituidor que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida (Williams, 1979:113 citado por Ridenti, 2001).

A contra-hegemonia seria então, uma parte desta totalidade que, na tensão entre as lógicas da equivalência e da diferença, busca superar sua própria condição de

exclusão simbólica. Segundo Santos (2003), a contra-hegemonia surge de dentro da própria hegemonia, a partir de iniciativas criativas capazes de produzir a transformação social.

A contra-hegemonia opera no terreno do antagonismo e do conflito social e tem como objetivo se tornar hegemônica. Nesse momento, entendemos que é importante trazermos à tona a diferenciação entre inimigo e adversário, feita por Mouffe (2006). Para a autora, essa diferenciação implica em considerar o conflito político para além da eliminação simbólica do inimigo, e assim, ter como horizonte os múltiplos antagonismos que permeiam a sociedade democrática sob a perspectiva do adversário. Nesse sentido, a contra-hegemonia não pode simplesmente se tornar hegemonia. Ao reconhecermos que a política é um espaço de conflito, podemos afirmar que os atores sociais antagonônicos, ao disputarem um determinado lugar político, terão que se reposicionar.

Neste sentido, compreendemos as Identidades Coletivas como processos de significação que derivam de antagonismos sociais, e que estão articulados através da lógica de reciprocidade. Conseqüentemente, as Identidades Coletivas, instaladas como objetivação social, são atividades da política. Isso nos leva a dizer que,

Somente a presença de um conflito não basta para qualificar uma ação coletiva como movimento social. Se o conflito não ultrapassa os limites do sistema de referência, encontramos-nos diante da competição de interesses no interior de uma certa ordem normativa. A ação tende, então, à melhoria da posição relativa do ator, à superação dos obstáculos funcionais, à modificação das relações de autoridade (Melucci, 2001:36).

Sendo assim, as identidades contra-hegemônicas se encontram fora da objetivação social, e demandam das identidades coletivas operações de dessocialização para a construção da contra-hegemonia, ou da nova hegemonia. Nestas condições, as identidades coletivas contra-hegemônicas “*comportam a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema de relações sociais em que se coloca: situam-se além da gama de variações que um certo sistema pode tolerar sem modificar a própria estrutura*” (Melucci, 2001:37), provocando, então, a transformação da objetivação social, ou em outras palavras, transformando os limites do social.

1.6. Movimentos GLBT e as Lógicas de Mercado

O surgimento dos movimentos sociais organizados em torno das discussões referentes à livre orientação sexual possui uma intrincada e paradoxal relação com o sistema capitalista de produção, bem como, com o processo de globalização neoliberal que estamos vivendo (León, 2003). Essa relação pode ser ilustrada através do consumo do que se convencionou chamar de “indústria cor-de-rosa” ou “pink money”, no qual os homossexuais se tornam um grupo de consumo importante, movimentando cada vez mais produtos específicos e volume de capital. Essa movimentação, enfatizada pela indústria cor-de-rosa e pelo fortalecimento sócio-econômico de muitos homossexuais, permitiu acesso a zonas de democracia sexual através do mercado e espaço midiático importante para o lançamento demandas sociais em diversas agendas, produzindo ampla visibilidade (Santos, 2003b).

O movimento GLBT conseguiu uma vasta gama de negociações políticas valendo-se da visibilidade proporcionada pelo mercado, contudo, segundo Santos (2003), muitas vezes essa indústria corrompe ideais e subverte os objetivos emancipatórios das ONG's que militam nesse movimento. A indústria cor-de-rosa e o conseqüente fortalecimento de um gueto podem promover o isolamento de indivíduos em sub-culturas alijando-os do restante da sociedade sem abrir mão de sua inclusão no sistema capitalista. Esse processo pode levar a uma neutralização do poder emancipatório do movimento GLBT, reduzindo sua força política e circunscrevendo sua visibilidade enquanto um produto do próprio sistema de produção.

Conseqüentemente, esse processo revela uma ambigüidade: se por um lado, o sistema capitalista e o processo de globalização oferecem as condições necessárias para a erupção e ação do Movimento GLBT, por outro, pode ser visto como parceiro de ideologias patriarcais e homofóbicas (Santos, 2003). O sistema capitalista, ainda mais gravemente em sua vertente neoliberal, relega a um segundo plano o compromisso do Estado com as necessidades sociais e a promoção humana e abriga meios de comunicação midiática que dão visibilidade ao movimento, mas produzem imagens estereotipadas de um universo bastante diversificado, pois o fluxo de valores culturais fica à mercê dos interesses do mercado.

Esta ambigüidade se manifesta nos debates que se dão em torno do “gueto”, e que dizem respeito aos espaços comerciais freqüentados por homossexuais. MacRae (1990; 2005) aponta a importância do gueto, pois,

“(...) é lá (no gueto) que normalmente as pressões sofridas no cotidiano são afastadas, novos valores são desenvolvidos e o homossexual tem mais condições de “se assumir” e testar uma nova identidade social. Uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em âmbitos menos restritivos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que frequenta. Por isso é da maior importância o gueto, que mais cedo ou mais tarde também acaba afetando outras áreas da sociedade, criando novos espaços de democracia sexual”. (MacRae, 1990:51)

A relação entre a homossexualidade e as zonas de democratização proporcionadas pelo mercado tem sido amplamente discutida¹², pouco criticada, e permanece tão instigante e problemática que serve de inspiração para um sem número de trabalhos, tais como o texto “Do gueto ao mercado” (França & Simões, 2005). Nesse texto, a questão do gueto é discutida através de uma extensa descrição dos territórios de socialização da comunidade gay paulistana. França & Simões (2005) argumentam que a proliferação dos espaços comerciais voltados para a comunidade gay e a diversificação destas opções cresceu tanto que é possível falarmos de um mercado homossexual¹³.

Tanto os textos de MacRae (1990; 2005) quanto o de França & Simões (2005), apontam características positivas à existência do gueto, defendendo sua existência para uma ampliação das possibilidades democráticas de expressão da sexualidade, afinal, a emergência de formas de vida homossexual mais emancipadas estão intrinsecamente relacionadas à expansão do capitalismo em nossas sociedades (Green, 2003). Todavia, o legado marxista fez com que, durante muito tempo, os intelectuais mantivessem uma visão muito preconceituosa com relação ao mercado, associando-o ao sistema capitalista de produção (Green, 2003)¹⁴.

Esta defesa do gueto, por parte dos dois artigos, não é uma leitura acrítica destes territórios de mercado. Mesmo no texto de França e Simões (2005), no qual o contexto de exploração permanece pouco evidenciado, é reconhecido,

(...) que os territórios reais e virtuais aqui tratados – por mais ampliados, diversificados e pluralistas – ainda sejam reconhecidos como “guetos” é um indicador da tensão recorrente entre os esforços de “pluralizar o universal”, combatendo a segregação e a incomunicabilidade das diferenças, e a necessidade de manter espaços protegidos diante

¹² A importância do mercado – de bares e boates principalmente – fica muito clara em vários depoimentos de nossos entrevistados. Diversos grupos se utilizaram destes espaços para iniciar suas atividades. Em Belo Horizonte, o fortalecimento deste mercado foi mais lento do que em outras capitais. Itamar Santos relata sobre os perigos de ser homossexual na cidade em 2000 (ver: histórico do grupo Guri).

¹³ Santos (2003) traz o exemplo de Chueca, em Madri, que consiste em um bairro todo voltado para a comunidade homossexual. Exemplos parecidos podem ser encontrados em diversos lugares do mundo capitalizado.

¹⁴ Green (2003) relata que a relação entre a esquerda e a homossexualidade nunca foi tranqüila. Muitas vezes a homossexualidade era associada a ansios burgueses, ou simplesmente esquecida dentro dos partidos, chegando a ser severamente discriminada em alguns contextos, tais como em Cuba e na antiga União Soviética. Nestes locais, os partidos foram inclusive simpáticos a descriminalização da homossexualidade antes de subirem ao poder.

da intolerância que persiste sob múltiplas formas e procedências (França & Simões, 2005:333).

Embora concordemos em grande parte com os argumentos destes autores, ainda resta dizer que a questão do gueto merece atenção em outros pontos. É necessário que consideremos a questão dos direitos sexuais (Petchesky, 1999) dentro de um arranjo teórico que seja capaz de intercambiar as demais demandas sociais por ampliações da democracia que emergem nas sociedades democráticas, reconfigurando permanentemente o espaço da cidadania (Mouffe, 1988, 1996).

O gueto produziria, no âmbito tratado por esses autores, formas encapsuladas de socialização que geram regiões de democracia sexual. Todavia, o gueto por si só não significa mudança social no sentido de propiciar aos homossexuais maior reconhecimento da diferença por parte da sociedade ou algum recrudescimento de seus ideais patriarcais e heterossexistas (Santos, 2003; MacRae, 1990). Talvez possamos nos arriscar a dizer que a inclusão de homossexuais via mercado pode ser uma forma perversa de manter no sistema social de produção os homossexuais capitalizados, de classes mais altas, ao mesmo tempo em que dispersa e desvia os possíveis antagonismos que aí se produziriam¹⁵.

Esta discussão se relaciona diretamente com nosso estudo, uma vez que, como dissemos, alguns grupos que pesquisamos apresentam posições políticas extremamente críticas ao sistema capitalista, tais como a ALEM e o CELLOS, enquanto outros, apresentam uma postura excessivamente positiva para com as lógicas do mercado, tais como o Clube Rainbow de Serviços e o Libertos Comunicação. Neste sentido, o fato dos grupos ALEM e CELLOS terem se mantido na liderança na organização da Parada GLBT nos ajuda a levantar perguntas cruciais para o desenvolvimento de nossas análises.

As Paradas GLBT mais importantes do país, como as de São Paulo e Rio de Janeiro, têm como característica uma presença marcante do capital privado, sob forma de patrocínio de grandes empresas. Esta entrada de capital permite amplo espaço de liberdade na organização do evento, mas por outro lado, quais seriam suas implicações? Qual o significado social desta entrada de capital? É importante detectar as implicações

¹⁵ Talvez isso tenha a ver com a fala de Mott (2002): “*O grande problema do movimento homossexual no Brasil é a falta de repercussão junto ao meio intelectual, a classe acadêmica. Infelizmente as principais lideranças dos 120 grupos homossexuais que existem de norte a sul do país são pessoas de classe baixa, de nível muitas vezes pré-universitário, o que faz com que alguma pessoa de nível mais elevado educacional se envolvendo com o movimento tenha uma certa projeção pela sua própria bagagem intelectual.*” Marsiaj (2003) traz reflexões semelhantes.

políticas e sociais da entrada do capital privado junto à ação de um determinado movimento social.

Em Belo Horizonte, ao contrário, a Parada GLBT conta apenas com verba de entidades governamentais destinada à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST's) e produção de eventos culturais. Isto também nos remete a alguns problemas, pois, para a obtenção desta verba, os grupos têm de se adequar às exigências do Estado. Levantamos então, algumas perguntas que são caras à compreensão destes grupos e de suas conseqüências políticas.

- Quais seriam então, as conseqüências destas exigências, na formação das identidades coletivas?
- Que tipos de antagonismos esse movimento expressa e quais se sobrepõem a outros antagonismos democráticos?
- Quais suas implicações para nossa concepção de democracia?
- Qual seu papel para a transformação da realidade social, na construção de uma vida mais justa?

Questões como estas, norteadoras deste trabalho, precisarão de mais aprofundamento e muitos estudos sistemáticos para que obtenhamos respostas adequadas, todavia, partimos de alguns pressupostos que nos permitem afirmar que a política GLBT deve ser entendida como a busca de metas e objetivos GLBT, no contexto de uma articulação mais vasta de exigências, transformando todos os discursos práticos e relações sociais em que a categoria homossexual é construída de forma a implicar subordinação (Mouffe, 1988; 1996).

1.7. Discussão Metodológica

É importante ressaltarmos que as pesquisas realizadas pelo NPP se justificam, não só por suas contribuições epistemológicas, mas também pelas contribuições sociais do trabalho de pesquisa, uma vez que consideramos estas duas formas de contribuição inseparáveis. Na América-Latina, autores como Lane (2000) e Sandoval (2000), argumentam sobre a importância de a ciência assumir seu papel político, facilitando a transformação social através de uma leitura histórica dos fenômenos humanos. Nessa perspectiva a ciência é um construto sócio histórico longe da neutralidade, e que responde a pressões políticas e necessidades percebidas pela sociedade (Santos, 1988; 2000; 2002a; 2002b; 2004).

Isso se torna ainda mais enfático na medida em que estamos falando de um país no qual as condições de opressão se configuram como uma das mais acentuadas do mundo. Nesse sentido, é importante não perdermos de vista que o desenvolvimento da psicologia social latino-americana se deu principalmente a partir da impossibilidade de aplicação prática da psicologia social americana no contexto brasileiro.

Após compreender que o terreno natural de investigação científica e de aplicação era o mundo do subdesenvolvimento, logo percebemos que mudança (individual ou coletiva, entendida como conscientização, mobilização e empoderamento) deveria ser um componente central de nossa abordagem, a qual nesse contexto, requeria compreensão sócio psicológica/psicossociológica integrada para adequadamente lidar com a pobreza (entendida como exclusão, opressão e impotência) (Sandoval, 2000:105-106).

Sendo assim, o contexto de subdesenvolvimento, entendido dentro de um processo de globalização hegemônico que mantém os países periféricos e semi-periféricos em condições econômicas desfavoráveis e em franco processo de colonização cultural, não pode de modo algum ser ignorado neste trabalho.

1.7.1. Metodologia

Para deslindarmos essa teia de relações, devemos lançar mão de metodologias apropriadas que não ignorem a complexidade dos fenômenos que nos propomos investigar. As pesquisas e as metodologias no campo de estudo dos Movimentos Sociais e da Ação Coletiva têm expressado, como formas de compreensão do fenômeno, a divisão dualística presente na própria abordagem do objeto. Entre uma abordagem que busca identificar no sistema social as motivações materiais e concretas para erupção da ação coletiva e outra que busca identificar nas crenças, valores e representações de militantes e atores as principais motivações, temos a expressão de um dualismo que têm percorrido a história das Ciências Sociais. Dessa forma, ora as metodologias trabalham com a formação da ação a partir de seus conteúdos simbólicos, ora com as análises estruturais que incidem sobre a motivação dos grupos (Melucci, 1996; 2001).

Melucci (1996) argumenta que possíveis problemas metodológicos e teóricos no estudo das identidades coletivas podem ser derivados desta lacuna que tem se estabelecido na história das Ciências Sociais, mais precisamente a dualidade que separa sistema e o ator (Touraine, 1988). Vários autores como Touraine (1988), Sandoval (1997), Melucci (1996), Klandermans, Staggenborg & Tarrow (2003), entre outros, têm

se dedicado a pensar analiticamente as possibilidades de superação deste hiato na análise dos movimentos sociais (Prado, 2000).

Prado (2000) defende a necessidade de considerar alguns pontos fundamentais no estudo dos movimentos sociais, tais como: a) uma concepção não-racionalista de política e que considere o conflito como condição de possibilidade da política (Mouffe, 1988; 1996); b) escapar de uma noção de racionalidade na qual o indivíduo bem adaptado é sempre racional, e desequilíbrios emocionais, por sua vez, levariam à sugestionabilidade e irracionalidade (Melucci, 1996); c) considerar as relações de poder, desigualdades e problemas que derivam de relações mais amplas com instituições, evitando que enfatizemos os aspectos psicológicos e desejos insatisfeitos dos indivíduos, o que nos levaria a uma individualização do sujeito (Sandoval, 1997); d) buscar a superação das concepções iluministas de interioridade-exterioridade, de racionalidade transparente e da lógica da mudança-estabilidade; e) sustentar uma visão histórico-social que seja capaz de compreender as relações entre indivíduo e sociedade e as conseqüentes formações das identidades sociais e coletivas sem recorrer a quaisquer naturalizações que levem a compreender o sujeito coletivo relacionado à manutenção ou desestabilização da ordem no mundo social e ao sujeito integrador.

Como forma de compreender estas complexas nuances dos movimentos sociais, historicamente este campo de pesquisa tem utilizado ferramentas metodológicas variadas, tais como surveys, observação participante, estudos de caso, entrevistas, grupos focais, análise histórica e documental, entre outras. Todavia, durante muito tempo, a discussão entre estrutura e significado tendeu a separar nos aportes teóricos as metodologias quantitativas das qualitativas, e o fortalecimento de escolas provocou a tendência de associação entre teorias e métodos, estabelecendo uma relação quase inquestionável de validação recíproca entre ambos.

As abordagens quantitativas foram associadas ao positivismo e, na psicologia social, principalmente no Brasil e na América Latina, estas abordagens foram relegadas a um segundo plano, acusadas de serem reducionistas e de não levarem em conta o principal ponto de interesse destes campos de pesquisa: a questão do significado.

Como forma de superar o hiato que historicamente separou aspectos estruturais e motivacionais da participação, Klandermans, Staggenborg & Tarrow (2003) chamam a atenção para a triangulação de metodologias como forma de conseguir uma maior aproximação do objeto.

Autores como Creswell (2003) e Minayo & Sanches (1993) argumentam que hoje a questão que se coloca é menos a de se opor metodologias quantitativas a metodologias qualitativas, mas sim, na prática, como os desenhos de pesquisa conseguirão capturar o contínuo ou a complementaridade que existe entre essas duas dimensões dos objetos das ciências sociais, visando sempre ampliar a compreensão dos fenômenos.

Reconhecer a interpenetração e interdependência entre estrutura e significados nos leva a revelar que, uma vez que é impossível alcançarmos uma ciência neutra, somos obrigados a incluímos o observador como parte integrante dos dados. Nesse sentido, qualquer forma de análise é tomada como um diálogo, uma significação possível da realidade pesquisada e nunca como uma objetividade dada a priori. Devemos então buscar interpretar os dados de campo “(...) *de forma a potenciar espaços de liberdade e não a construir cangas analíticas redutoras de uma realidade que é sempre complexa, transbordante e propiciadora de outras versões*” (Mendes, 2003:20).

1.7.2. Estratégias Metodológicas

Para investigarmos os processos que constituem e regulam as identidades coletivas, consideramos fundamental a participação em campo, no sentido de identificar os elementos que conduzem as práticas sociais, como também, procedimentos de coleta de dados mais estruturados como entrevistas individuais, entrevistas discutidas coletivamente e coleta de material produzido pelos grupos, entendidos como uma amostra da produção simbólica destes. Assim, buscamos utilizar procedimentos metodológicos variados, mais estruturados e menos estruturados, como estratégia para ampliar nossa compreensão do fenômeno (Taylor & Bodgan, 1997).

Durante nossas atividades de campo ficou muito clara a importância de não perdermos de vista o papel do pesquisador como constituinte da pesquisa, ou seja, em seu papel de observador que torna possível abordar um objeto, mas que, ao mesmo tempo, contamina este objeto. Ao incluímos o observador nos resultados da pesquisa, devemos passar necessariamente por uma análise minuciosa da demanda e do valor que os pesquisados atribuem ao pesquisador (Zaluar, 1994).

Assim, durante todo o processo de observação participante buscamos identificar as diferenças presentes na relação pesquisadores-atores sociais, já que é a reflexão a partir destas diferenças que nos permitirá compreender os discursos coletivos como significações produzidas a partir de um espaço histórico, social e político. Neste sentido, trabalhamos tanto na construção da relação pesquisador/atores-sociais, como na análise desta própria relação reflexiva, que por sua vez, fornece elementos para a compreensão de como se articulam as diferentes concepções da realidade entre os atores envolvidos no processo (Demo, 1982; Zaluar, 1994; Taylor & Bodgan, 1997). Isto levou com que, em determinadas etapas da pesquisa, fizéssemos devoluções de nossos resultados como forma de manter aberto o diálogo sobre nossas análises.

Para tal nos valem dos seguintes procedimentos:

- Observação Participante (diário de campo e cédulas de campo)

Informação construída através da nossa interação em campo com os grupos, em visitas e convivências periódicas, onde registramos nossas impressões, fluxos cotidianos de informações e as dinâmicas de mobilização. Este procedimento também contribuiu na reconstrução da história dos grupos. Durante nossa participação em campo anotamos pontos principais que posteriormente eram digitados e enriquecidos com detalhes e reflexões vivenciais do pesquisador. Estas anotações foram construídas como um caderno de campo, que foi categorizado e analisado. Pudemos observar que nossas primeiras anotações (2003 – 2004) eram mais analíticas e atentas às dinâmicas psicológicas, ao passo que nossas últimas anotações (2005 – 2006) eram mais descritivas e atentas aos problemas e fatos concretos que eram apresentados. Interpretamos essa variação como uma consequência da apropriação do cotidiano em campo pelo pesquisador, que passou a naturalizar certos procedimentos, muitas vezes de forma pouco crítica (Demo, 1982; Zaluar, 1994).

- Coleta e análise de material simbólico produzido pelos grupos (jornais, cartilhas, atas, cartas públicas, e-mails, folders, etc.).

Esta atividade consistiu no levantamento de dados documentais que os grupos produziram. Este procedimento foi fundamental, pois contribuiu na compreensão de contextos específicos e marcos históricos de cada grupo e, principalmente, como os

grupos processam cognitivamente suas demandas na elaboração de seus discursos internos e externos ao grupo.

Temos como referência que os documentos podem ser “*lidos como a sedimentação de práticas sociais, [que] têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo; eles também constituem leituras particulares dos eventos sociais*” (May, 2004; citada por Magalhães, 2007).

- Entrevistas semi-estruturadas (individuais e coletivas)

Importante ressaltarmos que todos os nossos entrevistados optaram por serem identificados com seus nomes próprios. Tentamos incluir o máximo possível suas falas no corpo do texto, o que nos leva a explicitar algumas convenções que utilizamos na transcrição e escolha das frases:

- (...) – Significa que houve um espaço de fala que cortamos, por estar repetitiva, ou por reportar alguma informação que extrapola a categoria tratada.
- (xxx) – Palavra não compreendida durante a transcrição
- (xxx) (xxx) – Trecho não compreendido durante a transcrição
- [] – Comentários incluídos durante a transcrição, sobre informações não verbais, ou, termos que reforçam ou completam o conteúdo, inseridos no texto durante a escolha do trecho utilizado.

- Ficha de Mapeamento Histórico

Esta ficha nos auxiliou a coletar e organizar as informações relativas ao histórico da Parada do Orgulho GLBT de Belô. Este procedimento, mais do que revelar aspectos concretos da realidade histórica, propiciou maior clareza da relação pesquisador-pesquisado, explicitando pontos nodais de divergências entre os grupos, diferenças políticas, ideológicas e até mesmo pessoais. Apresentaremos esta ficha no Capítulo VI.

1.7.3. Relato das experiências de campo e informações produzidas

Nesses mais de quatro anos de atividades do Núcleo de Psicologia Política, realizamos diversas pesquisas ligadas ao movimento GLBT, que contribuíram para nossas análises. Realizamos um estudo comparativo entre os grupos ALEM e Clube Rainbow de Serviços (Machado & Prado, 2005) e entrevistamos lideranças de vários grupos dentro de um projeto maior que tinha como objetivo mapear diversos

movimentos sociais na cidade (Prado, 2005). Ainda em 2005, desenvolvemos um estudo quantitativo de investigação de diversos aspectos, entre os participantes da Parada, intitulado “Participação, Política e Homossexualidade: VIII Parada do Orgulho Homossexual de Belo” (Prado; Rodrigues, & Machado, 2005), e desenvolvemos a pesquisa “A dinâmica da participação política no movimento social GLBT: seus impedimentos e suas possibilidades” (Costa; Prado & Machado, 2008).

Paralelamente às nossas atividades de pesquisa, o NPP passou a fazer parte do cotidiano dos grupos e eles do nosso. Participamos juntos de seminários, mesas redondas e muitas outras atividades e projetos. Nesse percurso, construímos uma grande quantidade de informações que, direta ou indiretamente, fizeram parte do material de análise desta pesquisa.

Exceto o questionário que aplicamos nas Paradas de 2005 e 2006, todas as nossas pesquisas junto a esse movimento fizeram uso de metodologias qualitativas: Pesquisa Participante, Diário e Cédulas de Campo, Entrevistas, Grupos Focais e Análise de Documentos e Materiais Simbólicos produzidos pelos grupos e sobre os grupos.

Acompanhamos um grande número de atividades promovidas por esses grupos, incluindo todas as reuniões públicas do *Comando da Parada GLBT* em 2004 e 2005 – que geraram muitas anotações, reflexões e acesso a documentos importantes. Em nossas observações de campo, geralmente utilizamos o diário de campo e as cédulas de campo (Reboredo, 1983; Zaluar, 1994). Esse material foi categorizado e organizado e contribuiu muito para a qualificação de nossas entrevistas e apoio em todos os outros procedimentos.

Coletamos e analisamos grande quantidade de documentos, jornais, folders, atas, textos, sites, e-mails produzidos pelos grupos, bem como matérias publicadas pela imprensa local sobre os grupos e suas atividades.

Utilizamos entrevistas semi-estruturadas, individuais e coletivas. Quanto às entrevistas individuais, utilizamos desta técnica com diferentes atores sociais para a construção de informações referentes à dinâmica interna dos grupos, compreendida como a identificação das formas de organização e das posições hierárquicas de cada grupo, o mapeamento das relações internas e externas do grupo, o histórico das ações mobilizatórias, conhecimento e classificação dos adversários, aliados e da eficácia das ações de mobilização e análise dos elementos que constituem o processo de identificação coletiva.

Inicialmente, tínhamos a idéia de realizarmos entrevistas grupais (ou grupos focais) com todos os grupos para a devolução de nossas análises sobre o histórico e constituição das identidades coletivas, onde exploraríamos os consensos e dissensos sobre questões históricas, a questão dos aliados e adversários, as ações mobilizatórias e a estruturação do grupo e, por último, o significado e a efetividade das ações coletivas. Ainda com esse propósito, entregamos uma versão impressa da primeira versão de nossos capítulos históricos para que os grupos pudessem ler e discutir. Entretanto, devido ao volume de informações que já havíamos coletado e as complicações com o agendamento destas entrevistas, realizamos apenas uma entrevista coletiva de devolução com integrantes da ALEM. Realizamos também conversas informais, “*diálogos*”, com integrantes do CELLOS e da ASSTRAV, e trocamos e-mails com Edson Nunes, Osmar Resende, Danilo Ramos e outros, como forma de dialogar e legitimar nossa leitura histórica.

A entrevista coletiva que realizamos com a diretoria da ALEM, inicialmente foi pensada como um grupo focal, entretanto, o agito das atividades cotidianas da entidade produziram um contexto impeditivo de mantermos o rigor exigido por esta metodologia. Interessante observarmos que as entrevistas e *diálogos* de devolução não foram marcadas por nós, mas solicitadas pelos grupos que, após a leitura de nossos capítulos históricos, se manifestaram criticando pontos polêmicos e equívocos de nosso trabalho. Estes *diálogos* nos levaram a reformular muitos pontos analíticos e estimularam novas reflexões.

As entrevistas foram transcritas e categorizadas para análise de conteúdo dos discursos e dos significados envolvidos nas ações dos atores (Machado, 2002).

Listamos a seguir as principais informações utilizadas nesta pesquisa:

Entrevistas:

| Entrevistado | Data | Entrevistador |
|---|------------------|--------------------------------|
| 1. Soraya Menezes (ALEM) | Setembro de 2003 | Frederico Viana Machado |
| 2. Participante Gay (Clube Rainbow de Serviços) | Setembro de 2003 | Frederico Viana Machado |
| 3. Participante Lésbica (Clube Rainbow de Serviços) | Setembro de 2003 | Frederico Viana Machado |
| 4. Danilo Ramos de Oliveira (Clube Rainbow de Serviços) | Setembro de 2003 | Frederico Viana Machado |
| 5. Edson Nunes | Julho de 2004 | Luis Morando (GAPA e Professor |

| | | |
|---|-------------------|--|
| | | da UNE, que gentilmente cedeu esta entrevista para nossa pesquisa) |
| 6. Soraya Menezes (ALEM) | Dezembro de 2004 | Manuela Sousa Magalhães |
| 7. Carlos Magno (CELLOS-MG) | Abril de 2006 | Frederico Costa |
| 8. Carlos Magno (CELLOS-MG) | Maior de 2006b | Frederico Viana Machado |
| 9. Soraya Menezes (ALEM) | Julho de 2006 | Frederico Costa |
| 10. Dany (ALEM) | Maior de 2006 | Frederico Costa |
| 11. Ricardo (CELLOS-MG) | Maior de 2006 | Frederico Costa |
| 12. Luiz Morando (GAPA) | Novembro de 2006 | Frederico Viana Machado |
| 13. Roberto Chateaubriand (GAPA) | Dezembro de 2006 | Frederico Viana Machado |
| 14. Walkiria La Roche (ASSTRAV) | Dezembro de 2006 | Frederico Viana Machado |
| 15. Edson Nunes | Dezembro de 2006 | Frederico Viana Machado |
| 16. Itamar Santos (GURI/AGM) | Janeiro de 2007 | Frederico Viana Machado |
| 17. Luiz Morando (GAPA) | Janeiro de 2007 | Frederico Viana Machado |
| 18. Danilo Ramos de Oliveira (Clube Rainbow de Serviços) | Fevereiro de 2007 | Frederico Viana Machado |
| 19. Neila Batista | Fevereiro de 2007 | Frederico Viana Machado |
| 20. Elaine (ALEM) | Fevereiro de 2007 | Frederico Viana Machado |
| 21. Priscila (ALEM) | Fevereiro de 2007 | Frederico Viana Machado |
| 22. Porcina D'alexandro (ASSTRAV) | Março de 2007 | Frederico Viana Machado |
| 23. Entrevista Coletiva (ALEM): Soraya Menezes, Josiane Mota e Sueli Martins. | Maior de 2007 | Frederico Viana Machado |

Documentos:

| | |
|-------------------------------|---|
| Atas | Atas produzidas pelo Comando da Parada (abril, maio e junho de 2004) |
| | Atas de Reunião do Grupo Guri (entre o dia 25 de maio de 1998, e o dia 27 de junho de 2000) |
| Ofícios | Estatuto da ALEM |
| | Ofícios produzidos pelo Grupo GURI (ver ANEXOS). |
| | Folders e Cartazes produzidos pelos grupos (ver ANEXOS) |
| | Carta Aberta escrita por Edson Nunes. (Out. 2004) |
| | Carta Aberta escrita por Edson Nunes. (Jan. 2007) |
| | Notícias da Carta Aberta. Escrito por Edson Nunes (fev. 2007). |
| E-mails / Listas de discussão | Paradas do Orgulho Minas (http://br.groups.yahoo.com/group/paradasdoorgulhominas) Grupo Clube Rainbow (http://br.groups.yahoo.com/group/grupocluberainbow) |
| Jornais/ Revistas | Expressão GLS (Nov. 1997) (número único) |
| | Ego BH. (Jun. 1998) |
| | Herdeiras de Safo (Set./Nov. 2003) |
| | Jornal Rainbow (Números: 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23) Jornal Alegrei (Números: 01 e 02) |

Capítulo II - A POLITIZAÇÃO E O ENFRENTAMENTO SOCIAL DE GLBT

2.1. O Campo dos Movimentos Sociais como Objeto: Entre a Economia e a Cultura

Sexualidade: tema que poderia parecer uma irrelevância pública – questão absorvente, mas essencialmente privada. Poderia ser também considerada um fator permanente, pois se trata de um componente biológico e como tal necessária à continuidade das espécies. Mas, na verdade, o sexo hoje em dia aparece continuamente no domínio público e, além disso, fala a linguagem da revolução. (GIDDENS, 1993)

Com a expansão dos processos de modernização, temos visto uma considerável ampliação dos princípios democráticos no que diz respeito à sexualidade e às diferenças sexuais, mais especificamente, aos comportamentos sexuais não-heterossexualmente orientados. Embora longe de termos respostas satisfatórias aos dilemas postos pelas hierarquias sociais contemporâneas, consideradas hoje como relações de igualdade e diferença no contexto de multiculturalismo transnacional, percebemos transformações nos discursos científicos, legislações nacionais e práticas sociais que definem a identidade social e a cidadania de homossexuais e outras minorias. Podemos dizer que a democratização destes espaços faz parte de um conjunto mais amplo de transformações sociais chamado de modernização (Tejerina, 2005). Entretanto, essas transformações não são conseqüências naturais desse processo, não há um determinismo social, o que nos leva a afirmar que a modernidade é “*indiferente à diferença*” (Berman apud Bravmann, 1997).

Nesse sentido, esses novos eixos de radicalização dos princípios de igualdade e liberdade só foram conquistados através da militância que se organizou em torno das demandas deste segmento e que aos poucos foi politizando novos espaços da vida social e produzindo antagonismos sociais anteriormente impensáveis. Os movimentos sociais são atores importantes desse processo, embora os movimentos e ações coletivas não totalizem a participação política em torno destas questões, evidenciam e processam os pontos mais visíveis de embate público e de interpelação institucional junto à sociedade civil, sobretudo, junto ao que Tejerina (2005) chamou de máquina modernizadora: o Estado-Nação.

Conceituar precisamente o que são os movimentos sociais já de início nos revela a complexidade deste campo, pois em cada momento histórico as teorias percebem diferenciadamente esses fenômenos e, via de regra, essas concepções jogam luz e

obscurcem determinados aspectos da realidade social apontando o que se entende como o campo político, a cidadania etc. (Goss & Prudência, 2004).

O conceito de movimentos sociais toma força nos anos 70, com o esgotamento da noção de classe social e da insuficiência do marxismo tradicional em descrever o universo das lutas sociais por justiça (Goss & Prudência, 2004). Este ponto de origem legou às teorias sobre movimentos sociais a tendência de dividir os diferentes tipos de movimentos sociais em duas classes: Os "Movimentos Sociais Tradicionais" e os assim chamados "Novos Movimentos Sociais"¹⁶. Nesta clivagem, os "Movimentos Sociais Tradicionais" seriam visto como a expressão coletiva de minorias em sociedades estratificadas e industrializadas, e seu objetivo seria transcender as classes sociais buscando conquistas no plano econômico-estrutural. Em contra partida, os "Novos Movimentos Sociais" seriam aqueles que se organizaram principalmente após a Segunda Guerra Mundial e que estariam associados a demandas por reconhecimento ou contra opressões simbólicas. Os Novos Movimentos Sociais trouxeram em seus discursos a valorização de princípios como livre organização, autogestão, democracia de base, direito à diversidade e respeito à individualidade, respeito à identidade local e regional, e noção de liberdade individual associada à de liberdade coletiva (Scherer-Warren, 1987).

Os novos movimentos sociais desafiaram a noção de classes apontando que a política não pode ser reduzida aos seus aspectos estruturais, o que nos leva a perceber os atores políticos como agentes dinâmicos que operam na inter-relação entre estruturas e significados sociais, ou entre economia e cultura (Machado & Prado, 2005; Scherer-Warren, 1993).

Para que as relações de subordinação que se manifestam no cotidiano da vida privada, tal como as que formam o pano de fundo deste trabalho, possam ser percebidas, devemos evitar reduzir o campo político a seus aspectos institucionais, caso contrário, dificilmente a exclusão por orientação sexual poderá ser percebida como uma relação de opressão ou merecedoras de debate público, sendo sempre tomada como uma questão cultural ou não-política.

¹⁶ Em trabalho anterior demonstramos a insuficiência desta dicotomia na análise dos movimentos homossexuais em Belo Horizonte (Machado & Prado, 2005). Identificamos nas dinâmicas desse movimento reivindicações que demandam tanto reformas estruturais (jurídicas, legislativas), como reformas que podem ser entendidas como simbólico-culturais (baseadas em diferentes formas de reconhecimento).

Os movimentos sociais, principalmente na América Latina, nos levaram a perceber que a dicotomia entre política e cultura é um reducionismo teórico. Os espaços de produção e significado, embora possuam ritmos diferentes, são inseparáveis e interdependentes, o que nos leva a uma nova concepção de cultura, concebida como um conjunto indissociável de práticas sociais e de representações simbólicas. Os movimentos sociais na América Latina apontaram para “modernidades alternativas” através de “políticas culturais” (Álvares, Dagnino & Escobar, 1998) ou novas “culturas políticas”¹⁷ (Kuschnir & Carneiro, 2000), que nos fizeram perceber que, se ficarmos presos às dimensões institucionais da política, não seremos capazes de perceber a dinâmica dos antagonismos sociais e mesmo os embates que impulsionam a transformação social, além de não conseguirmos interferir no redimensionamento da própria política institucional.

Os movimentos sociais que surgem após a abertura política na América Latina desenvolveram culturas políticas pluralistas que transcendem a política institucional, e as concepções de cidadania e democracia formais garantidas através das instituições sociais. Para estes novos atores sociais o político é mais que um conjunto de procedimentos, vai além dos espaços privados, sociais, econômicos e culturais, e a cidadania é algo dinâmico, em constante movimento entre sujeitos, atores e instituições sociais (Álvares, Dagnino & Escobar, 1998).

Entretanto, Álvares, Dagnino & Escobar (1998) alertam que essa visão descentralizada de política e poder não pode nos impedir de perceber os jogos de força entre o Estado e a sociedade civil, já que é precisamente isso que moldará o espaço da cidadania, e, conseqüentemente, o da (sub) cidadania. Para que não se torne impossível transformar as rígidas hierarquias sociais, não podemos ignorar o papel do Estado como locus privilegiado de ação política, pois isto seria reforçar a tendência que o liberalismo provocou na América Latina, de desqualificar a percepção das desigualdades sociais, através da indiferenciação entre as realidades social, pessoal e política.

No Brasil, os estudos sobre movimentos sociais demoraram a perceber na homossexualidade um espaço de antagonismo social e produção de identidades

¹⁷ Kuschnir & Carneiro (2000), definem cultura política como “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (p.1). Este conceito busca capturar inter-relações entre cultura e estrutura política, mostrando que a visão ocidental do mundo é limitada e que o comportamento político deveria levar em conta os processos de socialização, o que na prática, significa considerar a subjetividade e espaços sociais distintos como a família, a escola e o trabalho, para a compreensão da política, enfocando os modos como a sociedade interpreta, elabora e vivencia suas instituições políticas.

coletivas. Os estudos sobre estes agrupamentos desde o início estiveram ocupados em enfocar questões mais político-identitárias do que político-institucionais. Se compararmos o caso brasileiro com o estadunidense, podemos levantar algumas hipóteses que justificam esta característica. No Brasil, ao contrário dos EUA, a homossexualidade nunca foi proibida institucionalmente, apesar de radicalmente discriminada, principalmente durante a ditadura (Green, 2003). Isto mantém a luta contra o preconceito e a discriminação sem um inimigo claro, relegando ao plano privado e à cultura toda a hierarquização em função das posições sexuais, além de associar esta luta a outras lutas, tais como a luta contra a ditadura e a desigualdade social (Marsiaj, 2003). Talvez por essa razão, a maior parte dos estudos sobre movimentos organizados surge da antropologia, tal como os estudos de Fry (1982), MacRae (1990) e muitos outros¹⁸. No difuso contexto brasileiro, os movimentos negro, homossexual e feminista tiveram que construir seus adversários, em função da invisibilidade e fragmentação do preconceito em nossa cultura.

A dificuldade de se perceber o político contido nos movimentos homossexuais está relacionada à forte influência marxista na intelectualidade brasileira, que tende a considerar burguesas, ou não-políticas, todas as demandas que escapem às do proletariado e a luta de classes¹⁹ (MacRae, 1990).

Este panorama já não coincide mais com o diagnóstico atual, estudos sobre os movimentos sociais GLBT têm crescido muito no Brasil, em diversos campos de conhecimento, evidenciando a crescente importância política destes atores para a sociedade. Hoje temos movimentos GLBT em muitos países, associações regionais e internacionais em constante comunicação, que formam um grupo, apesar de demasiadamente heterogêneo, articulado e influente na agenda política global. Nessa perspectiva, consideramos extremamente importante conhecermos um pouco dessa história, com vistas a construirmos um enfoque mais completo sobre o que significa a luta por direitos sexuais, e uma compreensão da homossexualidade interpelada no âmbito público.

¹⁸ Até os dias de hoje percebemos que a tradição de pesquisa sobre estas temáticas são ainda muito fortes no campo da antropologia, principalmente na UNICAMP (Arney; Fernandes & Green, 2003). Interessante notarmos que o primeiro destes estudos surgiu na sociologia e permaneceu inacessível durante algumas décadas, sendo publicado recentemente por Green & Trindade (2005).

¹⁹ Green (2003) mostra que a relação entre as temáticas GLBT e a esquerda apresenta um histórico de heterogeneidades e conflitos.

2.2. Os Três Momentos do Movimento GLBT

Três momentos são importantes para pensarmos a organização e o surgimento do movimento homossexual (Silva, 2004). O primeiro momento se refere ao surgimento de diversas organizações e personalidades, em países europeus, e que vai do meio do século XVIII, se torna mais nítida no meio do século XIX e se encerra no início do século XX.

O segundo momento se refere ao movimento Homófilo que se inicia após a II Guerra Mundial e termina nas Stonewall Riots, nesta fase, *“se pode observar o desenvolvimento e a expansão de um movimento de liberação lesbigay melhor organizado e ideologicamente orientado ao assimilacionismo social”* (Silva, 2006:149).

O terceiro momento se refere especificamente aos movimentos que integram a fase atual e surgem após 1969, onde teria acontecido

(...) uma volta radical na história do mundo gay e, na continuação, afetaria à história do mundo moderno em geral, ao dar lugar à configuração social e política de uma minoria que exerce uma influência cada vez maior sobre as instituições e a cultura. O conceito de liberação e o sentido da própria dignidade de inúmeras pessoas em todo o mundo se veriam afetados decisivamente por aqueles acontecimentos (Herrero Brasas²⁰ citado por Silva, 2006:149).

Esta fase do movimento GLBT é chamada por muitos de “Gay Liberation”, ou “Liberação Gay”. Embora vários grupos do movimento Homófilo tenham atravessado as décadas seguintes, alguns existentes até hoje, certas transformações são extremamente significativas, e uma das mais importantes é a visível segmentação das identidades sociais. Ao invés do uso genérico do termo Homófilo, emerge uma heterogeneidade de termos que buscam aglutinar e descrever demandas e identificações distintas, tais como Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros, que são a porta de entrada para acessarmos e compreendermos estes movimentos hoje²¹.

2.2.1. Os Embriões do Movimento GLBT

As iniciativas sociais que descreveremos aqui se pautam pelo questionamento gradativo do status de crime e pecado que se instalou sobre determinadas práticas

²⁰ Herrero Brasas, J. A. (2001). La Sociedad Gay: Una invisible Minoría. Madrid Foca.

²¹ Essa multiplicação de letras e siglas povoando o universo militante é descrita e analisada por Facchini (2005).

sexuais, principalmente com a propagação do Cristianismo na idade média e durante os levantes da Inquisição. Embora hoje as penitências sejam mais brandas, desde muito cedo, a versão do pensamento cristão que se tornou dominante contrapunha virtude ao vício, condenando quaisquer práticas sexuais que ultrapassassem o objetivo de procriar.

Nesta primeira fase dos movimentos GLBT encontramos uma série de acontecimentos isolados que começam a criar o embrião de uma cultura marginal que desafiava a moral sexual vigente. Desfazer essa lógica cultural exigiu coragem, criatividade e liberdade de pensamento de muitos ao longo da história.

Identificar precisamente o histórico da resistência a esses valores não é uma tarefa simples, pois o lugar de subalternidade dos homossexuais foi construído a partir de um silenciamento, muitas vezes violento, das vozes contrárias. Podemos questionar o quanto essas iniciativas influenciaram ou não o contexto sócio-político de sua época, entretanto, elas não deixam de ser exemplos de que a construção cultural hegemônica em torno dos valores sexuais não é, e nunca foi, consenso.

Retornando até meados do século XVIII, precisamente em 1785, encontramos um ensaio escrito por Jeremy Bentham, criticando a lei inglesa que condenava à morte por enforcamento todos os que praticassem a sodomia que, infelizmente, por medo ou precaução, só foi publicado em 1978²². Essa lei foi adotada na Inglaterra em 1553²³ e durou até 1967, sendo mantida em algumas colônias inglesas até hoje, tal como no caribe e na Jamaica²⁴, onde o sexo entre homens implica em punições de cerca de dez anos de cadeia. É interessante notarmos que o ensaio de Bentham foi influenciado por correntes do pensamento secular humanista, que foi a base de pensamento que orientou a Revolução Francesa.

Não por outro motivo, a França foi o primeiro Estado Nacional a descriminalizar a homossexualidade. Essa iniciativa foi solicitada por grupos organizados de “cidadãos sodomitas” que forçaram o corpo administrativo da Revolução Francesa a reconhecer seus direitos a igualdade e liberdade. Importante assinalar que esta conquista pode ter sido facilitada pelo “homossexual Jean Jacques de Régis Cambacérès, um dos autores do código napoleônico”²⁵.

Descriminalizar foi um passo importante na luta contra o preconceito na França, mas se a laicização do Estado ainda é motivo de debate e polêmica nas democracias

²² http://en.wikipedia.org/wiki/Gay_rights

²³ <http://en.wikipedia.org/wiki/Buggery>

²⁴ http://en.wikipedia.org/wiki/LGBT_rights_in_Jamaica

²⁵ http://en.wikipedia.org/wiki/Gay_rights

contemporâneas, podemos imaginar que no período no qual surgia o Estado moderno, a influência religiosa era ainda mais forte. Talvez por isso, muitas vezes o anonimato era o melhor caminho para expressar opiniões sem punição. Dessa época em diante, livros e poesias foram publicados com o objetivo de questionar a moral sexual de sua época, muitos deles anônimos.

Como sabemos, mais ou menos nesse período, começou a ser “inventada” a distinção entre heterossexuais e homossexuais (Katz, 1996), que traz consigo algumas ambigüidades. Se por um lado esta cisão provocou uma essencialização do homossexual, naturalizando sua condição “inferior”, em relação às identidades sexuadas, por outro, foi possível a descriminalização da homossexualidade ao retirar o caráter de crime ou pecado que deveria ser punido, atribuindo o caráter de doença que deveria ser tratada. A heterossexualidade passou a ser identificada com padrões de normalidade que caracterizaram a sexualidade das novas elites burguesas (Costa, 1995; 1995b; 2002).

No berço dessa distinção, que traria implicações culturais das mais profundas no ocidente, está um dos pioneiros do Movimento GLBT, o alemão Karl Heinrich Ulrichs. Sendo o primeiro de 1869, Ulrichs publicou 12 livros com suas teorias, que vinculavam a sexualidade a seus princípios biológicos, afirmando que um amor sexual feminino podia existir em um corpo masculino. Ulrichs cunhou os termos *Uranier*, que seria o corpo masculino habitado por uma mente feminina, e seu oposto *Dioning*, que seria o “homem de verdade”, que amava mulheres. Posteriormente, cunhou uma expressão para designar os corpos femininos que abrigavam desejos masculinos, *Urninde* (Katz, 1996).

Embora Ulrichs associasse padrões heterossexuais à “normalidade”, acreditando na existência de um instinto sexual único, afirmando que amar alguém do mesmo sexo, era amar alguém do sexo “errado”, ele “argumentou que o desejo erótico do *Urnig* por um homem de verdade era tão natural quanto o amor *Dioning* do homem e da mulher de verdade” (Katz, 1996:62). Nesse sentido suas teorias apontavam que, embora de um lugar inferior, “as emoções dos *Urnings* eram biologicamente inatas, portanto naturais para eles, e que por isso os seus atos não deveriam ser punidos por qualquer lei contra a fornicação antinatural” (Katz, 1996:63).

A militância de Ulrichs contra a lei da sodomia²⁶ provocou alguma agitação na época e estimulou os psiquiatras a tipificarem a sexualidade e o campo médico a se

²⁶ <http://en.wikipedia.org/wiki/Buggery>

fragmentar criando especialidades médicas com relação à diferença entre os sexos e ao erotismo (Katz, 1996).

Outro reformador sexual importante na história da “contra-hegemonia sexual” foi o escritor Karl Maria Kertbeny. Kertbeny também criou uma tipificação dos comportamentos sexuais²⁷ e, ironicamente, com os mesmos objetivos emancipatórios de Ulrichs, foi responsável por divulgar publicamente o termo “homossexual” pela primeira vez, em um “folheto anônimo contra a adoção da lei da fornicção antinatural em toda a Alemanha unida” (Katz, 1996:64). Os comportamentos não-reprodutivos eram taxados de degenerativos e os argumentos de Kertbeny afirmavam que tanto o “heterossexual” quanto o “sexual normal” podem se degenerar.

Em 1870 começam surgir reformadores sociais anônimos em outros países. Se até agora a contra-hegemonia sexual esteve associada a heróis individuais, no fim do século XIX surge na Inglaterra uma sociedade secreta chamada “*Ordem de Chaeronea*”, que “*fez campanha pela legalização da homossexualidade e contou com o dramaturgo Oscar Wilde entre seus sócios*”²⁸.

Não podemos deixar de lembrar que paralelamente a estes acontecimentos descritos até aqui,

(...) na Europa e na América, um movimento mais amplo pelo "amor livre" estava emergindo, a partir da década de 1860, entre as feministas da primeira-onda e radicais da Esquerda libertaria. Eles criticavam a moralidade sexual vitoriana e as instituições tradicionais da família e do matrimônio, que eram vistas com o intuito de escravizar as mulheres. Alguns defensores do “amor livre” no começo do século XX também falaram em defesa de amor de mesmo-sexo e desafiaram a legislação repressiva, como a anarquista e feminista russa, Emma Goldman²⁹.

Neste primeiro momento dos movimentos homossexuais, o nome de Magnus Hirshfeld talvez seja o mais expressivo. Tanto por ser o responsável pelo primeiro grupo organizado a se colocar publicamente a favor da homossexualidade, quanto por já

²⁷ “Em uma carta para Ulrichs, datada de 06 de maio de 1868, outro antigo reformador sexual, o escritor Karl Maria Kertbeny, usou privadamente quatro novos termos que inventara: Monossexual; Homossexual; Heterossexual; e Heterogenit” (Katz, 1996). Segundo Katz (1996) esses termos significam respectivamente: masturbação praticada por ambos os sexos; atos eróticos entre pessoas do mesmo sexo, masculinos ou femininos; atos eróticos entre humanos e animais;

²⁸ http://en.wikipedia.org/wiki/Gay_rights

²⁹ http://en.wikipedia.org/wiki/Gay_rights

(*In Europe and America, a broader movement of "free love" was also emerging from the 1860s among first-wave feminists and radicals of the libertarian Left. They critiqued Victorian sexual morality and the traditional institutions of family and marriage that were seen to enslave women. Some advocates of free love in the early 20th century also spoke in defense of same-sex love and challenged repressive legislation, such as the Russian anarchist and feminist Emma Goldman.*)

apresentar algumas formas de militância utilizadas até hoje por movimentos sociais contemporâneos³⁰.

Em 1898, Magnus Hirschfeld criou o Comitê Científico-Humanitário que realizou ações como uma pesquisa para medir a incidência da homossexualidade e uma campanha pública contra o artigo 175 do código penal alemão, que coletou assinaturas e fez um encaminhamento para o parlamento. Hirschfeld fundou, em 1899, o Anuário de Intermediários sexuais, que era uma revista anual dedicada à luta por Direitos civis, em 1919, o Instituto de Investigações Sexuais e em 1921 a Liga para a Reforma Sexual, que chegou a contar com 130.000 membros (Silva, 2006).

Adolf Brand, discordando da concepção de Hirschfeld sobre o sexo-intermediário, rompe com o Comitê Científico Humanitário. Em 1907 foi o primeiro ativista da história a usar o “outing” como estratégia política, denunciando a sexualidade de um Chanceler alemão, o que lhe rendeu 18 meses de prisão. Brand também se destacou muito neste período, não compartilhando da idéia de Hirschfeld, de que os homossexuais eram amaldiçoados e degenerados, e por isso não deviam ser castigados. Ao mesmo tempo em que defendia que, desde que o homem não fosse afeminado, nada havia de errado nos comportamentos homossexuais, ele defendia a superioridade da cultura clássica grega e foi um militante ativo do partido nazista (Silva, 2006).

Brand não foi perseguido pelo nazismo, mas Hirschfeld, que além de homossexual era judeu, teve de se exilar e com isso o Instituto Magnus Hirschfeld de Ciência Sexual foi fechado em 1933 pelos nazistas que, como sabemos, perseguiram rigidamente os homossexuais e outras minorias sociais (Katz, 1996).

2.2.2. O Movimento Homófilo

Esta fase do movimento pode ser identificada com os acontecimentos que tiveram início na década de 40 com publicações e grupos organizados voltados para a descriminalização da homossexualidade, na Dinamarca e nos Países Baixos, e que nas décadas de 50 e 60 se expandiram para Suécia, Noruega, Estados Unidos, França, Inglaterra e vários outros. O uso da palavra Homófilo, ao invés de Homossexual, era

³⁰ http://en.wikipedia.org/wiki/Gay_rights

uma tentativa de enfatizar mais o amor entre pessoas do mesmo sexo do que simplesmente os comportamentos sexuais³¹.

Nesta fase o movimento gay e lésbico americano, oscilou entre momentos de moderação/assimilação e momentos de militância/liberação com grupos associados em maior ou menor grau a filosofias de base marxista (Engel, 2001). Interessante observarmos que essa oscilação aconteceu de forma semelhante em grande parte dos movimentos sociais surgidos após a segunda guerra.

Espalhados por diversos países do hemisfério norte, diversas organizações começaram aos poucos a questionar o status social da homossexualidade. Podemos encontrar uma variedade de grupos e publicações que contribuíram para a construção de novas identidades homossexuais e estratégias de enfrentamento que influenciariam fortemente a próxima fase deste movimento. Algumas destas organizações atravessaram a segunda metade do século XX e permanecem em atividade até os dias de hoje, e é importante que observemos que não é a data ou o período que é determinante aqui, mas sim os estilos de militância, as concepções sobre a homossexualidade e sobre o universo das práticas sociais e as estratégias políticas. Listamos abaixo algumas organizações que fizeram parte desta história.

| Publicações e Organizações do Movimento Homófilo³² | | |
|--|-------------|---|
| PAÍS | DATA | ORGANIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO |
| Holanda | 1946 | COC – Sigla que em alemão significa Centro de Cultura e Recreação. Foi a primeira organização GLBT que se tem registro, e permanece em atividade até hoje (http://www.coc.nl). Entre muitas outras publicações, editaram a revista, Vriendschap, entre 1949 e 1964. (O acervo da Vriendschap está disponível para download no endereço: http://www.ihlia.nl/dopage.pl?pagina=pdflib&vestiging=ihlia&dir2=Vriendschap) |
| Dinamarca | 1948 | Forbundet af 1948 ("Liga de 1948") - fundada por Axel Axlil. Publica uma revista, em associação com Helmer Fogedgaard, chamada Vennen (O Amigo) entre janeiro de 1949 até meados de 1953. Fogedgaard usou o pseudônimo "Homophilos", introduzindo o conceito de "homófilo", palavra que tinha sido cunhada previamente por um dos fundadores do COC holandês. Esse termo se tornou bastante popular no pós-guerra, enfatizando o lado romântico das relações homossexuais. Foram formadas filiais na Suécia em e na Noruega em 1950. |
| France | 1954 - | Arcadie - Mouvement homophile de France. Foi o primeiro grupo formado na França, |

³¹ http://en.wikipedia.org/wiki/Gay_rights

³² Tabela elaborada principalmente a partir dos sites abaixo, onde podem ser encontrados relatos mais detalhados e completos sobre as organizações listadas:
http://en.allexperts.com/e/t/ti/timeline_of_lgbt_history.htm, <http://www.glbthistory.org/>,
<http://www.fordham.edu/halsall/pwh/index.html>, <http://en.wikipedia.org/wiki/homophile>,
http://en.wikipedia.org/wiki/gay_rights, <http://www.ihlia.nl>, <http://www.glbtq.com>,
<http://gaytoday.badpuppy.com/garchive/reviews/070201re.htm>,
<http://members.aol.com/matrixwerx/glbthistory/mattachine.htm>,
<http://members.aol.com/matrixwerx/glbthistory/bilitis.htm> .

| | | |
|----------------|-------------|---|
| | 1982 | publicaram um jornal com o mesmo nome. |
| Suécia | 1950 - ? | Riksförbundet för sexuellt likaberättigande (RFSL) – Organização inicialmente formada como uma filial da dinamarquesa <i>Forbundet af 1948</i> , foi liderada por Allan Hellman e ficou conhecida como (Swedish Federation for Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Rights). |
| Reino Unido | 1958 | Homosexual Law Reform Society (Em 1970 se transformou em Sexual Law Reform Society). Considerada por muitos uma organização conformista, chegou a organizar alguns debates públicos. (Ver http://en.wikipedia.org/wiki/Homosexual_Law_Reform_Society) |
| | 1964 | Campaign for Homosexual Equality. A partir de 1969 se tornou o Comitê para a Igualdade Homossexual, e em 1970, Campanha pela Igualdade Homossexual. Foi uma das poucas organizações que buscou contato com as bases rejeitando o elitismo vigente entre as demais organizações da época. (ver http://en.wikipedia.org/wiki/Campaign_for_Homosexual_Equality) |
| Estados Unidos | 1924-1925 | The Society for Human Rights. Inspirada em uma organização semelhante na Alemanha, publicou alguns números de um periódico chamado Friendship and Freedom. Seu idealizador, Henry Gerber, e mais alguns membros foram presos. Não existe nenhuma cópia conhecida deste periódico. |
| | 1947 - 1948 | Vice Versa: America's Gayest Magazine (Vice Versa: A Revista mais Gay da América) – Foi a primeira publicação lésbica (ou gay) dos Estados Unidos. Lisa Ben (um anagrama de “a lésbica”), uma secretária de 25 anos, de Los Angeles, fundadora da revista, disse que escolheu o nome “porque nos dias de hoje, nosso estilo de vida foi considerado um vício.” |
| | 1950 - 1987 | The Mattachine Society. Uma das precursoras do grupos do “Gay Liberation”. Publicou o Mattachine review (1955 - 1966) e Homosexual Citizen, (published by the Washington chapter, 1966 - ?). |
| | 1955 | The Daughters of Bilitis. Publicaram os periódicos The Ladder (1956 - 1972); Focus (published by the Boston chapter, 1971 - 1983); Sisters, (National, published in San Francisco, 1971 - 1975). The Ladder foi uma das revistas mais importantes do movimento GLBT estadunidense, repensando a identidade lésbica através de notícias do movimento homófilo, poesias, histórias, biografias e narrativas pessoais. |
| | 1952 | ONE, Inc. Publicaram a revista One magazine (1953 - 1972) e a Homophile Studies (1958 - 1964). A One Magazine foi concebida nas primeiras reuniões da Mattachine Society, e obteve picos de circulação de 16.000 exemplares. Esta revista chegou a ser processada durante quatro anos pela suprema corte estadunidense, e ao final foi absolvida do processo, em uma vitória jurídica marcante para o Movimento Homófilo. |
| | 1962 - 1969 | The Janus Society. Publicaram o boletim informativo Drum - sex in perspective (1964 - 1969). Orientada ao público masculino, alcançou a tiragem de 10.000 exemplares em 1966. Esta publicação foi muito importante, pois foi uma dos primeiros a fugir de uma postura assimilacionista, com provocação e humor. Devido ao sucesso deste periódico, seu editor, Clarck Polak, teve de cancelar sua circulação como forma de escapar de um processo por divulgação de material obsceno. |
| | 1964 - 1976 | Society for Individual Rights. Responsáveis por publicar a revista Vector (1965 - 1977), este grupo foi muito atuante, chegando a ter mais de 1000 membros antes de 1968. Fundaram, em 1966, o primeiro centro nacional da comunidade gay e lésbica, e organizaram diversos eventos como jantares, eventos esportivos, viagens, aulas de arte, grupos de meditação. |
| | 1965-1969 | The Homosexual Law Reform Society |
| | 1967 | The Advocate. Revista que obteve grande sucesso comercial. Foi fundada com a intenção de ser o boletim informativo da organização Personal Rights in Defense and Education (PRIDE), entretanto tomou vida própria se propondo ser uma voz para a toda comunidade Gay. Embora seja claramente direcionada para o público masculino, é tida por muitos como a voz mais consistente do movimento de Liberação Gay estadunidense. |
| | 1966 - 1969 | Phoenix: Midwest Homophile Voice. Revista publicada em Kansas City, Missouri. |
| | 1969 - 1970 | Homophile Action League. Organização da Filadélfia que publicou o HAL Newsletter. |

Dentre essas organizações destacamos, no contexto estadunidense, a importância de duas principais, a The Daughters of Bilitis e a Mattachine Society. As duas foram as mais ativas organizações deste período e delas surgem as principais dissidências e marcos importantes que viriam a formar os movimentos do Gay Liberation.

A The Daughters of Bilitis foi o primeiro grupo organizado de lésbicas dos EUA. Fundado na Califórnia em 1955, foi uma alternativa importante para as lésbicas exercerem sua sexualidade, uma vez que o acesso a bares era muito mais restrito às mulheres que aos homens. O grupo foi muito atuante nas décadas de 50 e 60 e se desmobilizou nos anos 70 em função de dissidências partidárias e feministas. Foram criadas facções deste grupo na Austrália e em várias cidades dos EUA, tais como, Nova York, Los Angeles, Nova Jersey, Detroit, Chicago e várias outras.

Fundada em Los Angeles nos anos 50, a Mattachine Society foi a primeira organização do Movimento Homófilo dos Estados Unidos. Embora não tenha sido o primeiro grupo a lidar com direitos homossexuais, foi muito importante e contribuiu enormemente para avançar as discussões relativas a liberdade sexual nos EUA. Em grande parte de sua história praticou uma política principalmente voltada para uma aceitação pública da homossexualidade.

Muitos de seus fundadores eram comunistas e radicais de esquerda, e investiram em discussões sobre a conscientização dos homossexuais, contribuindo para que pudessem compartilhar sentimentos e experiências abertamente. Publicaram boletins informativos importantes, tais como o *Mattachine Review* e *Homosexual Citizen*. Já no começo dos anos 50, a Mattachine Society se proliferou pelos EUA, com subgrupos espalhados por várias cidades americanas. A atuação da Mattachine oscilou entre momentos assimilacionistas, conformistas e momentos mais radicais, talvez tenha sido a organização mais importante do Movimento Homófilo, sendo umas das precursoras do Gay Liberation e influenciando toda uma tradição de ativismo.

2.2.3. Liberação Gay ou Gay Liberation

Este momento se configura como uma série de acontecimentos no mundo gay, que se confundem com um contexto mais amplo de transformações na sociedade. Diversos movimentos de contracultura se empenhavam em transformar valores básicos na sociedade, no cotidiano, na família, nas relações amorosas. Neste período é marcante um crescimento da visibilidade das comunidades gays e dos homossexuais, que passaram a se apropriar cada vez mais do espaço público, a partir da construção do orgulho sobre a própria identidade sexual.

De um modo geral, militantes e pesquisadores consideram as Stonewall Riots como o nascimento do movimento gay contemporâneo. Elas foram decisivas na luta pela igualdade dos homossexuais, pois pela primeira vez, Gays e Lésbicas puderam manifestar publicamente antagonismos políticos contra a opressão por orientação sexual.

No dia 28 de junho de 1969, como já haviam acontecido muitas de vezes, e ainda acontece em diversos lugares do mundo, a polícia local invadiu um bar de frequência homossexual localizado no bairro Greenwich Village em Nova Iorque. Neste dia, no bar que até hoje leva o nome de Stonewall, teve início um levante coletivo contra a repressão policial que durou várias semanas.

Aproximadamente 30 dias após estes conflitos, alguns homossexuais começaram a se mobilizar distribuindo panfletos que anunciavam a insatisfação dos homossexuais e a formação de uma aliança que veio constituir o Gay Liberation Front (GLF), uma importante entidade de militância homossexual que influenciou a prática política de ativistas nos Estados Unidos e até mesmo no Brasil. Esses acontecimentos foram tão marcantes para o processo de democratização americano que em 1999 o Governo dos EUA proclamou o Stonewall como um local histórico nacional e em 2000 como um marco histórico.

A partir de 1970, no dia 28 de junho, começaram a aparecer marchas em Nova Iorque (e em outros lugares do mundo), que cumprem a tarefa de comemorar os acontecimentos de Stonewall e protestar contra o preconceito. Essas marchas vieram se configurando no que hoje representa um fenômeno internacional de enorme proporção: as Paradas GLBT.

Importante termos em vista que estes conflitos inspiraram um movimento, com novas estratégias e concepções políticas, relacionado com a apropriação do mundo público. Talvez por isso, o “outing” e as Paradas Gays sejam tão marcantes nesta fase do movimento. Isto fica evidente no manifesto publicado pelo Gay Liberation Front em 1971, que expressa toda a insatisfação com a condição de opressão e a conscientização dos homossexuais nesse período³³.

As Stonewall Riots e os conseqüentes movimentos sociais que se organizaram a partir de então, foram efeito de um processo histórico complexo que trouxe diversas mudanças nas relações sociais que interpelavam de alguma forma a questão da

³³ O Manifesto original pode ser lido no endereço: <http://www.fordham.edu/halsall/pwh/glf-london.html>.

homossexualidade elevando-a de um problema individual para um problema social (Engel, 2001).

De fato, alguns meses após as Stonewall Riots, os grupos organizados em torno destas questões passaram de poucas dezenas para cerca de 400 grupos apenas nos Estados Unidos.

Como já sinalizamos anteriormente, esses conflitos não se deram no vazio, foram fruto de uma série de transformações sociais relacionadas em grande parte à Segunda Guerra Mundial e fermentadas pelo associativismo proporcionado pelos Movimentos Homófilos. Segundo Engel (2001), podemos listar quatro fatos históricos principais relacionados à segunda guerra mundial, e que seriam responsáveis pela erupção dos movimentos homossexuais atuais nos Estados Unidos:

- 1) No período de guerra muitos homossexuais foram identificados durante o recrutamento ou durante a guerra;
- 2) O ambiente de guerra manteve homossexuais em contato cotidiano, o que permitiu a formação de novas concepções sobre a identidade/personalidade homossexual, tanto por parte dos que praticavam a homossexualidade, quanto por parte dos que lutaram ao lado de homossexuais;
- 3) No período de guerra se tornou comum o estabelecimento de intimidade entre os soldados que, devido ao isolamento provocado pela guerra, puderam explorar sentimentos e desejos homossexuais;
- 4) O contexto de guerra provocou o enfraquecimento dos padrões dos papéis de gênero. Com o recrutamento de uma parcela significativa da população masculina americana, hábitos diversos da vida cotidiana foram alterados, levando muitas mulheres a se mudarem para zonas urbanas e, muitas vezes, vivendo em grupos compostos de maioria feminina, criando o espaço perfeito para explorarem sexualidades lésbicas. Além disso, essas mudanças demandaram das mulheres a atuação em profissões tipicamente masculinas. (Engel, 2001)

Além disso, com a segunda guerra varias transformações sociais no espaço do mercado se acentuaram, diminuindo ainda mais o papel da família como lócus de produção, o que também contribuiu para a relativização dos papéis sociais. Também podemos inferir que, a derrota do nazismo e o terror do holocausto, trouxeram a tona alguma recusa generalizada às formas de discriminação e ideologias discriminatórias.

Finalmente, com o fim da guerra foi impossível um retorno aos padrões antigos, e o isolamento que era imposto aos homossexuais foi rompido, demandando mais espaços de sociabilidade específicos que surgiram pela via do mercado com a criação de bares e outros.

Entender os fenômenos humanos sem ignorarmos as complexidades apresentadas por eles implica em sairmos de uma concepção científica que associa as diversas variáveis em termos de *causalidade*, e passarmos para uma concepção que

observa os fenômenos em termos de *relações* ou *inter-relações*³⁴. Nesse sentido, para entendermos a emergência das Stonewall Riots e a conseqüente erupção destas demandas político-sociais ligadas à sexualidade, não podemos ignorar uma série de transformações culturais no campo da música, teatro, cinema e outros que questionaram fortemente os padrões da época tornando o contexto mais favorável à expressão pública de sentimentos, desejos, práticas e demandas sociais homossexuais (Engel, 2001).

Na década de 70 as raízes do movimento homossexual estadunidense contemporâneo foram se constituindo, se fortalecendo e sendo “exportadas”³⁵ para diversos outros países do mundo. Neste período surgem muitas organizações que entraram na luta em busca de direitos civis para homossexuais e o contexto que engendrou essas novas formas de militância nos leva a considerar as profundas inter-relações entre política e cultura.

Com os “Novos Movimentos Sociais”, toma lugar a distinção entre processos estruturais de exclusão e processos simbólicos de exclusão. O contexto político social desta época levou com que o movimento em prol dos direitos homossexuais associasse ao seu discurso demandas de outros grupos oprimidos, tais como reivindicações feministas e dos movimentos negros³⁶. Estes movimentos buscaram reconhecer, na combinação entre cultura e política, a formação de uma nova esquerda, na qual a Liberação Gay se associava com demandas político-sociais diversas, indo contra a hegemonia masculina heterossexual branca, dominante na sociedade capitalista. Nesse período é marcante o surgimento da organização Gay Liberation Front, que se insurgia contra a política assimilacionista da Mattachine Society e defendia uma adesão ao discurso desta nova esquerda. Isso provocou dissidências que fundaram a Gay Activist Alliance defensora de uma militância especificamente homossexual³⁷ (Engel, 2001).

Ao final da década de 70, início da de 80, notou-se um enfraquecimento do movimento americano em virtude de contra-movimentos conservadores e de rupturas

³⁴ Norbert Elias(1994) discutindo a relação entre indivíduo e sociedade defende sua “sociologia dos processos” como uma abordagem capaz de cumprir esse requisito.

³⁵ O termo “exportadas” é utilizado no sentido de reconhecer alguma primazia das iniciativas estadunidenses, entretanto, quando se trata de um plano global e de influências mútuas entre contextos distintos, acreditamos que a idéia de co-emergência seja mais apropriada para tratar este fenômeno.

³⁶ É importante deixarmos claro, que estas junções nunca foram livres de conflito. Os conflitos resultantes da sobreposição de demandas de segmentos populacionais distintos são chamados por Mouffe (1988), de antagonismos plurais, e são considerados uma característica intrínseca aos regimes democráticos contemporâneos. Durante nossa pesquisa nos deparamos frequentemente com estes antagonismos plurais.

³⁷ É interessante notarmos que essa divergência entre posturas que defendem a incorporação de discursos diversos na militância e posturas que defendem uma especificidade aparece em outros autores (MacRae, 1990; Facchini, 2005 e outros), e em nossos apontamentos de campo.

internas entre gays e lésbicas por conta de diferenças de gênero (Engel, 2001). Os movimentos que lutavam por direitos civis foram perdendo o radicalismo e o projeto de transformar as bases da realidade social como um todo, deu lugar a um movimento amplamente institucionalizado e formalista, enfraquecendo o contato que estes movimentos tinham com as bases da população e diminuindo sua capacidade de mobilização (Bernstein, 1997).

Esse aparente enfraquecimento só se reverte nos anos 80, com a visibilidade homossexual proporcionada pela AIDS. A questão da Aids provocou, além de um aumento da visibilidade da comunidade gay e lésbica, recursos estruturais para a manutenção dos movimentos. Isso se tornou realmente positivo quando a AIDS deixou de ser a “peste gay”, ficando claro que qualquer um era suscetível à contaminação. Todavia, os contra-movimentos conservadores que utilizaram a epidemia para contaminar com o preconceito a homossexualidade, e fraturas no interior dos movimentos, contribuíram para que a pauta das discussões fosse deslocada dos ideais de liberalização sexual por ideais de não-discriminação, cindindo de vez a já enfraquecida relação entre a liberação homossexual e a liberação sexual de um modo geral (Engel, 2001).

Embora diverso e plural, o Movimento Gay estadunidense encontra-se hoje extremamente institucionalizado, e embora conte com entidades altamente capitalizadas e influentes, aparentemente perdeu muito de seu contato com as bases que ele busca representar, contribuindo para a produção de um movimento elitizado. Podemos encontrar diversas organizações que ainda hoje militam pelos direitos GLBT nos EUA, dentre as quais podemos listar a ACT UP³⁸ (AIDS Coalition to Unleash Power) de 1987, A Queer Nation³⁹, formada por dissidentes da ACT UP em 1990, e a Lesbian Avengers⁴⁰, fundada em 1992.

Não resta dúvida que os movimentos GLBT americanos influenciaram decisivamente muitos grupos militantes ao longo do globo, e hoje percebemos que em vários países, a maioria dos grupos tem apresentado a tendência de estabelecerem intercâmbio cada vez maior entre as iniciativas locais, estrategicamente colocadas na arena política sob o formato de ONG⁴¹, com associações nacionais⁴² e supra nacionais,

³⁸ http://en.wikipedia.org/wiki/AIDS_Coalition_to_Unleash_Power

³⁹ http://en.wikipedia.org/wiki/Queer_Nation

⁴⁰ http://en.wikipedia.org/wiki/Lesbian_Avengers

⁴¹ Ortiz (2006), discute em sua faceta negativa e positiva, como o formato de ONG's, de estrutura organizacional leve, é por definição o modelo de ativismo em tempos de globalização.

tais como a ILGA⁴³ (International Lesbian and Gay Association) e a IGLHRC⁴⁴ (International Gay and Lesbian Human Rights Commission).

A ILGA foi fundada em 1978 e é muito influente na Europa, onde é uma das associações consultivas da União Européia (Silva, 2006), já a IGLHRC, foi fundada em 1990 e é mais influente no contexto norte-americano, e discute direitos sexuais exclusivamente no âmbito dos direitos humanos.

Estas organizações atuam em espaços de negociação internacional, tais como a ONU, a OMS e a APA, incentivam e apóiam protagonismo social em locais diversos ao longo do globo e promovem conferências para compartilhar experiências e programar ações conjuntas entre ativistas de lugares diversos.

2.3. O Movimento “Guei”

Para compreendermos os caminhos da politização da homossexualidade no Brasil não podemos ignorar que, intrinsecamente relacionado aos processos de globalização, o Movimento GLBT de diversos países do mundo sempre estiveram em trocas constantes de informações e influências. Exatamente por isso, poderemos identificar movimentos análogos em contextos distintos e até cultural/geograficamente muito distantes. No Brasil, bem como em outros países da América do Sul, podemos dizer que no surgimento dos grupos GLBT podemos identificar a influência direta dos Movimentos estadunidenses e europeus. Vários dos primeiros militantes brasileiros passaram por experiências no exterior antes de começarem a militar no Brasil, por exemplo, como considera Luiz Mott⁴⁵:

o fundador do movimento no Brasil o gaúcho, advogado, João Antônio Mascarenhas que vivia no Rio de Janeiro e que em 1977 trouxe para o Brasil o editor de uma publicação gay chamada Gay Sunshine, With Leila, incentivando a mobilização dos homossexuais para a fundação do jornal Lâmpião e conseqüentemente de grupos homossexuais em SP, Rio e Bahia⁴⁶.

⁴² No Brasil temos, por exemplo, a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros - <http://www.abgl.org.br>) e a Liga Nacional das Lésbicas.

⁴³ <http://www.ilga.org>

⁴⁴ <http://www.iglhrc.org>

⁴⁵ Luiz Mott é um dos militantes mais influentes e decano do movimento GLBT Brasileiro, fundador do GGB (Grupo Gay da Bahia), um dos poucos grupos que atravessou os anos 80 e se mantém em atividade.

⁴⁶ Entrevista recebida por e-mail em 26 de abril de 2003, acessível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/listagls/message/30457>.

Entretanto, cabe-nos considerar as especificidades e as re-interpretações que se processaram no contexto brasileiro. Como pretendemos demonstrar, identificar estas origens não é um processo neutro e relatos da história serão sempre versões. Autores como Facchini (2005), Green & Polito (2004), Trevisan (2004), Câmara (2002), Green (2000) e MacRae (1990), trazem informações que nos permitem apreender uma parte considerável da história dos movimentos homossexuais no Brasil, com enfoque marcante, sobretudo, nos grupos surgidos em São Paulo e, em menor destaque, no Rio de Janeiro, com menções ao GGB (Grupo Gay da Bahia) e alguns outros poucos grupos.

A despeito de toda a parcimônia, rigor e precisão com que cada um desses estudos se pautou, acreditamos que estes enfoques obedecem a uma lógica de hierarquização que impedem que lugares construídos na invisibilidade sejam tratados e/ou postos em cena na sua devida importância política⁴⁷. Não defendemos aqui que ao se tratar de um processo de globalização, estes eixos de poder sejam lineares e unidirecionais⁴⁸ (Stoer, 2002), mas afirmamos que mesmo em seu viés fragmentado, esses eixos de força operam visibilizando e atribuindo maior valor aos fenômenos menos locais, o que nos desafia a buscar o que foi deixado estrategicamente na invisibilidade⁴⁹ (Ortiz, 2006; Tejerina, 2005; Santos, 2002).

Em outras palavras, o exercício que aqui fazemos é o de tentar reconstruir uma história dos vencidos (Ansara, 2005), que amplie ainda mais o círculo de reciprocidade (Santos, 2002), a partir de nossa perspectiva espaço-temporal, de modo a contemplar experiências ainda não visibilizadas pelas tentativas anteriores, a saber, a experiência de militantes na cidade de Belo Horizonte⁵⁰.

Na hierarquização da política e do universo de valores morais que se disputam nesta arena, identificamos, a partir de material jornalístico da época, apresentado por

⁴⁷ Santos (2002) atribui o direcionamento desse eixo de poder à lógica da racionalidade ocidental, que reduz o que escapa àquilo que é ignorante, residual (atrasado), inferior, local e improdutivo.

⁴⁸ Stoer (2002) prefere falar de Transnacionalização, ao invés de Globalização propriamente, por entender que estamos lidando com um processo complexo, pouco homogêneo e que obedece a hierarquizações provenientes de mais de um centro de poder.

⁴⁹ Ao tratarmos o contexto de Belo Horizonte, buscaremos operar o que Santos (2002) chama de Ecologia das Trans-escalas, que consiste em recuperar o local que não é efeito do global.

⁵⁰ Sobre estas relações assimétricas entre os centros urbanos brasileiros, Marsiaj (2003) afirma que “*uma das características do processo de urbanização no Brasil é a enorme concentração de recursos (econômicos, políticos e culturais) em grandes centros urbanos, um fenômeno ligado à natureza do desenvolvimento econômico latino-americano. Desde o período colonial, passando pelo período de imperialismo comercial britânico no século XIX e pela rápida industrialização no século XX, o poder concentrou-se em algumas poucas cidades brasileiras, que se tornaram os centros administrativos e econômicos do país. Tal processo pode ser visto nos casos de São Paulo e Rio de Janeiro. Mais tarde, com a expansão do processo de desenvolvimento, outros centros emergiram em diversas regiões do país, mas nenhum deles compete com as duas maiores cidades brasileiras. É nestes centros que se encontram as maiores e mais sólidas comunidades gays e lésbicas* (p. 138).

Green & Polito (2004), mostram de como as relações coloniais operam neste campo. Analisando as matérias sobre a homossexualidade e os processos de mobilização da imprensa brasileira do fim dos anos 60 e anos 70, é nítida a diferença do tratamento dado aos contextos brasileiro e americano. As matérias que noticiavam as mobilizações políticas GLBT americanas, tais como as de Stonewall em 1969, enfatizaram o caráter político e contestatório em seu viés democratizador. Por outro lado, as matérias que tratavam do tema no Brasil se restringiram aos aspectos psicológicos e de sociabilidade ironizados sob a lente de uma moralidade conservadora. Mesmo na segunda metade dos anos 70, com o surgimento de iniciativas de incipiente teor político, os jornais mantiveram o tom jocoso e um direcionamento editorial claramente conservador (Green & Polito, 2004).

Isto nos alerta para o perigo de acreditarmos na falácia da popular expressão “*não existe pecado abaixo da linha do equador*”⁵¹. Como sabemos, nem todas as mulatas nuas no carnaval do Rio de Janeiro são suficientes para esconder que o Brasil é um dos países mais homofóbicos do mundo⁵².

2.3.1. Políticas Homossexuais no Brasil

Green (2000; 2003) defende que já havia, no final da década de 60, condições propícias para o surgimento da militância homossexual no Brasil, e que estas foram abafadas pela repressão autoritária da ditadura militar. Facchini (2005) discorda desse argumento apontando que o autor ignora as dinâmicas internas e adota uma postura evolucionista, além de não levar em consideração os efeitos positivos, uma vez que a ditadura pode ter sido determinante na constituição do caráter anti-autoritário do movimento homossexual brasileiro. Nesta perspectiva, o estado totalitário se transformou em um elemento simbólico e estrutural, um inimigo comum, capaz de aglutinar os espíritos revolucionários.

Inegavelmente, João Antônio Mascarenhas foi um dos pioneiros dessa luta (Howes, 2003), entretanto, é consenso que o movimento homossexual organizado

⁵¹ Green (2003) associa o “Mito da Igualdade Sexual” ao mito da “Igualdade Racial” na sociedade brasileira sinalizando para um forma específica de sociabilidade que é típica de nossa cultura.

⁵² Não podemos nos esquecer que o Brasil também abriga uma diversidade de mazelas sociais ligadas à sexualidade, tais como alto índice de violência de gênero, de violência sexual contra crianças e adolescentes, prostituição infantil entre outras.

brasileiro surge com a fundação do “Grupo Somos de Afirmação Homossexual”, em 1978, período em que, segundo MacRae (1990), acontecia a abertura política do país. Com o fim da ditadura militar e o ressurgimento da sociedade civil, através de importantes acontecimentos políticos⁵³, se desenvolve na sociedade brasileira um clima de redemocratização das relações sociais.

Nesse período houve uma reposição de valores na política, no qual uma crítica ao marxismo ortodoxo abriu espaço para novas formas de contestação, sob forte influência da contracultura americana, onde *“jovens estudantes e intelectuais voltavam suas preocupações para questões como o corpo, o erotismo, a subversão de valores e comportamentos”* (MacRae, 1990:20). Nesse contexto, *“a total desvinculação entre sexualidade e procriação, possibilitada pelo advento da pílula anticoncepcional, aliada a uma crescente contestação da moral até então vigente e uma maior complacência familiar, tornava a vida sexual dos jovens brasileiros mais aberta e livre”* (MacRae, 1990:23).

Foi significativo o fortalecimento de diversos movimentos organizados de minorias sociais, tais como o Movimento Feminista e o Movimento Negro. As feministas, que em muito influenciaram os movimentos homossexuais desse período, foram as principais responsáveis por críticas contundentes à militância dos movimentos de esquerda, defendendo a importância de valores que até então eram desprezados pelos grupos de inspiração marxista-leninista que privilegiavam exclusivamente a luta de classes e tomavam como “burguesas” quaisquer outras formas de reivindicações⁵⁴ (MacRae, 1990).

Após a abertura política, os espaços urbanos freqüentados por homossexuais começam a se proliferar, dando mais espaço para a socialização deste segmento. Veículos alternativos de imprensa dedicados a temáticas homossexuais também começam a aparecer proporcionando a troca de informações e o fomento de uma cultura homossexual no Brasil. Esses veículos começam a aparecer na década de 60⁵⁵ e em

⁵³ Importante citarmos, entre tantos acontecimentos históricos, as greves operárias do ABC que deram início à carreira política do nosso atual presidente da república.

⁵⁴ Esta crítica foi recolocada por diversos movimentos sociais no mundo todo, com vistas a incluir nas agendas políticas demandas de mulheres, negros, homossexuais e minorias étnicas. De certo, podemos identificar que as tensões entre temáticas políticas específicas e gerais persistem até hoje no interior dos grupos militantes, dos partidos políticos, das ONG's etc.

⁵⁵ As associações e publicações deste período eram pouco voltadas para temas políticos, tais como o Jornal Snob (1963-1969) e a Associação Brasileira de Imprensa Gay (1967-1968) (Facchini, 2005). Entretanto, o Snob foi muito importante nesse cenário primeiramente porque teve uma vida longa, de julho de 1963 a junho de 1969, participando ativamente da circulação de informação nas redes de sociabilidade gay, influenciando a criação de pelo menos 30 jornais semelhantes. Em segundo lugar, o

abril de 1978 surge seu representante mais significativo: o jornal *Lampião da Esquina*. Este se destaca por tratar a questão da homossexualidade numa perspectiva política e por sua equipe editorial ter reunido homossexuais célebres, tais como Darci Pentead, João Silvério Trevisan, Peter Fry entre muitos outros (MacRae, 1990).

O surgimento do *Lampião da Esquina* representa bem o inconformismo diante da repressão e do conservadorismo que se abatia sobre uma parcela da sociedade brasileira; e utilizando-se dos periódicos, essa parcela tentava mostrar caminhos alternativos para o difícil período em que vivíamos (Rodrigues, 2005:71).

O *Lampião da Esquina* foi um dos representantes da imprensa alternativa brasileira que atingiram os mais altos e diversos níveis de transgressão e foi um divisor de águas na construção de identidades gays. Para Rodrigues (2005) o *Lampião*,

(...)iluminou o caminho de várias pessoas que viviam à sombra de sua própria identidade. Foi importante para toda essa geração que pôde ver que não estava sozinha, que não era louca nem doente, e que existia um outro lado (Rodrigues, 2005:83).

O *Lampião da Esquina* foi um dos principais responsáveis pelo surgimento do primeiro grupo militante brasileiro, o Grupo SOMOS, mantendo com ele íntima relação; seu fim teve forte influência nos rumos do grupo⁵⁶. O jornal também contribuiu para que essas transformações culturais e a quebra de tabus pudessem penetrar, mesmo que timidamente, no interior do país, fugindo do eixo Rio de Janeiro - São Paulo⁵⁷, abrindo a discussão sobre os padrões morais vigentes. Era marcante o ideário nacionalista divulgado pelo jornal e que os militantes da época carregavam consigo, um sinal disto foi a utilização do termo “guei”, ao invés de gay⁵⁸.

O nacionalismo no movimento GLBT se faz mais interessante se pensarmos que seu surgimento e algumas formas de militância, foram profundamente influenciados pela experiência estadunidense. Alguns dos fundadores do SOMOS tiveram

Snob aos poucos começou a dar mais atenção a temas políticos, discutindo aspectos da realidade brasileira na interface com a homossexualidade masculina (Green & Polito, 2004). Por essas razões, o Snob, junto com o *Jornal Lampião*, foram atores importantíssimos, da imprensa alternativa brasileira, na construção de uma identidade, de uma cultura e, conseqüentemente, de uma comunidade GLBTT menos marginalizada (Rodrigues, 2005). Vale ressaltar que o primeiro periódico lançado no Brasil, que quebra com a hegemonia masculina, é a revista *Fon Fon*, de 1910, dirigida para o público feminino (Rodrigues, 2005).

⁵⁶ O fim do *Lampião*, em 1981, deu lugar a uma imprensa gay fortemente marcada por conteúdos pornográficos, que coincidia com o fim da censura e a abertura política do país. Ao contrário dessa nova imprensa gay, o *Lampião* era caracterizado por uma forte ênfase no conteúdo, a despeito da forma e do design, apresentando um acabamento pouco elaborado, o que comprometia até mesmo a legibilidade do periódico (Rodrigues, 2005).

⁵⁷ A cobertura do I Egho (Encontro de Grupos Homossexuais do Brasil), em maio de 1980, e a carta do grupo belo-horizontino Terceiro Ato (discutida mais adiante), na edição de junho de 1980, da mostras de como o *Jornal* exercia essa função.

⁵⁸ Essa resistência ao uso do inglês pode ser enquadrada no clima nacionalista que fazia parte da intelectualidade da época, outro exemplo disso é o termo bléquis, que foi amplamente utilizado para se referir aos negros (blacks).

experiências no exterior, tal como João Silvério Trevisan, que viveu por 3 anos no México e nos Estados Unidos e João Antônio Mascarenhas que manteve correspondência e assinou jornais e revistas, tendo acesso às informações do Gay Liberation americano (Facchini, 2005; Câmara, 2002).

O grupo Somos foi marcante no contexto dos movimentos homossexuais, por ser o primeiro a centrar suas discussões em torno de questões políticas:

A grande novidade foi o surgimento de uma nova atitude que deixando de lado um certo sentimento de culpa, até então bastante comum mesmo que entre os homossexuais mais notórios, passou a reivindicar um espaço de respeitabilidade pública para a homossexualidade (MacRae, 1990:95).

Sendo o primeiro de uma série de grupos que começaram a surgir, a partir de 78, o Somos se coloca no contexto de contestação cultural e dos movimentos sociais organizados que escapavam dos tradicionais movimentos classistas de base marxista.

Após o surgimento do Somos, uma série de outros grupos começaram a aparecer, alguns deles compostos por dissidentes do próprio Somos. Podemos citar algumas dissidências importantes, tais como o Adé Dudu, que militava na transversalidade entre a questão da homossexualidade e demandas sociais de afro descendentes, o GALF⁵⁹ (Grupo de Ação Lésbico Feminista), que defendia a especificidade das lésbicas dentro do movimento homossexual, e os grupos Outra Coisa⁶⁰, Eros e Libertos (MacRae, 1990).

As lésbicas fizeram história junto ao grupo Somos e grupos dissidentes, mas foi no dia 19 de agosto de 1983, que as lésbicas brasileiras inauguram o ativismo lésbico independente das outras categorias GLBT. Neste dia, comemora-se o dia da visibilidade lésbica porque diversas lésbicas organizaram um protesto no Ferro's Bar. Este estabelecimento, localizado no centro de São Paulo, era majoritariamente freqüentado por lésbicas e alguns dias antes do protesto o proprietário havia impedido algumas mulheres de venderem uma publicação lésbica chamada "ChanacomChana".

O Dia da Visibilidade Lésbica sinaliza para o fato de que este segmento possui especificidades que precisam ser discutidas separadamente e que dentro do próprio

⁵⁹ O GALF foi um dos poucos grupos que existem até hoje, e junto com o GGB, atravessaram a epidemia da AIDS nos anos 80 em atividade. O GALF hoje é conhecido como *Rede de Informação Um Outro Olhar*, e é citado e/ou discutido na obra de diversos autores tais como MacRae (1990), Green (2000), Facchini (2005) e outros, foi fundado por dissidentes do conhecido grupo SOMOS, e foi o primeiro grupo organizado de lésbicas no Brasil. Segundo Facchini (2005) a mudança de nome aconteceu quando o grupo assumiu o formato institucional de ONG.

⁶⁰ O grupo Outra Coisa é um claro exemplo de uma dissidência do grupo Somos, que se deu em virtude de um posicionamento voltado para a construção de uma militância homossexual independente das questões de classe (MacRae, 1990; Facchini, 2005).

movimento vicejam as desigualdades dos universos sociais mais amplos, o que ao longo de toda a história tem provocado dissidências, tal como observa-se em Belo Horizonte.

O que essas dissidências já mostravam era a importância dos conflitos internos para a compreensão desse movimento, sendo até hoje comuns, questionamentos quanto ao tratamento das especificidades das diversas categorizações sociais que aí se misturam. Todavia, a tônica das discussões dentro e entre os grupos era sobre as relações que seriam estabelecidas com outros movimentos sociais, dividindo opiniões sobre as estratégias do movimento e sobre seu posicionamento em relação à complexa questão do “gueto”, que discutiremos adiante (Facchini, 2005; MacRae, 1990).

É comum ouvirmos que a história da AIDS se confunde com a história da homossexualidade no ocidente. Na década de 80 o cenário do movimento homossexual brasileiro mudou bastante. Esta década é apontada como um momento de declínio do movimento homossexual. Em 1980 marcaram presença no I Egho (Encontro de Grupos Homossexuais) 15 grupos de vários lugares do Brasil, já o II Egho, que seria realizado em abril de 1981, só aconteceu em 1984 (Facchini, 2005).

Vários motivos são apontados para esse declínio: o fim do Jornal Lampião; falta de recursos e infra-estrutura dos grupos; inexperiência; ineficiência em mobilizar militantes; a crise econômica; e entre diversos outros, o fim da ditadura, que demandava uma reestruturação das estratégias militantes, ao mesmo tempo em que dava a impressão de que o país se redemocratizaria naturalmente. Essa impressão era ainda reforçada pela diminuição considerável da repressão e do preconceito pela via do mercado e, conseqüentemente, a mídia se mostrava um pouco mais disposta a dar visibilidade às temáticas gays e voz a militantes isolados (Facchini, 2005, MacRae, 1990).

Entretanto, o principal fator que veio a definir esses rumos foi a epidemia da AIDS, a qual todos os grupos até hoje são obrigados a discutir de alguma forma. Alguns grupos como o Triângulo Rosa preferiram realizar uma militância mais afastada das políticas de prevenção, como forma de separar o estigma social da doença da homossexualidade (Câmara, 2002), já outros buscaram formas alternativas de conjugar os dois campos (Facchini, 2005).

Facchini (2005) argumenta que figuras importantes, e que vieram a se destacar nesse período, já se identificavam como pertencentes ao movimento homossexual na fase anterior. Destacando os nomes de Luis Mott (GGB) e João Antônio Mascarenhas (Lampião da Esquina e Triângulo Rosa), Facchini(2005) afirma que estes,

diferentemente de integrantes do *SOMOS*, eram menos resistentes à institucionalização do movimento e menos vinculados a ideologias anarquistas ou de esquerda.

Essas características permitiram que esse movimento não chegasse a desaparecer em meados da década de 1980, passando de uma ênfase antiautoritária e comunitarista para uma ênfase na garantia do direito à diferença e para uma tendência a estabelecer organizações de caráter mais formal que comunitário (Facchini, 2005:107).

No Somos, por exemplo, tanto as lideranças com uma posição ‘autonomista’ quanto as que tinha uma posição em favor de alianças com partidos políticos, grupos de esquerda e outros movimentos não classificados como ‘movimentos de minorias’, tinham projetos de transformação da sociedade como um todo. As atuações de Mott e Mascarenhas demonstram um menor envolvimento com projetos de transformação social, num sentido mais amplo, e uma ação mais pragmática, voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e violência dirigidas aos homossexuais (Facchini, 2005:111).

O grupo Triângulo Rosa trazia consigo um caráter mais marcado pela política institucional, estabelecendo relações com partidos políticos e organizações da sociedade civil. Este grupo foi o responsável pela troca do termo “Opção Sexual”, por “Orientação Sexual”, e que hoje é amplamente utilizado; participou de ações contra a OAB; participou em ações que visavam alterar o Código de Ética do Jornalista; atuou na elaboração da Constituição Federal entre muitas outras (Facchini, 2005; Câmara, 2002).

Esse estilo de militância influenciou fortemente as organizações posteriores, principalmente no pragmatismo das atuações e na tendência à institucionalização. Hoje percebemos que a maior parte dos grupos que constituem o movimento homossexual brasileiro se institucionaliza sob o formato de ONG’s.

Segundo Parker (2002), as ONG’s AIDS e os grupos gays foram atores importantes no processo de transformar a vida gay em algo mais que comportamento sexual, colocando em pauta a possibilidade da expressão social. Essas organizações muitas vezes são vistas como pontes de comunicação entre comunidades gays locais e acontecimentos de universos mais amplos, abrindo espaços de sociabilidade que são democratizadores, atraindo pessoas que não têm acesso aos guetos comerciais, por condições econômicas desfavoráveis ou outros motivos.

A forte confluência, entre os grupos GLBT, das políticas de prevenção às DST’s/AIDS, se deve também a questões estruturais, uma vez que o Ministério da Saúde oferece recursos nesta área, chegando a financiar desde a distribuição de preservativos até eventos como as Paradas. As políticas de prevenção seguiram a lógica de que construir uma comunidade gay sólida, baseada na solidariedade, seria mais eficaz na luta contra a AIDS que simplesmente informar e educar a população (Parker, 2002).

Mais do que atores políticos, esses grupos passaram a integrar as paisagens físicas do mundo gay, tomando a vida gay não apenas como sub-cultura sexual distintiva (ou culturas sobrepostas), mas um modo complexo e diverso de ser no contexto de uma comunidade sexual emergente (Parker, 2002:140).

Essa perspectiva mais institucional passou então a vigorar dentro do movimento homossexual servindo de modelo para as subseqüentes formas de agremiação da década de 90 que, segundo Parker (2002), foi a década das ONG's AIDS, e na interpretação de Facchini (2005), a década de “Reflorescimento do Movimento Homossexual Brasileiro”.

A história do movimento GLBT brasileiro que apresentamos até aqui, é dividida por Facchini (2005) em três fases distintas: a “primeira onda”, na qual se destacam o Jornal Lâmpião da Esquina e o Grupo Somos; a “segunda onda”, fortemente relacionada ao surgimento da epidemia de AIDS nos anos 80, se destacando grupos como o Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro e o Grupo Gay da Bahia; e a “terceira onda”, com o fortalecimento dos movimentos homossexuais a partir da década de 90.

Entre os mais de vinte grupos homossexuais identificados por MacRae (1985) no início da década de 1980 no Brasil, apenas três – O Dialogay, o GGB e o GALF/Rede um outro Olhar – sobreviveram à “crise” de meados dessa década, chegando ainda que modificados, aos anos 1990. entre transformações e reflorescimentos, as ações coletivas que se convencionou agrupar sob o nome “movimento homossexual” chegaram aos dias de hoje, sobrevivendo ao processo de “redemocratização”, à falência de seu modelo de organização comunitário e autonomista e ao surgimento da AIDS (Facchini, 2005:182).

Ramos (2005) afirma que na segunda metade dos anos 90 presenciamos mudanças importantes nas discussões sobre homossexualidade em quatro esferas distintas: 1) Legislativo; 2) Mercado e novos espaços de sociabilidade; 4) Surgimento de novas entidades de defesa, e finalmente, 4) As Paradas do Orgulho.

Facchini (2005) demonstra que ao longo da década de 90 houve um crescimento considerável no número de grupos militantes. Embora a autora não aceite que na década de 80 tenha ocorrido simplesmente um declínio do movimento homossexual, concorda que quantitativamente esse declínio foi efetivo. Por outro lado, na década de 90,

(...) não somente aumentou o número de grupos/organizações do movimento, como houve uma diversificação de formatos institucionais e propostas de atuação. Por outro lado, notam-se também uma ampliação da rede de relações sociais do movimento e a presença de novos atores (Facchini, 2005:149).

O número de grupos presentes nos encontros nacionais⁶¹ (EBHO – Encontro Brasileiro de Homossexuais, ou EBLHO – Encontro Brasileiro de Lésbicas e

⁶¹ Para uma descrição detalhada da evolução destes encontros nacionais ver Facchini, 2005.

Homossexuais) permanece extremamente pequeno até 1992. Até esse período a maior parte dos grupos ativos vem do Nordeste e Rio de Janeiro. Se na década de oitenta estes encontros eram realizados a cada 4 anos, na década de 90 eles começaram a acontecer bianualmente ou anualmente e com um crescimento significativo no número de grupos presentes. Nota-se também um fortalecimento destes grupos na cidade de São Paulo, que passaram a desempenhar um protagonismo marcante no movimento nacional (Facchini, 2005).

No movimento paulista desta fase destacam-se a Rede Um Outro Olhar, que antes se chamava GALF, e contava com militantes que já haviam militado no grupo LF (Lésbico Feminista), que era um subgrupo do SOMOS, o grupo Corsa e a APOGLBT/SP (Associação da Parada do Orgulho GLBT).

O grupo CORSA⁶² (Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor), nasce da convivência de jovens homossexuais que inicialmente buscavam processos terapêuticos e discussões de grupo sobre temas relativos a problemas familiares, afetivos e sexuais, e que aos poucos foram percebendo a necessidade de se estabelecer uma discussão sobre cidadania e uma militância homossexual de base. Facchini (2005) relata que o CORSA foi fundado em 1995, mas que foi registrado apenas em 1999/2000, quando obteve seu CNPJ e pode receber financiamento de projetos. Este grupo deixa como legado principal, ter sido um dos principais envolvidos na construção da Parada do Orgulho Homossexual GLBT de São Paulo, que hoje é o maior evento cívico de massa do planeta (Silva, 2006).

A Primeira Parada de São Paulo aconteceu no dia 28 de junho de 1996, e até sua terceira edição foi liderada pelo grupo CORSA. A partir da quarta Parada, quando esta atinge o número de sete mil participantes, é constituída uma Associação, com integrantes de todos os grupos que participavam da organização do evento, para trabalhar no crescimento da mesma. Esta associação recebe o nome de APOGLBT/SP (Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo).

A APOGLBT/SP⁶³ foi criada em 1999, pelos grupos que organizavam a Parada em São Paulo. Registrar a entidade e receber uma CNPJ significava a possibilidade de obter recursos e agregar de forma mais organizada seus membros, que em sua maioria faziam parte de outros grupos.

⁶² Para um estudo detalhado sobre o grupo CORSA ver Facchini (2005).

⁶³ Mais informações sobre a APOGLBT/SP podem ser encontradas diretamente no site da entidade: <http://www.paradasp.org.br>.

No contexto da militância GLBT no Brasil, tem sido cada vez mais importante o papel da ABGLT⁶⁴ (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), que vem agregando entidades de todo o Brasil, promovendo ações e redes de intercâmbio. A ABGLT foi criada em 31 de janeiro de 1995, com 31 grupos fundadores, em Curitiba, tendo comparecido 120 participantes (Silva, 2006).

Como podemos ler em seu site:

ABGLT é uma rede nacional de 203 organizações, sendo 141 grupos de gays, lésbicas, travestis e transexuais, e mais 62 organizações colaboradoras voltadas para os direitos humanos e Aids. É a maior rede GLBT na América Latina.

A missão da ABGLT é Promover a cidadania e defender os direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, contribuindo para a construção de uma democracia sem quaisquer formas de discriminação, afirmando a livre orientação sexual e identidades de gênero⁶⁵.

Esta organização tem feito a ponte entre a diversidade dos grupos espalhados por todo o Brasil e as políticas sociais mais amplas, promovendo intercâmbio entre os diversos grupos, entre os grupos e militantes brasileiros com experiências organizativas de outros países e entre os grupos e as políticas públicas governamentais para o segmento GLBT.

A ABGLT tem sido responsável por abrir discussões sobre direitos civis em âmbito nacional, influenciando na adoção de políticas públicas e fazendo pressão junto aos políticos do legislativo. O projeto Aliadas – Compromisso com o respeito e a igualdade – é uma iniciativa da ABGLT que tem como objetivo fazer pressão junto aos parlamentares para aprovação de leis que favoreçam a cidadania GLBT. Recentemente formou-se a Frente pela Cidadania GLBT, composta por 215 parlamentares, com a qual a ABGLT negocia diretamente.

Atualmente a ABGLT tem sido um dos principais atores de articulação do Programa Brasil Sem Homofobia, que é uma política pública do Governo Federal que pretende grande impacto no País. O projeto SOMOS, também de âmbito nacional, tem sido executado localmente pelos associados da ABGLT, que por sua vez, centraliza e coordena os resultados nacionais deste projeto, que pretende capacitação de grupos GLBT nas áreas de prevenção e assistência em HIV/AIDS e a defesa e promoção dos direitos humanos.

⁶⁴ Importante ressaltarmos que a Liga Brasileira de Lésbicas foi formada em oposição ao grupo que constitui a ABGLT por acreditar que esta instituição ainda reproduz as hierarquias patriarcais da sociedade, e que dentro dela as mulheres estariam condicionadas a lugares de subordinação. A ALEM (Associação Lésbica de Minas), é um dos grupos que pesquisamos que, embora filiado à ABGLT, pertence a Liga Brasileira de Lésbicas.

⁶⁵ <http://www.abgl.org.br>, acessado em 22 de março de 2007.

Alem disso, a ABGLT empreende ações no campo legislativo para a aprovação de leis, pressiona as instituições competentes na garantia de recursos para a prevenção de DST's e AIDS, defende o estado laico e atua junto a Resolução Brasileira na ONU, sobre Orientação Sexual e Direitos Humanos.

Em Belo Horizonte, a ABGLT tem como grupos associados a ALEM (Associação Lésbica de Minas), o grupo AGM (Associação Gay de Minas), o grupo CELLOS (Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual), o Clube Rainbow de Serviços, a ASSTRAV (Associação dos Travestis, Transexuais e Transgêneros de Minas Gerais) e Libertos Comunicação.

Recentemente Carlos Magno, presidente do grupo CELLOS foi eleito Secretário Adjunto da Região Sudeste da ABGLT, e tem sido o coordenador em Minas Gerais do Projeto SOMOS, que é patrocinado pelo Ministério da Saúde e visa fortalecimento das ONG's GLBT para atuarem no combater a DST/AIDS.

Movimentos Homossexuais em Belo Horizonte

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho (Bosi, 1979).

O surgimento dos movimentos políticos organizados de homossexuais no Brasil aconteceu no final dos anos 70, com a formação do grupo SOMOS (MacRae, 1990). Em Belo Horizonte, embora com menos movimentação, ou movimentações menos visíveis, temos notícia de alguma atividade com características semelhantes também nesta mesma época.

Para compreendermos melhor o campo de investigação sobre o qual nos debruçamos, faz-se necessário delinear um pequeno histórico da militância GLBT em Belo Horizonte. Isso nos lembra que a Parada do Orgulho GLBT de Belô é resultado de uma série de contingências históricas e redes submersas de relações que se confundem com a emergência de um movimento que vem se organizando de forma crescente.

A história que nos é contada, a história oficial, que é retratada em livros, jornais e revistas, via de regra, é a “história dos vencedores”, a qual exclui de suas linhas todo um universo de acontecimentos que envolvem indivíduos e coletividades que são constantemente oprimidos e destituídos de seus direitos e de sua cidadania. Se quisermos pensar a construção de uma sociedade mais justa e democrática passaremos necessariamente por uma reconstrução da história, revelando o que Jacques Ranciere chama de a “história dos vencidos” (Ansara, 2005).

Neste sentido, percebemos que recorrer a fontes de dados oficiais não nos daria um panorama satisfatório da história da militância GLBT em Belo Horizonte. Mesmo os documentos produzidos por esses grupos não nos revelariam com suficiente clareza a complexidade dos fatos que compõem esse percurso. Por esse motivo, com o intuito de detectarmos as primeiras mobilizações de caráter político, em torno de questões ligadas à temática da Diversidade Sexual, bem como seu desenvolvimento, julgamos produtivo

coletar relatos orais de indivíduos que viveram ou tiveram acesso a essa história. Esse método, conhecido como história oral, mesmo com a limitação de se submeter às impressões subjetivas do entrevistado, traz a perspectiva de uma história viva, dinâmica, cujo universo de significados aflora nas atividades atuais desse movimento. É importante ressaltarmos que a produção de uma retrospectiva histórica onde se cruzam documentos oficiais, materiais simbólicos produzidos pelos grupos e sobre os mesmos e relatos orais de militantes, deve se pautar pelo cuidado de tratar os dados na limitação que o método nos impõe, tendo todo o cuidado de não os reificarmos, tomando sua interpretação como o fato em si. Portanto, ao considerar nossa análise, é importante ter em vista que partimos do pressuposto de que os “dados” são tomados como informações construídas na complexa interface entre pesquisador e pesquisado.

Pereira (1996) afirma que o documento oral “*é ao mesmo tempo objetivo – no sentido de trazer informações passíveis de serem confrontadas com outros documentos – e subjetivo, isto é, expressa as avaliações dos entrevistados*”(grifos nossos). Este método foi muito útil, na medida em que revelou aspectos desconhecidos desta história e descreveu interpretações possíveis sobre a forma como acontecimentos foram vivenciados e sentidos pelos participantes. A história oral revela mais que fatos, revela o que os sujeitos “*quiseram fazer, o que acreditaram ter feito, e o que no presente pensam ter feito*”, constituindo uma “*representação que o sujeito faz dos fatos de sua vida*” (Pereira, 1996).

Nossa reconstituição histórica, a partir de relatos orais, busca fundamento na superação da separação simplista entre indivíduo e sociedade, como forma de alcançarmos uma perspectiva mais ampla e consistente da realidade social, capturando dimensões individuais e coletivas, estruturais e simbólicas, inseparadamente, como fluxos processuais de fatos e eventos (Elias, 2004). Sendo assim, os relatos aqui apresentados, podem ser compreendidos como visões particulares de um universo compartilhado, que é determinado pelos aspectos coletivos que os engendraram, ao mesmo tempo em que constrói uma realidade social própria.

Nossa re-apropriação do passado não se pretende, de maneira alguma, neutra, pois é fruto de uma posição social que ocupamos e de como os relatos nos foram interessadamente passados. Por este motivo, fomos incluídos neste histórico como atores ativos. Fazer ciência, nesta perspectiva epistemológica, se fundamenta no princípio de que todo conhecimento é político (Ferreira, 2004).

Capítulo III – As primeiras Manifestações Políticas de GLBT em Belo Horizonte

3.1. A Década de 1970

3.1.1. Grupo Terceiro Ato

Na edição de maio de 1980, o jornal *Lampião da Esquina* publica uma matéria sobre o I EGHO (Encontro de Grupos Homossexuais Organizados), ocorrido na cidade de São Paulo, nos dias 4, 5 e 6 de abril. Segundo se relatou, nesse encontro estavam presentes, entre os quase 200 participantes, duas pessoas que manifestaram o interesse de fundar um grupo em Belo Horizonte. Facchini (2005) também cita este grupo como um dos participantes do I EGHO. MacRae (1990), por sua vez, afirma que este evento contou com participantes de várias cidades brasileiras, entre elas Belo Horizonte. Silva (2006) relata a presença do Terceiro Ato numa reunião prévia, para organização do II EGHO ⁶⁶. Alguns meses depois, na edição de junho, esse mesmo jornal publica uma carta anunciando a formação de “*mais um grupo Homo*”. Esse grupo era o **Terceiro Ato Belo Horizonte**.

Terceiro Ato

Caros Amigos. Por meio desta comunicamos a formação de mais um grupo Homo, situado em Belo Horizonte – MG. Após um longo período de opressão, de cativo – neofascista – a sociedade brasileira está vivendo o momento de “redemocratização”, não vamos discutir o significado ou realidade desse fato; vamos sim aproveitar o momento, o espaço conquistado, para contestar a ideologia vigente, independente de suas origens e gases sobre as quais se assentam. O sistema é anti-humano, antinatural e queremos contribuir para a mudança. Reivindicamos o direito de crítica sobre toda a estrutura social vigente, seja sobre a problemática econômica relacionada às formas de produção – exploradores x explorados -, seja ao nosso condicionamento comportamental. Nos organizamos para lutar contra todo o tipo de segregação, em particular pelo nosso direito de “ser”, nós que somos chamados de homossexuais, “doentes”, “bichas”, “sapatões”, etc., vítimas das ditaduras da direita ou da esquerda. Não nos colocamos contra as “ideologias progressistas”, nosso movimento faz parte delas, mas contestamos a moral burguesa das esquerdas, assunto que discutiremos posteriormente. Nosso grupo é o TERCEIRO ATO. Está relacionado ao ato do questionamento, enquanto o primeiro ato está relacionado ao ato instintivo e o segundo ao ato condicionado. Somos o Terceiro Ato e é o questionamento dos valores que nos levou a apoiar os movimentos reivindicatórios dos direitos humanos das mulheres, negros, pessoas com problemas físicos, índios, a massa de trabalhadores e outros explorados e marginalizados deste nosso país. Acreditamos que a verdadeira democracia está relacionada com a melhoria

⁶⁶ Silva (2006) se refere a este evento como EBHO (I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados). A previa de organização do II EBHO aconteceu no Rio de Janeiro, no Teatro da Casa do Estudante Universitário no dia 6 de dezembro de 1980, e lista os 15 grupos que estiveram presentes: SOMOS/RJ e SOMOS/SP, Auê/RJ, Bando de Cá – Niterói, Outra Coisa/SP, Eros/SP, Fação Homossexual Convergência Socialista/SP, Galf/SP, Terra Maria/SP, Alegria Alegria/SP, Grupo Opção/SP, Liberdade Sexual – Santo André, Grupo Gay da Bahia, GATHO (Grupo de Atuação Homossexual de Recife/Olinda), Beijo Livre – Brasília, Terceiro Ato de Belo Horizonte e representantes do Jornal *Lampião da Esquina*.

das condições de vida do trabalhador, garantindo-lhe o fim da marginalidade. Nos posicionamos contra qualquer forma de machismo, chamamos a atenção dos trabalhadores, sindicatos, intelectuais, estudantes e todos os militantes progressistas para os preconceitos que fazem com que mulheres, negros, homossexuais, índios etc. fiquem alijados ou vistos de forma paternalista pelos “Homens Brancos”. Não basta modificar a ordem econômica de uma sociedade se não é realizado paralelamente um trabalho de questionamento da ordem moral vigente. Se até o momento o homem foi levado a se adaptar a “normas e Leis” preestabelecidas e a situação não melhorou nada, acreditamos que estas “normas e leis” podem ser mudadas e adaptadas às realidades emanentes do homem. Nos posicionamos contra a separação entre homossexuais masculinos e femininos. Acreditamos que este antagonismo é o resultado de uma sociedade onde predomina o individualismo e, que por sua vez, serve para garantir a desunião e o enfraquecimento dos grupos marginais. Somos uma força, devemos estar unidos e conscientes. Alertas contra o falso liberalismo que nos mantém como doentes ou segregados em guetos. Em Belo Horizonte é grande o número de homo conscientes, é grande o número de heteros que nos estão apoiando e sabemos que os Hitlers ou Stalins terão mas trabalho para nos desunir. Aos nossos amigos do Lampião comunicamos que nossa caixa postal é n. 1.720. Gostaríamos que o Jornal transasse uma coluna onde os vários grupos de todo o Brasil pudessem manter uma correspondência. Ainda estamos nos organizando, mas para o futuro pretendemos garantir a representação do “lampa” em B.H., por aqui temos muito trabalho, mas também muita gente disposta.

Grupo Terceiro Ato BH”

(Jornal Lampião da Esquina, Junho de 1980).

O nome derivava de uma alusão ao ato de questionar: *“Nosso grupo é o TERCEIRO ATO. Está relacionado ao ato de questionamento, enquanto o primeiro ato está relacionado ao ato instintivo, e o segundo ao ato condicionado”*.

O texto faz referência à abertura política brasileira, reconhecendo que o momento era importante para a redemocratização da sociedade e se manifestava contra diversas formas de opressão: *“Somos o Terceiro Ato e é o questionamento dos valores que nos levou a apoiar os movimentos reivindicatórios dos direitos humanos, das mulheres, negros, pessoas com problemas físicos, índios, a massa de trabalhadores e outros explorados e marginalizados deste nosso país”*.

Como veremos, esse discurso é exemplar do contexto no qual surgem os movimentos homossexuais brasileiros de cunho político, conforme relata MacRae (1990). Essa perspectiva se enquadra no que Scherer-Warren denomina de *“Novos Movimentos Sociais”*, ao identificar o potencial dos sujeitos múltiplos e as novas formas de se fazer e pensar a participação política popular e de base na América Latina, onde a categoria de classe social é superada pela de sujeito popular ou ator social (Scherer-Warren, 1993). A carta discute a relação entre política e cultura nas bases dos movimentos contestatórios deste período, quando diz que *“não basta modificar a ordem econômica de uma sociedade se não é realizado paralelamente um trabalho de questionamento da ordem moral vigente”*.

Apesar de breve, a carta denuncia a presença de diversas querelas extremamente marcantes em toda a história do Movimento GLBT: construções identitárias mais ou menos essencialistas, separação entre homossexuais masculinos e femininos, a interface com outras demandas sociais, dos ‘direitos humanos’ ou da esquerda tradicional e a relação com o gueto.

Embora essa carta publicada apresente um conteúdo forte e instigante, nada mais encontramos sobre esse grupo, além de um registro de presença em uma reunião prévia do II Eggho, publicado no Boletim do GGB (Facchini, 2005).

Edson Nunes chegou a conhecer alguns integrantes do Terceiro Ato.

O Terceiro Ato é o seguinte, José Eduardo, mais um grupo de pessoas, eu acredito que foi em torno de 1978, acredito que foi, eles resolveram criar o Globo, inspirando no Lampião. O Lampião⁶⁷ chegava aqui em Belo Horizonte, então quando eles viram que a coisa tava naquele ponto eles resolveram criar o Globo, mas não tinha sede, eles se reuniam debaixo das árvores no parque municipal. (...) Era uma ação exclusivamente em circuito interno no próprio meio. O que eles buscavam eram conscientizar o próprio meio, então eles convidavam né?, nos guetos eles distribuía folhetos chamando para essas reuniões lá no parque municipal, e ali havia troca de idéias e conscientização, dos direitos, da identidade homossexual, era um trabalho assim, educativo (Edson Nunes, 2006).

De acordo com o relato de Edson Nunes, os membros do Terceiro Ato deixaram de atuar com esse nome e se juntaram à campanha de sua candidatura em 1982 e aos grupos que fundou. Relata-nos que o principal integrante do Terceiro Ato foi um militante chamado José Eduardo, que em 1982 foi chefe de campanha de sua candidatura. Edson Nunes nos conta também que José Eduardo foi assassinado poucos anos atrás.

Ele foi assassinado, ele tinha uma irmã que tinha uma mercearia, e de repente essa irmã tava apavorada, com medo de assalto, pediu se ele podia depois do serviço, ficar com ela lá uns tempos, então durante uns meses toda noite ele ia pra lá para, dar segurança pra irmã. Numa noite chegaram três caras (...) mataram Zé Eduardo, um cara maravilhoso: culto, sensível, consciente, humano (Edson Nunes, 2006).

⁶⁷ No capítulo anterior vimos como o jornal Lampião levou informações para o interior do país, desempenhando um papel muito importante inclusive fora do eixo Rio – São Paulo.

3.1.2. Edson Nunes⁶⁸



No Brasil não há leis contra os homossexuais. Constituição, Código Civil e Código Penal são omissos quanto à questão e assim os direitos existentes são por decorrência. Mas as forças da falsa moral estão se movimentando e pretendem uma Legislação discriminatória. A preparação de tudo começou em maio de 80 quando, ilegalmente, toda a polícia civil de S. Paulo foi colocada nas ruas para prender e torturar homossexuais. O pessoal da falsa moral já mandou ofícios ao Ministério da Justiça: exigem providências contra os homens e mulheres homossexuais. O momento de os homossexuais defenderem seus direitos ainda é o AGORA! Esperar a implantação legal da repressão é ser omissos. Há 10 anos que Edson Nunes iniciou no Brasil um trabalho de conscientização voltado para os próprios homossexuais. Em 1980, frente à repressão policial em S. Paulo, iniciou sua luta junto ao povo em geral, já então visando a defesa dos direitos homossexuais. E é por isto que Edson Nunes quer estar na Câmara Federal. O PT é o partido que teve a coragem de ser autêntico com seu Programa de Defesa das Minorias e abriu espaço para a continuidade da luta de Edson Nunes. O momento é o AGORA! O Partido é o PT! Edson Nunes 303 Deputado Federal.

Ao investigamos os primórdios da militância GLBT em Belo Horizonte, encontramos um personagem polêmico e curioso, que até hoje habita o universo militante da cidade e participa de listas de discussão nacionais do movimento: o militante, jornalista, terapeuta e parapsicólogo Edson Batista Nunes.

Nascido em 12 de novembro de 1944, é jornalista por direito adquirido, pois quando regulamentaram a profissão ele já a exercia, foi diretor da Casa do Jornalista de Belo Horizonte e estudou psicanálise. Seu primeiro feito público relacionado à homossexualidade se deu em 1972, quando organizou o I Simpósio de Estudos da Homossexualidade, no Colégio Estadual Central, que contou com a presença de 200 pessoas. Nesse simpósio foram discutidos aspectos sociais da homossexualidade, e Edson o considera a fundação e a primeira atividade do movimento homossexual brasileiro. Estiveram presentes um padre, um pastor, um médico e Edson Nunes, segundo o próprio, representando o espiritismo.

O seminário foi comovente. Foram mais de 200 pessoas, homossexuais que se assumiram "no" seminário e deram depoimento público, inclusive um senhor que veio do Rio de Janeiro, que a coisa teve repercussão nacional, né? Inclusive o Ibrahim Sued, naquela época era o papa do society no jornalismo brasileiro, e tinha programa na Globo todo dia. Às vésperas, ele disse: "Encontro de homossexuais em Belo Horizonte. Bola preta. Cavalos não desce escada". [Risos] Ele tinha classificação para cada tipo de notícia, né? Bola branca era bola boa, bola preta era... "Bola preta. Cavalos não desce

⁶⁸ As ilustrações deste tópico foram extraídas de um informativo impresso para a campanha da candidatura de Edson Nunes em 1982.

escada”. Mas foi comovente. Veio um senhor do Rio, protestante, relatou a vida dele toda, de sofrimento, que se casou e tudo e que..., mas que ali naquela noite ele considerava que ele tava nascendo de novo. Foi muito comovente. Foi maravilhoso, foi uma coisa fantástica (Edson Nunes, 2004).

Edson relata que houve cobertura da imprensa, mas que essa cobertura foi um pouco distorcida e deu ênfase a pontos negativos da homossexualidade.

A cobertura teve problema, por quê? Porque o noticiário de cobertura não refletiu o que o seminário foi. No início aí houve interferência inclusive do Bispo, porque como houve um depoimento simpático à homossexualidade, do padre José Vicente de Andrade, então, com antecedência... o seminário foi realizado no fim de semana, houve um impedimento, houve uma interferência da Arquidiocese no jornal pra se cortar. Saiu muito deformado. A cobertura foi muito deformada. (...) Deram destaque às partes de anormalidade, que o médico falou. Do padre e do pastor até que não distorceram tanto. Mas do médico distorceram demais. (...) As explicações de abertura do médico eles não deram. Eles se prenderam à parte endocrinológica e tudo aquilo, né? Não deram. Inclusive as perguntas, a minha argumentação com o médico, a aceitação que ele manifestou na hora, de que realmente ainda era algo que carecia de muitas pesquisas na área médica. Então, isso não saiu. Por interferência. Houve uma interferência direta do Bispo. Mas mesmo assim, mesmo com as distorções, eu acredito que foi a primeira matéria com alguma dignidade que saiu sobre homossexualidade, em Belo Horizonte. (Edson Nunes, 2004).



No final de 1972, Edson Nunes se muda para a cidade de São Paulo, aonde organiza mais dois simpósios. O II Simpósio foi realizado no teatro Ipiranga, e a participação foi baixíssima. As vésperas do seminário, o jornal *Notícias Populares* publicou um release, enviado por Edson divulgando o evento, mas com a manchete

“bonecas fazem reunião em São Paulo”. Segundo Edson, essa manchete afastava os possíveis frequentadores do evento que ainda não haviam assumido publicamente sua homossexualidade, sendo este um dos motivos pelos qual o evento foi um fracasso completo de público:

Cheguei ao teatro com três horas de antecedência. Não gostei da sua aparência de abandono. Meia hora antes do prazo marcado para o início, a apreensão foi chegando. Faltando cinco minutos, apareceram dois jovens e um idoso que beirava os 80 anos. Ficamos conversando e eles comentavam duas surpresas: o inusitado da promoção e a falta de interessados. Depois de uma hora de atraso, pedi desculpas e expliquei que era melhor adiar o evento. Fiquei à disposição. Nosso encontro ganhou características de terapia de grupo, com o toque da comoção dado pelo idoso, um imigrante alemão, magrinho e falante, que em certo ponto arrematou: “Olha, que Deus o proteja. Pelo menos, não vou morrer sem ter ouvido umas palavras de conforto. A vida inteira sofri com o desprezo. Quanto amor dentro de mim para dar a alguém. A resposta vinha em forma de agressão, de zombaria. Eu sempre disse para mim mesmo que ser homossexual não era um defeito e nem uma doença. Hoje, pela primeira vez, ouço alguém afirmar a mesma coisa” (Carta Aberta, 2007).

O terceiro Simpósio aconteceu em 1974, no teatro João Caetano, na Vila Mariana, e contou com a presença do médico belo-horizontino Marcos Fernandine, que se dispôs ir até São Paulo para participar do evento, que teve quase 300 inscritos.

O terceiro. Os jornais não deram uma linha, a censura continuava, ainda era regime militar bravo, mas daí eu encontrei uma tática, porque eu falei ‘bom, deve ta tendo esse comercial e não costuma ser muito visado por censura”, então eu peguei e coloquei como anuncio pago, e daí como anuncio pago saiu, e daí foi um sucesso. Foi muito interessante porque teve um fato, patético. Quando eu disse, ao público que eu não havia conseguido nem padre nem pastor, então uma senhora lá no auditório levantou e fez assim com o lápis, aí eu vi que ela tava apontando, aí naquela hora que eu vi, miopia naquela hora despertou. Era frei Albino, não sei se você já ouviu falar desse homem. Frei Albino era conhecido no país inteiro por dar cursos de parapsicologia, e ele tinha uma clínica em São Paulo onde, com hipnose, ele queria curar tudo. Então ela mandou um bilhete pra mesa, e me disse, olha eu to recebendo aqui, um bilhete da secretaria do Frei Albino que ele vai falar como padre, e eu fiquei muito apreensivo porque nos éramos inimigos na área da parapsicologia, porque ele divulgava uma falsa parapsicologia, absolutamente religiosa e anti-espírita, e eu, apesar de espírita, não me divulgava parapsicologia espírita, eu divulgava parapsicologia verdadeira, nos Estados Unidos, que é absolutamente imparcial, não entra em méritos religiosos, então a minha linha era essa, e nós já havíamos entrado em debate, e eu, debate que eu tive com ele uma vez como parapsicólogo, eu vi que ele era muito nervoso, muito agitado. Mas ta, aí eu não tinha como sair fora, eu tinha que agüentar a barra, o homem se oferecendo [risos], menino, daí ele foi falar, aí ele colocou homossexualidade como doença e tudo, (...) e acabou falando que ele tinha a clínica, onde ele tinha curado dezenas e dezenas de casos de homossexualismo, e que ele e a sua clínica tavam lá a disposição de curar quem quisesse se curar. Em seguida falou eu ne, aí eu fui contraditá-lo de todas as formas possíveis, na hora das perguntas ele alegou prioridade porque ele tava na mesa, e daí ele começou a... a ter um comportamento estranhíssimo, disse que ele ia se retirar porque quando ele pensou em falar ele acreditou no anuncio do seminário, que era uma promoção séria, mas que ele tava vendo que aquilo era uma coisa, molecagem, e que eu estava agindo em causa própria, e que eu não tinha moral pra estar ali, porque eu como homossexual tava agindo em causa própria, então ele se retirava em sinal de protesto por eu não ser uma pessoa séria e digna de respeito, menino daí, o público começou a vaiar, começou a gritar: fora, fora, fora, os jovens todos levantar e fora, fora, fora, e o frade brandindo, ele usava um bastão para compor a figura de frade, começou a brandir

aquele bastão lá, esbravejava sabe, desconjurar as pessoas, mas virou um ambiente assim patético, e ele saiu dali daquele jeito, ele esgoelando, dando gritos em toda altura, e o público vaiando. Mas foi muito interessante [risos] (Edson Nunes, 2006).

O nome de Edson Nunes, ou menções a estes seminários, não constam em nenhuma bibliografia que cobrimos no âmbito dos estudos GLBT no Brasil até o momento. Entretanto, encontramos no trabalho de Green & Polito (2006), referências a reportagens publicadas sobre um evento semelhante, e que acreditamos coincidir com o organizado por Edson Nunes. A partir de reportagens publicadas na revista *Veja*⁶⁹, de 20 de julho de 1972, no *Jornal do Brasil* e no *Jornal O Globo*, ambos de 19 de julho, Green e Polito(2006) descrevem o que teria sido este evento realizado em Belo Horizonte.

De acordo com estas publicações, o *I Simpósio de Debates sobre o Homossexualismo* teria sido promovido pelo *Instituto Brasileiro de Pesquisa e Informações Parapsicológicas*, e contou com apenas 30 participantes, sendo que apenas um destes declarou publicamente sua homossexualidade, e mesmo assim, preferiu manter-se anônimo dizendo que estava ali buscando apoio religioso. A imprensa da época se ateu apenas a participação do psiquiatra e professor da UFMG, Paulo Saraiva, que dissertou sobre características dos homossexuais, padrões de normalidade, o homossexual aparecendo como *anormal*, e métodos mais adequados ao tratamento da homossexualidade, afirmando obter resultados mais satisfatórios com metodologias de tratamento comportamentais do que psicanalíticos (Green & Polito, 2006).

Apesar de tudo indicar que estamos falando do mesmo evento, nos relatos de Edson Nunes o nome do médico palestrante é Dr. Marcos Fernandino, que teria inclusive falado sobre “normalidade” relacionada a um conceito meramente estatístico. Além disso, o número de participantes (200) declarado por Edson é bastante superior aos da imprensa (30)⁷⁰. Já com relação ao participante anônimo, Edson declarou que:

Naquela noite levantou-se lá um senhor na platéia, que disse que era crente, protestante, e que ele havia passado a vida toda dele muito infeliz, e que graças a Deus ele havia tido aquela oportunidade, que ele havia saído do Rio de Janeiro pra cá, em busca de explicação, ele tinha um esperança médica de cura, qualquer coisa assim, e ele se assumiu ali um pouco, se declarou até presbítero na igreja, casado com filhos e disse, amanhã mesmo volto pro Rio, vou falar com minha mulher com meus filhos, minha vida começa aqui, esta noite (Edson Nunes, 2006).

⁶⁹ Estranhamente, no panfleto divulgando a candidatura de Edson Nunes, de 1982, o texto cita este seminário afirmando que a revista *Veja* se pronunciou a seu respeito dizendo que pela primeira vez o tema era tratado com seriedade.

⁷⁰ Ao ler este texto, Edson Nunes se lembrou da participação do psiquiatra Paulo Saraiva, sem ser conclusivo quanto a suas memórias, reconheceu que pôde ter superestimado o número de participantes (200), mas que, mesmo assim, ficou bem acima de 30. Edson levantou a hipótese de a imprensa ter se retirado antes do auditório encher.

Logo após este seminário, ainda no começo dos anos 1970, Edson se muda para São Paulo e funda o IBIP (Instituto Brasileiro de Integração Psíquica), que obteve grande sucesso financeiro e acabou se tornando o mais conhecido instituto de parapsicologia do País. Segundo Edson, em um dos módulos do curso ele falava sobre homossexualidade como uma “vivência natural e saudável”, e que devido ao sucesso do IBIP, ele o ministrou para cerca de 50.000 pessoas em todo o Brasil, chegando a várias cidades. Edson relata que uma de suas pesquisas, sobre Bioenergia, foi premiada no VIII Congresso Internacional de Ciências Psíquicas, em Gênova, na Itália, em 1976⁷¹. Segundo Edson Nunes, este acontecimento chegou a ser destaque no Jornal Nacional.

Em 1976, ao lado do professor Henrique Rodrigues, fui representante brasileiro à VIII versão do já citado congresso europeu, então sediado em San Remo, na Itália. Apresentei trabalho sobre a Interação Medicina/Psicologia/Parapsicologia. E o fato repercutiu nos Estados Unidos e em diversos países da Europa e da Ásia. Era uma das sementes do que posteriormente passou a ser conhecido internacionalmente como Holismo. Após o congresso, ainda em companhia do professor Henrique Rodrigues, faço visita de estudos à Espanha. (...) Paralelamente, há tempos vinha me preparando e lancei bases a um novo processo terapêutico que implantei ao lado de médicos e psicólogos que clinicavam sob minha orientação. Mantive a sigla IBIP para o instituto e só mudei o extensivo para Instituto Brasileiro de Integração Psíquica. A Dra. Thelma Moss, da Universidade da Califórnia, falava de meu trabalho em suas conferências nos EUA e na Europa. Acabei recebendo a visita de uma equipe de trabalho do saudoso e internacionalmente conhecido psicólogo Carl Rogers. A finalidade era acompanhar de perto nossas sessões de psicotrãse, abalizadas por surpreendentes resultados em pacientes neuróticos e psicóticos. A codificação do processo incluía recursos de algumas conhecidas escolas psicológicas e o trabalho pioneiro do médico brasileiro Eliezer Mendes, de Salvador, com o qual mantive estreito relacionamento, apenas balançado pela sua posição de encarar a homossexualidade como patológica. Posteriormente, confirmando sua sincera disposição de conhecimento, doutor Eliezer reformulou seu conceito (Carta Aberta, janeiro de 2007).

De acordo com os relatos de Edson Nunes, o IBIP foi fechado em 1980 em virtude de sua militância nas políticas homossexuais. De modo geral, a vida de Edson Nunes sempre esteve marcada por seu envolvimento ferrenho com questões da agenda política brasileira, entre elas a causa homossexual.

Em 79 o Maluf promoveu uma caça às bruxas. Você sabe disso né? E eu fui um dos que esteve à frente da caminhada em São Paulo, participei da divulgação da caminhada e tudo. No dia da caminhada eu estava à frente da caminhada mesmo, com as câmeras da Globo me focalizando e eles colocaram chamada em São Paulo, e foi matéria no jornal nacional local, nacional, e no dia eu tinha em São Paulo uma clínica, uma casa enorme de dois andares, e no dia seguinte, após... ou... na segunda-feira seguinte, acho que foi num fim de semana, né? Sei que logo após, a desmarcação de consultas foi uma coisa incrível, daí veio um zunzunzum. A clínica depois daquilo não durou um ano, eu tive que fechar, porque a estrutura era mundo grande e daí foi que eu voltei pra Belo Horizonte em 1980 (Edson Nunes, 2004).

⁷¹ Conforme podemos ver ao longo do texto, algumas datas e dados apresentados não são precisas. Optamos por manter em nosso texto as datas apresentadas no jornal de campanha, uma vez que em entrevista o próprio Edson não tinha certeza dos locais e datas exatas.

A caminhada a qual Edson se refere é a marcha realizada em protesto a onda de repressão instaurada pelo delegado José Wilson Richetti contra os guetos de frequência homossexual, que ficou conhecida como *Operação Rondão ou Operação Limpeza*. Num ato de protesto, 10.000 manifestantes⁷², mobilizados pelos movimentos homossexuais, grupos feministas e o Movimento Negro Unificado, tomaram as ruas do Centro de São Paulo em protesto (Silva, 2006). Silva (2006) considera que esta manifestação foi “*uma das mais importantes mobilizações de homossexuais ocorridas durante a ditadura e mesmo durante a história nacional, nem tanto pela quantidade de pessoas mas por seu significado político*”(p. 204)⁷³.

Tinha um delegado, o delegado Richetti, o homem que executou a operação chamava delegado Richetti, foi uma operação que num dava pra acreditar. Chegava assim, nove horas da noite, dez horas da noite, trinta viaturas paravam na Avenida Ipiranga, desde a Avenida São João até quase a São Luis. Parava uma viatura da policia civil uma atrás da outra, descia uns investigadores com um cassetete desse tamanho, e eles formavam um corredor, eles fechavam três quarteirões da avenida Ipiranga, ninguém podia sair, todo mundo que tava no passeio, fosse homem, mulher, todo mundo. Então eles faziam uma triagem, primeiramente saía homem que tava acompanhado com mulher, homem que tava acompanhado de criança, mulher que tava acompanhado de criança, mulher sozinha, até ficar só o homem que tava sozinho, aí eles começavam a ver pela cara [risos], pelo jeito, até que sobravam aqueles que eles achavam que efetivamente eram homossexuais, abriam as portas da viatura, jogavam as pessoas dentro da viatura, trancavam e davam voltas por três horas por ruas esburacadas. Então isso provocou uma indignação muito grande, naquele tempo já existia o grupo SOMOS e o pessoal da convergência socialista também atuava nos direitos homossexuais em São Paulo. Então eu me juntei a essa gente, e programamos a primeira passeata gay do Brasil, no centro de São Paulo. A Ruth Escobar cedeu o teatro dela, o teatro Ruth Escobar, e lá foi o quartel general do movimento, vinte quatro horas gente de plantão no teatro Ruth Escobar, como protesto achando do governo Maluf e, organizando a caminhada. Então fizemos a caminhada que parou o centro de São Paulo, o trânsito de veículos durante um bom tempo, foi aproximadamente umas, (xxx) pessoas, mais, fez um barulho enorme, fez um barulho enorme. E eu tava lá na frente da caminhada, aí apareceu na televisão, quando foi no dia seguinte uma desmarcação de consultas uma atrás da outra, ao cabo de algumas semanas a clínica tinha uns trinta por cento dos clientes. Tinha uma clientela enorme, tudo classe media alta, empresários, artistas famosos, que freqüentavam a clínica, e assim da noite por dia a clínica foi por água a baixo. E o interessante e que uma boa parte dos meus clientes sabiam da minha homossexualidade, porque eu nunca escondi homossexualidade de ninguém, nunca, eu tinha companheiro, andava com ele junto, a gente andava de mão dada, o problema não era as pessoas saberem que eu era homossexual, o que eu descobri no final era o seguinte, o problema das pessoas era a família, os outros saberem que elas tratavam em uma clinica onde o direto era homossexual [risos]... Perdia, a terapia perdia o seu status por completo. Então fechou, tive que fechar, porque não houve, era um trabalho de manutenção caríssima, era um casarão enorme de dois andares, de manutenção cara (Edson Nunes, 2006).

⁷² MacRae (1990), estima que neste evento estiveram envolvidos entre 500 e 1000 participantes, mas que este número foi aumentando ao longo do trajeto.

⁷³ Interessante destacarmos que em uma reunião realizada em abril de 1981 entre os grupos SOMOS, GALF, Facção Homossexual da Convergência Socialista e o coletivo Alegria Alegria, foi proposta a realização de uma manifestação em comemoração a manifestação de 1980, o que poderia ter sido um antecessor das paradas e, como aponta MacRae (1990), uma tentativa de se criar um equivalente nacional ao 28 de junho, uma vez que o clima de nacionalismo oferecia resistência ao Orgulho Gay estadunidense.

MacRae (1990) descreve detalhadamente a organização e o andamento de toda a Campanha Anti-Richette, mostrando que embora este evento tenha sido organizado principalmente pelos grupos homossexuais e feministas, que protestavam contra a repressão às prostitutas, vários atores se envolveram. Segundo este autor duas frentes de ação foram desenvolvidas: o ato público, onde estiveram presentes os movimentos homossexuais, feministas, negros, estudantis, além das prostitutas e outros; e a convocação de que Richetti comparecesse para prestar esclarecimento junto ao Conselho Parlamentar de Defesa dos Direitos Humanos, articulada através de influência política, destacando-se a corajosa visibilidade que Ruth Escobar e Darcy Penteadó conquistaram denunciando o delegado na imprensa. Neste período, vários grupos já estavam em atividades e participaram da marcha do dia 13 de junho: o SOMOS, o GALF, o Eros, o Libertos e o Ação Homossexualista. Neste período o grupo SOMOS já atuava na cidade e, mesmo Edson Nunes tendo conhecimento, pelo jornal Lampião, e até atuado junto com estes militantes nesta passeata, não chegou a fazer parte do grupo.

Eu não quis mesmo fazer parte pelo seguinte, quando surgiu e eu li no Lampião que tinha o grupo Somos eu falei: pô que bacana, vou telefonar, tinha até telefone, telefonei e pelo telefonema desisti, tinha que preencher um questionário, tinha que participar de uma reunião, é um verdadeiro cerimonial, eu achei aquilo muito estranho, muito fechado entendeu, minha cabeça não é essa, eu faço as coisas em público, seminário, falo, agora, de repente tem que ir lá pra saber se eu podia ser admitido ao grupo, tem que preencher um questionário, tem que fazer uma entrevista, aí eu agradei mas não fiz, eu não fiz parte do grupo SOMOS porque não gostei da política de acesso, não gostei. Eu fazia uma coisa, sei lá, aberta pô. Agora de repente, ter que, achei muito esquisito, achei esquisito demais, eles deviam ter suas razões. Depois eu pensei, quem sabe pra evitar presenças indesejáveis, naquele tempo ainda tinha muita paranóia de perseguição, pode até ser que tivesse, mas eu não gostei daquilo, não gostei porque meu jeito não era fechado, meu jeito sempre foi aberto. Depois do armário [risos], a porta abriu mesmo (Edson Nunes, 2006).

Em fevereiro de 1980, fruto da conjunção de forças de diversos setores da política brasileira, tais como movimentos sindicais, intelectuais de esquerda, militantes, artistas e religiosos católicos ligados à Teologia da Libertação, surge o PT - Partido dos Trabalhadores. O PT foi uma alternativa concreta de luta por transformação social que tentava escapar, ao mesmo tempo, do elitismo e conservadorismo das alternativas socialistas tradicionais, e do reformismo social-democrata. Como podemos ler no manifesto publicado pelo partido em 1980:

O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para

exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes⁷⁴.

O momento histórico sugeria a possibilidade real de transformação social, de emergência do novo, o que contextualiza a proliferação de termos como: “novo sindicalismo”, “nova esquerda brasileira”, “novo sujeito político” (Oliveira, 2005, Sader, 1988). Com a entrada em cena destes novos personagens, as eleições de 1982 significaram um momento extremamente importante para a redemocratização da sociedade brasileira, a partir do qual se iniciou a descentralização do poder Executivo federal (Carvalho & Castro, 2002).

Edson Nunes foi um dos fundadores do PT e, em 1980, já de volta a Belo Horizonte, cria o grupo Núcleo Gay do Partido dos Trabalhadores, que foi aderido por antigos integrantes do então extinto Terceiro Ato. Como este núcleo tinha uma clara filiação partidária, ele se desdobrou em um outro grupo chamado Movimento Mineiro de Defesa dos Direitos Homossexuais, que era formado por cerca de 10 pessoas. Segundo Edson, esse núcleo foi muito respeitado no interior do PT, mantendo boa interlocução com as causas mais amplas do partido.

PT
PARTIDO DOS TRABALHADORES

303
DEP. FEDERAL
EDSON NUNES

Edson Nunes é jornalista e um dos pioneiros da Parapsicologia Clínica no Brasil. No jornalismo em Minas, começou como repórter de setor nos Diários Associados e chegou a secretário de redação para o setor gráfico e redator. Ocupou o cargo de Chefe de Imprensa da Federação das Indústrias, SESI, SENAI e IEL. Em São Paulo foi redator no “Jornal da Tarde” e “O Estado de S. Paulo” e Chefe de Imprensa da Federação do Comércio do Estado de S. Paulo, SESC e SENAC. Na área psíquica, foi membro do Corpo Docente do IMPAR - Instituto Mineiro de Parapsicologia e do Departamento de Parapsicologia do INFORMAC. Fundou o IBIP - Instituto Brasileiro de Integração Psíquica. Membro Fundador da Associação Brasileira de Parapsicologia. Presidiu a 1ª e 2ª Prévias do I Congresso Internacional de Parapsicologia e Psicotrônica no Brasil. Representou o Brasil no VIII Congresso Internacional de Parapsicologia e Ciências Psíquicas da Itália, apresentando trabalho pioneiro sobre a interação Medicina-Psicoterapia-Parapsicologia. Elaborou processos terapêuticos voltados para o campo da psicopatologia e que chegaram a merecer visita de estudos de psicoterapeutas de diversos países, inclusive do grupo de Carl Rogers, dos EUA. Ministra cursos de Controle da Mente em todo o país. Iniciou o Movimento de Conscientização Homossexual no Brasil, há 10 anos. Em 69/70 foi dos poucos jornalistas a assinar artigos contra a tortura nas prisões.

COMITÊ - Av. Afonso Pena, 774, 7º andar - Ed. Cruzeiro.

⁷⁴ http://200.155.6.7/pt25anos/anos80/documentos/80_manifesto.pdf

Em 1982, na primeira eleição que o PT participa, Edson Nunes se torna o primeiro candidato assumidamente homossexual a concorrer a cargo político no Brasil. Sua candidatura a Deputado Federal, construída nesse clima de transformação instaurado pela inovadora proposta do partido, se propunha a discutir várias formas de discriminação, tais como negros, mulheres, índios e homossexuais. Levando-se em consideração a precariedade das condições políticas do partido e o contexto repressivo da época, Edson Nunes conseguiu resultados notáveis em sua campanha. Apesar de toda a rejeição que experimentaram na cidade de Belo Horizonte, até mesmo entre os homossexuais da capital, a campanha proporcionou excelentes debates, principalmente no interior do Estado de Minas Gerais.

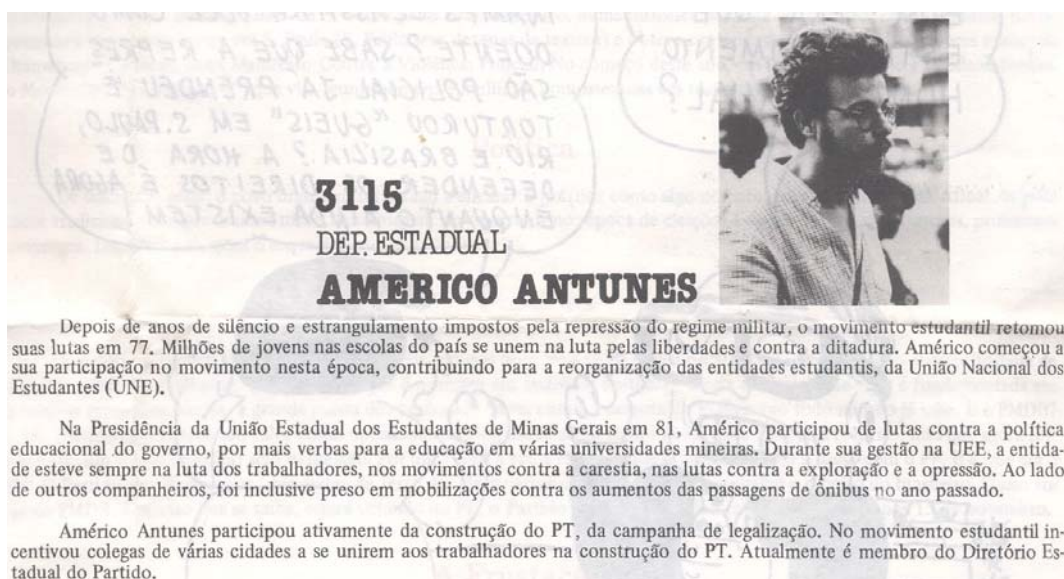
Em 82 foi um sonho maravilhoso. Porque, primeiro havia o PT. O PT já era uma coisa fantástica. Quer dizer, eu que sempre estive nas lutas da esquerda, participei de todas desde a adolescência, então o PT foi o ápice. O PT foi um sonho incrível. E coincidiu, quer dizer, o PT no ápice das lutas da esquerda no Brasil, com a abertura que o PT já começou tendo para o movimento homossexual, então isso foi um casamento maravilhoso e que fez nascer um sonho também maravilhoso de que “pô, chegar lá no Congresso Nacional uma representatividade da comunidade homossexual”. Então isso foi um sonho que eu e mais aqueles companheiros que participamos mais diretamente – fomos umas 60 pessoas, militantes em 82, da candidatura – eram umas 60 pessoas, e dessas 60 umas 30, 40, ainda mais afinizadas com isso, né? A gente tomava café, almoçava, jantava, dormia, sonhava e isso era uma coisa... Nós tínhamos convicção da vitória. Fazíamos as contas, 10% da população, se 1%, se meio por cento, se zero vírgula, pô, então nós tínhamos convicção da vitória, quando planejavamos a candidatura e antes de colocar a candidatura na rua. Quando colocamos a candidatura na rua já começamos a ter dúvidas da vitória. Por quê? Por causa da reação da comunidade. A candidatura foi péssima. A reação não foi boa. Os donos dos estabelecimentos gays não tinham a menor... pra eles aquilo ali não era nada, né? Quer dizer, não tinha o menor significado, éramos mal recebidos em 82... (...) quando a gente percebeu que o ambiente era muito avesso em Belo Horizonte, então fomos para o interior. E daí foi maravilhoso. A primeira cidade que nós fomos foi Juiz de Fora. Juiz de Fora estava com uma casa gay, uma boate que havia passado por um processo de ameaça de fechamento, então a chegada da candidatura deu uma força. Então a boate dedicou uma noite inteira à candidatura, teve uma entrevista de umas duas horas comigo, todo mundo perguntava, havia cem... cento e tantas pessoas presentes, todo mundo muito interessado em saber de tudo da minha vida, da candidatura, de tudo. Então, foi assim maravilhoso, foi comovente a receptividade e criou-se um núcleo da candidatura lá que passou daquele dia a funcionar, um ambiente entusiasmadíssimo, umas 30 pessoas ou 40 em Juiz de Fora que fizeram um núcleo da candidatura lá. Foi maravilhoso. Aí fomos a Ipatinga, também foi comovente. Na entrada da cidade havia uma faixa enorme, assim, ocupando as duas pistas: “Os gays de Ipatinga saúdam seu líder Edson Nunes”. E neguinho chorou na hora. Aí a reunião foi na Câmara Municipal, na Câmara lá, o auditório lotado, umas 200 pessoas na Câmara. Foi também fantástico. Aí fomos a Divinópolis. A reunião foi na casa de um médico que era militante do PT. Foram mais de 100 pessoas. Também foi fantástico. E daí fomos ainda a Divinópolis..., é... Ponte Nova. Ponte Nova a reunião foi marcada pra um bar que não era gay, mas que era de frequência gay, o dono tinha abertura, marcaram para oito horas da noite. Era um domingo. Nós tivemos problema na estrada, chegamos em Ponte Nova uma hora da manhã. O bar já tava fechado, claro, mas tinha um aviso lá na porta: “Estamos esperando vocês no único lugar possível essa hora: na zona boêmia” [risos]. E puseram o endereço. Quando chegamos na zona boêmia tinha umas 40 pessoas lá nos esperando – de gays que iriam participar. Então daí, ficamos lá até amanhecer o dia, conversando, foi fantástico (Edson Nunes, 2004).

Parte da campanha da candidatura de Edson foi feita em parceria com os candidatos, Américo Antunes, liderança estudantil que concorria para Deputado Estadual, e Helena Greco, emblemática liderança da luta pelos direitos humanos, que concorria para Vereadora, e logrou ser eleita⁷⁵.



A campaign poster for Helena Greco. On the right is a black and white portrait of her, wearing glasses and a light-colored top. To the left of the portrait, the text reads: **3634**
VEREADORA
HELENA GRECO. Below the portrait and text is a paragraph of text.

Helena Greco é personalidade marcante na luta em defesa dos Direitos Humanos no Brasil. Assumindo em primeira hora a bandeira da Anistia Ampla Geral e Irrestrita, tem denunciado sistematicamente a repressão política e violência política da ditadura militar contra os trabalhadores e o povo. Por isso mesmo, tornou-se visada pelos órgãos de repressão e frequentemente recebe ameaças contra sua pessoa e família. Estes fatos não conseguiram fazer com que Helena Greco desanimasse. Pelo contrário, cada vez mais, ela aumenta seus esforços pela construção de uma sociedade onde a exploração tenha fim e a pessoa humana seja respeitada.



A campaign poster for Américo Antunes. On the right is a black and white portrait of him, wearing glasses and a light-colored shirt. To the left of the portrait, the text reads: **3115**
DEP. ESTADUAL
AMERICO ANTUNES. Below the portrait and text is a paragraph of text.

Depois de anos de silêncio e estrangulamento impostos pela repressão do regime militar, o movimento estudantil retomou suas lutas em 77. Milhões de jovens nas escolas do país se unem na luta pelas liberdades e contra a ditadura. Américo começou a sua participação no movimento nesta época, contribuindo para a reorganização das entidades estudantis, da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Na Presidência da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais em 81, Américo participou de lutas contra a política educacional do governo, por mais verbas para a educação em várias universidades mineiras. Durante sua gestão na UEE, a entidade esteve sempre na luta dos trabalhadores, nos movimentos contra a carestia, nas lutas contra a exploração e a opressão. Ao lado de outros companheiros, foi inclusive preso em mobilizações contra os aumentos das passagens de ônibus no ano passado.

Américo Antunes participou ativamente da construção do PT, da campanha de legalização. No movimento estudantil incentivou colegas de várias cidades a se unirem aos trabalhadores na construção do PT. Atualmente é membro do Diretório Estadual do Partido.

⁷⁵ Em 1982 o PT elegeu 2 prefeitos, 8 deputados federais, 12 deputados estaduais e 118 vereadores.

A ilustração abaixo é bastante expressiva do clima de democratização que se instalava no país, e anunciava mudanças amplas em diversos âmbitos da sociedade brasileira:



Conforme relata Edson Nunes sua campanha provocou grande repercussão na mídia.

Aquele tempo era o tempo do retratinho na televisão, ninguém falava nada, eram quatro partidos, todos com tempo igual, então, dentre disso o PT tinha pouco candidato, então todo dia, às vezes na mesma tarde, na mesma noite, eu aparecia duas, três vezes né?, porque eu tinha que ocupar aquele tempo, acho que era meia hora de cada partido. Então de tarde, de noite, onde chegava a televisão, o rádio, pelo TRE, programa eleitoral, tava lá minha cara, meu nome, sobrenome: Edson Nunes, jornalista, parapsicólogo, fundador do IBIP, participou da organização da primeira passeata gay do Brasil, São Paulo, contra repressão do Maluf, fundador do núcleo gay do PT, pelos direitos dos homens e mulheres homossexuais... Isso era de tarde e de noite, no TRE chovia de telefonemas pedindo ao juiz para retirar aquela imoralidade do ar [risos]. Foi pra valer, acho que foi a maior divulgação continuada que a homossexualidade teve no ar, cidadania homossexual, teve em toda a história país, que o programa, acho que

foram dois meses naquele tempo, e todo dia, você imagina, nunca aconteceu isso (Edson Nunes, 2006).

Apesar de todo o impacto e das redes de apoio que conquistou, principalmente nas cidades do interior de Minas Gerais, Edson Nunes perdeu as eleições.

Se tivesse feito a campanha no interior, eu tenho impressão que... que havia até possibilidade de vitória. Se tivéssemos esquecido Belo Horizonte e dedicado todos aqueles meses ao interior, teria sido um sucesso. E daí, no final, veio a frustração do grupo, né? Eu estava já no final preparado pra isso, não comentava com o pessoal, mas eu já esperava a derrota. Desde certa parte eu já sabia que não haveria vitória, né? (Edson Nunes, 2004).



Antes das eleições, Edson Nunes havia reaberto o IBIP em Belo Horizonte, entretanto, mais uma vez,

(...) após a campanha eleitoral, eu fiquei numa situação muito difícil. Porque os cursos aqui [na cidade de Belo Horizonte] eram um sucesso, né? Eu dava cursos no auditório da Escola de Medicina e da Igreja de Lourdes. Depois da candidatura, naquele tempo o PT tinha tempo igual aos outros partidos, eram só quatro partidos, então eu aparecia de manhã e de tarde no programa, candidato claramente homossexual na mensagem na televisão e no rádio, né? Então, daí quando eu fui fazer o próximo curso, terminada a eleição, o curso que tinha 100, 200, 300 pessoas, foram cinco pessoas. Tentei um outro, foram duas pessoas. Então daí mudei pra Manaus. Quando a história acabou se repetindo tudo de novo. Comecei os cursos lá com grande sucesso, mas paralelamente à militância gay criei o movimento Viva o Amor em Manaus, e com o tempo a militância também acabou com o curso em Manaus. (...) Início de 83 eu mudei pra Manaus. A revista Isto É tinha publicado uma foto minha, depois da eleição, beijando um rapaz na boca, assim: eleitor gay beija, candidato gay beija eleitor em Belo Horizonte, então com aquela foto ali eu vi que o único lugar no Brasil que eu podia ir... [risos]. Eles me

disseram que a revista tinha pouca circulação em Manaus, então eu vou ter um lugar no Brasil, uma capital que eu posso ir é Manaus [risos]. Fui pra Manaus. Falei bom, e eu que tava justamente quebrado, sem dinheiro, então foi até uma espécie de armário imediato assim... naquela hora eu tinha que fugir, eu tinha que sobreviver, eu já tinha uma filha adotiva, porque eu tenho seis né? Mas naquele tempo tinha a primeira, então eu fui pra lá pra sobreviver, só que a coisa é realmente muito forte, então algum tempo em Manaus, sucesso absoluto, lá eu podia fazer até um estilo de clínica ambulatorial numa suíte de hotel onde eu morava. Eu aluguei uma suíte de hotel e acabou virando sede do IBIP, e era um sucesso enorme, na repetidora local da Globo, que divulgava os cursos, era um bom convênio então, sucesso enorme o curso em Manaus, até que um colunista, um colunista social da cidade que era gay, abriu uma boate gay, e a imprensa toda caiu em cima da pele dele. Aquilo foi considerada uma coisa obscena em Manaus, a boate gay, e eu não agüentei ficar calado né? [risos] Eu não agüentei ficar calado... (Edson Nunes, 2004).

Edson Nunes chegou a se candidatar mais 2 vezes, no entanto agora, com menos esperanças de vencer, mas sempre tendo como objetivo de, através de sua candidatura, conquistar espaços de visibilidade e debates públicos sobre a homossexualidade.

Aí veio a segunda candidatura. Aí eu já sabia realmente, eu era consciente, nem foi mais candidatura com o sonho de vencer. Não tinha nada disso. Aí eu fui candidato mais umas duas, duas ou três, três vezes, né? Mas daí a candidatura tinha um duplo sentido: o primeiro era visibilidade aos direitos gays, ao movimento gay, e o segundo conseguir voto de legenda pro PT. É exclusivamente para isso que eu era candidato. Pensamento de ganhar eu não tinha mais o menor, o menor sonho (Edson Nunes, 2004).

Tanto o Núcleo Gay do PT, quando o Movimento Mineiro de Defesa dos Direitos Homossexuais, se desmobilizaram drasticamente após a derrota na candidatura de Edson em 82.

Após a candidatura em 82, hoje uma... na campanha eu sofri diversas ameaças de atentado, de bomba, de uma série de coisas, então aquilo afastou um pouco a militância que girava em torno, que girou em torno da minha candidatura. Então uma parte se afastou. Daí eu fiquei muito sozinho. Chegou um momento no qual eu fiquei sozinho. O Movimento Mineiro de Defesa dos Direitos Homossexuais era Edson Nunes. Houve uma desilusão muito grande com a minha derrota – das pessoas – porque todo mundo acreditava, todo mundo do Núcleo acreditava que eu seria eleito, né? Então com a minha não eleição houve um desestímulo (Edson Nunes, 2004).

Com a intenção de mobilizar pessoas, Edson havia criado, antes mesmo de sua candidatura a deputado, o *Movimento Viva o Amor*, que com um nome mais amplo pudesse atrair mais integrantes. Este grupo, de alguma forma, também era vinculado ao Partido dos Trabalhadores, e tinha o objetivo de discutir e promover ações ligadas à comunidade Gay. Todos esses grupos fundados por Edson, se reuniam na sede do PT e não deixaram muitos dados sobre sua história de ativismo.

Edson teve também uma atuação marcante no jornalismo, publicou em 1985 uma coluna sobre assuntos relacionados à temática homossexual no *Jornal de Domingo*, que era, segundo o próprio Edson, um “*jornal democrático, aberto, e com uma linha de*

fundo, né? de esquerda”. Sua coluna chamava-se “*Cheguei. Era todo domingo, o Jornal de Domingo tinha um suplemento chamado Dominguinho – que era um suplemento cultural – e nesse Dominguinho saía a minha coluna ‘Cheguei’, onde eu escrevia artigos e fazia um... um noticiário, né? do movimento gay*”(Edson Nunes, 2004).

Interessante notarmos que colunas como a “Cheguei”, fizeram muito sucesso no final dos anos 70, tendo como pioneira a “Coluna do Meio”, do jornal Última Hora, assinada por Celso Cury, que se tornou um personagem famoso no meio jornalístico e, apesar de sua coluna ter tido curta duração, em virtude da repressão do Ministério Público de São Paulo, fez tanto sucesso que incentivou jornalistas a seguirem o exemplo (Green & Polito, 2006).

Talvez essa tendência tenha estimulado o Jornal de Domingo a manter a “Cheguei” e Edson Nunes em sua linha editorial. A “Cheguei” foi cancelada quando o Jornal de Domingo foi vendido para um “*grupo de direita*”, como relata Edson Nunes.

Com menos ênfase na questão homossexual, em 1987, para o Diário de Minas, Edson Nunes escrevia uma coluna diária chamada “*Glasnost*”, que “*não era coluna homossexual, era coluna internacional. Eu fazia comentários com o que se passava no mundo, né? Mas era raro um dia que eu não falava sobre homossexualidade*” (Edson Nunes, 2004).

Durante os anos 80 Edson vivenciou sozinho, ou com a ajuda de poucos parceiros, algumas situações semelhantes aos beijaços⁷⁶ de hoje, de enfrentamento e antagonismo político, forçando ser atendido em locais comerciais de frequência homossexual e simultaneamente sustentar sua visibilidade como homossexual, a partir da demonstração de afeto em público. Em algumas ocasiões os esquemas combinados com seus amigos do jornalismo produziram ótimos resultados.

Em 84 alguns bares da noite, do centro, e eram bares heteros, mas, de acentuada presença gay, tinha Aquários, Vaga-lume, Rei do Kibe, Rei, Rei do Néon, tinha uns, no centro da cidade tinha uns cinco bares que eram comuns, mas que tinha uma presença significativa, digamos dez por cento, quinze por cento dos freqüentadores eram gays assim né, pra paquera né? E o maior deles era o Vaga-lume, no Vaga-lume os gays deviam chegar a uns vinte por cento. Então de repente, eles começaram a fazer uma campanha sistemática contra a presença de homossexuais, e chegaram ao cúmulo de simplesmente, eles já conheciam a pessoa como homossexual, eles não serviam, as pessoas queriam, não, você não tem não. Quando eu fiquei sabendo daquilo eu fiquei indignado, daí eu combinei com o pessoal do Jornal de Domingo, era um semanal muito

⁷⁶ Beijaço é um tipo de manifestação, freqüentemente utilizada por homossexuais, que consiste em vários casais de gays e/ou lésbicas se beijarem dentro ou diante de algum lugar que tenha reprimido tal manifestação de afeto previamente, como forma de protesto e repulsa por tal ação e com o objetivo de chocar aqueles que rejeitam tais formas de orientação sexual.

interessante que tinha em Belo Horizonte, do Gilberto Menezes, muito inteligente o Gilberto Menezes, e esse Jornal de Domingo era de bom nível. Então eu combinei um esquema com eles, eles conseguiram um delegado, pra fazer parte do esquema, e um fim de semana lá fui eu pra grande reportagem da minha vida [risos]. Então eu chegava no bar e pedia uma cerveja, como eu já era conhecido como homossexual, o garçom dizia: ah eu sinto muito mas pra você não tem não, aí eu dizia: mas eu exijo uma cerveja, eu estou exigindo eu não estou pedindo. Ah mas nos vamos chamar a policia pra você, então chamava a policia, chegava a policia, daí eu me protegia com a carteira de jornalista, a policia chegava eu já tava com a carteira de jornalista na mão, e dizia olha ta acontecendo isso, isso, isso e isso, e eu estou aqui realmente numa atitude de protesto e eu exijo ser servido, protegido pela carteira de jornalista, os, os policiais assinavam, e diziam pro cara: é realmente ele ta certo, não tem nenhuma lei que proíba. E daí eu fui tendo sucesso, em todos os bares, com a campanha, até que eu deixei o Vaga-lume por último, porque lá que era realmente o front da batalha. Menino, quando eu cheguei no Vaga-lume já fui recebido assim a patadas, aí eu disse: olha, eu realmente estou exigindo ser atendido, e se vocês não me atenderam vai ter problema, ah você quer é problema? Aí a cinco minutos chegam alguns PMs, já vieram pra cima de mim pra agredir, eu fui salvo pela carteira de jornalista, eles já tinham um esquema combinado com um cônsul da PM. Aí diante daquilo ele disse: então vamos com a gente por favor, vamos até o posto ali, então eu fui. Chegando no posto, eles me deixaram um pouco a distância, um dos PMs e um outro que foi na frente, pra relatar o acontecido, daí me chamaram. Então quando eu cheguei já foi um tenente que me recebeu, um tenente mal educado, não sei o que, não sei o que, aí ele simplesmente me disse: olha você esta perturbando a ordem pública, e tinha uma metralhadora (xxx): “aquilo ali ó e pra ser usado quando necessário, e ninguém fica sabendo, você sabe disso né?”. Falei “sei, claro que eu sei”, contrariei toda a questão da repressão policial no Brasil, sou jornalista, aí eu sei, sei muito bem disso. Ele disse: “pois é, você vai ficar aqui um tempo pra você descansar, esfriar a cabeça, depois você pode ir embora”. Eu falei: “ou tenente eu só quero como seu, uma pessoa que ainda esta ainda prezando a sua pessoa, só quero avisar do seguinte, eu não estou sozinho nessa não, meus colegas de imprensa estão aqui por perto, eles estão acompanhando tudo então, é bom que o senhor se atenha aos parâmetros da lei, porque senão o senhor vai ser seriamente prejudicado, to te dizendo isso ainda em atenção a sua pessoa”. “Ah, é mentira”. Falei: “bom, aí o senhor acredita se quiser”. O homem ficou nervoso: “vão pra fora!” Aí me levou pra frente do Vaga-lume, e aquilo ia pegando gente pelo meio da rua, de repente ele me colocou no centro assim, da, já havia se formado uma roda, formado uma pequena multidão, e esse homem esbravejava e dizia: “agora nos vamos passar aqui uma lição para que essa falta de moral não se repita na cidade”. Eu peguei e comecei a gritar: “ô tenente eu quero lembrar daquilo, o senhor não se esqueça que o senhor esta sendo observado”, Eu falei com tanta veemência que ele moderou um pouco. Ele disse: “ah vou te levar pra delegacia de vigilância geral”. Naquela época ainda era o inferno da Lagoinha né? Eu falei: “o senhor pode fazer o que quiser, só que o senhor esteja avisado disso”, “eu só aceito ir se o dono do bar também for, porque aqui não... Querela aqui não é de uma pessoa só, cadê o dono do bar, então o senhor precisa convocá-lo pra ir também”. Aí ele disse: “ele vai de táxi”. Eu falei: “uai, se ele vai de táxi eu também vou”. E aí eu comecei, engrossei mesmo, até ele perceber, e isso funcionou: “se ele vai de táxi eu também vou”, “é então ta, pode pegar o táxi”. Então daí o dono do bar foi em um táxi e eu fui em outro, só que o táxi do dono do bar sumiu, e o meu ia com três viaturas atrás [risos], e eu rezando pra que tivesse dando certo o tal esquema, porque eu não sabia, porque eu procurava em volta e não via ninguém do jornal, falei: “gente esse esquema falhou eu to é frito”. Se eu caio naquele inferno da Lagoinha sem proteção, já viu né? Mas tava funcionando, quando eu cheguei, na vigilância geral, já foi um investigador e já me (xxx) e já abriu a porta e disse: “você é Edson Nunes? Esteja tranqüilo que, o pessoal já conversou, o delegado vai te receber, ta te esperando”. Então daí veio o delegado e disse: “olha eu to sabendo de tudo, você esteja a vontade, vai ser uma oportunidade de você registrar o que está acontecendo, o escrivão está por sua conta, o tempo que você quiser para você registrar sua queixa”. E ele disse: “o outro lá ele vai mofar, porque nós vão deixar ele mofando ali até amanhã” (Edson Nunes, 2006).

Edson relata ter vivenciado varias situações semelhantes a essa, em algumas delas solicitou apoio da ativista pelos direitos humanos Helena Greco, como forma de conseguir o respaldo suficiente para suas ações, e para que ela pudesse dar continuidade ao impacto de suas ações junto à câmara municipal, após 1982, quando já ocupava a cadeira de vereadora. Em algumas ocasiões Edson Nunes não teve tanta sorte, e chegou a sofrer violência física e humilhações por parte da policia.

Descemos na Seccional Centro, onde fui introduzido pra sala onde ficava todo mundo, havia umas 30 pessoas na madrugada lá, aguardando atendimento. Em seguida chegou um policial truculento, chegou me chutando, me esbofeteando, me deu uma coisa de soco inglês, que provocou até um desvio que ficou. Fui assim, espancado publicamente lá na vista de todas as pessoas, e ele dizia: “Pois é, você não é o Edson Nunes, luta pelos direitos humanos? Luta pelos direitos homossexuais? Pois hoje você vai sentir na pele o que é o que você vem denunciando, a agressão policial. E alguém aqui vai ser testemunha dele?” E chegava com o soco inglês na cara de cada uma das pessoas. “Não, doutor, pelo amor de Deus”. E assim, publicamente, eu continuei sendo espancado na Seccional Centro. Depois me levaram pro lugar das celas, não me colocaram na cela, me deixaram no pátio até as nove horas do dia seguinte, quando veio um delegado e disse: “Olha, como você sabe, o IML é pertinho daqui. Você pode ir lá fazer exame de corpo de delito. O difícil vai ser você provar que passou por aqui, porque não há nenhum registro, você não tem testemunha que você entrou aqui, seu nome não está nas ocorrências, então vai ser um pouco difícil de você dizer, provar que o que está em você fomos nós que fizemos”. Eu, apesar de tudo, a minha vontade era imediatamente usar dos meus recursos, principalmente como profissional de imprensa e denunciar. Esse fato aconteceu exatamente na semana que a minha mãe estava gravemente enferma, minha mãe era muito preocupada com a minha integridade física, o Movimento, essa coisa. Então, em respeito e como prevenção, ainda mais que o problema era cardiológico, da minha mãe, eu então fiquei... terrivelmente, sofri muito, e fiquei calado naquela... posteriormente, denunciei, tornei o fato público. Mas naquela ocasião, fiquei em silêncio. Sofri isso tudo em silêncio (Edson Nunes, 2004).

Esta forma de militância estava relacionada ao reestabelecimento de sua carreira de jornalista, e tinha como objetivo produzir uma matéria de denúncia contra os estabelecimentos comerciais homofóbicos, contando com o respaldo do “Jornal de Domingo”. Essas aventuras, por vezes dolorosas, foram registradas pelo jornal, em fotos e textos, ao lado da notícia de que a Câmara Municipal instalaria uma comissão especial para investigar os casos de preconceito contra homossexuais em bares da cidade.

A militância de Edson Nunes não parou por ai, após uma pausa em suas interpelações públicas, se filiou a Associação Gay de Minas, se tornando grande amigo e parceiro político de Itamar Santos. Participou como voluntário da campanha de Danilo Ramos em 2004. Nos últimos anos tem feito greve de fome e publicado cartas abertas, sendo que, quase ao final de 2004, Edson Nunes escreve uma carta aberta endereçada ao Presidente Lula, reivindicando a criação da Secretaria Nacional de Políticas para a Diversidade Sexual.

A carta aberta ao Lula é porque, no programa do governo consta a criação de uma subsecretaria GLBT, e sinceramente, tem a secretaria das mulheres, tem a secretaria dos

negros, porque os homossexuais tem que ser subsecretaria? Não concordo, então eu to lançando a carta aberta ao Lula dizendo que, pra GLBT tem que ser secretaria também, escrevo como fundador, militante histórico do partido e pioneiro do movimento gay do Brasil (Carta Aberta, 2004).

Sua ultima carta aberta, *Carta Aberta às ONGs e Lideranças GLBT do Brasil*, foi lançada recentemente, dia 03 de janeiro de 2007, e Edson Nunes chegou a receber os cumprimentos do ativista Toni Reis, atual presidente da ABGLT. Ele havia enviado à ABGLT, um pedido para que a entidade o reconheça como pioneiro das lutas pela cidadania GLBT no Brasil e declare 2007 como o ano comemorativo dos 35 anos de lutas pela cidadania GLBT no Brasil. Nesta carta também aproveita para solicitar apoio em sua reivindicação para a criação da Secretaria Nacional da Diversidade Sexual.

As listas de discussão tem sido um espaço privilegiado de trocas de informações e debates políticos para o segmento GLBT, e muitos outros. A partir de 2006, Edson Nunes se torna um dos membros mais ativos da Lista GLS, uma das mais antigas e movimentadas do País⁷⁷. A re-entrada de Edson Nunes no cenário da militância GLBT brasileira provocou algumas polêmicas, principalmente no que tange o pioneirismo de seu ativismo.

Jamais pensei em retirar do Mott o título de Decano do Movimento Gay Organizado no Brasil. Iniciei a luta pela nossa cidadania, em 1972, absolutamente sozinho. E assim segui até 1978, quando surgiram o Grupo Somos e o GGB. O Grupo SOMOS antecedeu o GGB, sem no entanto efetivar medidas administrativas para o reconhecimento legal. Assim, Luiz Mott é, efetivamente, o Decano do Movimento Gay Organizado no Brasil. Ao Grupo SOMOS cabe o reconhecimento como o primeiro núcleo (fechado) de reuniões voltadas para a tomada de consciência da orientação homossexual de seus membros. Aliás, esse trabalho de conscientização ocorria mesmo, a princípio, em caráter fechado. Recordo que, tão logo tomei conhecimento das atividades do SOMOS, através do jornal "Lampião", telefonei manifestando meu desejo de participar. O atendente estabeleceu uma série de condições prévias, mesmo depois da minha identificação como alguém que já militava publicamente pelos nossos direitos. Não gostei, porque esperava uma recepção mais fraternal. E não retomei o contato. Agora, depois de tantos anos, parece que os hábitos podem não ter mudado muito em alguns núcleos do nosso movimento. Eu mudei: mesmo diante de silêncios e mais silêncios, sigo com meu grito de convite à fraternidade. E tem hora que fico muito arrependido de não ter insistido no contato com o grupo SOMOS (Noticias da carta aberta, enviado por e-mail fevereiro de 2007).

Edson Nunes foi sem dúvidas um militante histórico do movimento GLBT nacional e, embora seu estilo de militância seja extremamente diferente, e muitas vezes antagônico aos modelos que se tornaram hegemônicos no movimento GLBT brasileiro, é inegável sua contribuição aos processos de democratização, principalmente, mas não

⁷⁷ Participamos desta lista desde 2003, e as informações que tivemos contato foram de grande importância para nossas pesquisas.

só, na cidade de Belo Horizonte. Tratamos aqui de um exemplo vivo de um momento histórico importante na história do Brasil e que por muito tempo foi ignorado.

Esta última carta aberta, além de divulgada na internet, e enviada à ABGLT, se desdobrou em uma versão especial, que foi estrategicamente enviada ao presidente Luis Inácio, cobrando providências que já haviam sido solicitadas em sua carta aberta de 2004.

É mais que oportuno que o Presidente Lula cumpra seus compromissos com a nossa causa. Aliás, de todos os militantes na ativa, talvez seja o único que ouvi uma promessa dele, ainda em 1982, quando de um jantar em plena madrugada, aqui em Belo Horizonte. Lula olhou-me nos olhos, firmemente, e afirmou: “A sua luta é a nossa luta. O PT veio para igualar”. À mesa também estavam Sandra Starling (primeira mulher candidata a um Governo Estadual no Brasil) e “Seu” Joaquim (primeiro candidato negro ao Senado brasileiro). Completando o trio pioneiro: eu como o primeiro candidato assumidamente gay à Câmara Federal. Lula já cumpriu a palavra em relação aos outros segmentos que estavam ali ao seu lado. Falta o nosso.

Então, quando cobro do Presidente a sua promessa, esta é uma decisão minha, primeiramente, como fundador e militante histórico do PT. Por isto mesmo, em mensagem à ABGLT, esclareço que se a entidade resolver seguir o cronograma de lutas anteriormente delineado, que vote uma moção de apoio à minha iniciativa, ou pelo menos decida pela não objeção (Notícias da Carta Aberta).

Pensar na história de Edson Nunes e na total ausência de menções a sua história na bibliografia sobre o movimento GLBT, corrobora nossos apontamentos teóricos sobre a não neutralidade dos processos de construção da história. Fatos tão marcantes como os que se engendraram a partir da primeira candidatura a cargo político por um homossexual assumido, terem escapado ao olhar dos historiadores e antropólogos nos alertam para dois movimentos complementares de produção da invisibilidade de fenômenos de exclusão. Por um lado, a cultura local se pauta por uma lógica do silêncio, não se preocupando com a interlocução e ativação de redes mais amplas de comunicação e trocas simbólicas. Por outro, os locais de maior centralidade nos processos de poder tendem a enquadrar os fenômenos a partir de uma lógica hegemônica. O direcionamento destes processos segue a lógica da racionalidade ocidental, que como aponta Santos (2002), reduz tudo àquilo que escapa como *ignorante, residual, inferior, local e improdutivo*. No caso de uma candidatura que foi divulgada principalmente no interior do Estado de Minas Gerais, esta invisibilidade deve ser superada pelo que este autor chama de Ecologia das Trans-escalas, que consiste em recuperar o local que não é efeito do global.

Pouco antes de finalizarmos esta dissertação, recebemos a notícia de que a ABGLT, em um ofício assinado pelo presidente Tony Reis, no dia 27 de março de 2007 (ANEXO II), reconheceu o início da luta contra a discriminação no Brasil a partir da militância de Edson Nunes.

3.2. Os anos 1980 e a epidemia de HIV

3.2.1. GAPA. Grupo de Apoio e Prevenção contra a AIDS



Como apontado por diversos autores (Facchini, 2005; Parker, 2002; MacRae, 1990), a história do movimento gay é fortemente interpelada pela história da AIDS no ocidente, e Belo Horizonte não foi exceção. Em junho de 1987 é fundado o GAPA-MG (Grupo de Apoio e Prevenção contra a AIDS), que tinha como objetivo promover o enfrentamento comunitário da epidemia contribuindo para a formulação de políticas públicas, visando reduzir os impactos biopsicosociais do HIV/AIDS no Estado de MG. O GAPA foi a primeira ONG a trabalhar com a questão do HIV/AIDS em Minas Gerais e, na década de 90, contribuiu muito para o avanço das discussões públicas sobre a homossexualidade na cidade.

Sua fundação antecede a organização do Programa Estadual de DST e AIDS, e se dá a partir da iniciativa da sociedade civil, sem nenhuma vinculação com setores governamentais, mantendo esta característica ao longo de seus 20 anos de atividade. Esses grupos surgiram primeiramente na região sudeste e hoje eles trabalham conjuntamente em rede nacional. O GAPA-MG é um dos mais de 19 GAPA que surgem no contexto da epidemia de HIV, sendo que o primeiro GAPA surge em São Paulo, em 1985. Desde o início o GAPA se enquadra no modelo de atuação “terceiro setor” sob o formato de ONG, buscando financiamentos nas instituições públicas. Embora os GAPA de todo o Brasil trabalhem juntos, cada região desenvolve projetos particulares, que visam atender as especificidades locais.

O GAPA foi fundado em Belo Horizonte por Eduardo Carvalho⁷⁸, que atualmente não trabalha mais no grupo. Eduardo Carvalho foi gerente de uma casa noturna, Freedom, de frequência homossexual, no início dos anos 80, que antecedeu um

⁷⁸ Nascimento (2007) afirma que Eduardo Carvalho participava de um grupo ecumênico que funcionava na Igreja Nossa Senhora do Carmo, e discutia HIV. Posteriormente, este grupo se dividiu no GAPA e no Solidariedade (registrado em 1988), ambos atuantes até hoje.

conjunto de casas noturnas importantes para compreendermos a emergência de uma comunidade gay em Belo Horizonte⁷⁹.

Em oitenta e seis ele... ele se articula com outras pessoas e forma, e em oitenta e sete funda o Gapa. Muito como uma resposta, obviamente, em função da orientação sexual dele, isso aí acho que não resta dúvida, porque justamente oitenta e seis, oitenta e sete onde, existe uma óbvia visibilidade dos primeiros casos de aids em Belo Horizonte tal, isso mobiliza a comunidade gay local, e faz com que haja necessidade de algum tipo de resposta. Ai o Eduardo com uma turma funda o Gapa, a exemplo do que tinha acontecido no Gapa São Paulo. (...) Para a formação do Gapa o Eduardo foi a São Paulo, conversou com o Paulo Bonfim, que era o presidente da época, lá do Rio de Janeiro, e funda o Gapa Minas. (Roberto Chateaubriand, 2006)

Mantendo um campo de atuação relativamente amplo, o GAPA-MG vem trabalhando com soropositivos desde 1987, com projetos voltados especificamente para profissionais do sexo desde 1989, para homossexuais desde 1993 e para adolescentes desde 1998.

O GAPA vem se articulando com diversos atores da sociedade, entre eles o Movimento GLBT, Movimento Negro, Movimento Feminista, Movimento de Direitos Humanos entre outros. Fomentou e articulou a estruturação do Fórum Minas entre 2000 e 2004, realizou o Fórum de Patologias e Doenças Crônicas e foi membro da comissão de organização da Parada do Orgulho GLBT de Belo Horizonte em alguns anos.

O GAPA mantém representantes no Comitê Nacional de Desenvolvimento e Tecnologia (Vacinas), no Comitê Assessor de Prevenção – Populações específicas e junto ao Fórum social mundial. Participou da articulação local para a estruturação da Comissão Municipal de AIDS fazendo pressão através da Conferência Estadual de Saúde, para estruturação da Comissão Estadual de AIDS.

Atualmente o GAPA desenvolve os seguintes projetos: *PREVINA na Prostituição*, com as profissionais do sexo da cidade; *Parceiros e Sempre Parceiros*, com homens que fazem sexo com outros homens e homens que fazem sexo comercial com outros homens em Belo Horizonte e região metropolitana; *Convivência Para Soropositivos*, reuniões de convivência, atendimento psicológico e jurídico e distribuição de materiais gráficos educativos e informativos para a população contaminada com o vírus; *Informe AIDS*, que visa esclarecer dúvidas, informar, realizar

⁷⁹ Como sabemos, o gueto desempenha um papel importante na organização desde segmento, e em nossa cidade ainda carece de estudos mais aprofundados. Edson Nunes conta de algumas casas noturnas que existiam em Belo Horizonte nos anos 80: *Chez eux* (final dos anos 70), Marrom Glacê (de frequência mista), Brulé (talvez coincida com Bluele, ou La Rue – Barro Preto) que depois veio a se chamar Double Face, Freedom (Bias Fortes), Vaga Lume (Tupis com Olegário Maciel), Quibe Lanche (R. Espírito Santo), Aquarius, Rei do Kibe, Ki-Copacabana, Plumas e Paetês e muitos outros. Para mais informações sobre a vida gay da cidade ver Ramos (2007).

aconselhamento e orientações sobre questões ligadas às DST, ao HIV e a AIDS, por telefone; *Informe Cidadão*, que oferece informações e aconselhamentos jurídicos referentes à epidemia de HIV/AIDS, bem como orientações e consultoria que garantam às pessoas com baixo poder aquisitivo, vítimas de discriminação, preconceito e /ou lesadas de alguma forma em seus direitos enquanto cidadãos, ações e recursos na área jurídica, quando cabíveis. Alguns projetos do GAPA atingem cidades não só da região metropolitana de Belo Horizonte, mas de todo o estado de Minas Gerais, contando hoje com consideráveis recursos do Ministério da Saúde para o desenvolvimento de seus projetos.

O GAPA não é uma entidade de defesa dos direitos dos homossexuais, antes disso, desde sua fundação, parte do princípio de que é preciso desconstruir a idéia de que existe alguma relação necessária entre a infecção pelo HIV e a homossexualidade. Entretanto, o GAPA passa a fazer parte do cenário da militância homossexual, exatamente porque, mesmo com a insuficiência da idéia de grupo de risco, essa associação permanece forte até hoje. No caso dos travestis e transexuais essa relação fica ainda mais significativa. Roberto Chateaubriand, um de nossos entrevistados, expressa a relação entre o GAPA e o movimento GLBT na cidade da seguinte forma:

O GAPA nunca deixou de trabalhar com essa população, seja de forma sistemática ou não, sempre ele esteve presente, como uma temática importante, como uma política da instituição, mas a gente sempre teve a idéia de que não adiantava pensar nessa comunidade apenas como sendo uma população alvo, ou seja, uma população que a gente ia intervir de fora, com mensagens clichês como: Use Camisinha! Você tem que se prevenir! (...) desde muito cedo, começamos a entender que ações dissociadas desse projeto de emancipação de organização social desse segmento, a partir de uma lógica interna do próprio segmento, não haveria resposta eficaz ou resolutiva ao enfrentamento da epidemia. Então daí surge, acaba surgindo a vinculação do GAPA com o Movimento Gay em Belo Horizonte. Agora tem uma coisa importante, eu acho que é importante pensar que o GAPA não funda o movimento, né? (...) A gente pode dizer que o GAPA acaba protagonizando uma nova fase do movimento gay em Belo Horizonte (Roberto Chateaubriand, 2006).

Parker (2002) afirma que, de um modo geral, as políticas de prevenção no Brasil seguiram a lógica de que construir uma comunidade gay sólida, baseada na solidariedade, seria mais eficaz na luta contra a AIDS que simplesmente informar e educar.

A importância de grupos como o GAPA alcança o universo de sociabilidade de GLBT, pois como afirma Trindade(2003), a associação entre HIV e homossexualidade tornou as relações interpessoais ainda mais conturbadas, ficando “*cada vez mais difícil assumir a homossexualidade publicamente*”(p. 230).

Partindo desses princípios foi que, entre 1993 e 1996, o GAPA desenvolveu, com verba do Ministério da Saúde, o projeto *Sexo, Prazer e Homens*, coordenado por Luiz Morando e Roberto Chateaubriand. Este projeto contava com a participação de 23 homossexuais que inicialmente faziam campanhas de conscientização sobre DST's em bares, boates, cinemas e “pontos de pegação” da cidade, distribuindo preservativos e materiais informativos. Posteriormente, como parte integrante do projeto, o GAPA disponibilizou uma linha de telefone que a população homossexual da cidade podia utilizar para buscar informações referentes a prevenção e assuntos diversos ligados à homossexualidade. O projeto incluiu também um grupo de convivência onde se discutiam assuntos ligados à prevenção e questões identitárias. Esse grupo realizou em 1995, o que poderíamos entender como a primeira manifestação pública ligada à diversidade sexual. Por ocasião do dia 28 de junho⁸⁰, integrantes do GAPA organizaram um protesto na Praça 7, onde divulgaram a lista de homossexuais assassinados no Brasil⁸¹.

Identificamos, já neste período, atividades de significativo teor político, entretanto, julgamos que a importância do GAPA vai além. Os espaços construídos por este grupo se constituíram em espaços importantes de sociabilidade homossexual. Os grupos de discussão e convivência foram para muitos cidadãos um meio para a construção de identidades sociais menos vilipendiadas pela exclusão social, principalmente para homossexuais sem acesso aos guetos comerciais, e para o segmento das travestis e transexuais, que possui especificidades ainda mais dramáticas, com relação às dinâmicas da opressão social.

Parker (2002) afirma que as ONG's AIDS e os grupos gays foram atores importantes no processo de transformar a vida gay em algo mais que comportamento sexual, colocando em pauta a possibilidade da expressão social. Embora o GAPA não trabalhe com o conceito de militância, sua estrutura organizacional abre possibilidade para agregar um corpo de voluntários e, nesse sentido, ser capaz de transcender a mera oferta de serviços de atendimento social e buscar a articulação de políticas sociais.

O GAPA, eu acho, que ele encontra um pouco a sua identidade, que é de, é, trabalhar mais no coletivo, então há um desfocamento gradativo do sujeito, enquanto indivíduo, e uma mobilização pra respostas um pouco mais, coletivizadas, um pouco mais, então por exemplo, tinha no primeiro momento, exista uma briga, briga mesmo, com o poder público. (...) Utilizou-se muito a imprensa, a mídia, para fazer o alvoroço, pra fazer as denúncias de a falta de atenção do poder público, ou da morosidade, no atendimento dos

⁸⁰ Esta data é internacionalmente conhecida como o Dia do Orgulho Homossexual.

⁸¹ Este relatório é anualmente promovido, sob a coordenação do professor Luiz Mott, pelo Grupo Gay da Bahia. Ver Mott (2000; 2002).

atingidos pela infecção, mas rapidamente vai mudando as estratégias, que passam a ser por exemplo, como que eu faço para discutir, ao invés da imprensa, entrar pros gabinetes dos diretores dos hospitais, pra discutir política interna, e desse gabinete, pro gabinete do secretário de saúde pra discutir política do Estado. (...) Esse movimento é até muito rápido, se a gente inicia nossas atividades em março de oitenta e sete, menos de um ano depois nós já estávamos em Brasília discutindo política pública (Roberto Chateaubriand, 2006).

Durante nossa pesquisa pudemos acompanhar o processo de organização das Paradas GLBT de 2004 e 2005, sendo que na Parada de 2004, e mais fortemente na de 2005, o GAPA trabalhou intensamente para a realização do evento, chegando a se responsabilizar por setores inteiros, tais como a Semana de Cultura (em 2005 contou com a exibição de filmes e exposição de artes) e a festa de abertura da Semana da Parada. O integrante do GAPA que trabalhou diretamente nessas atividades foi o Vinícius⁸², membro do grupo desde sua fundação. Roberto Chateaubriand sustenta que não é intenção do GAPA se envolver com atividades tais como a Parada GLBT, pois a homossexualidade é entendida como um tema transversal aos objetivos do grupo.

Ano passado quando o GAPA foi parceiro da Parada Gay, foi porque nos estávamos em plena execução do projeto Seis Parceiros, que era um projeto voltado para a população, é, homem, homossexual e bissexual. A aproximação se deu muito mais naquela lógica (...) de potencializações, ou seja, não tem jeito de a gente fica fazendo trabalho voltado para grupos homossexuais, se tem grupos homossexuais em Belo Horizonte, desenvolvendo também ações, então uma aproximação se dava quase como forma natural, mas ela não é natural porque ela é construída, de acordo com as necessidades. Assim teve, não só parceria com a Parada, mas também teve, no desenvolvimento do próprio projeto, onde a gente chamou [os grupos], pra construir espaços de convivência homossexual, então eles participaram efetivamente do projeto (Roberto Chateaubriand, 2006).

O GAPA construiu canais de comunicação entre comunidades gays da cidade com outras realidades, abrindo espaços de democratização inovadores, atraindo não só pessoas que não têm acesso ao gueto, mas também sujeitos interessados desenvolver novas formas de protagonismo social. Não por outra razão, diversas iniciativas surgem, ou encontram espaço de interlocução a partir do GAPA, sendo uma das principais, a ASSTRAV (Associação dos Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado de Minas Gerais), que surge da iniciativa de voluntários que desenvolveram sua identidade política a partir dos espaços de protagonismo social oferecidos pelas atividades do GAPA⁸³.

⁸² Vinícius, que seria um de nossos entrevistados, faleceu durante o desenvolvimento desta pesquisa, próximo ao dia 16 de setembro de 2006. O Grupo CELLOS-MG homenageou Vinícius pelo reconhecimento de sua atuação e pela parceria CELLOS e GAPA, declarando luto por sua morte. Histórico militante da luta contra AIDS, Vinícius era tido por muitos como um ativista sério e comprometido.

⁸³ Importante citarmos a APS – Associação das Profissionais do Sexo, como exemplo da diversidade das temáticas que se abrigaram no GAPA atualmente.

Como o eixo do GAPA sempre foi a mobilização contra a AIDS, nesse momento tudo aquilo que era necessário para dar respostas a essa infecção vai ser bem vindo e vai começando a se organizar e, como eu falei inicialmente, existe a compreensão, acho que até precocemente, de que se não houver essa organização via identidade, não é possível, tanto que aqui no GAPA a gente começa a ser como, quase como, incubadora, tanto, da questão de travestis, que a associação de travestis de Belo Horizonte sai daqui (Roberto Chateaubriand, 2006).

O GAPA pode ser visto como um ator político, sobretudo, pode ser visto como lócus de sociabilidade dinâmico, capaz de tomar a vida de GLBT não apenas como sub-cultura sexual particular, mas um modo complexo e diverso de ser no contexto de uma comunidade sexual em formação (Parker, 2002). Quase todos os grupos de militantes da cidade desenvolveram algum tipo de relação com o GAPA, seja trocando recursos estruturais, em sua sede, seja a partir de trocas simbólicas e informacionais capacitando atores sociais deste universo a operarem na nova lógica da política institucionalizada do terceiro setor.

3.2.2. As ONG's AIDS e os Projetos de Prevenção

Ainda na primeira metade da década de 90, aparecem alguns grupos semelhantes ao GAPA, tais como o Grupo **VHIVER**, fundado em 1992, e que até hoje trabalha com portadores do HIV/AIDS. O VHIVER foi fundado por um grupo de amigos soropositivos, *“unidos pela necessidade de trocar experiências sobre algo do qual pouco se ouvia falar, eles começaram a se encontrar para partilhar suas dúvidas, seus sentimentos, suas inseguranças e incertezas. Mas, sobretudo partilharam amor. Um amor que cresceu com a certeza de que podiam se ajudar⁸⁴”*.

Luiz Morando nos relata que, ainda em 1992, surge o extinto Grupo **ABC AIDS**, que foi idealizado por um ex-integrante do GAPA, Ronan. Em 1993, tentou-se criar uma associação chamada **Associação Renascer** que se diferenciava dos demais grupos de prevenção contra DST's por sustentar como um de seus principais objetivos, a luta pelos direitos dos homossexuais. Esse grupo não passou de algumas reuniões e seu corpo era composto por membros das ONG's que trabalhavam diretamente com questões ligadas à prevenção de DST's na cidade.



Em 1994 tem início o **Projeto Horizonte⁸⁵**, que foi, e ainda é, muito importante para a comunidade GLBT de Belo Horizonte, por proporcionar círculos de

⁸⁴ <http://vhiver.vilabol.uol.com.br>.

⁸⁵ <http://www.medicina.ufmg.br/projetohorizonte>

sociabilidade entre gays e ações inovadoras no campo da prevenção. O projeto, financiado pelo Ministério da Saúde e UNESCO e executado pela UFMG, produz estudos sobre comportamento e infecção pelo vírus HIV entre HSH (Homens que Fazem Sexo com Homens), com vistas a desenvolver melhores formas de prevenção. O projeto realiza entrevistas individuais, ações educativas, debates e seminários⁸⁶.

O Projeto convida homens que fazem sexo com outros homens, com idade acima de 18 anos e que morem na grande BH, para colaborarem como voluntários nos estudos sobre HIV/AIDS. No Horizonte os participantes contarão com a seriedade científica da equipe envolvida, farão consultas médicas e exames de sangue gratuitos; receberão apoio psicológico e orientação adequada individualmente e/ou em grupo. Os voluntários também têm sempre preservativos à disposição.

Como percebemos, desde o final da década de 1980, já existia alguma movimentação social concernente à politização da temática da diversidade sexual. Todavia, essa movimentação era ainda extremamente caudatária das políticas de prevenção, ou não deixaram muitos vestígios claros de sua mobilização política. Será na segunda metade da década de 90 que surgirão em Belo Horizonte os grupos e lideranças que atualmente formam a diversidade do que chamamos de Movimentos Homossexuais (Machado & Prado, 2005).

Não sabemos ao certo quantas entidades militam hoje na cidade em políticas de prevenção, entretanto, o cenário das ONG's AIDS na cidade ainda se confunde com cenário da militância GLBT. Embora os grupos em atividade promovam ações especificamente no campo dos direitos humanos, quase todos ainda possuem projetos de prevenção. Em parte essa persistente associação entre políticas de prevenção e políticas homossexuais se deve por questões históricas, em parte porque realmente estes grupos possuem saberes pertinentes para o desenvolvimento de campanhas mais efetivas e precisam dos recursos deste campo. Todavia, talvez o ponto mais problemático desta vinculação diz respeito à configuração das políticas públicas para GLBT. Até hoje, a grande maioria dos editais disponíveis para subsidiar as atividades destes grupos são do Ministério da Saúde. Recentemente, para a Parada de 2005, os grupos da cidade conseguiram pela primeira vez aprovar recursos com projetos culturais.

⁸⁶ Pode-se acessar um relatório de uma das pesquisas do Projeto Horizonte no endereço: <http://www.aids.gov.br/final/biblioteca/avalia%5F8/horizonte/equipe.htm>

Capítulo IV – Movimentos Homossexuais na Segunda Metade dos anos 90

Minas Gerais é um Estado Brasileiro no qual as práticas políticas dos movimentos sociais apresentam o que Ricci (2006) chama de localismo e personalismo. Segundo este autor, o “discreto” seria o caminho político preferencial, e que imprimiria nos estilos de militância certo “intimismo”. Neste sentido, Ricci (2006) sugere que “*o campo popular (em especial, as ONGS e entidades constituídas) de Minas Gerais é mais racional e mais vinculado ao institucional e menos instituinte*”.

Talvez isso esteja relacionado ao que um de nossos entrevistados chamou de relações “domésticas”, ao se referir às práticas e concepções dos grupos militantes GLBT da cidade, quando estes muitas vezes se deixam levar por questões pessoais, ao invés de pensarem suas práticas dentro de um projeto político que transcenda a vaidade e os interesses individuais.

Embora esta perspectiva descreva algumas dimensões do comportamento político dos movimentos sociais GLBT em Belo Horizonte, consideramos esta visão reducionista, pois não explica a forte tendência de enfrentamento e de mobilização juntos as bases, característica marcante de alguns grupos que aqui tomamos como objeto de investigação. Além disto, esta visão não dá conta de descrever o associativismo GLBT mais recente, que desenvolveu um diálogo muito próximo das instituições estatais e a forte tendência à nacionalização e internacionalização.

No começo dos anos 1990 vimos o *reflorescimento* do movimento homossexual brasileiro, marcado pelo aumento e diversificação dos grupos militantes, sendo que, na segunda metade da década, esse reflorescimento se torna ainda mais visível (Facchini, 2005). Seguindo esta tendência nacional, em Belo Horizonte foi na segunda metade da década de 1990 que surgem os grupos e os militantes que desenvolveram o cenário do movimento GLBT contemporâneo. Neste período, três militantes se destacam por sua história de ativismo: Soraya Menezes, Itamar Santos e Porcina D’Alessandro. Eles serão as primeiras lideranças a firmarem um protagonismo mais sólido e desenvolverem projetos diretamente ligados a luta pelos direitos homossexuais de forma mais sistemática e organizada.

Esta história se inicia em 1996, quando Soraya Menezes participa do I SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas⁸⁷ – no Rio de Janeiro, e sente a necessidade e a possibilidade de se organizar alguma movimentação ligada à temática da diversidade sexual em Belo Horizonte e começa a tentar mobilizar um grupo. Neste mesmo ano, participando de um encontro nacional da CUT, Soraya Menezes participa da Primeira Parada GLBT do Rio de Janeiro e percebe a importância deste evento.

Soraya Menezes vem de um longo trajeto de militância política na esquerda brasileira. Foi dirigente sindical (SINDEESS – Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos de Saúde de Belo Horizonte/CUT) e filiada a partidos de esquerda há muitos anos, tendo sido dissidente do PT, no qual integrava a Convergência Socialista, e uma das fundadoras e principais lideranças do PSTU⁸⁸, partido através do qual se lançou como a primeira candidata a senadora assumidamente lésbica do Brasil⁸⁹. A militância em sindicatos e partidos de esquerda, associada às temáticas GLBT, marca profundamente a cultura política das atividades e organizações nas quais Soraya Menezes se envolve, conforme discutimos em trabalho anterior (Machado & Prado, 2005).

Em 1997, Soraya Menezes é convidada a palestrar no II SENALE⁹⁰ sobre o espaço das lésbicas na política e no movimento sindical, e volta com a tarefa de realizar em Belo Horizonte o Terceiro SENALE. Para realizar este evento, seria necessário mobilizar uma quantidade razoável de lésbicas voluntárias.

Com ajuda do meio sindical, Soraya Menezes convoca as lésbicas para participarem das primeiras reuniões de um grupo em formação, panfletando em boates e outros lugares do gueto, de onde começam a aparecer pessoas interessadas em participar. Inicialmente, a maioria dos interessados eram homens, o que levou à formação de um grupo chamado Associação Mineira GLS (AMGLS)⁹¹.

⁸⁷ O I SENALE foi organizado pelo COLERJ – Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro.

⁸⁸ Fundado em 1994, o PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, surge principalmente de uma ruptura com o PT e da unificação de setores interessados em desenvolver uma política de esquerda radical. Assim como para Mulheres e Negros, o PSTU tem uma Secretaria Nacional de GLBT. Soraya Menezes foi uma referência nacional desta secretaria.

⁸⁹ Soraya Menezes obteve, nas eleições de 2002, 157.739 votos em sua candidatura a senadora pelo PSTU. Conforme relata, sua candidatura causou muitas polêmicas, o SINDEESS, sede de sua campanha, chegou a ser bombardeado por adversários homofóbicos.

⁹⁰ O II SENALE foi organizado pelo GLB – Grupo de Lésbicas da Bahia.

⁹¹ Existem algumas divergências sobre o nome deste grupo. Soraya Menezes, por exemplo, afirma que o nome correto seria GLS-MG (*Gays, Lésbicas e Simpatizantes*). Utilizaremos AMGLS por ser o nome apresentado no Jornal que utilizaremos como fonte de dados, sem qualquer pretensão de solucionar estas divergências.

Nós começamos a fazer os boletins, o Sindicato financiou os boletins, pra que a gente fosse nas boates para estar convidando as lésbicas para estar vindo para ajudar, inclusive nesse encontro, as primeiras reuniões vinham a maioria gays, vinham 20, 25 gays e nenhuma lésbica, a gente continuou na expectativa de estar vindo lésbicas, vem 3, depois 4, nós não tínhamos muito espaço para estar discutindo a questão desse encontro de lésbicas (Soraya Menezes, 2003).

Itamar Santos, por sua vez, argumenta que essa associação foi fruto da junção estratégica do grupo *GLS* (Grupo Lésbico Simpatizante), antecessor da *ALEM*, com integrantes do que viria a se tornar o grupo *GURI – Conscientização e Emancipação Homossexual* (posteriormente chamado de *AGM – Associação Gay de Minas*)⁹².

Em 1997 podemos identificar o surgimento de uma forma nova de militância na cidade, a partir do trabalho desenvolvido em torno deste grupo em formação. O grupo que se constitui nesse momento é composto de um agrupamento de forças políticas bastante heterogêneo, inovador e criativo, e irá influenciar a história dos movimentos *GLBT* na cidade, dando origem a alguns dos principais atores do movimento atual. Neste momento, o movimento que vemos surgir possui características diferentes de todas as tentativas anteriores de mobilização e, embora estes grupos tenham sofrido influência dos modelos de militância desenvolvidos em outros Estados, percebemos que eles apresentam características bem específicas.

As reuniões iniciais da *AMGLS* se deram na sede do *PSTU* e contaram com grande apoio do movimento sindical, o que de certa forma, marcou muito o estilo de pensar a militância em vários grupos *GLBT* que militam em Belo Horizonte, produzindo tensões e rivalidades que, por sua vez, provocaram dissidências e conflitos.

Ainda no final da década de 1990, os estilos de vida dos homossexuais em Belo Horizonte eram fortemente marcados pela invisibilidade social e pela desmobilização social e política. Constatamos neste período a emergência gradativa de uma incipiente comunidade *GLBT*, na qual a troca de informações e a construção de espaços adequados para debates, fora da marginalização costumeira dos guetos, começava a se intensificar. A publicação de informativos e boletins, tais como a *Revista GLS Magazine*⁹³, a manifestação pública organizada pelo *GAPA* em 1995, o aumento e a diversificação dos locais de ‘pegação’ e de empreendimentos comerciais voltados para o

⁹² Integrantes da *ALEM* afirmam que o *GURI* foi posterior ao *GLS-MG*.

⁹³ Luiz Morando nos relatou que, exatamente em 1997, é publicada uma revista em Belo Horizonte, intitulada *GLS Magazine*, que foi uma tentativa bem feita de imitar a revista *Sui Generis* (Revista de distribuição nacional, que se tornou referência na época). A *GLS MAGAZINE* dura apenas um número, publicado em março de 97, tendo sido editada por Carlos Altman, que atualmente trabalha como fotógrafo, publicando algumas de suas fotos no Estado de Minas. Carlos havia sido voluntário do *GAPA*. Seu trabalho como fotógrafo pode ser visto no endereço <http://www.carlosaltman.fotoblog.uol.com.br>.

público GLBT, o surgimento dos grupos de militância, entre diversos outros fatores, nos informam sobre a latente reconstrução das identidades homossexuais na cidade. Itamar Santos fala sobre a comunidade GLBT de Belo Horizonte e o contexto psicológico desta comunidade, no qual surgem os grupos de militância⁹⁴:

Acho que hoje é meio a meio, metade é enrustido, metade é assumido, antes 99% era enrustido, não tinha jeito. Você discutir questão de relacionamento, amizade, tinha a questão da linha maldita, questão da máfia que existe hoje, mas hoje com uma conotação diferente da que existia antes, antes era assim, por causa da homofobia internalizada era muito intensa. O outro não queria ver o outro feliz de jeito maneira. Gay ser feliz? Isso não pode existir, se eu não posso ser feliz, você não pode ser feliz não. Então esse era o dilema (Itamar Santos, 2007).

Luis Morando relata que, em meados de maio de 1997, recebeu no GAPA, Nilton de Freitas Miranda, que procurou a entidade solicitando que eles o ajudassem a formar uma ONG Gay. Segundo nosso entrevistado, Nilton, era um homossexual *enrustido* e provavelmente havia descoberto o GAPA e visto nesta entidade a possibilidade de apoio para fundar sua associação. Provavelmente chegou até o GAPA por ter sido contactado por algum monitor do projeto “Sexo Prazer e Homens”, que até então era coordenado por Luiz Morando no âmbito das atividades do GAPA. Nilton se tornaria assim, um dos fundadores⁹⁵ da AMGLS – Associação Mineira de Gays, Lésbicas e Simpatizantes, que dura cerca de um ano. Eles se reuniam as quartas-feiras, às 19 horas, no Sindicato dos Bancários, localizado no terceiro andar da Rua Tamoios, 613, esquina com Rua Paraná.

Se a AMGLS foi uma iniciativa do Nilton, ou ele se mobilizou pela convocação divulgada por Soraya Menezes, com a intenção de agregar associados que organizassem a Parada e o III SENALE, é uma questão que deixaremos em aberto. O que nos interessa aqui é que em 1997 este grupo começa a se reunir. Itamar Santos, que já neste período começava a se organizar também, relata como foi convidado a participar da AMGLS:

A gente fazia reuniões lá nos barzinhos, aí alguém falou assim “ó, tem um grupo que reúne lá no sindicato dos comerciários”. Foi através de um colega nosso, que participava da reunião, o Nilton, o Nilton é de São José, ele é do sul de Minas. Ai ele “eu quero que você conheça o pessoal lá” e tal. Então eu fui pra lá. Nós tínhamos nossas reuniões e ia lá encontrar com eles também (Itamar Santos, 2007).

⁹⁴ A pesquisa realizada pelo grupo GURI (ANEXO V) é um exemplo das questões que povoavam o imaginário desta época.

⁹⁵ Integrantes da ALEM não aceitam essa versão, e afirmam que quando Nilton aparece, vindo do GAPA, as reuniões já haviam começado.

Essa Associação chegou a publicar um jornal intitulado *Expressão GLS*⁹⁶, importante para nossa compreensão do histórico e do significado deste grupo e, principalmente, do contexto da época. No expediente do jornal, Nilton de Freitas Miranda aparece como Editor Chefe e os jornalistas responsáveis eram Walter Sebastião Barbosa Pinto⁹⁷ e Marcus Vinícius da Silva; Ivone Senna era responsável pela editoração eletrônica; os colunistas eram Jonny, Sergio (Lurex) e Ricardo (Yoko)⁹⁸; e Dominique DiBisceglie era colaborador.

O *Expressão GLS*, se identificava como o Informativo Oficial da Associação

Mineira GLS, e tem sua primeira e única edição lançada em novembro de 1997, custando R\$1,50 e com uma tiragem de 10.000 exemplares. O nome do jornal (*Expressão*), as chamadas da capa (*Visibilidade Belo-horizontina*), bem como argumentos no interior do jornal, reforçam nosso argumento, de que neste período estava



sendo construída uma nova identidade homossexual na cidade. Pela primeira vez estava

⁹⁶ Após lerem este Capítulo, integrantes da ALEM declararam desconhecer esta publicação.

⁹⁷ Atualmente crítico de arte do jornal Estado de Minas, um abreviado currículo de Walter Sebastião Barbosa Pinto pode ser encontrado no endereço: <http://www.comartevirtual.com.br/walters.htm>

⁹⁸ Lurex e Yoko eram casas noturnas de frequência "GLS".

sendo explorada coletivamente a possibilidade concreta de se abordar positivamente a homossexualidade no espaço público da cidade.

O Jornal nos dá um panorama interessante da vida GLBT na cidade de Belo Horizonte no final dos anos 1990, cobrindo âmbitos diversos, tais como espaços de mercado, sociabilidade e vida noturna GLBT, informações e notícias sobre espaços e projetos relacionados à prevenção das DST/AIDS e trazia a tona o apoio da deputada Maria Elvira às bandeiras GLBT. Divulgava notícias de outros movimentos sociais, tais como o lançamento do Coletivo de Mulheres do Sindicato dos Bancários, campanhas do GAPA e um Manifesto sobre a juventude Negra Favelada. Finalmente, apesar de deixar transparecer suas intenções comerciais (supostamente era vendido, e tinha espaço destinado à divulgação comercial), o *Expressão GLS*, tentava se inserir no movimento GLBT nacional. Divulgava contatos de grupos gays de outros estados (Arco-Íris-RJ; Associação de Gays de Pernambuco; Grupo Dialogay de Sergipe; Grupo Dignidade/ABGLT de Curitiba) e foi porta voz das atividades e proposições do ativismo GLBT da AMGLS, tal como na divulgação do III SENALE:



Minas mostra a mulher

No período entre os dias 25 a 28 de setembro aconteceu em Salvador, o II SENALE (Seminário Nacional de Lésbicas), onde foram discutidos vários assuntos:

- * Movimento lésbico nas diversas comunidades do país;
- * Homoerotismo na imprensa;
- * uso de drogas entre lésbicas;
- * mulheres negras no movimento sindical, dentre outros.

O Encontro foi bastante representativo, em nível de estados participantes. Um fato importante no II SENALE, foi a escolha de Minas Gerais para sediar o III SENALE em 1998.

Por que a importância?
Porque em Belo Horizonte o movimento ainda está se articulando. Esta escolha levantou o ânimo das mineiras e já começa um outro patamar de organização. Isto só vem a acrescentar à nossa organização. III SENALE, até lá!!



Embora o teor do jornal apresente alguns indícios de politização, não encontramos nenhuma referência às ideologias da esquerda radical, o que nos faz pensar que Soraya Menezes realmente não esteve envolvida diretamente no processo de produção e edição. Percebemos uma diversidade de atores envolvidos. O texto que encontramos na sessão *Visibilidade Gay-Lesbo Em BH* é um ótimo exemplo da

diversidade que tentava se representar coletivamente na nascente comunidade GLBT da cidade:

Visibilidade Gay-Lesbo Em BH

O Numeroso público gay e lésbico da grande BH ainda freqüente, apenas casas não direcionadas aos GLS e escondem-se atrás de uma couraça heterossexual, forjando uma identidade fictícia. Alguns dos freqüentadores dos ambientes GLS se retraem na hora de assumir publicamente sua orientação sexual, mas são inúmeros os que ousam se apresentar como são.

Uma equipe do jornal EXPRESSÃO GLS rodou pelas casas GLS de BH e verificou o comportamento dos gays, lésbicas e simpatizantes diante de um gravador e uma câmera fotográfica. Constatou a tranqüilidade e confiança em se apresentar como são. Os casos de fuga foram pequenos.

As Famílias têm aceito com tranqüilidade aqueles que se abrem em casa. Após surpresa da novidade, logo, a relação familiar volta à tranqüilidade.

O acadêmico Nilton de Freitas Miranda e Soraya Andréa de Menezes, sindicalista da saúde, articuladores do movimento Homossexual em Minas Gerais, continuam tendo facilidade nas relações com colegas de trabalho e familiares, após exposição da opção sexual e da decisão de mobilizar a comunidade homossexual do estado.

Sávio Reale e Dominique Di Bisceglie, jornalistas que escrevem no caderno GLS de sábado no Jornal O Tempo, assumem publicamente seu relacionamento de vários anos, aparecendo lado a lado em sua coluna.

Tutti Maravilha, da Rádio Inconfidência, apresenta um programa de 14 às 16 hs fazendo, porém, um estilo mais light, sem as afetações. Conquista um público semelhante ao de Tieta. Mesmo transparecendo seu jeito e opção, o apresentador não tem o hábito de comentar sua orientação sexual publicamente.

O SOHO, bar GLS e MIX, dirigido por um casal homo, é prova de que os heteros estão abertos e receptivos à idéia de compartilhar o mesmo espaço com os homossexuais masculinos e femininos, pois a diversidade dos freqüentadores sempre foi alta e, desde o começo, o nível dos mesmo tem se mantido. Dois grandes orgulhos do proprietário são o relacionamento estável de longa data e o negócio que administram conjuntamente com excelentes resultados.

O fã clube de Tieta Presley já conta com mais de seiscentos associados que admiram e acompanham a drag queen em caravanas, nos diversos eventos que esta realiza na grande BH e fora, no interior, onde é sempre bem recebida por uma platéia descontraída e alegre.

Apesar do contexto extremamente repressivo, finalmente a sexualidade havia se tornado motivo de antagonismo para a vanguarda política da juventude de Belo Horizonte. O editorial, bem como outros espaços do jornal, transparece com precisão a consciência da opressão social, o firme desejo de romper com o silenciamento que até então era imposto à homossexualidade e a disposição de enfrentar politicamente essas formas de violências.



Editorial

Pervertidos à Solta na Capital do Século
Mamãezinhas e Papaizinhos, cuidado! HÁ UMA LEGIÃO DE PERVERTIDOS À SOLTA NA PACATA BELO HORIZONTE. É, essa BH tão singela, de coretinho na Praça da Liberdade, de inocentes(IT) footings (XI) na avenida, do lanchinho MC Donald's aos acordes do Clube da Esquina. E não adianta proibir filhinho e filhinhas de saírem de casa após as 18h. Porque a perversão mora dentro dos católicos lares mineiros (desmaios, sussurros, abanos, gritos, desespero!!!). Dentro dos lares sagrados? É isso aí. Uma perversão mórbida, às avessas, bem ao estilo final de milênio. Uma perversão xenofóbica que definitivamente se recusa a ver o outro, o diferente. Uma perversão bélica e capciosa que impede que homossexuais possam ser cidadãos na Capital do Século. Ih (!!!) você ainda cai nessa de capital do século? Homossexual pode beijar em praça pública? Pode casar e adotar crianças? Pode manifestar publicamente sua opção sexual? NÃO, É CLARO QUE NÃO: é que - sorry, mamãezinhas e papaizinhos - vivemos sob a égide de um nazismo estranhíssimo, alimentado por nossos lares sagrados. Um Nazismo estranhíssimo, alimentado por nossos lares sagrados. Um nazismo maquiado, mas que não impedirá um dia que um (IT) Hitler (XI) suba no pirulito da Praça Sete e proclame a xenofobia da Capital Centenária.

Márcia Bechara

Apesar de seu enorme valor histórico, em sua curta duração, o *Expressão GLS* talvez não tenha tido tanto poder político. O ano de 1997 já anunciava um futuro promissor para os movimentos GLBT na cidade, mas foi em 1998 que acontece, nas palavras do próprio Itamar Santos, “uma explosão”:

98 foi um ano muito forte que nós tivemos. (...) Em 98, a gente começou a ter contato com os grupos, que a gente não sabia que existia, mas existia, que era o Grupo Gay da Bahia e o Dignidade de Curitiba. Tivemos o primeiro contato em 98, com o grupo Dignidade e o Grupo Gay da Bahia. E o Grupo Gay da Bahia era um grupo que, tradicional né? Tinha bastante tempo, né? O grupo Dignidade que passou muita informação pra gente, primeiramente foi o grupo Dignidade do Tony Reis (Itamar Santos, 2007).

Em 1998, surge em Belo Horizonte, uma das Paradas GLBT mais antigas do País, e que se revelou um evento de grande importância para a mobilização e atuação dos grupos.

A gente tinha idéia das Paradas que aconteciam nos Estados Unidos, né? Então gente, “vamos fazer uma Parada?” (...) Ai surgiu a idéia da gente fazer a Parada, né? Começamos a movimentar, começamos a fazer reunião lá no PSTU, pra organizar a Parada. As vezes eu ficava a noite toda lá no PSTU digitando os textos, as coisas que a gente ia soltar. Organizamos uma festa, numa boate, em 1998, pra arrecadar dinheiro pra Parada, né? Ai num entendimento lá, surgiu a idéia de formar uma única associação (...). Inclusive fizemos uma faixa enorme com o nome da associação, que era fundir os três segmentos, chamaria Associação do Triângulo Rosa de Minas (Itamar Santos, 2007).

Soraya Menezes relata que, em 1996, no Rio de Janeiro, teve contato com a primeira Parada do Rio de Janeiro, a primeira realizada no país, o que a motivou a buscar recursos para realizar um evento semelhante em Belo Horizonte. Então, em 1998, sob liderança das lésbicas, é organizada a Primeira Parada do Orgulho Homossexual de Minas Gerais, ainda com o apoio do meio sindical e do PSTU.

Na efervescência de organização da Parada, a AMGLS muda seu nome para Associação Triângulo Rosa de Minas que, juntamente com o desejo de unificar o movimento, resiste apenas até a realização deste evento, em 1998, quando imediatamente encerra suas atividades se desmembrando definitivamente em outros grupos.

Agora, a idéia de formar um grupo, fundir segmentos formar a Associação Triângulo Rosa de Minas, nós inclusive fizemos uma faixa toda, pagamos com o dinheiro que nós arrecadamos da festa, na verdade foi em vão, vimos depois que cada segmento tinha suas particularidades, não tinha jeito mesmo (Itamar Santos, 2007).

Itamar Santos aponta como impeditivo da atuação conjunta, principalmente o preconceito entre os diversos segmentos: machismo entre os gays, o fato de alguns gays não gostarem de travestis, os travestis não gostarem das lésbicas. Outro ponto que também provocou conflitos dentro da AMGLS foi, segundo ele, a interferência do PSTU nas atividades do grupo. A vinculação de Soraya, e de outros membros do movimento GLBT na cidade, com o PSTU e outras ideologias radicais de esquerda provoca conflitos em diversos momentos ao longo desta história, além de imprimir uma marca bastante característica nas atividades destes grupos.

Por outro lado, as integrantes da ALEM apontam outros motivos para o fim do grupo Triângulo Rosa. Segundo relatos, havia, ao contrário, muito apoio principalmente entre lésbicas e travestis, e o principal motivo para as lésbicas não retornarem ao grupo, após a realização do SENALE, foi o fato deste grupo ter alterado seu nome para GURI.

Quando a gente voltou, havia uma outra política lá que não nos agradou. (xxx). Por exemplo, a gente tinha saído, com o nome triângulo rosa, e quando a gente volta, faz a retomada, a tentativa da retomada, o nome já está GURI, e esse nome não nos agradou enquanto lésbicas e enquanto mulheres feministas (Soraya Menezes, Entrevista Coletiva, 2007).

Foi neste contexto, a partir da realização do III SENALE (Seminário Nacional de Lésbicas), em 1998, que se consolida a ALEM⁹⁹ (Associação Lésbica de Minas). Este grupo vinha, desde 1997, dando seus primeiros passos com o nome de GLS – Grupo Lésbico Simpatizante, sendo registrada em cartório em 1999. A realização do SENALE fez com que um número considerável de lésbicas começasse a se mobilizar em torno da associação, o que possibilitou uma maior independência deste segmento em Belo Horizonte. O Grupo GURI, por sua vez, foi oficialmente registrado em cartório em 25 de maio de 98.

Segundo Soraya Menezes, em 1997, o grupo em formação

Chamava GLS-MG, depois passou para Triângulo Rosa, e era grupo misto inclusive. Depois nós nos separamos pra realizar esse Seminário Nacional de Lésbicas.(...) então nós nos separamos na realidade era pra depois voltar (...) porque a gente viu que com eles a gente não poderia ta discutindo, principalmente por que era um encontro exclusivo de lésbicas. Então nós nos separamos para estar discutindo esse encontro esse grupo depois ele veio a se chamar GURI, né? Que é o GURI. E foi nesse processo que foi acontecendo e logo depois a gente não retornou porque tinha tomado outros rumos políticos e a gente sentiu a necessidade de permanecer com um grupo somente de lésbicas (Soraya Menezes, 2003).

Em virtude de desentendimentos relativos às especificidades de demandas e culturas políticas de cada segmento, se consolidam a Associação Lésbica de Minas (ALEM) e o Grupo GURI (ou AGM)¹⁰⁰. Uma carta escrita por Nilson, endereçada a ALEM ilustra este momento (ANEXO IV)¹⁰¹.

Apesar destas separações, entendemos que estes grupos continuaram a empreender atividades conjuntas, o que fortaleceu o cenário da militância. Uma das atividades mais significativas empreendida conjuntamente, foi a tentativa de realizar um casamento homossexual.

Na época, a polêmica que um dos diretores do GURY criou, foi criar um casamento gay. Gay assumido naquela época, casal gay naquele ano não tinha, então as únicas corajosas mesmo foram a Soraya e a Sueli. A Sueli na época não era assumida, tanto que tirou foto de costas, saiu no jornal Estado de Minas e tal. Mas fizemos casamento, colamos cartaz fizemos casamento e tudo. A gente batia o pé que não havia brecha, que impedia, casamento, é casamento mesmo (Itamar Santos, 2007).

⁹⁹ <http://www.alem.org.br>

¹⁰⁰ Interessante notarmos que a formação de novos grupos por dissidentes de outros grupos, por razões concernentes a diferença entre as demandas de gays e de lésbicas é um fato freqüente na história do movimento GLBT mundial. Engel (2002) relata varias dissidências como estas no movimento estadunidense e MacRae (1990) em São Paulo, como por exemplo, quando algumas dissidentes do Somos deixavam o grupo para formar o grupo LF (Lésbico Feminista), que posteriormente se tornou o GALF, e depois Rede de Informação *Um Outro Olhar*.

¹⁰¹ Integranes da ALEM declaram nunca ter recebido este documento.

No Jornal Estado de Minas¹⁰² é relatado que esta idéia partiu do grupo Guri, que percebeu que havia uma brecha na lei após pesquisas realizadas com advogados. A partir disso, Soraya Menezes e sua companheira Suelly deram entrada ao processo de casamento num cartório de Belo Horizonte. Mais do que efetivar a união, que na ocasião completava quatro meses, e que hoje ultrapassa os 9 anos¹⁰³, os envolvidos nesta ação pretendiam levar essa discussão para a sociedade. O casamento não foi efetivado, entretanto, o impacto da ação foi considerável e repercutiu nos jornais locais e nas emissoras de TV.

Discordando desta versão, Soraya Menezes afirma que esta idéia surge de um advogado, amigo do casal, chamado Antônio Lago Filho, que organizou todo o processo. Soraya Menezes reitera que sua companheira, Sueli Martins, é assumida para a família, desde os 16 anos de idade, mas que preferiu aparecer de costas na foto, por questões profissionais. No dia seguinte a esta reportagem, as duas deram uma entrevista coletiva para a imprensa, na qual Sueli aparece de frente.

Neste período os grupos mantiveram alguns diálogos e redes de apoio, mas foi a Parada que aos poucos foi se constituindo como o lócus privilegiado de interlocução.

O segmento dos travestis¹⁰⁴ era representado na organização da Parada, e em espaços de atuação conjunta destes grupos, por uma militante que se tornou celebre neste período do movimento GLBT em Belo Horizonte: Porcina D'alessandro, que dois anos depois fundou a ASSTRAV (Associação dos Travestis de Minas Gerais).

A Porcina já fazia um trabalho bem antes da gente com as travas. A Porcina já fazia esse trabalho antes. E a Porcina é que nos ajudou assim, a concretizar o GURI, ela participou da formação do grupo e tudo. (...) Ela era muito legal. Porcina era muito guerreira, problemas que surgiam na comunidade ela sempre tentava ajudar, resolver. Ela só tinha o segmento, não tinha associação, ASSTRAV não existia na época (Itamar Santos, 2007).

No capítulo anterior, vimos que a história dos grupos GLBT ao longo da história foi fortalecida por publicações, que se revelaram veículos importantes para se promover à conscientização de segmentos sociais, e a circulação de informações necessárias à transformação social¹⁰⁵. Além da GLS Magazine, que citamos acima, identificamos

¹⁰² Recebemos uma fotocópia desta reportagem, entretanto, não conseguimos descobrir a data exata em que foi publicada a matéria.

¹⁰³ Atualmente Soraya e Sueli estão casadas e tentando adotar legalmente uma criança.

¹⁰⁴ Itamar Santos (2007) nos relatou que naquela época ainda não eram utilizados os termos transexual e transgênero.

¹⁰⁵ Quase todos os grupos chegaram a publicar seus boletins e informativos, a ALEM publicou o informativo intitulado *Informação das Herdeiras de Safo*, que pretendia ser editado trimestralmente, mas só temos conhecimento de uma edição referente a agosto, setembro e outubro de 2003. O grupo GURI

outras tentativas de se produzir um veículo informativo para o público GLBT, sendo que em 1998, no contexto de efervescência, de “explosão”, desta comunidade em Belo Horizonte, destacamos a revista EGO BH.

A Revista EGO BH foi uma tentativa de se criar um veículo de comunicação



para a Comunidade Gay. Sua primeira edição data de Junho de 1998, e foi idealizada por Luiz Freitas, que era um garçom de points GLS e que chegou a ser um dos donos do Bar Alias¹⁰⁶ (principal patrocinador da revista). Embora a revista não tenha conseguido cumprir sua meta inicial de periodicidade quinzenal, conforme anuncia a apresentação da primeira edição, a EGO BH ultrapassou a 10ª edição, aprimorando-se ao longo de sua existência. Mantendo a tiragem de 5.000 exemplares,

os últimos números da revista já eram coloridos, o que permitia a publicação de sessões fotográficas (Walkiria La Roche, liderança da ASSTRAV, foi uma das modelos que figuraram nestes ensaios).

A Revista EGO BH é um excelente exemplo de quão necessária é a ponte entre os universos público e privado, desempenhada pelo mercado, na construção de identidades menos marginalizadas. Mesclando roteiros de points gays, reportagens sobre o GAPA e a prevenção de DST's, coluna social, horóscopo, dicas de cinema,

chegou a editar dois números do boletim informativo “Alegrei”, no formato fanzine fotocopiado. Temos notícia de um boletim produzido pelo grupo CELLOS e, finalmente, devemos mencionar o Jornal Rainbow, um tablóide colorido editado pelo Clube Rainbow de Serviços, uma verdadeira *tour de force* da militância jornalística, que discutiremos com mais detalhes adiante.

¹⁰⁶ O Alias ficava na Rua Bias Fortes, 541.

opiniões e política (na primeira edição havia uma reportagem sobre o grupo Guri, com chamada para a primeira Parada, havia também uma discussão sobre o projeto de parceria civil proposto pela então deputada Marta Suplicy), esta revista provavelmente foi muito importante na construção da comunidade local e de egos menos oprimidos.

APRESENTAÇÃO

Belo Horizonte, Junho de 1.998.

Prezados Leitores,

O mercado Gay a cada dia cresce mais no mundo, no Brasil e porque não dizer na Grande BH. Estamos constantemente presenciando a abertura de novos bares, boites, saunas. Isto é muito bom, mas ainda falta alguma coisa. . .

Faltava. É justamente esta lacuna que a revista "EGO-BH" vem preencher. É preciso que nos conscientizemos que o homossexual também pensa, lê, opina e sobretudo consome.

De acordo com dados divulgados por órgãos especializados, estima-se que 10% da população mundial seja composta de gays. Se pensarmos neste percentual para a Grande BH, concluímos que há 300 mil homossexuais em Belo Horizonte e redondeza. Além disso, a pesquisa revela que a maioria dos homossexuais possui um bom poder aquisitivo e grande parte do dinheiro é gasto com a vida social.

A "EGO-BH" traz uma nova proposta, nunca mostrada por nenhuma outra publicação do gênero. A idéia é acabar com aquele conceito que a sociedade tem do gay de que ele é pervertido, burro e só se interessa por nu e revistas pornográficas. Os homossexuais são pessoas comuns que também se interessam por cultura, saúde, enfim, informações do dia-a-dia. E é esta a nossa proposta. A "EGO-BH" vai estar quinzenalmente trazendo reportagens, entrevistas e dicas diretamente voltadas para os homossexuais masculinos e femininos.

**PARTICIPE CONOSCO DESTA NOVIDADE QUE VAI
AGITAR BH!**

Ego
BH

Caixa Postal: 1203 - CEP: 30123-970

Mesmo após o falecimento do idealizador da revista, Luiz Freitas¹⁰⁷, a revista continuou sendo editada por mais alguns números, o que nos sugere que a revista era bem recebida pelo público em geral. O conteúdo da revista, como seu nome indica

¹⁰⁷ Itamar Santos nos contou que Luiz Freitas faleceu em 2000, vitimado pelo vírus da AIDS.

(Ego), tem muito a ver com o momento de reflexão constante pelo qual passavam as redes de sociabilidade GLBT. Como observou Itamar Santos:

Você vê pelo nome, olha pra você ver o nome, que a questão da subjetividade estava tão assim em evidência, que o nome da revista é Ego. (...) Essa questão da subjetividade mesmo, essa vontade de falar sobre, sobre si (Itamar Santos, 2007).

4.1. ALEM – Associação Lésbica de Minas



Vimos que a trajetória dos grupos ALEM e GURI, se confunde com a da AMGLS. A militância de Soraya Menezes no movimento GLBT, desde que participou do I SENALE, esteve comprometida com as especificidades das lésbicas. Embora tenha compartilhado da proposta de montar um grupo ampliado, que unificava o segmento dos Gays ao das Lésbicas, na medida em que foram surgindo as primeiras mulheres nas reuniões da AMGLS, elas se separaram para organizar o III SENALE¹⁰⁸. Após esse evento, que recebeu cobertura da mídia, algumas mulheres se interessaram pelo grupo e manifestaram interesse de militar, levando com que elas optassem por fundar a ALEM, ao invés de retomar o trabalho junto ao Triângulo Rosa de Minas, que neste momento, já havia se transformado em grupo GURI.

Se pensarmos a trajetória política de Soraya Menezes, bem como a de outras militantes que integram a ALEM, entenderemos porque, desde de sua origem, a ALEM conserva fortes traços das formas tradicionais de militância sindical e partidária de esquerda. Algumas integrantes da ALEM, que eram filiadas ao PT, ajudaram a fundar o PSTU, partido ao qual Soraya Menezes foi filiada até 2006. Embora isto seja motivo de controvérsias entre os militantes da cidade, o PSTU¹⁰⁹ é um dos partidos que se posicionam positivamente em relação à causa GLBT. Em seu sítio na internet¹¹⁰ consta um tópico chamado “O PSTU e a homossexualidade”, que defende a implantação de um programa específico para GLBT.

Nós anteriormente fazíamos parte da convergência socialista que era uma tendência do interior do PT, onde nós já tínhamos essa discussão, essa discussão era muito avançada em relação a isso, então no partido foi até uma ajuda que eles me deram, não porque eu era militante, né, eu sou militante do PSTU, ou porque é uma bandeira que o partido tem que carregar porque é revolucionário, mas é porque o partido tem o comprometimento de fato com essas bandeiras (Soraya Menezes, 2003).

¹⁰⁸ Um fato curioso se deu quando as lideranças da Associação haviam alugado um sítio para a realização do III SENALE, mas quando o evento começou a ganhar visibilidade na mídia, o dono do sítio se deu conta de que sua propriedade seria utilizada para aquele encontro e desistiu de alugar o espaço. Faltavam poucos dias para o evento e as lésbicas tiveram que fazer uso de contratos assinados para conseguirem realizar o evento.

¹⁰⁹ Interessante notarmos, que Carlos Magno, militante do CELLOS-MG, apresenta uma trajetória semelhante, já tendo inclusive militado no PT, também se filiou ao PSTU e veio de Belém (PA) com a designação de fortalecer o núcleo GLBT do PSTU em Belo Horizonte.

¹¹⁰ <http://www.pstu.org.br>.

Os sindicatos também tiveram um papel fundamental, tanto na história da ALEM, como na de outros grupos GLBT, que puderam contar com o apoio para a realização de reuniões e atividades. Em 1998, a ALEM, junto aos demais integrantes da AMGLS, conseguiu organizar a Primeira Parada do Orgulho Homossexual de Minas Gerais, com o amplo apoio do meio sindical e de integrantes do PSTU, que representaram uma parcela considerável dos 50 participantes que o evento contabilizou.

A Parada GLBT de Belo Horizonte é uma das mais antigas do País e foi a única Parada GLBT do Brasil fundada por Lésbicas, em um contexto histórico que exigia muita coragem.

Naquela época, do PSTU, que apoiou, porque não tinham acreditado que ia sair uma Parada, todo mundo criticou, inclusive os gays, eles falavam assim, o Itamar: “gente isso é uma loucura, porque nós vamos tomar pedrada na rua”. E nós, naquela época, que éramos militantes do PSTU, eu a Helena, a Rogéria, a Girlane, que era do meu núcleo do PSTU, que existia um núcleo lá dentro que era o núcleo de negros e negras do PSTU. Então a gente se articulou pra ajuda a organizar junto com a Soraya, pra dar esse apoio, até porque se acontecer alguma coisa, a gente tem que estar lá, mas a gente não acreditava que isso fosse acontecer, tipo assim, que fosse sair essa Parada, a Soraya: “não, é possível sim, nós vamos, e tal” (Josiane Mota, Entrevista Coletiva, 2007).

A ALEM esteve durante sete anos na direção deste evento, e participa até hoje do Comando da Parada, sendo a responsável pela continuidade deste evento em tempos de pouco respaldo político. A disposição para o enfrentamento público da invisibilidade homossexual por parte das lésbicas é visível no seguinte depoimento.

Inclusive as mesmas pessoas que estiveram na primeira Parada, elas falaram: “isso ai é uma loucura, nós não vamos continuar, Parada é pra São Paulo, pro Rio de Janeiro, aqui em Belo Horizonte não existe. Ai você vai pegar você vai ver que nós estamos desde a primeira até agora. Porque a gente faz parte da coordenação da Parada. Foi uma resistência nossa inclusive, nós resistimos e continuamos (Josiane Mota, Entrevista Coletiva, 2007).

Segundo Soraya Menezes a principal motivação para fundação da ALEM foi a constatação de que as mulheres trabalhadoras com as quais convivia continuariam a ser discriminadas caso não houvesse uma organização própria das mulheres lésbicas para lutar por direitos. A partir dessa constatação, lhe pareceu importante criar um espaço para que elas se organizassem e, desse modo, promovessem o empoderamento das lésbicas. Assim como outros grupos, a ALEM é composta por lésbicas que saíram de movimentos sindicais, estudantis e políticos, já que nesses espaços não havia discussão sobre homossexualidade.

Embora a ALEM não seja um partido político, possui uma proximidade com seus modos de operar. Por exemplo, por mais divergências que se tenham sobre determinado ponto, após as discussões e votações, as integrantes devem sair com um

posicionamento unificado. Nesse sentido, Soraya afirma que a associação “*não é um partido, mas tem centralismo*” (Soraya Menezes, 2004).

A estrutura organizacional do grupo se pauta pela tentativa de funcionamento colegiado, aonde as decisões são tomadas em assembléia. As decisões mais sérias são tomadas na Reunião da Diretoria (mensal), mas, uma vez por semana, existe uma reunião aberta para todas as associadas que quiserem comparecer. Embora a ALEM valorize ações de impacto e enfrentamento público, em sua dinâmica de atuação as integrantes possuem um amplo círculo de sociabilidade interno, no qual se realizam churrascos, festas, viagens, oficinas, entre outras atividades.

Essa vinculação com partidos de esquerda e sindicatos talvez tenha ajudado a criar na ALEM a cultura política de se manter em constante negociação com outros atores políticos, tendo uma visão de cidadania que leva às posições mais radicais quanto à existência do gueto, da exploração da indústria cor-de-rosa, da discriminação racial, da desigualdade social e das múltiplas inter-relações entre elas. Como podemos perceber no depoimento abaixo, esse posicionamento político é visto com importância para a efetividade da atuação do grupo.

A Soraya como fundadora, ela trouxe pra ALEM, todo o conhecimento político dela, isso é qualquer instituição, seja religiosa, o fundador e a fundadora, ele leva sua bagagem de conhecimento, e o que favoreceu e favorece o crescimento da ALEM, e isso é positivo, porque, como que nós vamos intervir numa sociedade, combater o preconceito, se a gente não conhece como, se essas meninas aqui não sabem, como que funciona essa sociedade, o que que a as oprime, o que que as exclui, é o sistema. Esse marco político, ele é fundamental na formação, tanto foi fundamental na formação dela pra poder, junto com a Sueli, fundar essa associação, e agora, ela, como dirigente, é, as duas como dirigentes dessa instituição, o que elas estão fazendo, elas estão desenvolvendo a formação, a política da ALEM de formar essas mulheres, até pra questão da autonomia dessas mulheres, a questão da visibilidade, tudo está condicionado a esse conhecimento, de como é que funciona tudo isso, porque ela não tem visibilidade? (Josiane Mota, Entrevista Coletiva, 2007).

Desde o início, a ALEM buscou realizar atividades diversificadas, o que contribui muito para o alcance e o andamento da participação política do grupo, permitindo buscar formas inesperadas de apoio de outros atores políticos.

(...) uma das primeiras pessoas que foram até a porta da boate distribuir os panfletos foram os metalúrgicos, trabalhadores da Manesman, da Toshiba, então isso é uma coisa muito importante, quando você consegue trazer outros movimentos sociais para um movimento social, porque aí você dialoga com eles quebra o preconceito e faz uma discussão pra que eles inclusive multipliquem essa discussão no seu meio, que no caso é o meio sindical (Soraya Menezes, 2003).

A atuação política das integrantes sinalizava para uma concepção de arena política intensa e comprometida com outras dimensões da transformação social, o que definiu uma rede de negociação específica. Essa vinculação, embora tenha produzido

muitas divergências entre os grupos da cidade, produz no discurso de uma das lideranças um híbrido interessante entre reivindicações por reconhecimento e por distribuição (Fraser, 2002).

Embora desde o princípio a vinculação com a esquerda radical tenha provocado conflitos, nos quais a ALEM foi acusada de privilegiar as causas e os princípios ideológicos do PSTU em detrimento das demandas GLBT, no desenrolar das atividades do grupo ficou claro que essas temáticas emergiriam com uma forma própria. O estilo de militância desenvolvido pela ALEM, que de certa forma influenciou muito a militância na cidade, engendrou práticas que a colocam em um campo político complexo¹¹¹.

Sobre a complexidade de atuação que nos referimos aqui, Anjos (2002), em seu trabalho sobre o grupo Nuances de Porto Alegre, detecta um “(...) continuum *entre a militância pela ‘causa’ e o benevolato junto à população homossexual, que, por sua vez, oscila entre população representada e população atendida*” (Anjos, 2002:231). As demandas do segmento GLBT e a forma como elas emergem na sociedade brasileira, nos leva a supor que este *continuum* é um fenômeno bastante comum nas práticas dos grupos em todo o Brasil. Talvez o formato de ONG’s predisponha a práticas sociais que confundam as lógicas da política e do mercado. Embora este continuum se manifeste de formas bastante particulares, encontramos algo muito semelhante em todos os grupos que estudamos, e a ALEM não foi exceção.

Se por um lado, a ALEM já parte de uma tentativa de representar politicamente o segmento das lésbicas, como indica claramente seu estatuto:

Associação Lésbica de Minas, enquanto instituição social e política, é constituída para fins de coordenação, estudo, proteção, luta, reivindicação e representação legal das lésbicas na base territorial de Belo Horizonte e Estado de Minas Gerais, atuando no sentido de articular e expressar o conjunto de reivindicações deste segmento social, visando a melhoria das condições de vida de suas representadas, a defesa da liberdade e cidadania das lésbicas e fortalecimento da participação democrática em igualdade de condições com outros setores da sociedade brasileira, a nível Municipal, Estadual e Federal (Estatuto da Alem).

Por outro, muitas vezes presta serviços às lésbicas através das campanhas de prevenção junto às lésbicas em geral, em projetos de prevenção como o projeto intitulado “Lésbicas Profissionais do Sexo”, e também através de encaminhamento

¹¹¹ Em trabalho anterior (Machado & Prado, 2005), localizamos detalhadamente a ALEM entre as funções de atender e representar a população lésbica. Entendemos que este é um dilema que permeia quase todos os grupos representantes deste movimento. Para uma discussão mais aprofundada sobre o *continuum* entre atender e representar enfrentado pela militância GLBT ver Anjos (2002).

jurídico e psicológico. No sítio do grupo na internet¹¹², são apresentados vários serviços, tais como jurídicos e psicológicos.

Desde sua fundação, a ALEM atribuiu grande valor a práticas inclusivas, como por exemplo, gravar fitas de áudio para associadas analfabetas e deu grande importância a outros antagonismos sociais, tais como os de classe, gênero e raça. Durante muito tempo realizaram um trabalho em comunidades de classe baixa (aglomerados da Serra e Tupis) através de oficinas de auto-estima e visibilidade. Em uma mesa sobre a temática GLBT que mediei em 2004, num seminário sobre minorias sociais realizado na UFMG, e que contou com a presença de Danilo Ramos, Walkiria La Roche, uma representante da ALEM começou sua fala lendo as outras temáticas do seminário e mostrando que o público da associação interpela tais categorias sociais.

As integrantes da ALEM afirmam que defender as especificidades das lésbicas é importante também para enfrentar o machismo que os Gays reproduzem, e não só entre heterossexuais, pois este dificulta o protagonismo e a emancipação das mulheres do Movimento GLBT¹¹³. O grupo realiza reuniões semanais fechadas com as lésbicas integrantes do grupo para debates e decisões quanto aos rumos de sua organização, nas quais gays não podem participar. Entretanto, mesmo defendendo esta postura, o que por vezes foi interpretado como rompimento com o movimento GLBT mais amplo¹¹⁴, a ALEM busca constantemente cooperação entre os diversos movimentos sociais como forma de atuação mais organizada e combativa e posicionamento políticos mais consistentes.

(...)gays e lésbicas não podem lutar contra o preconceito sozinho, sem ter a unidade por exemplo dos negros e das mulheres, e eu acho que os movimentos sociais eles tinham que se unir, a nível sindical, a nível de mulheres, a nível de gays, porque eu acho que a nossa vitória ela seria mais imediata (Soraya Menezes, 2003).

O que me prendeu mesmo a ALEM foi a questão política, por ter um lado... político. A ALEM, além de ser uma entidade lésbica, é uma entidade lésbica feminista (Dany, 2006).

Essa forma de conceber o campo político faz com que, na constituição da identidade coletiva desse grupo, tanto a definição das práticas sociais grupais quanto os valores, crenças e interesses compartilhados, estejam em estreita relação com as

¹¹² <http://www.alem.org.br>.

¹¹³ Em nosso campo de pesquisa identificamos vários acontecimentos que mostram que isso não é uma querela infundada. Mesmo no interior do movimento GLBT a invisibilidade imposta às lésbicas é marcante.

¹¹⁴ Embora seja uma tendência nas capitais do país, a decisão da ALEM de investir na *Caminhada das Lésbicas*, como um evento integrante da Parada, não foi bem aceito por alguns militantes locais, gerando rumores sobre um possível “racha” no Movimento GLBT local.

instituições políticas de esquerda; conseqüentemente, grande parte das relações externas ao grupo estará contaminada por essa identidade selecionando aliados e adversários políticos. Isto fica claro na fala de uma de nossas entrevistadas:

Nós sempre tivemos problema por causa dessa vinculação da Soraya ao PSTU, por exemplo, eu rompi com o PSTU, há muito mais tempo que a Soraya, e até hoje algumas pessoas me vêem como pessoa do PSTU, e eu não sou há muito tempo. Então, isso é, infelizmente, é uma faca de dois gumes, por um lado toda essa formação política dela, lá da convergência socialista do PT contribuiu para que ela pudesse fundar essa instituição, como também pode afastar alguns possíveis apoiadores. Entendeu? Por causa das divergências políticas que acontecem nesse meio, sindical e partidário. Então, tem esse problema, e associar a ALEM ao PSTU sempre foi assim, uma coisa totalmente complicada, porque a única pessoa que permaneceu, e que tinha esse vínculo, era a Soraya e ninguém mais (Josiane Mota, Entrevista Coletiva, 2007).

Nesse Sentido, para as integrantes da ALEM, a qualidade das alianças políticas é mais importante do que a quantidade de alianças, bem como a visibilidade ou alcance político oferecido por essas alianças. Isto faz com que a ALEM conceba as diversas lutas democráticas de forma interrelacionada, compreendendo o processo de mudança política e transformação social de forma mais abrangente:

(...) se o movimento homossexual se interagisse com o movimento sindical eu acho que a nossa luta teria mais avanço porque nós conseguiríamos, por exemplo, que nos boletins do sindicato eles colocassem a nossa questão¹¹⁵. (...) O mundo não é um gueto que eu vou conversar só com Gay, com Lésbica, é só nós¹¹⁶; prá nossa luta ter sucesso nós vamos ter que unir com mulher, vamos ter que unir com negro, e prá gente conseguir uma vitória, senão não vai funcionar.

Hoje lutar contra o preconceito e a discriminação é garantir o emprego, é garantir que lésbicas e gays, tenham seu emprego garantido, porque a discussão, ela passa por aí, porque o preconceito e a discriminação existe hoje, porque infelizmente, porque o capital quer assim, porque as mulheres hoje ganha menos do que por exemplo os homens, isso é interessante pro capital, se uma lésbica ganha menos que uma mulher é interessante pro capital, então a luta contra o preconceito que passa pela associação é uma luta que passa também por uma luta de classe e de conscientização política. Enquanto existir o preconceito e a discriminação vai existir lésbica na favela, vai existir gay fora das faculdades, vai existir travesti que é expulso de casa (Soraya Menezes, 2003).

Dentre os grupos e movimentos que a ALEM mantém um diálogo constante listamos: Maria Quitéria (PE); COLERJ – Coletivo de Lésbicas (RJ); LEGAL; Coletivo Feminista de Lésbicas (SP); Movimento de lésbicas de Campinas(SP); ASSTRAV(MG); CELLOS(MG); GRAL(Programa Gênero-Reprodução-Ação-Liderança); GAPA; Fórum de Mulheres da Rede Feminista; Movimento Negro Unificado; PSTU; CONLUTAS e sindicatos diversos;

Muitos dos conflitos entre a ALEM e outro grupos GLBT da cidade, derivam de seus posicionamentos com relação ao mercado e às alternativas de socialização que se

¹¹⁵ Encontramos algumas notas referentes a questões GLBTT no boletim informativo do SINDESS.

¹¹⁶ Com esta frase pensamos que Soraya tece uma crítica ao “Só Pra Nós”, que era um bar gerenciado pelo Clube Rainbow de Serviços e discutiremos mais detalhadamente adiante.

dão via guetos comerciais. Soraya Menezes, ao criticar o gueto, argumenta que alguns homossexuais não teriam nem como alcançá-lo, e defende que devemos lutar de forma a contemplar parcelas maiores da população, uma vez que a *“nossa luta, não é só por um gay que frequenta boate, porque na realidade se ele frequenta é porque ele tem dinheiro; mas para aquele que não frequenta também, porque esse não tem dinheiro, ele é explorado; além dele ser oprimido ele é explorado”* (Soraya Menezes, 2003).

A ALEM tentou, ao longo de sua história, manter o caráter supranacional, mas sempre a partir de práticas locais. As manifestações de rua realizadas pela Associação são bons exemplos dessa relação política: “Lésbicas contra a ALCA”, “Lésbicas contra a Guerra”¹¹⁷, “Lésbicas no Dia Internacional da Mulher”, “Lésbicas a favor da greve”¹¹⁸.

Este posicionamento contra-hegemônico fica bem explicitado neste depoimento que se relaciona à cooptação dos movimentos sociais GLBT pela lógica de mercado:

(...) você liga a televisão e o que que fala, com isso vai aumentar o fluxo de turista etc, dificilmente você vê as reivindicações serem colocadas, e tem alguns os próprios gays mesmo falam dá uma entrevista dizendo, o turismo vai aumentar aqui, nós não somos diferentes de outros trabalhadores por exemplo, essa sociedade capitalista elas colocam gays e lésbicas como que se fosse um consumidor de primeira grandeza como que abre até agência de viagem pra GLS, isso pra mim é atraso, tem gente que fala isso pra mim é uma conquista, mas esse mesmo capital, o que quer é explorar gays e lésbicas. Tanto é que hoje já tem um giro de coisa pra comunidade GLS, e isso não é vitória pra nós, porque a questão de classes, nós temos gays nas favelas, nós temos gays fora das escolas, nós temos lésbicas que são empregadas domesticas, nós temos uma camada de classe social como a gente vive hoje uma crise de desemprego, como a gente vive hoje uma frente popular que o governo de frente popular que massacra o direito dos trabalhador e, por exemplo a reforma da previdência o gay ta envolvido nela, a lésbica ta envolvido nela. O capital ta querendo levar a luta GLS pra uma luta de consumo e não é isso, ai desvirtua, é onde os grupos organizados têm que estar atentos pra não caírem nesse conto de sereia porque nós fazemos parte de uma população, uma população explorada, porque o GLS seria diferente se estamos inseridos nessa população (Soraya Menezes, 2003).

Apesar deste posicionamento contra o capital, a ALEM foi o grupo que melhor conseguiu internacionalizar seus contatos e financiamentos para suas atividades. Em 1999 a associação levou um painel, que descrevia suas atividades, para o V Encontro Latino-Americano e Caribenho de Lésbicas, onde conseguiram verbas provenientes dos movimentos feministas da Holanda, Alemanha e EUA para comprar e equipar sua sede, bem como uma verba mensal para pagamento de uma funcionária.

¹¹⁷ Manifestação realizada contra a Invasão Norte-Americana no Iraque.

¹¹⁸ Trabalhando sempre em contato com alguns sindicatos a Associação sempre se envolve em greves e manifestações realizadas pelos mesmos. Tivemos acesso a vários impressos destes sindicatos, que incluíam a questão da diversidade sexual, e mensagens contra a discriminação e o preconceito.

Nesta época, a associação já vinha a dois anos se reunindo em locais emprestados, tais como a sede do PSTU e do sindicato que Soraya dirigia (SINDEESS), e neste encontro internacional conheceram,

(...)outras lésbicas, de outros países, e que gostaram do nosso trabalho e que já tinham ouvido falar que, infelizmente, nós vivemos num Estado extremamente conservador e qualquer iniciativa desse tipo foi vista com bons olhos, e até com muita, com muita, como diz assim, as lésbicas a nível internacional, com muita admiração, ficaram muito admiradas, de nós lésbicas mineiras de levar isto a frente até realizar a Parada. (...) Nós levamos para esse encontro um painel de atividades da associação com oficinas que a gente realiza até hoje, uma vez por mês, onde estavam presentes mulheres do interior, nós levamos cartas que essas mulheres do interior nos mandam, nós levamos fitas que nós gravamos pra enviar pras lésbicas distantes que não sabem ler e escrever. A gente levou todo nosso processo de trabalho, os nossos boletins, que [fizemos] sem financiamento nenhum, e levamos uma série de atividades, fotos de atividades realizadas com a primeira Parada, a segunda Parada, e houve uma admiração muito grande porque ao nível do Brasil onde as Paradas são organizadas mais por gays, elas viram as fotos de lésbicas mostrando a cara com faixa e poucos gays, isso foi um motivo de orgulho pra elas né, e aí elas financiaram a nossa sede que hoje é uma sede própria com todo o material, com computador e tudo, é fruto desse financiamento que foi da Holanda, da Califórnia e da Alemanha, e hoje elas ainda continuam ajudando a gente, o que facilita e muito, porque hoje nos temos uma secretaria que é bancada com esses financiamentos internacional, porque infelizmente aqui no Brasil, a gente vê que nós não encontramos apoio nenhum no Brasil, só da gente ter uma sede financiada por lésbicas a nível internacional, a gente pode ver o grau que tem a organização de outros países, ajudar grupos que estão iniciando do terceiro mundo aí a gente vê o grau de organização deles (Soraya Menezes, 2003).

Até hoje a ALEM conta com o financiamento do Global Fund For Woman¹¹⁹, que financia atividades, o funcionamento cotidiano da Associação e parte da compra da atual sede da ALEM; Da MAMA CASH¹²⁰ que financiou compra de equipamentos, móveis e parte da compra da Sede; Da Astraea¹²¹ (Lesbian Foundation For Justice), que também financiou parte da compra da sede e ao longo dos anos vem financiando várias atividades e o funcionamento cotidiano da Associação.

Além de financiamentos internacionais, a Associação recebe recursos para projetos de prevenção junto a Coordenação Estadual DST/AIDS, que financiou o Projeto “Na Batalha com Respeito, Saúde e Dignidade - Profissional do Sexo”, e a Coordenação Municipal DST/AIDS, que contou com a participação da ALEM no Programa “BH de Mãos Dadas Contra a AIDS”, atuando com as Profissionais do Sexo.

Soraya Menezes, hoje fora do PSTU, continua como uma das principais lideranças do grupo assumindo a presidência novamente. Entretanto, percebemos a emergência de novas lideranças que trazem novas concepções sobre a militância e o fazer político da Associação.

¹¹⁹ <http://www.globalfundforwomen.org>.

¹²⁰ <http://www.mamacash.nl>.

¹²¹ <http://www.astraea.org>.

A Soraya ela está no dia a dia. É uma questão assim de, as vezes ela não está na sede, mas o que é preciso a gente encontra. Agora tem uma coisa que a gente tem discutido muito, que ela fala muito com a gente, que é a questão do empoderamento das outras lésbicas que formam a ALEM. Então assim, não é focado na Soraya, ela é uma líder, é uma militante histórica, que todas nós temos esse respeito por essa construção que ela teve na ALEM. (Priscila, 2007).

Ela está sempre presente, é meio que “maezona” de tudo, do movimento, fundadora da ALEM, sócia fundadora da ALEM, e por mais que haja esse empoderamento, que é necessário acontecer realmente, porque senão, ninguém dá conta (...) mas ela está sempre dando suporte, dando apoio, dando coragem, incentivando. Ela está sempre presente, mesmo que ausente fisicamente, ela sempre está presente (Eliane, 2007).

Soraya já havia relatado, em nossos primeiros contatos, que sentia falta de novas lideranças lésbicas na cidade, e que a formação destas novas lideranças era um dos principais objetivos da ALEM para o ano de 2005. Atualmente percebemos que a divisão de papéis entre as militantes da ALEM, com o intuito de dar continuidade ao trabalho, tem acontecido.

Nas entrevistas que realizamos com as novas lideranças, percebemos que os posicionamentos de esquerda, tão marcantes na atuação do grupo, não estão tão presentes na formação das militantes mais recentes. Apesar de manterem uma visão parcial das funções positivas do “gueto”, criticando aspectos perversos do sistema capitalistas, são menos enfáticas nestes posicionamentos.

A ALEM não tem relação nenhuma com nenhum partido político, a única pessoa que diretamente tinha contato com partido político era a Soraya, mas a Soraya já não faz parte mais do PSTU, há um determinado tempo. Há opiniões diversas, já fizemos até atividades aqui, ano passado foi ano eleitoral, então houve discussões sobre a questão, cada mulher pode dar sua opinião e discutiram situações diversas, mas a ALEM não é ligada a nenhum partido político (Eliane, 2007).

A associação continua realizando diversas atividades, sempre buscando a visibilidade do segmento. Além do enfrentamento público de questões políticas, a associação tem sido um ponto importante de sociabilidade de lésbicas em Belo Horizonte, que freqüentam a entidade participando de seminários, oficinas, sessões de vídeos, bate-papos e, acima de tudo, para estarem “entre iguais” e militarem por algo que acreditam e produzirem novas relações de reconhecimento identitário.

A princípio, o que me trouxe aqui e o que trás a maioria das meninas aqui é... a oportunidade de estar conhecendo outras pessoas, interagindo com... com o grupo, né!?, onde você pode falar abertamente e... não precisar esconder o que você é. Você pode ser o que realmente é porque você está entre iguais (Dany, 17/05/2006).

| <i>Ano</i> | Principais Atividades e Realizações |
|-------------|---|
| 1998 | Organização do III Seminário Nacional de Lésbicas |
| 1998 | Organização da I Parada do Orgulho GLBT de Minas Gerais |
| 1999 | Organização da II Parada do Orgulho GLBT de Minas Gerais |
| 2000 | Organização da III Parada do Orgulho GLBT de Minas Gerais |
| 2001 | Organização da IV Parada do Orgulho GLBT de Minas Gerais |
| 2001 | Organização do I Seminário Mineiro de Lésbicas e Bissexuais Femininas |
| 2002 | Organização da V Parada do Orgulho GLBT de Minas Gerais |
| 2003 | Organização da VI Parada do Orgulho GLBT de Belô |
| 2004 | Organização da VII Parada do Orgulho GLBT de Belô |
| 2004 | Organização do I Chá das Iguais |
| 2005 | A ALEM participa ativamente do Comando da VIII Parada do Orgulho GLBT de Belô |
| 2005 | Organização da I Caminhada de Lésbicas e Bissexuais Femininas |
| 2005 | Organização do I Mulheres que Pintam e Bordam |
| 2005 | Organização do II Chá das Iguais |
| 2006 | A ALEM participa ativamente do Comando da IX Parada do Orgulho GLBT de Belô |
| 2006 | Organização da II Caminhada de Lésbicas e Bissexuais Femininas |
| 2006 | Organização do II Mulheres que Pintam e Bordam |
| 2007 | Organização da III Caminhada de Lésbicas e Bissexuais Femininas |
| 2007 | A ALEM participa ativamente do Comando da X Parada do Orgulho GLBT de Belô |
| 2007 | Organização da III Caminhada de Lésbicas e Bissexuais Femininas |
| 2007 | Organização do III Mulheres que Pintam e Bordam |

4.2. GURI – Conscientização e Emancipação Homossexual

(AGM – Associação Gay de Minas)



sindicalização e militância.

Natural de Coronel Fabriciano – MG, no Vale do Aço, Itamar Santos, como muitos homossexuais até hoje fazem, deixou o interior por perceber que por lá, vivenciar sua sexualidade seria¹²²,

(...) como se estivéssemos numa guerra. Gente, mas eu não matei ninguém, eu não roubei ninguém, por que eu tenho que agir dessa forma? Ai eu achei que mudar pra Belo Horizonte a coisa ia melhorar, mas aqui, quando eu vim pra Belo Horizonte no início de 90, eu vim pra cá em 89, aqui eu vi que era pior do que no interior, porque a gente não podia sair na rua, isso me assustou muito (Itamar Santos, 2007).

Como tentamos demonstrar ao longo deste capítulo, neste período a comunidade gay da cidade se restringia aos bares e casas noturnas, nas quais pairava um clima de marginalidade. A comunidade em formação era vitimada por diversos problemas que demandavam providências urgentes¹²³.

Eu acho que a sociedade em Minas ela é muito assim, você pode ser, mas você não pode falar, e eu sou muito de falar. (...) E essa mentalidade é a que impera na comunidade. Você pode ter um relacionamento, mas entre quatro paredes, desde que ninguém saiba. Tem gente que tem relacionamento de 10 anos, 20 anos, que passa na rua parecem desconhecidos (Itamar Santos, 2007).

¹²² Bozon(2004) mostra que é freqüente homossexuais migrarem para grandes cidades em busca de pares e de mais possibilidades sexuais proporcionadas pelo anonimato da vida urbana.

¹²³ Itamar relata que, até 2000, 2001, era muito comum a repressão e a violência policial contra homossexuais em locais de 'engate', tais como o Parque Municipal e a Praça Raul Soares. Tivemos acesso a relatos sobre diversas formas de repressão contra homossexuais por parte da polícia da cidade, tais como o fechamento dos pontos de socialização de GLBT's da rua Rio de Janeiro em 1998, e as constantes investidas contra as travestis e transexuais profissionais do sexo do bairro de Lourdes. No sítio do grupo (<http://www.grupoguri.hpg.ig.com.br>) consta um panorama sobre a cena homossexual da cidade, com descrições de pontos de engate sexual, tais como Sanitários Públicos; a Praça Sete; esquina de Rua Goitacazes com Rua Espírito Santo e Bahia (esquina de prostituição conhecida vulgarmente como a "Feira do Cu"); Praça Raul Soares; Parque Municipal; Banheiro do Parque Municipal; Bares e Boites; A violência contra homossexuais neste período era tão acentuada que no sítio do grupo consta uma sessão com dicas sobre como evitar a violência anti-homossexual.

Desde que se mudou para Contagem, Itamar foi muito sensível a essas questões e, em 1996, teve a idéia de reunir amigos com o intuito de discutir a sexualidade gay. Em 1997, essas reuniões começaram a acontecer esporadicamente nos bares de freqüência gay do bairro de Lourdes. Numa destas reuniões, Nilton (Editor do Expressão GLS), fez o convite para participarem da AMGLS. Como vimos anteriormente, foi a partir deste grupo que se formou o GURI – Conscientização e Emancipação Gay¹²⁴. Os objetivos do grupo ilustram muito bem o contexto de marginalização e desagregação que se encontravam os homossexuais da cidade.

[O objetivo] do GURI era a gente tratar destas questões da subjetividade dentro da comunidade. Relacionamento era terrível, relacionamento de amizade... A única coisa que você ouvia falar dentro da comunidade, cada um tinha seu problema, mas ninguém queria ouvir o problema do outro, por que era impossível discutir o problema do outro dentro de casa com os pais com os familiares e na comunidade ninguém queria saber do problema do outro, já bastava o problema dele. Gente, a única coisa que você ouvia era sexo, sexo o tempo todo. Gente, isso não existe! A gente tem que falar sobre outras coisas. Então foi a idéia da gente sentar pra falar sobre cultura, falar sobre outras coisas, a questão da amizade, dos relacionamentos, porque tinha essa idéia de que o meio gay era podre, ainda tem essa coisa ainda. Por que disso? Por que nós somos taxados como morcego, de viver a noite? E isso ainda existe. Há uma diferenczinha. Evoluiu um pouco de 98 pra cá? Evoluiu, mas ainda essa questão da subjetividade, até mesmo de abraçar o amigo na rua, é perigoso de abraçar o amigo, gay não pode ter amigo, gay só pensa em sexo (Itamar Santos, 2007).

Inicialmente eram questões como estas que mobilizaram o grupo a participar das reuniões do GURI, mas que aos poucos foram dando lugar a discussões capazes de penetrar a esfera pública e interpelar as instituições locais.

Muitos gays, a maioria dos gays vivem sozinhos. Quando não vivem com colegas e amigos, vivem sozinhos, e faltava o apoio da família nesse momento, então havia essa necessidade de discutir essas questões, começou ai. Começamos a discutir esses assuntos, ai fomos pra questão política, ai houve uma necessidade de discutir questão política, porque alguns gays eles questionaram isso, a gente tem que partir pra outro patamar, a gente tem que discutir a questão social. Ai começamos a amadurecer e, o GURI, o amadurecimento dele pra AGM, foi da questão de conflito da subjetividade pra questão política social. Depois nós começamos a fazer campanha de prevenção na rua (Itamar Santos, 2007).

O Grupo GURI, como outros grupos GLBT, partiu de demandas e iniciativas típicas da esfera privada, e foi gradativamente politizando e levando suas questões para o âmbito público. A transição de nomes deste grupo ilustra essa passagem, uma vez que AGM (Associação Gay de Minas) é um nome mais institucional. Interessante notarmos que essa troca de nomes só foi possível após o desenvolvimento de relações que levaram o grupo a ser reconhecido como ator político, com a consolidação de redes

¹²⁴ Em algumas situações é utilizada a expressão “Conscientização e Emancipação Gay”, sendo que na ata de reunião do dia 09 de agosto de 1999, consta que os integrantes do grupo chegaram a conversar sobre isso, afirmando que “o termo ‘Gay’ é mais adequado à realidade atual do movimento”.

políticas, e a formação de uma, embora incipiente, identidade coletiva, proporcionada pelo sentimento de pertença de membros capazes de reconhecer na subordinação social da homossexualidade uma relação de opressão.

Nós colocamos GURI exatamente por causa dessa questão do reconhecimento, no início a gente não podia falar de forma explícita “Associação Gay”. A gente tinha que disfarçar, colocamos GURI. E tinha aquela idéia meio afeminada, tudo que é Gay é afeminado, então vamos colocar Grupo GURI. (...) Ai depois começou as pressões: “não, mas vocês são grupo gay mesmo, ou não são? Então transformem-se em Associação Gay!” Demorou um ano pra transformar de grupo GURI pra Associação Gay. Até hoje, aqueles mais enrustidos, pra não falar, ainda existem, tem muitos que ainda tem resistência de falar gay ou homossexual, então, preferimos ficar assim: aqueles que são enrustidos, falam GURI, aqueles que são assumidos, que não tem problema nenhum, falam associação Gay, né? Isso é pra facilitar pros dois lados (Itamar Santos, 2007).

Nestes primeiros anos, Itamar Santos relata que vários integrantes abandonavam os grupos militantes quando percebiam que as atividades começavam a sair do “gueto” e tomar proporções públicas, o que dificultava muito o trabalho de mobilização. Com o GURI isso aconteceu quando eles começaram a se reunir com o GLS – Grupo Lésbico Simpatizante (predecessor da ALEM) e outros militantes da cidade, e suas reuniões deixaram a ambigüidade e o anonimato dos bares e se transferiram para sedes de sindicatos e partidos, onde os objetivos políticos ficavam mais claros, e os indivíduos mais visíveis.

Olha, era uma dificuldade falar, assim, que existia um grupo gay reunindo num sindicato, o pessoal não ia mesmo. Só ficava de longe observando. Não ia mesmo. Isso foi um trabalho, um processo muito lento pra convencer o pessoal a frequentar uma reunião da Associação. Nós só tivemos reunião quando tinha 20 pessoas, no Sindicato dos Bancários, só depois de 2000, 2001. 98, 99, 2000 era muito difícil, falar que era pra reunião de gays, ta louco, não ia mesmo, era mais fácil ir hetero do que gay (Itamar Santos, 2007).



Tomando como objeto de análise o livro de atas produzido pelo grupo, nas reuniões entre a fundação, no dia 25 de maio de 1998, e o dia 27 de junho de 2000, quando finda o livro que tivemos acesso, fica nítida a passagem de uma percepção mais privada e psicológica, para uma perspectiva mais pública e política da atuação do grupo. Na ata de fundação consta que são finalidades do grupo:

A) Conscientizar os Homossexuais de sua importância enquanto ser humano e de seu papel na sociedade. B- Combater toda a manifestação de pressão, opressão, violência física, psicológica, imoral e discriminatória de todas as formas, seja de heterossexuais

ou de outra forma qualquer. C) protestar contra qualquer forma de propaganda discriminatória ou preconceituosa, bem como qualquer arbitrariedade de autoridade pública contra homossexuais. D – Promover a conscientização a longo prazo da sociedade sobre a condição homossexual, visando o fim da discriminação aos homossexuais. E – Combate a DST/AIDS e seus efeitos.

Nas primeiras reuniões, que posteriormente os integrantes chamaram de “reuniões temáticas”, a atividade do grupo se resumia ao debate de temas específicos da vida gay. Nestas reuniões semanais, os integrantes se mostraram interessados em discutir temas como: “Efeminação, prós e contras¹²⁵”(10/08/99); “Homossexuais desempregados” (17/08/99); “Por que gays e lésbicas não namoram em público?” (31/08/99); “Homossexualidade e Religião”(14/09/99); “Jovens e a crise de identidade” e “quando a velhice chegar”(21/09/99); “Sair do Armário, vantagens e desvantagens”(28/09/99); “Já fui discriminado por ser gay?”; “diferenças entre a promiscuidade homossexual e heterossexual”, “o cotidiano e a apropriação do corpo”, “violência e agregação dos homossexuais e mulheres”(05/10/99);

Embora nas discussões destes temas transpareça uma visão essencialista da homossexualidade, percebemos a tendência de tomar o sujeito homossexual distante do vitimismo. O esforço empreendido pelo grupo passa por alinhar o empoderamento social a partir de uma compreensão positiva das capacidades e características “do homossexual”. “*O homossexual vislumbra uma vida como se fosse heterossexual, ou fazia o papel de mulher ou quer ser o machão da relação*” (Ata do dia 21/03/2000).

A afirmação da identidade homossexual e o “sair do armário”, são discutidos tanto numa concepção individualista, na qual o individuo deve “assumir para si mesmo”, quanto numa perspectiva política, relacionando a visibilidade com o papel de “defender e apoiar a existência dos movimentos homossexuais”, e à possibilidade de se abrir para a troca de experiências novas. Um membro do grupo chega a afirmar que as travestis são “a maior bandeira gay”. Os problemas derivados dos homossexuais não se assumirem permeiam as atas, a entrevista com Itamar, e demais fontes de dados e,

¹²⁵ Embora Itamar tenha relatado que o nome do grupo (GURI) tenha sido escolhido pra romper com uma visão do homossexual afeminado, de um modo geral o grupo se mostrou bastante condescendente com os gays afeminados, chegando a serem colocados como “uma grande bandeira de luta pro movimento”, “ter muito claro o que quer”, o contras da efeminação estiveram relacionados às conseqüências sociais de apresentar publicamente de modo efeminado. Alguns elementos nos levam a desconfiar que a bissexualidade era associada ao enrustimento no ideário do grupo. No debate apresentado por MacRae(1990), no qual são discutidos os valores que os integrantes do grupo SOMOS atribuíam aos homossexuais afeminados, as posições são bem mais radicais, chegando a definir posições e rupturas no interior do grupo. Nos grupos que pesquisamos, ao contrário, não encontramos rupturas com relação à constituição da identidade individual de forma radical, embora elementos identitários e características de personalidade tenham sido utilizados amplamente para justificarem posições e críticas políticas.

geralmente, a invisibilidade é apontada como um dos motivos da desmobilização e como consequência da falta de consciência dos homossexuais sobre sua própria condição.

Percebemos que o grupo atribui grande importância às atividades de conscientização, uma vez que defendiam que a “emancipação” não pode vir antes da “conscientização” homossexual. Nessa perspectiva, assumem grande importância nas trocas simbólicas do grupo termos como: auto-estima, assumir-se e homofobia internalizada¹²⁶.

Com o avançar das atividades e o crescente envolvimento em atividades políticas junto a outros atores sociais da sociedade civil e do Estado, as discussões políticas de antagonismos mais demarcados e que antes eram discutidas em reuniões extraordinárias passaram a ocupar as reuniões semanais do grupo. Mesmo que os debates sobre questões da vida gay tenham permanecido nas reuniões, através da exibição de filmes e leitura de matérias de jornal, percebemos que as discussões temáticas foram substituídas pelo uso de “dinâmicas de grupo” para descontrair em momentos secundários da reunião, o que indica alguma “especialização” ou tentativa de “profissionalização” na dinâmica interna do grupo.

Embora discussões sobre assuntos variados não tenham sido interrompidas, elas passaram a ocupar um espaço menor nos registros das reuniões do grupo, que passaram a incorporar mais reflexões sobre as práticas públicas que o grupo empreendia. Notamos também, embora tímida, a incursão em temáticas específicas ao movimento GLBT atual, tais como adoção e parceria civil, e temáticas de outros movimentos sociais, que se apresentaram como transversais aos objetivos do grupo, tais como a questão dos negros, questões de classe, questões de gênero. Importante ressaltarmos que, embora quase todo o tempo tenha permanecido neutro ou voltado suas atividades para o público masculino, o grupo tinha o objetivo de representar também a população lésbica, após o fracasso do Triângulo Rosa de Minas. Notamos que era comum a presença de mulheres nas reuniões do grupo, embora nenhuma tenha desempenhado protagonismo destacado.

Essas mudanças foram acompanhadas por uma reciprocidade maior na arena política, obtendo reconhecimento de atores diversos, o que por sua vez proporcionou, a partir da troca de informações, maior capacitação cognitiva do grupo na conquista de

¹²⁶ Itamar discutiu esse assunto em diversos eventos, alguns dos quais estivemos presentes, e em textos que escreveu, como por exemplo, *Interiorização da homofobia*, acessível em http://www.athosgls.com.br/noticias_visualiza.php?contcod=18830

legitimidade política no espaço público e visão mais elaborada das oportunidades políticas. Embasados no relatório de atividades produzido pelo próprio grupo, nas atas, entrevistas e matérias de jornal, elaboramos um quadro com as atividades desenvolvidas pelo grupo:

| Data | Atividade | Observações |
|---------------|---|---|
| 28/06/98 | 1ª Passeata do Orgulho Gay | Participaram da organização do evento. |
| 17 a 20/08/98 | Seminário de Direitos Humanos e Cidadania na Assembléia Legislativa | Apresentaram 10 propostas que foram impressas no Documento Final. |
| 17/10/98 | Debate Sexualidade e Homofobia | |
| 22/10/98 | Debate Homossexualismo e Heterossexualismo no contexto do Racismo | Debate realizado durante o 2º Encontro da Juventude Negra e Favelada no Alto Vera Cruz. Interessante notarmos que o <i>Expressão GLS</i> publicou um manifesto do grupo que organizou este evento, o que sinaliza para uma rede de intercâmbio entre estes grupos. |
| 01/12/98 | Dia Mundial de Combate a AIDS | Realizaram uma campanha de prevenção na praça 7 |
| 26/06/99 | Festa Abalo Belô | Realizada junto com outros grupos, em comemoração ao Dia da Consciência Homossexual. |
| 28/08/99 | Setorial Homossexuais e Transexuais | O Grupo participou de uma reunião com representantes da prefeitura, elaborando propostas para a III Conferência Municipal de Assistência Social. O grupo foi consultado sobre a questão homossexual atravessando temas como: Crianças e Adolescentes; Qualificação Profissional; Portadores de Deficiências; Programa de Família; População Carente e outros. |
| 10 e 11/09/99 | Participação na III Conferência Municipal de Assistência Social | |
| 22/10/99 | Manifestação no Hemominas | Protestaram contra a lei 1376/93, que impedia que homossexuais doassem sangue. Esta manifestação faz parte do Dia Nacional de Doação de Sangue Homossexual, mobilizado pela ABGLT em todo o país. |
| 01/12/99 | Arrastão Pela Vida | Campanha de prevenção nos pontos de prostituição da cidade, privilegiando os pontos de transexuais, nas ruas Guaicurus, Caetés e Guarani. |
| 04/12/99 | Debate Homossexualidade e AIDS | Debate realizado pelo grupo, no qual convidaram representantes dos grupos VIVHER e GAPA. Luiz Morando participou deste evento. |
| 08/12/99 | Manifestação no Hotel Grandville | Estava sendo realizado o Seminário de Direitos Humanos da prefeitura, e reivindicaram a participação dos homossexuais. |
| 14/12/99 | Entrega do Projeto de Lei ao Deputado Leonardo Mattos | Seguindo uma tendência nacional, embasados em um modelo apresentado pelo GGB, o GURI articulou o projeto da lei 1672/2000. |
| 26/02/2000 | Manifestação na Banda Mole | Com faixas e a presença de poucos militantes, fizeram uma pequena manifestação na Banda Mole, contra a descaracterização do evento e a violência contra homossexuais. |
| 2000 | Debate com Candidatos GLS | Nas Eleições de 2000 o Grupo GURI organizou um debate com os seis candidatos a vereador simpáticos ao movimento. Segundo Itamar, quatro eram assumidos, dos quais se destaca Soraya Menezes, e dois simpatizantes, tal como Leonardo Mattos. |
| 13/12/2000 | Aprovação do Projeto de Lei 1672/2000 | A Câmara Municipal de Belo Horizonte aprovou por unanimidade o projeto apresentado pelo Vereador Leonardo Mattos. ¹²⁷ |

¹²⁷ Interessante notarmos que o Prefeito Célio de Castro, ao tentar vetar esta lei, estimulou a mobilização instantânea dos grupos da cidade, que se organizaram e redigiram uma carta pública fazendo com que ele voltasse atrás. Participaram deste protesto, ALEM, GURI, CLUBE RAINBOW e ASSTRAY.

| | | |
|------------|--|--|
| 2002 | Projeto Gay Teen | Projeto de Prevenção a DST's executado com recursos do Ministério da Saúde. |
| | Reuniões do CONSEP | Participação nas reuniões mensais do CONSEP - Conselho de Segurança Pública. |
| 02/2002 | Participação no Encontro do projeto SOMOS | Encontro realizado no Rio de Janeiro |
| 04/2002 | Conferência Municipal de Assistência Social | |
| 28/06/2002 | Abaixo assinado | Coleta de assinaturas para abaixo assinado pela não exclusão do Pastor Nehemias Marien da Igreja Presbiteriana Unida |
| 05/07/2002 | Seminário sobre Segurança Pública no Banco Central | |
| 2005 | Coral Gay | O grupo promove, na semana que antecede a Parada, a apresentação do coral estadunidense Reveille Show – Gay Men's Chorus. Por conflitos com a organização da Parada, este evento não constou na programação oficial. |

O GURI desenvolveu parcerias com diversos grupos e instituições estatais e privadas, tais como os Sindicatos dos Psicólogos e dos Bancários, a Belotur, a Secretaria de Educação entre outros. Como identificamos nas atas, o GURI também desenvolveu relações com grupos fora do Estado de Minas Gerais, trocando correspondência com os grupos: Estruturação de Brasília, ABGLT, Arco-íris, GRAB (Grupo Resistência Asa Branca), Dignidade, GGB (Grupo Gay da Bahia), Quinbada Dudu, Grupo Gay de Alagoas, APOGLBT/SP (Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo)¹²⁸ e muitos outros.

Valendo-se de contatos nas redes políticas, cartas públicas ou privadas, cartazes e acesso à mídia, o GURI promoveu diversas denúncias contra atitudes homofóbicas e violações dos direitos dos homossexuais¹²⁹, na capital e no interior, o que fez com que o grupo percebesse a necessidade de estimular a militância em outras cidades do Estado. Além disso, promoveram campanhas e abaixo assinados, proferiram palestras em escolas e instituições, deram entrevistas para a mídia e grupos específicos e organizaram e/ou participaram de eventos sociais e políticos variados. Foi muito importante a atuação do grupo junto ao CONSEP (Conselho de Segurança Pública) para resolução de um dos problemas antigos em BH, que é a Praça Raul Soares e seus frequentadores.

¹²⁸ Encontramos trabalhos específicos sobre vários destes grupos. Podemos citar Anjos (2002) sobre o Nuances, Ferreira (2003) sobre o GRAB, Facchini (2005) sobre o grupo CORSA, Silva (2006) sobre a APOGLBT/SP, Fernandes (2007) sobre o CELLOS-MG, entre outros.

¹²⁹ Protestaram contra a expulsão do pastor Nehemias Marien, que foi expulso da IPU (Igreja Presbiteriana Unida) por celebrar casamento de Gays no Rio de Janeiro; Denunciaram publicamente diversos casos de agressão sofridos por homossexuais, entre outras ações.

Embora o GURI e a ALEM surjam em contextos e períodos próximos, desenvolveram mais conflitos do que relações de cooperação. Restringiram as possibilidades de cooperação à realização de atividades específicas, tais como o “casamento”, as Paradas e a carta pública que foi entregue a imprensa por ocasião do veto pelo Prefeito Célio de Castro, ao Projeto de Lei 1672/2000¹³⁰. Nesse sentido, embora o GURI tenha sido um importante representante local das políticas nacionais do movimento GLBT, notamos um isolamento do grupo, principalmente em relação a ALEM.

Itamar Santos relata a complexidade das relações com os outros grupos, na produção de estilos de militância, tais como a adesão e influência do PSTU, e reclama que foram vítimas de “picuinhas”, “discriminações” e



“politicagem”. Percebemos uma freqüente emergência de conflitos decorrente de disputas de poder para a imposição de estilos de militância e auto-afirmação, mal entendidos e diferenças pessoais, que dariam um caráter *personalista* ao modo de operar do grupo. No sítio do grupo¹³¹ na internet encontramos uma clara crítica ao estilo de militância da ALEM no anúncio da atividade “CLUBE DAS MINAS - simplesmente Lésbicas - sem partidatismo/sem radicalismo”.

O GURI foi o primeiro grupo da cidade a se filiar à ABGLT, em 1999, e já nos primeiros anos de sua fundação se envolveu com o projeto SOMOS, discutindo

¹³⁰ Por sua importância e influência nas dinâmicas inter-grupos, discutiremos mais detalhadamente esta ação no próximo capítulo.

¹³¹ <http://www.grupoguri.hpg.ig.com.br>.

propostas de projetos, o que denota alguma predisposição e capacitação para os modos de atuação do terceiro setor. Embora a militância do grupo claramente se afaste das políticas de prevenção, mantendo o foco na “*conscientização e emancipação gay*”, a AGM chegou a desenvolver um projeto de prevenção financiado pelo Ministério da Saúde que se intitulava *Gay Teen*.

Nesta época, podemos identificar os esforços da ABGLT para o fortalecimento dos grupos brasileiros junto aos grupos da cidade. Em 2000, o atual secretário geral da ABGLT, Cláudio Nascimento, veio até a cidade e se reuniu com o GURI para conversarem sobre assuntos diversos do movimento GLBT, orientando-os em aspectos como “obtenção de recursos”, “Projetos de Lei”, “relação com a mídia”, “importância da visibilidade”, “panorama das atividades do grupo arco-íris” entre outros assuntos. Em sua vinda a Belo Horizonte, Cláudio Nascimento também se encontrou com Porcina, então presidenta da ASSTRAV com os mesmos propósitos e participou com o GURI de uma reunião na Câmara dos Vereadores na sexta-feira, 29 de abril de 2000.

Durante o Boom das Rádios Comunitárias¹³², os integrantes do grupo tiveram um programa na Rádio Acaiaca. O programa era chamado “De Homem Pra Homem” e abordava questões do Movimento e da homossexualidade em geral e durou até quando a Anatel dificultou o funcionamento das rádios comunitárias. Levando com que muitas parassem suas transmissões. No Jornal Rainbow encontramos uma nota divulgando este programa:

PROGRAMA GAY EM EMISSORA DE RÁDIO

Sob a batuta do maestro Itamar Santos (Grupo Guri), a RÁDIO ACAIACA (95,3) FM coloca no ar todas as segundas-feiras a partir das 22:00 Horas o programa DE HOMEM PRA HOMEM. O programa visa dar voz ao Movimento Gay de Minas inclusive com a participação dos ouvintes. Fique ligado, telefone para contato: 3075.6565. Sucesso e longa vida ao programa. (Jornal Rainbow, número 7, fevereiro de 2001).

O grupo editou o *Alegrei*¹³³, Boletim Informativo do Grupo GURI – Conscientização e Emancipação Homossexual, que inicialmente tinha a intenção de ser bimestral, mas que acabou se extinguindo após o segundo número.

¹³² A Rádio Favela e a Santé FM foram os casos mais expressivos deste movimento na cidade.

¹³³ Em conversar informal com Darlan, um dos fundadores do GURI e do CELLOS, nos foi relatado que o ALEGREI ganhou este nome em homenagem a um grupo de curta duração que antecedeu o GURI.



Por si só, a visibilidade já era uma arma poderosa para os militantes GLBT no final dos anos 90, e pela qual eles chegavam a pagar alto preço. Nestes anos, Itamar Santos e Soraya Menezes foram as principais lideranças do movimento GLBT na cidade e foram os que mais apareceram publicamente, dando visibilidade ao movimento e suas demandas, mas sobretudo, a um modo de ser, pensar e viver até então fortemente marginalizado, silenciado e relegado ao espaço privado. Itamar Santos mencionou que não tinha telefone fixo em casa porque,

(...) era um martírio, principalmente o pessoal homofóbico, o pessoal evangélico, eles infernizavam minha vida, era um inferno, eles me passavam trote o dia inteiro, dia e noite, e muitas vezes eu não conseguia dormir, de madrugada. Isso sem contar a minha vida pessoal, depois que eu me assumi publicamente, lá no meu serviço, pessoas lá que não aceitavam, pessoas me evitavam, era terrível. Ai passando o tempo eu fui acostumando com isso, acostumando com a rejeição das pessoas, “ah, eu não preciso disto não...” (Itamar Santos, 2007).

O trabalho do grupo foi reconhecido por parte da comunidade GLBT nacional e de outros atores sociais. Itamar Santos nos conta que sempre participou, em todo o

Brasil, de “vários encontros, seminários, viajei muito, participar de treinamento, já fui a Maceió participar de encontro, Curitiba, Florianópolis, participar da mesa lá de sexualidade, através da Universidade Federal de Santa Catarina¹³⁴”.

Apesar deste reconhecimento, o grupo não obteve muito sucesso em agregar e manter militantes em atividade e formar novas lideranças. Eram freqüentes as discussões sobre a desmobilização dos membros do grupo e sobre como mobilizar novos membros. Consta em Ata, que Itamar Santos chegou a afirmar que o Movimento estava perdido, sem direção, transparecendo grande desânimo em relação ao trabalho do grupo. Essas discussões pareciam mais intensas depois de manifestações em que o grupo se viu diminuído em número de integrantes.

Numa dessas reuniões, consta em ata que um membro do grupo levanta a necessidade deles fazerem “reuniões mais alegres”, como forma de atrair e manter militantes, sinalizando para a importância de se repensar a política a partir da relação entre política e prazer, para além da dicotomia entre política e festa, ou alegria, tal como faz Silva (2006), em seu estudo sobre as Paradas.

O grupo também não obteve muito sucesso com a manutenção de recursos, uma vez que a maioria das atividades do grupo era mantida com doações espontâneas dos membros freqüentadores e das mensalidades dos membros colaboradores. Sobre a obtenção de recursos, Itamar Santos nos conta que “A maioria saía do meu bolso mesmo, mas era uma satisfação que eu tinha poder fazer essas coisas”. O que não impediu que o grupo mantivesse, mesmo que por pouco tempo, uma sede própria localizada na Rua Rio Grande do Sul, 697- sala 405 – Barro Preto – Belo Horizonte – MG.

Percebemos que ainda hoje, a militância GLBT na cidade não desenvolveu uma relação mais próxima com o mercado, embora os grupos que ainda se encontram em atividade tenham construído formas mais efetivas de sustentabilidade pela via do terceiro setor e de redes de apoio com instituições do Estado e da Sociedade Civil.

Em Belo Horizonte, talvez porque a lógica de mercado não seja tão desenvolvida como em São Paulo ou Rio de Janeiro, a discussão sobre o gueto era ainda pouco elaborada até o início dos anos 2000. Embora a maior parte da socialização homossexual passe pela apropriação de espaços públicos específicos, tais como parques, praças e, sobretudo, empreendimentos comerciais, tais como boates, saunas e bares, a

¹³⁴ Esta participação de Itamar Santos, representando a Associação Gay de Minas, foi relatada por Losso & Becker(2005).

militância GLBT não conseguiu desenvolver um diálogo próximo com os empresários de Belo Horizonte. Este distanciamento é ambíguo, se por um lado a lógica de mercado não contaminou totalmente as práticas e discursos dos grupos, por outro, é nítida a impotência dos grupos em pressionarem e/ou convencerem os empresários a contribuírem substancialmente nas atividades políticas de/para GLBT. Esse distanciamento talvez se deva também, pela impossibilidade lógica de se associar o discurso esquerdista radical, que influenciou as origens e o estilo da militância na cidade, em uma nova ponte semântica que inclua o mercado como um espaço potencial de politização.

Como podemos perceber pela tabela de atividades do grupo, a AGM foi diminuindo a intensidade de suas atividades, tendo participado ocasionalmente de algumas reuniões do Comando da Parada de 2004. Recentemente tentou-se reerguer a AGM elegendo Edson Nunes como vice-presidente, mas até o momento não identificamos nenhuma iniciativa concreta de retornar as atividades¹³⁵. Sobre as atividades da AGM, Itamar Santos relatou que eles continuam,

(...) com o Edson, Eu o Newtinho. Mas devido a essas questões financeiras a gente não está fazendo com mais frequência. Eu estou trabalhando nesta questão trabalhista¹³⁶, o Edson e o Newtinho, a gente reúne mais em casa mesmo, não tem mais aquela frequência, aquela coisa que a gente tinha antes. E tem umas coisas do movimento que eu não concordo, que a gente não aceita muito, porque nós somos contra uma proporção assim de muito modismo, e a nossa idéia não é essa, é a questão mais emancipadora, uma coisa mas séria, não modista. Os gays hoje estão muito sexistas, modista, “há, é gay? Ta na moda”. E isso confunde demais, confunde pra caramba. A maioria do pessoal do movimento que esta mais a frente tem mais essa idéia modista, sexista. Não é porque a gente não está em evidência, que a gente deixou de fazer, com meu trabalho na área sindical, na área trabalhista, com certeza eu continuo minha militância, assim como o Edson, a gente só não está em evidência (Itamar Santos, 2007).

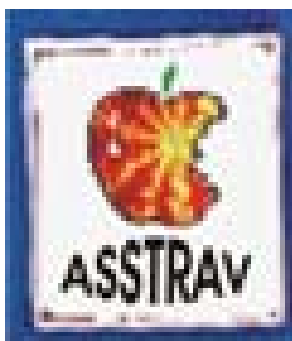
Recentemente Itamar Santos retornou a sua cidade natal para se tratar de uma enfermidade, vindo a falecer em junho de 2007.

Ao longo de sua história, o grupo GURI sofreu algumas dissidências, por exemplo, o GGBH (Grupo Gay de Belo Horizonte) e o CELLOS (Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual). O GGBH teve curta duração, contribuindo apenas na organização da Parada GLBT de 2003. O CELLOS é hoje um dos grupos GLBT mais importantes do Brasil.

¹³⁵ Edson Nunes comentou que não se sente muito a vontade para tomar a frente, sem a liderança de Itamar Santos, uma vez que este foi o fundador e principal referência do grupo.

¹³⁶ Itamar relatou que está realizando um trabalho sobre igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para homossexuais junto ao SINDBEL (Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais de BH), sindicato do qual é associado.

4.3. ASSTRAV – Associação de Travestis, Transgêneros e Transsexuais de Minas Gerais



Diversos autores (Santos, 2006b; Pelúcio, 2005; Peres, 2005; Silva & Florentino, 1996; Silva, 1993) têm identificado o dramático universo de exclusão e vulnerabilidade no qual se constroem as identidades sexuadas de travestis e transexuais¹³⁷. Vítimas constantes de violências físicas e psicológicas, elas se vêm quase que indissociavelmente ligadas à prostituição como espaço de trânsito identitário.

Desde rejeição familiar até o descaso sistemático do Estado ou a violência policial criminosa e extorsiva, as travestis e transexuais constroem suas relações sociais e formas de sobrevivência a partir das redes sociais e de solidariedade que não impedem que este segmento se veja, muitas vezes, acometido pelo isolamento e solidão, entre muitos outros problemas de ordem social e psicológica (Peres, 2005).

Elas têm horário diferenciado, elas não vivem no dia, elas odeiam participar do dia, então você não consegue mobilizá-las pra trabalho. E o mundo funciona durante o dia, ele não funciona a noite. Então assim, você discutir que ela precisa, ela não vê isso, sabe por quê? Porque a vida delas é a noite. Então ela ganha dinheiro a noite, ela não “precisa” do dia, ela pode gastar o dinheiro que ela ganhou a noite no dia, mas ela não precisa. (...) A não ser que adoeça, que ela precise de um dentista, que ela vá a um salão de beleza, quando vai, que ela faz isso até em casa, ela tem a maquiagem ali e nem vai a um salão de beleza. Para você ter uma noção lógica do que... como deve ser difícil, a gente não vê as travestis andando na rua. Você vai na noite, você não vê centenas na rua? Trabalhando? Se você subir a Afonso Pena, ali Pampulha, na Pedro II, não é, no Bonfim. Onde que elas estão de dia? Na rua, você passa no centro, você vê alguma trans andando na rua? Nenhuma... Belo Horizonte é desse tamanhinho oh! Então elas não vivenciam o dia. Então a discussão difícil, porque é o que eu te falei da utopia, elas não tem um sonho (...), querem vivenciar o momento, é aquela história de ir pra Europa, ficar rica, prostituir, voltar, bater na casa de todo mundo. Elas acham que vão ser aceitas pela sociedade. Elas não têm esse entendimento de que se elas não lutarem, não vão ser aceitas. Elas não vão ser aceitas nem com dinheiro. Elas vão ser tratadas como prostitutas que ganham dinheiro. Pior que a prostituta! Porque a prostituta com dinheiro ela é aceita pela alta sociedade, a travesti não é aceita! Mesmo com um Mitsubishi na

¹³⁷ É importante delimitarmos as especificidades internas do segmento *T*, uma vez que na categoria transgêneros existe uma variedade de construções identitárias das quais derivam condições diferentes de exclusão e de produção dos papéis sociais, que por sua vez influenciam as demandas políticas deste segmento. Pelúcio (2006) define as travestis como “*pessoas que nascem com o sexo genital masculino (por isso a grande maioria se entende como homem) e que procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado como feminino, sem, contudo, desejarem extirpar a genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos*”, as transexuais, ao contrário, geralmente, querem *corrigir* a própria anatomia corporal, tomando o próprio pênis como algo que as impede de se reconhecerem como o que realmente são, sendo que muitas vezes não o fazem por falta de oportunidade ou condições financeiras (Silva & Barbosa, 2005). Nesse sentido, Chidiac & Oltramari (2004) mostram, por exemplo, que as Drag Queens se situam com mais facilidade, tanto no universo heterossexual como no homossexual. Acreditamos que isso se aplica também ao caso dos(as) *crossdressers*. Importante ressaltarmos que não existe delimitação fácil para essas diferenciações. Para uma descrição crítica da heterogeneidade deste segmento ver Vencato (2003).

porta. Ela vai chegar no lugar, descer do Mitsubishi travesti do mesmo jeito, Entendeu? “Oh! O carro da travesti!” (Walkiria La Roche, 2006)

Apesar dos estigmas comuns, este segmento apresenta especificidades e uma diversidade interna que nos impede de construirmos uma visão homogeneizadora e simplista a seu respeito (Pelúcio, 2005; Silva & Barbosa, 2005; Vencato, 2003). Entretanto, podemos identificar o impulso pela transformação do corpo através da hormonização ou uso de silicone (Peres, 2005), impelindo a visibilidade compulsória e envolvendo o segmento *T* em um perigoso pêndulo que oscila entre o “fascínio pelo exótico” e a “violência”.

Ao mesmo tempo em que o segmento *T* é o mais eficiente em atrair a atenção da mídia (a cobertura das Paradas GLBT é um excelente exemplo disso), também é o que mais atrai a violência homofóbica, tais como crimes de ódio (Mott, 2000) e subcidadania. A inserção das *T*s no mercado de trabalho é extremamente restrita (Carvalho, 2006), bem como o acesso aos sistemas de educação e saúde, o que traz profundas especificidades e complicações na apropriação do espaço público e, conseqüentemente, ao engajamento político (Barbosa & Silva, 2005). As questões que derivam do reconhecimento institucional, tais como a troca de nomes e o uso de fotos em documentos (Peres, 2006) e o uso de banheiros públicos (Serafim & Silva, 2006), são exemplos das complexidades sociais que provocam humilhação e comprometem a cidadania das *T*s. Os espaços públicos ocupados por elas apresentam muitos riscos, tais como conflitos, crimes, terror, DSTs, drogas e corrupção policial (Ferreira, 2003b).

Ao serem vistas no espaço público, “*as travestis são constante motivo de estranheza, de mal-estar social, porque põem em cheque as normas de conduta que organizam e harmonizam a sociedade segundo o catecismo da heterossexualidade obrigatória*” (Barbosa & Silva, 2005:42).

Silva & Barbosa (2005) relacionam a vulnerabilidade social das *T*s à percepção heterossexista da realidade que se faz hegemônica na sociedade. Nesse sentido, elas não conseguiriam se enquadrar na normatividade social, pois escapam aos universos de identificação feminino e masculino¹³⁸.

Embora urgente, o engajamento político de travestis e transexuais tem sido motivo de crítica por parte de militantes do movimento GLBT. Desde 1993, o segmento

¹³⁸ Nesse sentido, Pelúcio (2006), discutindo novas relações parentais de travestis, aponta que a tarefa política emancipadora deste segmento seria a de “*propor arranjos conjugais, parcerias, laços, vínculos para além do binarismo de gênero instituído, da família nuclear burguesa e das relações sexuais procriadoras*” (pp. 532,533).

T se organiza nacionalmente nos ENTLAIDS¹³⁹ – Encontro Nacional de Travestis e Liberados – que atuam na prevenção de DST/Aids, aonde reivindicam: o direito ao trabalho, direito à mudança de sexo e acesso integral e cidadão ao sistema de saúde, direito à mudança de nome, regularização da prostituição como profissão, direito de serem assistidas pelo Estado, enfim, à inclusão social numa perspectiva mais ampla. Nesse sentido, Peres (2006) destaca a importância do engajamento político para a produção de identidades menos marginalizadas entre travestis e transexuais.

Entretanto, transformar essa realidade é uma tarefa com complexidades específicas deste universo, o que demanda uma diferenciação dos demais atores do movimento GLBT. Violentadas pela invisibilidade com que são tratadas pelo Estado e suas instituições, relegadas a um universo de marginalidade e criminalidade, no qual interagem de forma ambígua com atores sociais, travestis e transexuais reproduzem e internalizam discursos preconceituosos, o que leva a produzirem posições vitimistas e aceitarem acriticamente políticas assistencialistas¹⁴⁰. Nessa perspectiva, Silva & Barbosa (2005) afirmam que a consciência política das travestis é marcada pela alienação política, e suas formas de associativismo constituem, *“um movimento social que existe graças ao patrocínio governamental como estratégia para o enfrentamento da vulnerabilidade dessa população. Diferentemente de outros movimentos sociais, na atual conjuntura, este não se manteria sem a intervenção governamental, o que faz com que seja, na verdade um proto-movimento social”* (Silva & Barbosa, 2005:45).

O movimento de travestis e transexuais talvez seja, dentre os demais atores GLBT, o mais dependente das políticas de prevenção às DST's/AIDS. Além disso, é bastante comum a centralização de poder nas mãos de lideranças que, ao seu modo, produzem formas extremamente pessoais de representar este segmento. Em Belo Horizonte, isto se deu a partir da militância de Porcina D'alessandro e Walkiria La Roche.

¹³⁹ “Os ENTLAIDS tiveram início em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa de uma travesti chamada Jovanna Baby, tendo como ponto de partida o enfrentamento à pandemia da AIDS, de modo a construir respostas das travestis brasileiras à prevenção do HIV/AIDS” (Peres, 2006:07). Este movimento conta com o apoio do Ministério da Saúde, através da Coordenação Nacional de DST/Aids. Outros nomes para este evento são *Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta Contra a AIDS* ou *Encontro Nacional de Travestis e Liberados na Luta Contra a Aids e pela Cidadania, Direitos e Saúde*.

¹⁴⁰ Silva & Florentino (1996) apontam para a importância de desnaturalizar os papéis e identidades sexuais, e a necessidade de cooperação transdisciplinar ao lidarmos com as questões postas pelo universo das travestis.

Porcina D'alessandro

Nascido em 12 de Março de 1960, Jorge, aproximadamente aos 30 anos de idade, resolve desistir de um casamento heterossexual, que lhe proporcionou quatro filhos e uma neta, para seguir a vida de transexual¹⁴¹. Começa então a tomar hormônios e modificar o próprio corpo, passando a se chamar Porcina D'alessandro.

Era horrível, eu não era eu, eu olhava no espelho e me achava horroroso, eu tentei, eu tentei ser homem, a gente era imposto naquela época, hoje eu tenho 47 anos, era uma imposição, se hoje o homossexualismo ainda é esse tabu, você imagina há quarenta anos atrás como que era difícil. Então eu casei, casei muito jovem, com 19 anos, ai depois não deu, não deu, houve a separação. Falei, sabe de uma coisa, um dia meus filhos vão crescer, vão cada um seguir seu rumo, ela vai conhecer um homem, e eu vou virar uma maricona recalçada, gorda, feia, horrorosa, não quero isso pra mim não, ai me lancei no mundo, com a cara e a coragem, sem saber nada desse mundo (Porcina D'alessandro, 2007).

Segundo relata, inicialmente trabalhou como costureira, faxineira, além de ser “*uma grande profissional na área de cozinha*”. Mesmo não precisando se prostituir, começa a fazer parte do universo das travestis e transexuais da cidade e aos poucos começa a ser identificada como uma liderança dentro da comunidade GLBT.. “*Eu já era militante nessa época. Eu já militava, eu comprava briga das pessoas, dos travestis, dos homossexuais*”. Como discutimos anteriormente, este segmento apresenta um contexto de vulnerabilidade social que demanda o fortalecimento de uma rede de solidariedade, na qual Porcina passa a desempenhar um papel importante para muitos na cidade.

Teve uma uma vez, Luara, no jardim alvorada, mas numa parte que se chama Ramal. Ela levou uma facada ai bateu na minha porta três horas da manhã. Quando eu abri a porta ela tava com uma faca cravada nas costas, eu falei o que que é isso? Ela andou três quarteirões com aquela faca nas costas, “ah... pra você me levar pro hospital”. Mas gente, porque você não foi? “Não, porque não iam me atender”. E nisso eu era pobrezinha, morava num porão, morei cinco anos num porão, na rua Hipólito Câmara, número 93, no Caiçara, morei cinco anos nesse porão, e nesse porão eu já comecei a ser militante, porque eu já lutava (...) Pra mim todo mundo é igual, preto, viado, travesti, prostituta, tudo pra mim é a mesma coisa, na hora que morrer vai todo mundo pro mesmo lugar, e como caixão não tem gaveta a gente não vai levar nada, então tudo que era meu eu dividia com os outros (Porcina D'alessandro, 2007).

Sem referências precisas sobre o que fosse engajamento político, formas de enfrentamento, ou até mesmo princípios de cidadania, Porcina começou a desenvolver um estilo muito próprio de protestar contra as mazelas dos travestis e transexuais da comunidade. Começou a centralizar funções em sua rede de socialização, cujo objetivo se assemelha aos objetivos de algumas entidades do movimento GLBT, ao representar e atender a população, protestando e dando visibilidade contra a condição de opressão e,

¹⁴¹ Sobre sua orientação sexual, Porcina nos relatou que inicialmente se via como uma travesti, mas que hoje se reconhece como uma transexual.

por vezes, suprimindo uma lacuna institucional ou de mercado (Anjos, 2002; Machado & Prado, 2005). Mesmo sem uma compreensão da gramática da arena política e do espaço público, nos relatos de Porcina encontramos formas de atuação que manifestam não só antagonismos sociais, mas também, formas de enfrentamento social embasados em princípios democráticos (Mouffe, 1988), que criaram, inclusive, a partir de sua liderança, formas de mobilização, identificação e resistência coletivas. Abaixo, Porcina relata algumas formas de enfrentamento social que desenvolveu no princípio de sua carreira militante:

Uma amiga minha foi assassinada e não tinha como enterrar porque ela não tinha documento. (...) Eu percebi que o delegado do local, que depois veio a se tornar meu amigo, ele ficava muito encantado com meus seios, ele olhava meu seios assim, que tinha um... Então, cada dia que eu ia lá, eu ia mais provocante com o seio quase de fora, e na época eu era costureira, então um dia eu falei assim: “Deixa eu olhar seu colarinho, qual o número da sua camisa, pra mim fazer uma pra você de presente.” E num repente, eu puxei a cabeça dele e joguei a cara dele dentro do meu colo, dos seios, ele ficou tão nervoso, tão desorientado, que ele falou assim: “Peraí, deixa eu assinar isso aqui pra enterrar esse viado. No dia do enterro só tinha eu...” (...) Em Belo Horizonte tinha aquela coisa assim, “ah você não pode andar vestido de mulher de dia”. Eu falei: “eu vou andar só de noite?” Não!. Já começou por aí. E daí eu fui aumentando essa luta, porque eu achava desaforo um monte de coisas. Por exemplo, eu entrava numa loja, as pessoas não vinham atender porque eu era travesti. Eu ficava nervosa e quebrava a loja toda. Ai eu entrava num bar: “me dá uma cerveja?” Não trazia: “Aqui a gente não atende travesti”. Eu quebrava o bar. Isso foi caindo na boca dos outros travestis: “gente ela é louca, ela quebra tudo, quando fala que não vai atender ela, ela quebra tudo!” Aquela loja, Nova Brasília, eu quebrei ela várias vezes, aquela, Loja Americana, nossa, foi *n* vezes. “Não vai me atender não?” Eu ficava nua, eu arrancava a roupa e quebrava tudo. Então foi ficando aquela coisa: “Gente a Porcina é louca, a Porcina tem problema, ela é maluca, ela quebra tudo, quando fala que não vai atender ela!” Foi ficando aquela coisa assim, quando eu voltava num bar eles me atendiam: “Não, tem que atender senão ela quebra tudo, fica louca, ela arranca a roupa, fica de calcinha, quebra tudo, grita, fica doida, joga tudo pro alto!” Ai elas foram aderindo a mim: “ah, eu vou se a Porcina for”. “Ah se a Porcina estiver lá eu vou.” Ai tinha uma banda mole, por exemplo, onde as pessoas eram perseguidas, jogavam latinha. Aí me jogavam uma latinha. Eu ficava doida, eu fazia um tumulto, ai juntava aquele monte de veado, avançava naquele que jogou a latinha e dava uma surra nele. Ai elas começaram a ter força em mim, acreditar em mim (Porcina D’Alessandro, 2007).

Estas formas de enfrentamento se tornam mais compreensíveis se as contextualizarmos na arena política contemporânea, na qual as instituições são ainda bastante ineficientes em “dar voz” às minorias sociais e respeitar e atender suas demandas. Mesmo nos espaços próprios para a manifestação destes atores, podemos questionar a qualidade da “escuta” Estatal, e a hierarquia invisível que desqualifica os atores a partir dos mesmos critérios culturais que os mantém como subcidadãos¹⁴².

¹⁴² Este debate tem sido freqüente nos estudos sobre arranjos institucionais de participação social, tais como Orçamento Participativo (Avritzer, 2004) e os Conselhos de Saúde (Bacelar, 2006).

Aproximadamente em 1995, convidada por uma amiga travesti chamada Zoraia, Porcina começa a frequentar o GAPA e atuar como voluntária dos projetos da instituição¹⁴³.

Na época entraram mais de 12 travestis, e foi todo mundo saindo, saindo, porque assim umas vendiam camisinha, outras não iam, foram saindo, e eu fui ficando, fiz amizade com o Roberto (...), fiquei muitos anos lá. (Porcina, 2007).

Esta desmobilização do segmento *T* não é injustificada. Mesmo dentro de uma instituição reconhecida pelo Estado, como o GAPA, este segmento sofria complicações para se mobilizar e frequentar reuniões durante o dia. Sobre as reuniões na sede do GAPA Walkiria La Roche nos conta que,

Os camelos ficavam na Paraná e na Tamoios, na rua vendiam muitas frutas, então eles atiravam frutas nas travestis, inclusive eu já até participei da reunião, já participei até de briga, de quebra pau, na rua com os camelos também, junto com as companheiras travestis, porque eles iam, aqueles... aquelas pessoas... aqueles vampiros né? Que... existiam só a noite, transitando de dia e não era permitido! Pessoas como nós, transexuais, travestis, andar nas vias públicas né! durante o dia principalmente. Então a... a... sociedade legitimava estes atos violentos! Dos camelos, mendigos, de todo mundo que transitava, ladrões, que andavam ali nas mediações da Avenida Paraná e da Tamoios (Walkiria La Roche, 2006).

Trabalhando como voluntária, Porcina é enviada pelo GAPA para participar do ENTLAIDS¹⁴⁴, onde pôde conhecer ativistas experientes do movimento nacional, tais como Brenda Lee¹⁴⁵, Geovana Baby¹⁴⁶, Janaína Dutra, Luciana Lins¹⁴⁷ e muitas outras militantes.

Resultado, até ali eu não era ninguém. Só que havia coisas que eles falavam que eu não aceitava, ai eu dava meu grito, ai eu levantava o dedo: “ah porque isso não pode ser assim...” No final de tudo, a Giovana Baby, que era presidente do ASTRAL, no Rio, me chamou: “Você tem uma ONG, alguma coisa?” Eu falei não. “Você é uma militante nata!” Eu falei: “Como assim?” “Você briga demais, você é muito polêmica, você não aceita nada, você é militante!” Aquela coisa... Ai todo mundo já me conheceu, já queria

¹⁴³ Sobre estes projetos e a atuação dos voluntários Roberto Chateaubriand relatou que: “*O Gapa trabalha, desde oitenta e nove, com prostituição, e é inevitável a aproximação com travestis, não tem jeito de não trabalhar, porque existe uma parcela significativa de travestis que faz pista, ta trabalhando na rua. Então a gente desenvolvia ações voltadas para as mulheres aqui na Guaicurus, e para as travestis. Ai nós tínhamos alguns pontos aqui na Bias Fortes, no Bonfim, na Pampulha(...). Sempre tendo travestis como agentes comunitários, né? Eles que iam nas ruas fazer trabalho de campo e, a partir desse trabalho, e também utilizando a mesma lógica de que sem a organização, sem esse projeto de emancipação daquele segmento, não há possibilidades de respostas efetivas de luta contra a AIDS, a gente começou a trabalhar muito coletivamente, fazendo reuniões, fazendo, é, intervenções mais grupais, e isso foi criando uma certa consciência de segmento*” (Roberto Chateaubriand, 2006).

¹⁴⁴ Segundo a entrevistada sua participação neste evento se deu em 1996 ou 1997, o que corresponderia a IV ou V edição do evento.

¹⁴⁵ Brenda Lee foi a primeira travesti a disponibilizar espaço de convivência e moradia para as travestis infectadas pelo HIV e/ou doentes de AIDS, em São Paulo. Criou, portanto, a primeira casa de apoio que até hoje abriga pessoas excluídas do meio social e familiar, e que vivem com HIV/AIDS (ROSSI, 2002).

¹⁴⁶ Geovana Baby (ou Jovana Baby) teve um papel importante na atuação política e consolidação do movimento brasileiro de travestis, sendo uma das principais referências do Grupo ASTRAL (Associação de Travestis e Liberados) do Rio de Janeiro (ROSSI, 2002).

¹⁴⁷ Militante que foi referência do grupo UNIDAS - Travestis e Transexuais, na cidade de Aracajú/SE.

me conhecer, outros já tinham ouvido falar de mim... Voltei pra Belo Horizonte e no ano seguinte fui convidada de novo, já pela ASTRAL (Porcina, 2007).

Como já percebemos, mesmo não tendo institucionalizado sua atuação, através do registro ou mobilização de um grupo formal, Porcina já desempenhava funções semelhantes por iniciativa própria.

Eu estava muito empenhada, independente do ASSTRAV, eu já cuidava dos travestis, com AIDS, com tuberculose, com Sarcoma de kaposi, eu botava tudo pra dentro de casa, marginal, menino de programa, prostituta, tudo eu cuidava, cachorro leproso, tudo eu trazia pra dentro de casa pra cuidar (Porcina, 2007).

A história da ASSTRAV é mais um exemplo de como os encontros nacionais e trocas de informações são importantes para o desenvolvimento das experiências de politização localizadas¹⁴⁸. Sobre sua segunda participação no ENTLAIDS Porcina nos conta que:

O pessoal perguntou: “e ai já fundou alguma coisa? Eu disse não. E eu sempre brigando, discutindo, não achava nada certo, eu discutia com vereador, com prefeito, fizemos uma passeata. Ai, Dom Eugênio Sales falou uma coisa aqui que eu não gostei e eu chamei ele de “maricona”. Quando eu vi eu tinha chamado o Bispo de maricona, eu fiquei doida... Na cinelândia eu botei os peitos pra fora, eu fiquei nervosa, a Elke maravilha falou: “gente ela é muito louca!” A Giovana falou: “louca é apelido, ela joga pedra!” Ai conheci o Cláudio Nascimento do grupo Arco-Íris... Volto pra bh. Ai eu comecei aquela luta e em 99, no dia 12/12/99, eu fundei a ASSTRAV, Associação dos Travestis de Belo Horizonte, 12/12/99 (Porcina, 2007).

Na militância desenvolvida por Porcina ressalta-se uma outra questão. Vinda de espaços marginalizados da vida social, suas formas de atuação política buscam amparo em atores sociais por caminhos diferentes aos das instituições públicas competentes e dos meios tradicionais de embate dos movimentos sociais tradicionais.

O liberalismo trouxe uma indiferenciação entre as realidades social, pessoal e política na cultura política da América Latina, o que contribui para obscurecer desigualdades e hierarquizações sociais (Alvarez et al. 1998). Talvez pela insuficiência dos aparatos legais do Estado, que desqualificam e tornam invisíveis as demandas do segmento *T*, a solução de muitas questões de natureza política era buscada pela via privada, quiçá, pelo uso privado de poderes estatais, como podemos identificar nas trocas de favores que Porcina relata ter desenvolvido com a polícia.

¹⁴⁸ Essa importância fica explícita quando Walkiria reafirma as origens da associação, dizendo que “a primeira meta da ASSTRAV era prevenção! Não se discutia política. Nós participamos da fundação da ABGLT. Foi aí que a gente começou a discussão política!” No histórico do GURI também percebemos uma transformação no conteúdo de suas reuniões, no sentido de uma politização das mesmas e um refinamento dos discursos dos membros do grupo, no momento em que o grupo intensificou a correspondência com grupos de outros Estados, e começou integrar eventos e outras experiências de associativismos nacionais.

Não vou te negar, eu tive uns amantes na polícia, tanto Civil, quanto Militar. Tive uns amantes, e esses amantes começaram, eles gostavam de mim e resolviam coisas pra mim, e dali depois eu fiquei conhecida, ai hoje eu tenho amigos na Polícia de Belo Horizonte. Eu me tornei uma pessoa com muitos amigos na Civil, na Militar, na Federal. Então foram pessoas que me ajudaram muito nessa luta. Tive muito vereador do meu lado, mas também muitos contra, alguns tinham pavor de mim, João Leite¹⁴⁹ não podia nem olhar pra minha cara, ele tinha pavor da minha cara. Então assim, tive muitos amigos. Eu ganhei uma medalha da câmara municipal de Belo Horizonte, do legislativo, de honra ao mérito, pelo meu trabalho, que me foi oferecida pelo Leonardo de Mattos e pelo Sérgio Ferrara¹⁵⁰. Pra você ver que o meu trabalho foi reconhecido pelos careta também, não só pelo meio. Inclusive o meio, deveria ter dado mais valor pra mim, entendeu? Você sabe que é uma classe muito desgarrada, principalmente o travesti, o travesti é uma desgraça. Eu falo que deus criou o homem e a mulher, o demônio de recalque criou o travesti, o dois em um (Porcina, 2007).

Podemos perceber nessa indiferenciação, entre os domínios público e privado, a fragilidade do Estado em atender grupos particulares da sociedade civil, provocando ambigüidades de justiça, confundindo aquilo que é legal com o que é ilegal, e reforçando o uso privado de poderes do Estado. Esta falta de legitimidade do mundo público despolitiza as demandas sociais, erodindo as instituições sociais e impedindo que estas se aproximem da realidade concreta das minorias sociais.

Vários grupos militantes sustentam parte de suas atividades com dinheiro particular de seus membros, sendo que estas contribuições se restringem, algumas vezes, a contribuições de apenas um membro¹⁵¹. A ASSTRAV, que chegou a ter uma sede própria (na Av. Bias Fortes), se manteve durante muito tempo com dinheiro particular de Porcina que, muitas vezes, era ganho por meio de contravenções.

(...) Eu era uma travesti muito pobre, uma transexual muito pobre, eu morava num porão, de repente eu estava morando numa cobertura na Bias Fortes ganhando fortunas. Fiz 10 cirurgias plásticas, andava com uma esmeralda pendurada no pescoço que quase ofuscava a vista do povo (Porcina, 2007).

Peres (2006) identificou uma função identitária positiva na militância das transexuais. Talvez a visibilidade e o acesso a domínios públicos proporcionados pela militância, proporcionem o reconhecimento e o prestígio que uma transexual jamais obteria por outros meios.

Saí na mídia, virei celebridade, sai no jornal, ganhei medalha, saí na televisão, inclusive eu na época não gravei, a TV Minas ligou pra minha mãe aqui no Rio de Janeiro pediu umas fotos e passou durante 30 dias assim, eu com um aninho, com três, foi passando aquelas fotos em preto e branco, minha primeira comunhão, até eu ser o que eu sou

¹⁴⁹ Atualmente Deputado Estadual de Minas Gerais (PSDB), foi presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia entre 1996 e 2000. Foi vereador em Belo Horizonte (1993/94), secretário municipal de Esportes, (1993/94), secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (2003/04) (www.deputadojoaoleite.com.br)

¹⁵⁰ Nesta época, Leonardo Mattos e Sérgio Ferrara eram vereadores, sendo o último presidente da Câmara.

¹⁵¹ Itamar Santos (2007) também nos relata que gastava seus recursos particulares com as atividades do GURI, pela satisfação que sentia em suas realizações.

hoje. (...) Uma vez eu fui eleita coordenadora da RENTRAL, que, se não me engano, abrangia Rio, São Paulo, Vitória, acho que era isso, e Minas. RENTRAL era Rede Nacional de Travestis Liberais. Né? então foi uma luta muito grande. Viajei muito, fui pra Porto Alegre, fui pra todo lugar, participei de todos encontros em todos lugares do Brasil (Porcina, 2007).

Mesmo após sua inserção política com amplo trânsito em instituições estatais e grupos sociais, é patente a dificuldade de lidar com as instituições públicas no estilo da militância desenvolvida pela ASSTRAV neste período.

Eu ameaçava as autoridades de Belo Horizonte. Eu ameaçava que ia ficar nua, que eu ia ficar de calcinha na prefeitura. Eu botava os peitos pra fora. (...) Eu fazia ameaças: “ah, não vai fazer o que eu quero não? Eu vou ficar nua, vou ficar louca, eu vou subir a escadaria da prefeitura de calcinha vermelha e salto alto dourado”.

Esta dificuldade não é infundada, a urgência imposta ao atendimento de demandas de um segmento social em profundo estado de vulnerabilidade social não permite que os grupos obedeçam a morosa burocracia do Estado.

O que acontecia comigo era o seguinte, eu nunca fui dada a burocracia, a licitações, então, o que acontecia? Quando eu descobri que pra fazer alguma coisa você tinha que fazer licitação, mandar pro Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde, esperar isso, esperar o cacete a quatro, eu fazia tudo com meu dinheiro. Entendeu? Eu tinha que ajudar o travesti, ele estava precisando daquilo naquela hora, de remédio, de médico, então eu ia esperar licitação? A bicha ia morrer.

Entretanto, a presença de procedimentos informais ao redor de suas atividades não impediu que a ASSTRAV aprovasse um projeto de Prevenção de DST'S no Ministério da Saúde. A partir da capacitação de Porcina no projeto SOMOS e a cooperação de várias pessoas, entre elas Walkiria La Roche, que assina e se torna a responsável oficial pelo projeto, o grupo consegue aprovar uma proposta de intervenção com travestis e transexuais que trabalham como profissionais do sexo em Belo Horizonte, intitulado *Travesti, Saúde e Cidadania*. Este projeto se coincide com o registro da entidade em cartório e contou com a ajuda de

um companheiro gay, que é o Wellington, né! que é psicólogo, veio fazer parte do projeto, e uma advogada [Beatriz Brandão] estava lá, não é nem lésbica, é... simpatizante, (...) veio fazer a parte jurídica. Ela tinha voltado do Canadá, formou-se lá no Canadá, depois ela fez prova aqui na OAB, concluiu outro curso aqui no Brasil. Então é uma pessoa que veio com uma cabeça muito aberta pra esta discussão... e nós entramos no edital, o projeto foi aprovado de primeira e aí fundou-se a ASSTRAV, né!, com CNPJ, no cartório Geroliva, com ata de fundação e tudo mais (Walkiria La Roche, 2006).

Este projeto obteve bons resultados, como veremos adiante, mas provocou conflitos que levaram à saída de Porcina da ASSTRAV, quando Walkiria La Roche assumiu então a presidência. Em 2002, por ter se envolvido em problemas com a

justiça, Porcina desviou recursos institucionais da associação para fins particulares, comprometendo sua militância na ASSTRAV.

Seu envolvimento com a justiça, como não poderia ser diferente, estão intrinsecamente relacionados às especificidades sociais deste segmento. Desde 2000 Porcina trabalhava como bombadeira¹⁵², e havia aplicado silicone em uma prostituta que veio a falecer de septicemia alguns dias depois, crime pelo qual foi processada.

Esse processo está correndo até hoje, é um processo imenso, já fui ouvida várias vezes no fórum, foram arroladas quase todas as pessoas que eu coloquei silicone, né? Foram chamadas. Foi chamada a Solange Souza que é do BISA (Boletim Informativo Sobre AIDS), ela foi lá e tirou umas fotos minhas, e saiu num manual de redução de danos do Ministério da Saúde, o corpo mais perfeito de silicone líquido, o meu (Porcina D'alessandro, 2007).

Porcina é um caso exemplar para pensarmos a complexa relação entre o Estado e os comportamentos de risco de grupos marginalizados.

Então assim, até o Ministério da Saúde sabia dessa minha prática né? Ai... Inclusive, em Brasília, havia sido cogitada a idéia de eu ser paga pelo Ministério da Saúde para capacitar as pessoas que colocavam silicone, sair pelo Brasil capacitando, ensinando a minha técnica. Que é uma coisa inevitável, como a droga, não tem uns kit pra drogado? Então seria uma técnica pra eu sair capacitando (Porcina D'alessandro, 2007).

Mesmo fora da ASSTRAV, Porcina nos conta que continuou lutando e ajudando. Segundo relata, levava travestis até o hospital e os abrigava em casa chegando até a receber propostas de apoio Estatal, em reconhecimento ao seu trabalho atual e progresso.

Eu tive muito apoio sim, não vou esquecer, de Valdeci, da Secretaria de Saúde, e Camem Masili, da Secretaria de Saúde de Belo horizonte, me apoiaram muito, me ajudaram muito. Inclusive, quando eu estava vindo embora pro Rio, eles estavam cogitando da Secretaria me dar verba para uma casa de apoio em Belo Horizonte, porque a minha casa além de pensão de travestis, aliás, minha casa não era só de pensão de travestis, era de menino de programa, prostituta, presidiário, ex-presidiário, drogado, tudo eu botava pra dentro de casa. Tinha pena de todo mundo, botava todo mundo pra dentro de casa. E tinha muita gente doente na minha casa, gente tuberculosa, soropositivo, sarcoma de kaposi, então era uma confusão, porque eu tinha que separar quarto, minha casa era grande, eu tinha que separar comida, e aquilo estava se tornando dispendioso pra mim. Então a Secretaria de Saúde de Belo Horizonte na época estava até cogitando me ajudar, me dar uma força, mas ai... acabou minha mãe adoecendo e eu tive que vir embora cuidar da minha mãe porque, mãe é mãe, né? Isso é indiscutível (Porcina D'alessandro, 2007).

Porcina se mudou para o Rio de Janeiro faz dois anos e sua mãe veio a falecer em dezembro último. Apesar das complicações com a justiça, ela é reconhecida e admirada por muitos como uma militante histórica, uma pessoa solidária e de personalidade marcante.

¹⁵² Bombadeira é aquela travesti que faz aplicações corporais de silicone com o objetivo de moldar o corpo com feições femininas. Estas aplicações são juridicamente ilegais.

Então eu te falo, eu sou uma heroína, uma pessoa que cai nesse mundo com trinta anos, e faz o que eu sou hoje, porque eu me acho linda, eu me acho belíssima, eu tenho um corpo que é uma escultura. Você está entendendo? Eu sou uma heroína (Porcina D'alessandro, 2007).

Walkiria La Roche

Quando a ASSTRAV foi fundada, Porcina não estava sozinha. Ela havia reunido um grupo que se organizou para a fundação da associação. Neste grupo estava presente, entre outras *trans*, Walkiria La Roche, que desde a fundação é vice-presidenta e é a atual presidenta da associação. Além de uma militante nacionalmente conhecida, Walkiria La Roche é uma apresentadora de shows de renome na comunidade GLS da cidade, o que a livrou de ter que ganhar a vida como profissional do sexo. Ela nos relatou que bacharelou-se em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais e cursou especialização em Gestão de Políticas Públicas pela PUC-MG. A história de vida de Walkiria propiciou um percurso bastante diferente da maioria das transexuais brasileiras.

Eu não peguei AIDS foi por sorte, uma loteria esportiva, positivo pro meu lado, graças a Deus, né? Porque as minhas amigas, da minha geração, noventa por cento morreram vitimadas pelo vírus da AIDS. Muitas já moravam fora do país, adquiriram fora. E muitas aqui. E Belo Horizonte é muito pequena e muitas vezes a gente namorava um cara que foi namorado da fulana. (...) Eu transformei minha vida em militância. Quando eu tinha 16 anos, fui expulsa de casa devido a minha orientação sexual. Sou de uma família de magistrados que “acharam melhor” eu ficar no gueto. Isso me chocou muito porque são pessoas esclarecidas, com condição social melhor que muita gente que conheço. Percebi que o preconceito é intrínseco ao ser humano, não importa a classe ou origem social. Consegui nunca me prostituir. Desde sempre, eu não quis respeitar as imposições da minha família. (...) Terminei a faculdade de Educação Física e quis trabalhar em prol dos direitos para GLBT (Walkiria La Roche, 2006).

Walkiria La Roche, convidada por Porcina, começou a participar de reuniões no GAPA porque várias de suas amigas estavam contaminadas com o HIV, e ela sentiu necessidade de atuar mais efetivamente. Embora hoje a ASSTRAV sustente dois processos institucionais contra Porcina¹⁵³, Walkiria reconhece que ela tinha uma visão de militância que contribuiu muito para que a ASSTRAV pudesse se consolidar como instituição, com qualidades que a diferenciam da maioria dos grupos de travestis e transexuais brasileiros.

Na verdade... foi bem fácil para a Porcina, por exemplo, ela poderia ter buscado as pessoas que compunham o GAPA, só as companheiras soropositivos, e nenhuma das meninas que compõem a diretoria era... e nem é ainda, né? Deus me livre e guarde, nem eu nem as meninas. (...) Eu acho que ela teve uma boa visão, porque ela queria

¹⁵³ Além do processo por assassinato, nos foi relatado que Porcina enfrenta mais dois processos: um pelo incêndio da sede da ASSTRAV e outro pelo desvio de verbas. Porcina se defende alegando que iria devolver esses recursos e nega o envolvimento no incêndio.

arrebanhar um outro lado, buscar outros, outras pessoas, outros atores da nossa sociedade: cabelereiras, os artistas tal, esse universo como um todo, não só o gueto. Que depois a gente viu a necessidade mesmo. Que a gente não usava o microfone das boates pra poder falar sobre a prevenção, a prevenção estendeu até o gay, pra todo mundo! Que a maioria do público não é formado por travesti. Então o trabalho da ASTRAV cresceu justamente por causa disso. Parece que ela teve essa boa visão, ou então foi até... uma... uma inconseqüência que deu certo! Ela deu um tiro no escuro e acabou acertando! Essas pessoas, a Luíza, a Adriana, a Anique... eram pessoas de nossa convivência. Ela pegou pessoas conhecidas da militância, que elas continuam participando da instituição até hoje, quanto anos já tem isso? (Walkiria La Roche, 2006).

A ASSTRAV é uma das poucas associações que conta apenas com membros do segmento T. Walkiria afirma que em todo o Brasil, as equipes das ONG's que trabalham com travestis e transexuais são formadas majoritariamente por Gays, embora sejam representadas por lideranças "Trans".

A ASSTRAV surge com uma proposta inicial de realizar campanhas de prevenção de travestis e transexuais. Embora o Movimento GLBT como um todo realize campanhas de prevenção e esteja de alguma forma envolvido com projetos de prevenção de DST's/AIDS, para o segmento T, isso é ainda mais marcante. Além do projeto *Travesti, Saúde e Cidadania*, a ASSTRAV produziu panfletos, cadernetas e livrinhos informativos; distribuiu e distribui preservativos; participou do projeto Tulipa, que é desenvolvido pelo ministério da Saúde em todo o Brasil; realizou a campanha de vacinação de hepatite durante dois anos, tendo sido responsável pela vacinação na cidade. A associação conquistou o reconhecimento de diversos órgãos estatais, desenvolvendo políticas que foram essenciais para a prevenção de DST's/AIDS.

A Porcina sempre foi muito aberta, então nós já tivemos os primeiros contatos com a Secretaria Municipal, com a Secretaria Estadual de Saúde, já, desde o início, começou este trabalho de distribuição de preservativos, essa intervenção comportamental, porque realmente é uma intervenção que é para mudar o comportamento né? Nas vias públicas. O uso mesmo, quase que obrigatório, da camisinha como kit de beleza! Então, o trabalho começou desde cedo, e essa rede fortaleceu justamente por causa disso. Eu acho que o Estado, a União tem esse reconhecimento da ASTRAV, justamente porque, não só por ser uma instituição antiga, mas por ter conseguido fortalecer desde cedo (Walkiria La Roche, 2006).

Mesmo após o desvio de verbas que sujou o CNPJ da ASSTRAV, e até hoje impede que aprovem projetos e recebam verba direta da Secretaria Estadual e Federal, a associação mantém o apoio da Secretaria Municipal de Saúde. Walkiria afirma que as campanhas de prevenção foram a grande conquista da ASSTRAV. Estas campanhas obtiveram grande sucesso entre as profissionais do sexo, por se pautarem em um conhecimento no universo de identificação deste público. Foram feitos Kit's, chamados, "Kit Beleza", que junto com os preservativos, trazia batom, pó compacto, sobra e um

folheto explicativo, de como se pegava ou não DST's, tudo isto em uma embalagem fácil de transportar e levar para a rua. Walkiria nos conta que este Kit fez com que se automatizasse o uso do preservativo e abriu espaço para outras formas de conscientização, impedindo a contaminação de um número enorme de pessoas.

Além das campanhas de prevenção, a ASSTRAV tem a meta de inclusão do segmento *T* na sociedade: escolas, trabalho etc. Nesse sentido, promoveu diversas atividades, tais como uma rede de informações com pessoas ligadas a Educação; Criação de um glossário com o vocabulário específico¹⁵⁴ de travestis e transexuais para o Disque Direitos Humanos¹⁵⁵, bem como cursos de capacitação para que os atendentes não tivessem uma escuta preconceituosa; Trabalho de capacitação na polícia¹⁵⁶, que Walkiria aponta como uma das grandes conquistas do grupo.

Após o desvio de verbas, a sede da associação foi transferida para a Secretaria Adjunta de Direitos de Cidadania, aonde funcionava o Centro de Referência da Diversidade Sexual, que foi coordenado por Walkiria durante 4 anos, até que no dia 7 de janeiro de 2006, foi eleita coordenadora do Centro de Referência Estadual GLBTTT.

Atualmente a ASSTRAV luta para reaver o dinheiro que foi roubado, terminar o projeto que foi iniciado e dar continuidade as atividades do grupo. Como já apontamos anteriormente, um dos grandes problemas das ONG's GLBT mineiras está relacionado a obtenção de recursos, que quase sempre se concentra em doações de uma liderança, ou de alguns militantes do grupo. Se antes era Porcina que sustentava a ASSTRAV, agora esta sobrevive com recursos particulares de Walkiria La Roche, mesmo quando outras integrantes precisam viajar representando o grupo. Walkiria afirma que o que a mantém militando é o seu recorte de vida.

O preconceito eu não aceito! Vou morrer não aceitando! Então assim, vou ser militante até morrer! Eu acho falso... falso militante é aquele que amanhã aposenta! Que comprou um sítio aí e vai ficar lá no sítio dormindo. Isso não é uma pessoa militante! Militante se revolta com tudo. Acontece uma vítima lá no Iraque, você fica revoltada! Então, você quer até ir lá, ligar pra embaixada brasileira lá! Então eu acho que isso eu não vou abandonar nunca.

¹⁵⁴ É muito comum travestis e transexuais se comunicarem através de gírias, originárias de idiomas utilizados em terreiros de religiões de matrizes africanas. O uso destes termos foi muito utilizado pelas profissionais do sexo que não queriam que a polícia identificasse o que estavam conversando. Estes termos, muito utilizados até hoje, se expandiram para toda a comunidade e, muitas vezes, para além dela.

¹⁵⁵ Este é um serviço, mantido pelo Governo do Estado, que tem como objetivo, informar a população sobre seus direitos em caso de violência.

¹⁵⁶ Este trabalho surgiu após uma intervenção da ASSTRAV junto a polícia que ficou nacionalmente conhecida. A associação conseguiu impedir que a polícia retirasse a força as travestis e transexuais que faziam ponto no bairro de Lourdes (um dos mais caros da cidade). Infelizmente, com táticas mais sutis (manterem carros policiais estacionados nos locais de prostituição), a polícia fez com que as profissionais do sexo migrassem para a Av. Afonso Pena, onde estão até hoje.

Capítulo V – A Diversificação do Movimento GLBT (A década de 2000)

5.1. Clube Rainbow de Serviços



Em julho de 2000, surge por um caminho bastante peculiar na história do movimento GLBT brasileiro, um grupo que durante muito tempo teve forte atuação no cenário da militância homossexual da cidade: O Clube Rainbow de Serviços (CRS). O CRS surgiu por iniciativa de dois casais (um de gays e um de lésbicas) que sentiram a necessidade de formar um clube que pudesse suprir a falta de serviços que eram oferecidos a homossexuais.

(...) eu enquanto hetero tinha toda a plenitude do direito do cidadão hetero, ou seja, eu tinha clubes, eu tinha serviços, eu tinha associações, eu tinha convênios médicos, e de repente, enquanto homossexual, isso tudo começou a me faltar, então nós percebemos que talvez dali pudesse nascer uma organização que pudesse suprir essas necessidades, então nós resolvemos criar um clube: vamos criar um clube? (Danilo Ramos, 2003).

Os dois casais investiram dinheiro particular para financiar as primeiras reuniões e atividades do grupo e começaram a utilizar a sala de casa como escritório. Os encontros, que até então se resumiam a reuniões informais para conversas e socialização, foram aumentando em número de pessoas, levando com que fossem transferidos para lugares públicos como praças, bares ou parques. Aos poucos adquiriram um computador e posteriormente alugaram uma sala em uma galeria que servia para abrigar as reuniões e atividades desenvolvidas pelo grupo.

Danilo Ramos, principal liderança, que havia “saído do armário” há pouco tempo, quando resolveu fundar o grupo, afirma que nenhum integrante do CRS tinha conhecimento de alguma outra forma de organização coletiva referente à orientação sexual. O caráter político das atividades do grupo começou a aparecer quando suas atividades foram tomando corpo e seus integrantes detectaram outras demandas políticas: “(...) o Clube Rainbow que originalmente partiu com o intuito de suprir uma lacuna comercial acabou virando o supridor de uma lacuna social” (Danilo Ramos, 2003).

A forma como esse grupo se coloca no cenário político parte essencialmente de uma iniciativa de organização da sociedade civil, levando para o domínio público questões que surgem de demandas vivenciadas na intimidade cotidianamente.

O CRS realizou diversos tipos de atividades para o segmento GLBT: grupos de discussão e convivência, serviço jurídico, encaminhamento para psicólogos

conveniados, realização de eventos¹⁵⁷, palestras informativas dentro e fora do grupo, publicou um jornal de ampla circulação no meio GLBT, militância de internet tais como listas de discussão, malas diretas etc. O grupo buscava também oferecer uma ampla lista de serviços conveniados, com descontos para os associados, que incluía agências de turismo, dentistas, saunas, boates, locadoras de automóveis, cabeleireiros e etc.

Seguindo a lógica de integrar diferentes tipos de atores sociais, o grupo atuou junto com empresários para fortalecer e estruturar a ASSEMGLS (Associação dos Empresários GLS de Minas Gerais), que visava consolidar o segmento GLBT no mercado e procurar alternativas para melhorar os serviços prestados à comunidade. Embora com objetivos claramente mercadológicos, a ASSEMGLS levantou a possibilidade de desenvolver parcerias com ONG's e com o poder público para viabilizar ações que englobassem tanto campanhas preventivas de DST-AIDS, quanto à luta contra o preconceito, o incentivo ao turismo GLBT e outras (Gonline, 10/09/2003).

Essa perspectiva pouco crítica à lógica de funcionamento do mercado, provocou uma postura assimilacionista no CRS em sua luta por direitos, descrita por um dos voluntários do grupo como visibilidade “pacífica” ou “diplomática”¹⁵⁸.

Pra uma família uma “família padrão” (...), a vivencia deles não permitiu eles conviver com isso, então tem que ser muito aos poucos pra não causar choque, não causar reações. O próprio preconceito vem disso, da falta de conhecimento de alguma coisa, então precisa fazer um trabalho de conscientização primeiro, pra depois a gente inserir isso tudo, né? A força não leva a nada mesmo (Participante Gay do Clube Rainbow, 2003).

Nesta concepção, o Movimento GLBT deveria compreender e aceitar as hierarquias sociais, provocando mudanças a partir de um diálogo cordial.

Essa conquista seria gradativa, da noite pro dia a gente não consegue nada, e porque aos heterossexuais, eu falo muito isso, eles estão com uma facilidade de aceitar isso, eles estão fazendo força pra aceitar mesmo, pra entender pra compreender, conviver, então eu acho que seria mais pra aqueles que não querem; que não abrem discussão pra isso entendeu? Porque estão acontecendo algumas coisas que percebem que eles, a maioria dos heterossexuais estão abrindo caminho pra gente estar discutindo isso, eu acho que a partir da discussão é a melhor solução (Participante Gay do Clube Rainbow, 2003).

Em trabalho anterior (Machado & Prado, 2005) analisamos a atuação do CRS, identificando nas atividades do grupo, a tarefa inerentemente política quando pensamos na ponte que é feita entre a oferta de serviços e a representação política dos

¹⁵⁷ 1º Evento Personalidades da Noite, Gaypira (Festa Junina Gay), premiações, jantares/ festas/churrascos de confraternização, entre diversas outras.

¹⁵⁸ Esta forma de conceber a militância gerou fortes críticas de integrantes de outros grupos do movimento. Carlos Magno, por exemplo, em um e-mail enviado no dia 30 de agosto de 2004, para a lista dos organizadores da Parada de 2004 (<http://br.groups.yahoo.com/group/paradasdoorgulhominas>), se desentendeu com Danilo afirmando que “*O dia do Orgulho guei nasceu através de LUTAS. Foram dias que os homossexuais enfrentaram a polícia. Não foi com beijinho no coração*”.

homossexuais junto aos órgãos estatais. Se por um lado, tenta-se fortalecer uma rede de serviços para homossexuais, por outro, o grupo tenta, “(...) *abrir portas na luta contra o preconceito*” (Danilo Ramos, 2003). Na descrição abaixo podemos notar como a função política se mistura claramente à prestação de serviços jurídicos:

Quando acontece um fato de discriminação elas logo ligam pra policia fazem um boletim, depois ligam pra cá pedem uma assistência, ai o Danilo vai com a Marimilia, que é advogada que é associada aqui do Rainbow e já começa a tramitar o processo todo (Participante Lésbica do Clube Rainbow, 2003).

O contato de Danilo Ramos com outros grupos militantes de Belo Horizonte iniciou-se na Parada de 2000, e foi crucial para seu envolvimento com a comunidade GLBT, de modo mais sistemático e politizado.

Casualmente nós ficamos sabendo que ia acontecer uma Parada em Belo Horizonte. Até então, ele que estava, esse meu parceiro, que estava já convivendo no gueto há muito mais tempo que eu, nunca tinha ouvido falar de uma Parada em Belo Horizonte e muito menos... os próprios líderes dos guetos não tinham conhecimento disso. Eu então resolvi, eu e ele resolvemos ir a essa Parada que estava sendo organizada por Soraya, Itamar e Porcina. Chegamos lá na Praça 7, eu e ele, tinha um caminhãozinho com um auto-falante muito pequeno e com uma música de fundo tocando e tal, e as pessoas falando no microfone. Só que nesse período a gente, no Rainbow a gente tinha tido notado a necessidade de estar participando com a comunidade a nossa idéia... Então o que que nós fizemos? Olha, falar isso boca a boca é muito fácil porque dentro do gueto você tem uma comunicação muito forte no boca a boca. A gente precisava ter alguma coisa mais concreta, e eu dei a idéia de fazer um jornal, um jornal que agente pretendia distribuir no gueto pra poder aglutinar as nossas idéias as idéias e demandas da comunidade. (...) Aí nós fomos lá [na Parada de 2000], nós fomos lá mais por curiosidade do que por objetivo de participação, e como a gente circulava muito no gueto, nos bares, boates, etc. e falava sobre o jornal e coletava informações pro jornal essa coisa toda, a gente teve uma certa publicidade. Quando chegamos lá tinha algumas drag's em cima do caminhão, e essas drag's nos apontaram pra esses três militantes (xxx). Aí eu fui convidado pelo Itamar e pela Soraya, Porcina não estava no momento na hora pra subir no caminhão, e aí me anunciaram como mais um militante gay na cidade e tal. E eu fiquei assim tremendamente assustado, porque eu fui pego de surpresa porque na realidade eu ainda não era um militante, eu estava me tornando um, mas não tinha plena consciência disso naquele momento e quando me convidaram a falar e tal, jogaram o microfone na minha mão e eu disse o que me veio à cabeça e que estava no coração... foi algo ligado ao sofrimento e a discriminação dos gays dentro da cidade de Belo Horizonte, dentro estado e tal. E tinha um grupo muito pequeno de pessoas reunidas naquela ocasião, eu acho que a Parada não deu mais que 500 pessoas. Então foi o meu contato com a Parada, dali pra frente eu comecei a ter um foco um pouco mais amplo sobre a situação da comunidade a qual eu sentia que pertencia e sinto que pertenço. Eu então comecei a ver isso aí com um outro olhar, com um olhar mais... mais de direito, mais de conquistar espaço, porque na realidade simplesmente oferecer um espaço de lazer e de suprir demandas particulares de (xxx) e de pessoas que teriam coragem de procurar. Aí a gente começou a se envolver nisso, e daí pra frente as coisas começaram a acontecer. Esse foi o início da minha história e da história do Rainbow (Danilo Ramos, 2007).

O Jornal Rainbow, que foi pago com verba do Ministério da Saúde para campanhas de prevenção a DST's (Doenças Sexualmente Transmissíveis), foi a publicação GLBT de Belo Horizonte que mais resistiu em número de exemplares, em tempo de publicação e em estrutura editorial. O jornal era editado em formato tablóide,

totalmente colorido, com fotos, e com uma tiragem que circulou acima de 1500 exemplares. Embora não cumprindo a proposta de ser mensal, o jornal publicou mais de 25 números entre 2000 e 2004.

O conteúdo do jornal seguia uma linha editorial semelhante ao ideário militante do CRS, fomentando uma cultura GLBT, através do culto aos seus produtos, eventos e personalidades. O Jornal se revelou uma ferramenta essencial ao trabalho do grupo. Sua circulação, relativamente ampla, promoveu a visibilidade do grupo, disseminando informações, fazendo denúncias e servindo como ponte entre o grupo e a comunidade. Além da verba que o Ministério da Saúde oferecia, o Jornal também ajudou a levantar verba com publicidade das casas e empreendimentos GLBT de Belo Horizonte.

Esse jornal causou uma repercussão muito interessante, as pessoas começaram a se aproximar da gente e começaram a colocar outras demandas, que não aquelas que a gente tinha instituído e essas demandas estavam muito ligadas a questão dos direitos humanos. E aí, a gente acabou, eu principalmente acabei caminhando por essa vertente. Com a publicação do jornal, essas demandas cresceram assim... assustadoramente e eu vi que as nossas demandas pessoais eram relativamente modestas, ficaram assim... pequenininhas diante das demandas de toda comunidade (Danilo Ramos, 2007).

No Jornal Rainbow (N. 9, julho de 2001) foi dito que o CRS foi criado “(...) *com o objetivo de prestar serviços e informações à comunidade homossexual de minas gerais. Está em nosso projeto a meta de desenvolver uma cultura GLBTS, voltada para orientar, defender e criar oportunidades de sobrevivência ao cidadão homossexual dentro de nosso estado*”. Mesmo após sua inserção em um ambiente mais politizado, o grupo continuou enfatizando a necessidade de se fortalecer a “cultura GLBT” e, conseqüentemente, fortalecer o gueto, estimulando, fomentando e divulgando ambientes dessa natureza e dando grande importância às formas de visibilidade conquistadas pelos gays a partir de seu poder aquisitivo. Concluímos isso a partir do conteúdo do jornal, nas listas de convênios¹⁵⁹, divulgação de roteiros GLS com bares, boates, cafés, cinemas, restaurantes, saunas e etc., realização de eventos como a entrega de prêmios para personalidades, jantares e eventos esportivos, no estilo das atividades do grupo, tais como participar ASSEMGLS. Tudo isso aponta, mais do que as origens e objetivos do grupo, as estratégias tomadas pelo grupo e sua forma de pensar a política. O CRS não se questionava quanto atender à demanda da comunidade com práticas assistencialistas utilizando recursos privados. O seguinte relato, sobre um dos projetos que a instituição pretendia desenvolver, reforça este ponto analítico:

¹⁵⁹ Junto a alguns números do jornal do grupo CRS, vem em anexo uma lista de Empresas “Gay friendly”, ou uma lista de convênios que são oferecidos como benefício aos membros do grupo que estiverem com a carteira de associado em dia.

O projeto maior do Rainbow que é estar realmente criando um clube de lazer associado a uma casa abrigo para que a gente possa acolher os gays que são segregados que são expulsos de casa e que principalmente na adolescência que os pais não compreendem a homossexualidade muitas vezes eles vão pra um caminho que não é o que a gente gostaria que eles fossem, e acredito que nem eles. Mas muitas vezes eles não tem escolha, que é o caminho da marginalidade, da prostituição, das drogas e tal. Então a gente imagina criar um espaço no futuro que tenha a possibilidade de estar possibilitando, auxiliando ao homossexual ter uma plena ação de lazer como qualquer heterossexual, e também ali a gente possa estar abrigando essas pessoas e ao mesmo tempo estar profissionalizando essas pessoas com vários cursos profissionalizantes que seriam cursos ligados a área de lazer, a área culinária a área de hotelaria, esse é o sonho que a gente tem (Danilo Ramos, 2003).

Podemos perceber que o grupo se colocava como uma entidade que visava atender a população GLBT, entretanto, ao propor suas atividades, transmitiu e defendeu uma visão de homossexualidade que pretendia representar junto à sociedade, bem como o intuito de representação. Muitas vezes a instituição defendeu uma imagem definida de que a homossexualidade seria algo “*perfeitamente natural*”, um traço de personalidade cuja normalidade foi “*cientificamente comprovada*”. Sobre esse pilar, o grupo construiu seu discurso, que ora se traduziu em termos de “*cidadania plena*” ou “*direitos humanos*”, ora atribuiu poder a “*cultura GLBT*”, engessando uma definição de homossexualidade e perdendo de vista a complexidade das construções sociais que legitimam os múltiplos processos de exclusão.

Quando se atribui à homossexualidade o status de *direito humano*, atribuindo à homofobia a categoria de problema social de forma simplificada, conforme o que encontrou Anjos (2002), podemos observar que o grupo chega a suprimir as especificidades, tornando a homossexualidade uma “causa defensável”, quando reduzia suas demandas ao termo da exclusão. Todavia, ao contrário do que a autora argumenta, a defesa de uma homossexualidade “naturalizada” e não construída, fez com que o CRS mantivesse um discurso universalizante, no que diz respeito ao direito social, e mais atento às peculiaridades e discursividades GLBT.

A desconexão entre os múltiplos processos de exclusão na concepção política de uma das lideranças talvez nos mostre porque o grupo manteve um discurso que preservava o conteúdo das demandas específicas do segmento representado/atendido, e uma perspectiva política restrita, no que tange outros segmentos sociais, bem como questões políticas macroestruturais.

Talvez porque o que a gente tem tentado é lutar, não por uma imposição em relação a uma cor ou em relação a uma classe econômica, porque o movimento negro de certa forma ele luta também pelo avanço econômico, nós não necessariamente lutamos pelo avanço econômico homossexual, nós lutamos pelo direito a cidadania plena. Talvez isso

difira um pouco o movimento homossexual dos demais movimentos. Mas o elo que nos une é exatamente a exclusão, é a categoria de sermos minoria (Danilo Ramos, 2003).

No jornal do CRS, a grande maioria das matérias fala sobre temas da comunidade GLBT, passando uma imagem da cultura GLBT para si mesma e para o restante da sociedade, com o objetivo de “*aumentar a auto-estima*” da comunidade e buscar “*um diálogo com a sociedade*”. Estas características do grupo, que poderiam ser facilmente reduzidas como perniciosas a uma atuação política consistente, trouxeram pontos que não devem, de maneira alguma, ser desprezados como experiência social, pois nos revelaram formas contemporâneas da participação política. Ressaltamos que os movimentos sociais são, utilizando um termo de Scherer-Warren (1993), “laboratórios” de experimentação social, e constituem um campo de ação onde a criatividade possui grande valor.

Nesse sentido, a condição de “Clube de Serviços”, através da solidificação dessa cultura GLBT e da conseqüente formação de um público que a alimenta e consome, possibilitou ao grupo o contexto necessário para que pudesse ser construído um empreendimento comercial, que o grupo chamava de “Centro de Convivência SóPraNós”¹⁶⁰, e que abriu diversas portas ao trabalho do grupo, mas reforçava ainda mais a característica mercadológica e assimilacionista da instituição.

Nós sentíamos que a nossa cultura nasceu num gueto, assim como todas as culturas de minorias nasceram num gueto. Por exemplo, o negro na senzala, mulheres na sacristia, né? Idosos em associações de aposentadoria. (...) Então todos os movimentos sociais nasceram em guetos, e nossa fonte de gueto é um bar, então nós imaginamos estar criando um espaço que pudéssemos desenvolver o diálogo social e político e ao mesmo tempo estar propiciando aquele ambiente do gueto que originou o movimento, que é aonde as pessoas vão e se sentem absolutamente iguais, sem diferença (Danilo Ramos, 2003).

Ao mesmo tempo em que gerava renda, promovendo com relativo sucesso a sustentabilidade do grupo, o centro de convivência mantinha a sede sempre cheia atraindo diversos participantes, voluntários e usuários para as atividades do grupo.

Então o que que banca o Rainbow mesmo não são mais os Associados, já chegou uma época que os associados conseguiram bancar o Rainbow, mas o que banca o Rainbow hoje é o espaço de convivência mesmo (Participante Lésbica do Clube Rainbow, 2003).

Contudo, o empreendimento comercial contrastava com a condição de ONG, gerando atritos entre a direção, os associados e a comunidade GLBT em geral, e principalmente, com outras ONG's, como podemos notar no trecho abaixo.

¹⁶⁰ O SóPraNós foi muito importante para o desenvolvimento de nossas pesquisas, pois era o ambiente propício para obtermos relatos informais sobre as dinâmicas internas do grupo.

Por isso que às vezes eu fico meio puta sabe, porque o pessoal chega aqui no bar e fala assim, que ta ganhando rios de dinheiro, mas eu apresento a contabilidade do *SóPraNós* pra quem quiser, não tem lucro mesmo, porque o lucro vai todo embora pra sustentar o Rainbow, porque não é barato sustentar o Rainbow (Participante Lésbica do Clube Rainbow, 2003).

A política de sustentabilidade permitia ao grupo mais autonomia em suas atividades e mais poder de atuação, uma vez que podia contar com funcionários assalariados que coordenavam o voluntariado. Essa característica liberal do grupo, de partir de iniciativas privadas, fomentarem uma cultura GLBT e estimular o desenvolvimento de “guetos”, nos fez questionar a extensão das atividades do grupo. Observamos certo amadorismo e despreocupação com procedimentos e protocolos institucionais, que nos parecerem importantes para uma representatividade institucional de setores da sociedade civil, bem como uma atividade militante eficiente e renovadora. Fatos como o processo de despejo que o grupo sofreu, fazendo com que perdesse sua sede e sua sustentabilidade, em virtude de uma cláusula contratual descumprida no contrato de comodato do imóvel, somado à estrutura hierárquica rígida e pouco democrática do CRS, talvez apontem para a importância de grupos militantes se estruturarem mais democraticamente.

Importante ressaltarmos que, embora o CRS tenha sido eficiente em desenvolver formas alternativas de sustentabilidade, estas formas não se consolidaram, o que fez com que várias atividades do grupo fossem pagas com recursos particulares de Danilo Ramos. “*O Rainbow... nunca teve dinheiro né? Boa parte das edições dos jornais, que chegaram a 25, foi com dinheiro do meu bolso, eu acabei me endividando pessoalmente e tal*” (Danilo Ramos, 2003).

Um e-mail enviado à lista de discussão do grupo¹⁶¹, no dia 02 de novembro de 2003, traz um relato sobre como ocorreu o fechamento do centro de convivência Só Pra Nós:

Um “até breve” do SóPraNós

Realizamos só aqui no SóPraNós neste período, o trabalho de prevenção com mais de 18.000 mil pessoas.

Ouvimos e procuramos ajudar centenas de casos de discriminação por orientação sexual.

Realizamos eventos que integraram nossa comunidade melhorando sua auto-estima, como saraus, concertos musicais e abrimos espaços a novos talentos da comunidade.

Aqui acolhemos e instruímos GLBT's do interior em como se organizarem como ONG, mostrando a importância de um projeto de sustentabilidade para se tornarem independentes.

¹⁶¹ <http://br.groups.yahoo.com/group/grupocluberainbow>

Os recursos do SóPraNós propiciaram sustentabilidade para o Clube Rainbow, para custear, água, luz, telefone, internet e abrindo espaço para o grupo de mulheres e jovens. Bem como possibilitou reforçar o Projeto "A Chave do Armário" parcialmente financiado pelo Ministério da Saúde, que faz parte o Jornal Rainbow, além de manter custos de transportes para palestras em mais de 15 faculdades e dezenas de escolas, na luta contra o preconceito, e trabalho de prevenção em outros bares, saunas e boates com transporte para voluntários.

O SóPraNós iniciava um processo de abertura de espaço para eventos de outras instituições começando pelo importante PROJETO HORIZONTES, que infelizmente não poderemos cumprir, diante do fato ocorrido.

Possibilitou o fortalecimento e união do setor empresarial GLBT, acolhendo e auxiliando na estruturação da ASSEMGLS - Associação dos Empreendedores GLS de Minas Gerais.

Através do espaço de convivência possibilitamos a formação do projeto Bar Teen do Grupo GJovem que pretendia acolher jovens homossexuais em matiné para diálogos de cidadania e prevenção, tirando-os da ociosidade de shoppings e outros locais prejudiciais em sua construção cidadã, além de abrigar no projeto a formação de profissionais, como atendentes, garçons, cozinheiros, hostess e arte transformista. E, infelizmente terá que ser adiado.

As atividades do CRS, que aparentemente tentam processar ações que suprem uma lacuna na esfera econômica e cultural privada, criaram o espaço para que o grupo pudesse engendrar ações que chegaram a influenciar decisões políticas no espaço público, estando sempre em contato com vereadores e lideranças políticas. A atuação do grupo fez com que Danilo Ramos fosse indicado, como suplente, para uma cadeira no CONEDH (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos).

Em 2001, após os primeiros contatos com outros grupos da cidade e a publicação de alguns números do Jornal Rainbow, o grupo começou a participar do fórum de organização da Parada GLBT de 2001 (IV Parada do Orgulho GLBT de Belô), ano em que o evento teve um crescimento considerável no número de participantes.

Um evento realizado pelo grupo, que revela as redes que o grupo conseguiu criar com o poder público, foi o 1º Encontro Rainbow de Cultura GLBT. Realizado no dia 02 de julho de 2002, na Câmara dos Vereadores, este evento contou com a presença do então presidente da câmara, Vereador Sérgio Ferrara (PDT), e dos vereadores Neila Batista (PT) e Leonardo Mattos (PV).

Danilo Ramos também teve uma participação decisiva na implantação dos Centros de Referência Municipal e Estadual, e no processo de tramitação da lei 14.170.

Um momento decisivo na história do CRS, e de Danilo Ramos, foi sua candidatura a vereador "assumidamente homossexual" nas eleições de 2004. Sua candidatura acirrou conflitos entre os militantes que o apoiaram, e aqueles que afirmaram que o fato dele ser homossexual não era suficiente para obter apoio político.

Eu a princípio relutei muito, mas eu senti que talvez eu pudesse fazer mais se tivéssemos uma voz dentro de uma casa legislativa, que fosse assumidamente gay e que

defendesse os interesses da comunidade gay, sem estar envolvido com facções partidárias radicais. Então aí, às vésperas de encerrar as inscrições de candidatos às eleições, acabaram me convencendo e eu entrei no Partido Verde, que era um partido de esquerda. As pessoas que estavam envolvidas no trabalho do Rainbow, os voluntários, alguns poucos empresários da noite, que tinha uma necessidade de ter uma voz dentro da Câmara, e acabaram me convencendo de que realmente eu poderia ser essa voz. Eu passei a acreditar nisso e decidi me candidatar em 2004 pras eleições a Vereador. (...) Fizemos a campanha com dois ou três colaboradores... Um deles, voluntariamente, o Edson Nunes, outra Maria Emília, que você conhece que era advogada voluntária do Rainbow, esses dois assim, que realmente foram os cabos eleitorais que eu tive na realidade, que saíam comigo quase todas as noites a pé, de porta em porta, nos bares, pedindo voto e tal. E acabamos, por falta de recurso, não tendo oportunidade de fazer muita coisa em termos de divulgação de minha candidatura. Então a candidatura foi um... a eleição foi um fiasco. Na realidade... Não considero um insucesso total, porque um indivíduo que não tinha história política nenhuma, que não tinha recurso financeiro pra fazer uma campanha, muito pelo contrário, faltava recurso até pra se locomover, e apenas tinha conhecimento com amigos e companheiros da comunidade, chegar a ter 1000 votos, segundo os políticos que na época comentaram, foi uma votação muito expressiva (Danilo Ramos, 2007).

Após a derrota, Danilo Ramos se afastou da militância e fechou a sede do CRS, para evitar dívidas.

(...) aí eu diminuí o ritmo e, não querendo me desgastar mais com os outros militantes locais que eram muito radicais em suas posições políticas e tal,... eu preferi realmente me manter um pouco distante, embora nunca tenha abandonado o ideal da luta e o sonho da nossa liberdade e continuo nela e brigando por ela, até hoje (Danilo Ramos, 2007).

Interessante notarmos que, embora Danilo Ramos não trabalhe mais com os outros grupos GLBT da cidade, mantém até hoje uma relação muito próxima com dois parlamentares. Em seu último mandato como Deputado Estadual, Leonardo Mattos (PV) convidou Danilo Ramos para trabalhar em seu gabinete como Assessor, responsável pelas questões GLBT. Neila Batista (PT) nos declarou em entrevista, que sua aproximação mais efetiva à causa GLBT se deu pela maneira com que foi sensibilizada por Danilo Ramos.

Danilo Ramos se tornou uma figura marcante e polêmica dentro do movimento GLBT da cidade.

Como era possível um senhor de cabelo grisalho chegar à frente de uma câmera e dizer tudo que eu havia dito, sobre minha homossexualidade, sobre querer respeito pra mim, para meus pares, e sobre todo sofrimento e a dor que passei, essa coisa toda. Isso dentro da sociedade conservadora belorizontina e mineira foi um choque. Esse choque, de certa forma, foi positivo pro movimento por que a sociedade então passou a entender que a homossexualidade não se atinha àquelas personagens que eles estavam habituados a visualizar, existiam outras personalidades que estavam guardadas dentro de si, e que não tinha coragem de expor exatamente pela pressão do preconceito (Danilo Ramos, 2007).

5.2. MHM – Movimento Homossexual de Minas

Meados de 2000 e início de 2001, o movimento GLBT de Belo Horizonte viveu um momento de cordialidade entre os militantes. Um clima de união pairava entre os grupos, que passaram a dialogar de forma mais cordial e solidária, o que influenciou enormemente a Parada GLBT, aumentando a diversidade dos grupos em sua organização. Isto levantou a possibilidade de um CNPJ para um novo grupo: Associação do Comando da Parada de Belo Horizonte.

Embora não tenhamos realizado nenhum acompanhamento etnográfico dos grupos neste período e não tenhamos aprofundado em entrevistas como se deu essa aproximação e suas dinâmicas internas, este é um acontecimento político importante e que nos ajudará a mapear aspectos cruciais para a compreensão do histórico da militância GLBT em Belo Horizonte.

É importante ressaltarmos que o Prefeito Célio de Castro, algum tempo antes desse acontecimento, havia feito uma declaração homofóbica, pela qual teve que pedir desculpas publicamente.

Célio de Castro era prefeito e se candidatou a reeleição, perguntado por um repórter da *Bandeirantes* sobre o que ele pensava da homossexualidade, ele disse que isso era um desvio de conduta. Vindo de um médico e de um político nós estranhamos profundamente o fato. Como ele era médico, deveria ter conhecimento que a medicina já havia excluído essa conclusão, que ele expressou, como errônea pela própria medicina, que não há nenhuma anomalia em ser homossexual, muito menos crime ou pecado, então nós nos unimos e cobramos uma postura dele através da imprensa, e ele publicamente reconheceu o erro pediu que nos perdoasse e prometeu nos apoiar (Danilo Ramos, 2003).

O fato que analisamos foi deflagrado pelo veto contra o projeto de lei 1.672 (atual lei 8.176), pelo prefeito Célio de Castro (ANEXO VI). Este veto fez com que os grupos se mobilizassem e exigissem uma posição do prefeito. Interessante observarmos que, todos os grupos relataram este momento como uma de suas mais importantes conquistas. No *Jornal Rainbow* (n.7) de fevereiro de 2001 foram publicadas duas matérias que descrevem este acontecimento e seus desdobramentos. Na capa do jornal, com grande destaque, aparece o texto abaixo:

MHM

Unindo forças em busca de vitórias.

MHM – Movimento Homossexual de Minas, composto pelos grupos CLUBE RAINBOW, ALEM, MGM, ASSTRAV E GURI, já nasce com uma vitória importantíssima em defesa dos direitos homossexuais em Belo Horizonte. Como foi amplamente divulgado pela imprensa mineira, o veto do Sr. Prefeito Célio de Castro à Lei Leonardo Mattos Causou uma enorme indignação em toda a comunidade homossexual de Minas e do Brasil. O Clube Rainbow participou ativamente do movimento que pressionou a prefeitura no sentido de retroceder em seu ato. Uma carta

aberta¹⁶² à população foi entregue à imprensa numa coletiva em que participaram todos os grupos militantes do movimento homossexual. Diante de nossa indignação, e atitude imediata, o Sr. Prefeito retrocedeu e sancionou a lei. Desta união saiu um grupo novo intitulado MHM – Movimento Homossexual de Minas, em que todos os grupos atuam em conjunto em atos de interesse comum. Ficamos mais fortalecidos. Isto significa que unidos poderemos mover uma sociedade. Que o leitor se conscientiza para este fato e apóie um dos grupos dentro de suas possibilidades, ou mesmo o MHM. A internet foi um força adicional nesta conquista. Homossexuais, militantes ou não, de todo o Brasil enviaram e-mails para a Prefeitura, congestionando seu correio eletrônico. Personalidades dos Direitos Humanos Nacionais e Internacionais nos apoiaram enviando mails para o Clube e para a Prefeitura. Nós da comunidade homossexual não podemos ficar alheios a estes fatos e que sirvam de exemplo aos acomodados que só sabem reclamar e se esconder dentro de seu “armário” sem tomar ao menos a atitude de apoiar. Este apoio não significa ir para a rua como muitos de nós fomos, significa participar, com colaborações às entidades, financeira (os que puderem), comprando o Jornal Rainbow que já se encontra em algumas bancas de Belo Horizonte, ou menos enviando mails para as entidades e órgãos públicos que estão empenhados em lutar em seu benefício. Uma boa causa precisa de soldados, muitos, os mais corajosos vão ao front, outros não menos corajosos lutam nos bastidores, mas lutam, não ficam apáticos esperando que outros façam por si o que devem fazer. Não é necessário que se mostre, mas há várias formas de apoiar e lutar sem que se transforme em algo visível. Procure e saiba como. É o que podemos lhe dizer.

O EDITOR

Dentro do jornal, numa sessão intitulada Destaque, aparece à cronologia do incidente, que dá grande ênfase na participação e união dos grupos, reforçando ainda mais o clima entusiasmado de militância, ativismo e mobilização política:

UNIÃO QUE FORTALECE!

NASCE O MHM – MOVIMENTO HOMOSSEXUAL DE MINAS

DEZ/2000 – O Vereador Leonardo Mattos consegue por unanimidade na câmara municipal a aprovação da Lei 1.672, e é encaminhada ao Prefeito para sanção.

20.01.2001 – Decorrido o prazo legal, o Prefeito veta na íntegra a Lei 1.672.

22.01.2001 – Todos os grupos são mobilizados via internet. É informado pelo Rody, Clube Rainbow e MGM a toda comunidade Gay do Brasil os e-mail da Prefeitura, solicitando apoio e protesto via e-mail. Líderes de representatividade, como Luis Mott, João Silvério Trevisan, Sávio Reale e defensores dos direitos humanos, protestaram junto ao prefeito sobre o veto. Congestionam-se os e-mails da Prefeitura.

25.01.2001 – O Clube Rainbow, convoca os líderes da comunidade homossexual e os Vereadores Leonardo Mattos e Neila Batista para uma reunião, comparecem: Vereador Leonardo Mattos, Vereadora Neila Batista, Danilo R. Oliveira e Reginaldo Fernando (Clube Rainbow), Soraya Menezes (Alem), Itamar Santos (Guri) Oswaldo Braga(MGM) Porcina D’Alessandro (Asstrav) Rod (Lista do Rody) Luiz Morando (Gapa) e muitos militantes do movimento, além de assessores dos vereadores presentes. Fica estabelecido que o movimento fizesse Carta Aberta à População, e uma nova reunião dia 29.01.01 na Câmara Municipal para complementar as estratégias.

29.01.2001 – Os grupos CLUBE RAINBOW, ALEM, ASSTRAV, GURI E MGM, se reúnem na Câmara Municipal às 10:00 H e a carta Aberta à População assinada pelo MHM – Movimento Homossexual de Minas, a que todos os grupos integram, é aprovada e confirmada entrevista coletiva a imprensa para as 15:00 Horas.

29.01.2001 – O MHM – Movimento Homossexual de Minas, composto pelos grupos CLUBE RAINBOW, ALEM, MGM, ASSTRAV E GURI se colocam à disposição da imprensa para perguntas sobre os atos programados em protesto ao veto. A Carta Aberta à População é distribuída para a imprensa.

¹⁶² Para o modelo desta carta ver ANEXO VIII.

29.01.2001 – Às 17:00 Horas, o Sr. Prefeito Célio de Castro revoga o veto a Lei 1.672, sancionando-a na íntegra. VITÓRIA.

30.01.2001 – Todos os jornais de Minas e todas as Home-pages na internet ligadas a comunidade homossexual noticiam a vitória de Minas. Consolida-se o nascimento do MHM – MOVIMENTO HOMOSSEXUAL DE MINAS, composta pelos grupos: CLUBE RAINBOW, ALEM, MGM, ASSTRAV E GURI.

Ao se manifestar sobre este fato, Danilo Ramos afirma que,

(...) nós provocamos um fato histórico e político inédito no país. É a primeira vez que um governante, um membro do executivo, tinha voltado atrás de um veto e sancionado a lei, o que gerou um fato político inédito na história do Brasil, desde a história da república (Danilo Ramos, 2003).

Ao que parece, este fato realmente provocou algum impacto na mídia, sendo amplamente noticiado e, sobretudo, marcou fortemente a trajetória dos grupos militantes. Tivemos acesso a uma cópia de uma matéria do Jornal Estado de Minas, intitulada: *PBH recua e sanciona lei dos homossexuais: Veto a projeto que pune a discriminação cai sob pressão da comunidade gay*. Nesta matéria constava uma foto dos quatro principais militantes da cidade, Soraya Menezes, Porcina D’Alessandro, Danilo Ramos e Itamar Santos, e é bastante ilustrativa do contexto da militância GLBT daquela época.

Outros fatos que mostram o clima de união entre os grupos da cidade neste mesmo número do Jornal Rainbow são: uma nota divulgando a nova diretoria da ALEM e uma nota divulgando o programa de rádio apresentado por Itamar Santos.

Esse período não durou muito tempo, na Edição 14 do Jornal Rainbow sai uma nota relatando que o CRS e o MGM haviam proposto a implementação do Centro de Referência do Homossexual, previsto na Lei 14.170, e que as outras ONG’s da cidade (ALEM, CELLOS, ASSTRAV e GURI) haviam embargado a autorização do Governo Estadual por não terem sido comunicadas. Nesta mesma página do jornal, sai uma matéria com a cobertura do I ENCONTRO MINEIRO DE NÚCLEOS GLBT, realizado em Juiz de Fora nos dias 14, 15 e 16 de março de 2003. Nesta reportagem consta a fundação da FMH – Federação Mineira de Homossexuais, formada por ONG’s de Juiz de Fora, Belo Horizonte, Alfenas, Viçosa, Ouro Preto, Mariana, Governador Valadares, Montes Claros, Ipatinga, Varginha e Betim.

5.3. Libertos Comunicação (BEAGAY)

"DENGUEI - Vacine-se contra o gay homofóbico"



A Libertos Comunicação (LC) foi fundada pelo publicitário Osmar Rezende, atual presidente da associação, no dia 02 de setembro de 2003. Em 17 de julho de 2002, Osmar havia criado a lista de discussão BEAGAY¹⁶³ que tinha como objetivo integrar e socializar homossexuais. O sucesso desta lista levou com que Osmar Resende se interessasse pela política GLBT, sendo um dos principais defensores da “militância de internet” entre os grupos de Belo Horizonte¹⁶⁴. Embora Osmar Resende supostamente esteja muitas vezes atrás de computadores, conseguiu desenvolver um histórico de atividades significativo.



A Libertos Comunicação, com uma atuação e concepção de política que se aproxima bastante do Clube Rainbow de Serviços¹⁶⁵, aparece publicamente, na maioria das vezes, na pessoa de seu Presidente, que centraliza todo o processo de deliberação e atuação da ONG, que se assemelha muito a uma empresa.



Osmar Rezende realizou eventos como a *1ª Mostra Beagay de Contos Homoeróticos* (junho de 2002); A mostra *"HOMOGRAFIA - arte digital homoerótica"* (outubro de 2003, no espaço do Van Golis Bar e Galeria); *1º GAROTO BEAGAY* (novembro de 2003) entre outros.

Por ocasião da *Mostra Beagay de Contos Homoeróticos*, cujo vencedor teve seu conto publicado na revista *GMagazine* (julho/2003), convidamos Osmar Rezende para palestrar sobre literatura e homoerotismo, nos Encontros sobre Homoerotismo, que eram realizados pelos

¹⁶³ Contando com 238 associados, esta lista é muito movimentada até hoje e pode ser acessada no endereço: <http://br.groups.yahoo.com/group/beagay>.

¹⁶⁴ Além da lista de discussão, o grupo já manteve o site <http://www.beagay.com> e atualmente o <http://www.libertos.com.br>.

¹⁶⁵ Na época em que foram fundados, estes dois grupos tinham uma relação muito próxima chegando a dividirem uma mesma sede no bairro Prado (Avenida Francisco Sá, 830, sl104).

Professores Marco Aurélio Máximo Prado e Bruno Leal na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

Os objetivos do grupo são descritos no trecho a seguir: “*seu caráter é informativo, mobilizador, e assistencial*”; “*organizar o maior número de pessoas, independentemente do sexo, orientação sexual, cor, credo, convicções filosóficas, condição social, idade, profissão, interessadas em defender a liberdade de orientação sexual e, especificamente, defender o direito à liberdade de orientação homossexual, combate a Aids e seus efeitos*”¹⁶⁶.

Como a grande maioria dos grupos GLBT, a Libertos Comunicação divide seus objetivos em duas linhas tradicionais: “*defender os direitos humanos dos homossexuais*” e “*combate a AIDS e seus efeitos*”. Nesse sentido, se envolveu com políticas de prevenção através do projeto *Profissionais do Sexo: Prazer Com Segurança*¹⁶⁷; financiado pelo Ministério da Saúde em parceria com a Coordenação DST/Aids da Secretaria Estadual de Saúde – MG e com o Projeto Horizonte – UFMG.

O estilo comercial da Libertos Comunicação é muito criticado por algumas ONG’s de Belo Horizonte. Osmar Resende manifestou publicamente opiniões que provocaram desavenças dentro do movimento, tais como criticar as estatísticas apresentadas pelos grupos sobre a participação nas Paradas, o envolvimento das ONG’s com partidos políticos, a iniciativa das lésbicas de realizar a Caminhada das Lésbicas entre outras coisas. Além disto, presenciamos críticas sobre seu descompromisso com o movimento, suas posições despolitizadas e mercadológicas entre outras coisas.

A ambigüidade contida no nome do grupo, que o aproxima de um empreendimento comercial ou uma agência de publicidade, está em consonância com algumas características que ficam explícitas nos seguintes objetivos apresentados pelo grupo:

A LC tem como finalidades específicas defender os direitos humanos dos homossexuais, assessorar grupos e organizações afins, no tocante à elaboração de projetos, estruturação de eventos, como as Paradas do Orgulho, e criação de mídias alternativas, tais como páginas na web e demais veículos de comunicação; Participar, apoiar e divulgar trabalhos artísticos, literários, cívicos e esportivos de homossexuais, visando à emancipação dos mesmos¹⁶⁸;

Assim como o Clube Rainbow de Serviços, a Libertos Comunicação aparentemente busca, através de formas mais assimilacionistas de politização, a inclusão

¹⁶⁶ <http://www.libertos.com.br/libertos/institucional/estatuto.htm>

¹⁶⁷ <http://www.libertos.com.br/libertos/projeto>.

¹⁶⁸ <http://www.libertos.com.br/libertos/institucional/quem.htm>

do homossexual pela via da economia e da cultura, deixando as discussões sobre outros antagonismos sociais totalmente de lado. Não encontramos em seu site nenhuma correlação entre as temáticas GLBT e outras demandas e temáticas políticas.

Participaram do II Fórum Brasileiro de Turismo GLS, realizado na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 23 de maio de 2005.

Mesmo com esse viés que aqui chamamos de “comercial”, a Libertos Comunicação se torna utilidade pública, por iniciativa do deputado Biel Rocha (PT-MG), através da Lei 16.035.

Apesar de toda a comunicação pública da instituição ser feita na primeira pessoa do plural, a Libertos Comunicação talvez seja a ONG GLBT da cidade, que mais se enquadra nas críticas que outros militantes fazem aos grupos que, ironicamente, chamam de ING (Indivíduo Não-Governamental). Apesar de algumas menções ao nome de outras pessoas representando o grupo e trabalhando em suas atividades, as aparições públicas se dão a partir do presidente.

Embora a militância política do grupo se concentre principalmente na internet, divulgando campanhas e promovendo abaixo assinados, informando a comunidade, mobilizando redes e construindo sites, o grupo chegou a se envolver com outras ONG's da cidade e até de outros Estados.

Em 2002, Osmar Resende participou do processo de efetivação da Lei 14.170, de autoria do deputado João Batista de Oliveira, e da consolidação da ASSEMGLS - Associação dos Empreendedores GLS de Minas Gerais, dando início à sua conflituosa participação junto aos movimentos GLBT da cidade.

Osmar Resende participou da organização da Parada do Orgulho de Belo Horizonte em 2004, onde se produziram muitos conflitos, que discutiremos no próximo Capítulo.

De todas as atividades desenvolvidas pela Libertos Comunicação, a que mais se destacou na mídia foi à criação do Grêmio Recreativo Escola de Samba UNIDOS DO ARCO ÍRIS.

5.4. G.R.E.S. UNIDOS DO ARCO ÍRIS



A idéia de se formar uma Escola de Samba GLBT surgiu a partir de um convite da LIAC – Liga Independente das Agremiações Carnavalescas – que, segundo consta no site do grupo, os procurou, como representantes do movimento GLBT, para que montassem uma escola de samba gay. Seguindo a política assimilacionista do grupo, quiseram deixar claro que seria bem-vinda a participação de “simpatizantes”.

Como já era de se esperar, tendo em vista o longo histórico de conflitos entre Osmar Resende e a militância da cidade, segundo consta no sítio do grupo, “as demais entidades e grupos de militância GLBT, nos viraram as costas: nenhum apoio, mas nenhum mesmo!”. O G.R.E.S. Unidos do Arco Íris contou apenas com o apoio de Danilo Ramos de Oliveira e Itamar Santos.

Para a realização do desfile de 2005, tiveram o apoio de outras agremiações carnavalescas de Belo Horizonte, de atores diversificados como a revista G Magazine (que doou dinheiro para a montagem de um carro alegórico e deu cobertura completa ao desfile, enviando inclusive um cinegrafista) e sítios na internet que divulgaram e deram cobertura ao evento.

O G.R.E.S. Unidos do Arco-Íris conseguiu romper o regulamento do concurso para a Rainha do Carnaval, enviando uma Drag como sua representante.

Exigimos que nossa representante fosse do sexo masculino, o que desencadeou inúmeros protestos, mas nosso argumento prevaleceu e o ator transformista, a drag Aisla Pirv, eleita Rainha da Unidos do Arco Íris competiu com outras 21 belíssimas mulatas obtendo o 1º lugar na contagem dos pontos, mas, por “forças outras” alteraram em cima da hora o regulamento e ela ficou como título “Menção Honrosa”. Tudo bem. Registramos nosso descontentamento na mídia, mas resolvemos também que aquela já havia sido uma grande conquista, pois foi a primeira vez que um homem disputou o título de rainha oficial do Carnaval de uma capital brasileira, inserindo nossa agremiação na história do Carnaval. Este “prêmio” vai para a coragem e determinação de nosso querido Agnaldo, isto é, Aisla Pirv¹⁶⁹.

O Samba Enredo de 2005, composto pelo sambista Mandruvá, homenageou a cidade de Juiz de Fora, por ser conhecida como a “Manchester mineira”, um lugar onde supostamente os homossexuais tem seus direitos reconhecidos de forma muito mais

¹⁶⁹ <http://www.libertos.com.br/libertos/institucional/relatorio.htm>

efetiva. Juiz de Fora é a cidade de origem do grupo militante MGM – Movimento Gay de Minas, que também é citado no Samba.

NAS CORES

Autor: Mandruvá

Nas cores do arco-íris encontrei
Uma grande civilização
Cheia de encantos e magia
E muita paz no coração.
A alegria colorindo a humanidade
Discriminada teve forças pra lutar.
69, o ano do orgulho,
A independência do nosso Carnaval.

Sacode, sacode galera
Vem comigo balançar
Sou a Unidos do Arco Íris
Sou a primeira a declarar.

Lei Rosa.
Lei Rosa, berço esplêndido.
Alô meu Brasil!
Mais uma face do nosso sistema;
A revolução industrial.
O Movimento Gay de Minas
Com a Manchester também tem o seu valor.
Dignidade é respeito, alegria e amor.

(refrão)
Sou leão, sou rei da mata
Tenho coração na lata
Tenho cérebro pra pensar.
Vou na estrada de tijolos amarelos
Vou seguindo o arco-íris
Na avenida desfilar.¹⁷⁰

O G.R.E.S. Unidos do Arco Íris tem o mérito de ser a 1ª escola de samba GLS do Brasil e do mundo, o que rendeu visibilidade nacional e internacional. A cobertura completa do primeiro desfile se encontra no sitio do grupo, no endereço: <http://www.libertos.com.br/gresuai/2005/historia/resumo.htm>.

Assim, meio desajeitada, mas com muita obstinação, nossa agremiação agitou enlouquecidamente a multidão das arquibancadas e chegamos ao final do desfile emocionados, visivelmente emocionados, quando lágrimas se misturavam a sorrisos na expressão de cada um de nós. Missão cumprida? Não, era só o começo.¹⁷¹

Em 2006 e 2007 o grupo não chegou a desfilar. Segundo consta nos relatos do grupo, eles não conseguiram verbas da prefeitura e, contando apenas com as contribuições, não foi possível colocar o bloco na avenida. Mesmo assim, em 2006

¹⁷⁰ <http://mixbrasil.uol.com.br/cultura/especiais/escola/escola.asp>

¹⁷¹ <http://www.libertos.com.br/libertos/institucional/relatorio.htm>

compuseram um samba enredo que brinca com a relação entre a história do Brasil e sua relação com a “monarquia”, intitulado Sua Majestade o Carnaval.

"SUA MAJESTADE O CARNAVAL"

Autores: Altair Barbosa e Raimundo do Pandeiro

A Monarquia sempre foi nossa história
Todo mundo é rei no meu país
Rei do futebol e da canção
Rei do rádio e da televisão
Rei do cangaço, rei dos Palmares
Rei do barracão e da magia
Da cocada preta e da ralé
Rei da fantasia por um dia

Nosso trono é a passarela
Sou Arco Íris vem ser rei que a vida é bela
Sua majestade o Carnaval

O Momo deu a ordem pra brincar
Cheio de amor no coração aquarelar
Príncipes, princesas vem dançar
E nessa festa de euforia
Vai acontecer o que eu queria
Entronizar o rei do meu Brasil
Joãozinho Trinta dando um show de alegria

Eu sou rei
Rei da folia, rei da sedução
Colorindo o Carnaval de pura emoção¹⁷²

Para o carnaval de 2007 o grupo abriu um concurso para o samba enredo, ao redor do tema “LÁCTEO É O OURO DE MINAS”, que busca tratar da história do Leite em Minas Gerais.

Queremos colocar na avenida toda a exuberância atual da indústria laticínia e suas recentes conquistas tecnológicas, mas sem esquecer a delicadeza das antigas “vaquinhas” motorizadas que abastecem os bairros, e até mesmo os carros de boi de outrora, coletadores de porta em porta, fazenda em fazenda¹⁷³.

Embora não desfilando em 2006 e 2007, e participado de outras formas do carnaval da cidade (campanhas de prevenção, distribuição de preservativos e dando cobertura jornalística aos desfiles), pro futuro, o grupo pretende desenvolver melhor seus projetos. Em um e-mail que Osmar Resende nos enviou em 14 de fevereiro de 2007, é relatado um pouco sobre estes novos projetos:

Temos um projeto para 2008 que, através das oficinas profissionalizantes, contará a trajetória de grandes personagens gays ao longo da História, culminando no Brasil. O projeto já foi enviado ao MINC e estamos estabelecendo parcerias com outras agremiações.

¹⁷² <http://www.libertos.com.br/gresuai/2006/enredo/samba.htm>

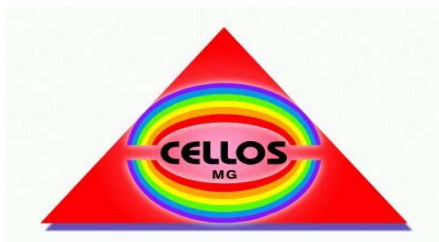
¹⁷³ <http://www.libertos.com.br/gresuai/enredo/enredo.htm>

Pela primeira vez em nosso estudo sobre as atividades da Libertos Comunicação encontramos a relação com outras formas de exclusão. Um dos projetos da Unidos do Arco-Íris será promover oficinas profissionalizantes de Cenografia, Figurinos, Adereçaria, Confecção de Instrumentos, Dança e Expressão Corporal, e, paralelamente, palestras de Direitos Humanos, Prevenção às DST/Aids e Orientação Sexual.

O objetivo é transferir conhecimentos artísticos – no caso, o FAZER CARNAVAL – para que os aprendizes tenham uma orientação profissional prática. Ao final do projeto, eles poderão aplicar o que aprenderam em diversas áreas e/ou outras manifestações artístico/culturais, como festas juninas, Congado, etc. E, principalmente, ao se encerrarem as oficinas, o material ali produzido ser imediatamente aplicado no desfile da escola, quando os aprendizes poderão ver o resultado de seus trabalhos na passarela do samba, em pleno Carnaval. (...) Assim, estamos convictos de promover a inclusão social ao propiciar este resgate da auto-estima, visto que esses aprendizes vêm da classe baixa e, muitas vezes, da marginalidade¹⁷⁴.

¹⁷⁴ <http://www.libertos.com.br/libertos/institucional/projetos.htm>

5.5. CELLOS-MG – Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual



O CELLOS surge em 2002, com a proposta de ser um espaço de formação de militantes e conscientização de homossexuais. Os fundadores do grupo apresentavam origens e formações heterogêneas, mas tinha em comum a insatisfação com o cenário da militância da cidade, que se revelava incapaz de produzir novas lideranças e impermeável a uma discussão política mais aprofundada. Eles sentiram a necessidade de um grupo de militância homossexual que fosse um espaço de formação e ativismo, onde pudesse se desenvolver o protagonismo social dos militantes homossexuais. Segundo relata Carlos Magno, as ONG's que estavam militando na cidade enfocavam muito a questão da AIDS e tinham perdido “esse perfil mais de movimento social”, “estavam muito assistencialistas” (Carlos Magno, 2006).

O Jessé veio do grupo dignidade, ele fundou o grupo dignidade, ele foi um dos que participou da fundação da ABGLT, e tinha participado do guri, mas não tinha se identificado com o GURI. O Darlan foi um dos fundadores do guri e na época ele militava também no PC do B e também tinha saído do guri. Tinha o Felipe que tava militando na PUC, no Movimento Estudantil. Tinha eu, que militava no Movimento Estudantil e no PSTU. Tinha kleiton, que não estava em nenhuma organização, e o Matheus que era, também, tinha encontrando um panfletinho numa atividade do PSTU e foi e participou desse grupo de fundação (Carlos Magno, 2006).

Embora no CELLOS tenham alguns dissidentes do GURI, não foi desenvolvida nenhuma forma de parceria entre os dois grupos, pois segundo Carlos Magno, eles estavam interessados em construir um modelo novo de militância, no qual vigoraria a horizontalidade do grupo e a participação democrática de todos os participantes. O objetivo central deste grupo era não se limitar a um grupo de convivência ou realizar ações de prevenção, mas refletir sobre essas ações dando um caráter politizado e discutindo as questões sociais como um todo, e não apenas a sexualidade.

Acreditamos que as origens do grupo, ligados a partidos de esquerda e outros movimentos sociais, influenciaram muito o estilo de militância do grupo e suas concepções políticas. Talvez por isso, desenvolveram uma relação muito próxima com a ALEM, tendo utilizado a sede deste grupo em seus primeiros meses de existência e a sede do SINDESSE (Sindicato dirigido por Soraya Menezes) para algumas reuniões. A ALEM já foi chamada de “madrinha”, por alguns integrantes do CELLOS, e até hoje estes dois grupos têm uma relação próxima e cordial.

Olha, a única que a gente tinha parceiro, parceira, era a ALEM, Associação Lésbica de Minas. Há quem diz que a ALEM era nossa madrinha, porque ela assim, a Soraya, incentivou muito que o CELLOS existisse e tal. Nós tivemos uma dificuldade com os outros grupos, na verdade na época só tinha o Clube Rainbow, o Guri, e a ASSTRAV. Desse grupos a gente não tinha muita aliança, a gente não tinha muita parceria. (Carlos Magno, 2006).

Assim como a ALEM, o CELLOS defende a associação com outras demandas sociais. Carlos Magno defende que o movimento gay precisa ser autônomo e democrático, entretanto, precisa ter um corte de classe e trabalhar em conjunto com outros segmentos dos movimentos sociais. A sexualidade é tratada pelo grupo como parte de um conjunto mais amplo de elementos identitários, tais como raça, classe social, sexo e gênero, ocupação, faixa etária etc.

Os militantes partidários optaram pela institucionalização de suas ações em um grupo homossexual por avaliarem que nos partidos da esquerda brasileira a discussão sobre os temas concernentes aos homossexuais como sexualidade, homofobia, AIDS, dentre outros, não eram priorizados nas instituições partidárias. Já os dissidentes de outros grupos homossexuais argumentavam que as entidades se limitavam à consecução de projetos e ações assistenciais e não buscavam revolucionar o sistema capitalista no qual estamos imersos. Por isso, em sua emergência, o grupo surge como resistência (Fernandes, 2007:56).

O CELLOS desenvolveu uma relação muito próxima com a ASSTRAV nos últimos anos. Durante muito tempo dividiram as dependências e a coordenação do Centro de Referência da Diversidade Sexual. Um dos integrantes do grupo é hoje o vice-diretor do CRGLBTTT – Centro de Referência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, enquanto a presidenta da ASSTRAV ocupa a diretoria.

Os integrantes do CELLOS participam de uma rede de movimentos sociais que ultrapassa as fronteiras do movimento GLBT. Alguns integrantes do grupo já participaram do Movimento negro, Movimento Feminista, Movimento Ambientalista¹⁷⁵, Movimento Estudantil e outros. Mantendo sempre relações com estes movimentos, o grupo já participou de eventos como o Fórum Social Mineiro e o Fórum Social Mundial, no qual apresentaram duas oficinas: “Sexualidade Juventude e Saúde” e “Homossexualidade e a Lei do Mercado”.

As ações do CELLOS buscam sensibilizar os jovens, principalmente jovens da periferia. Eles argumentam que, embora a opressão seja igual nas diferentes classes sociais, GLBT da periferia têm menos recursos para fugir do preconceito. Nesse sentido, o corte de classe se contrapõe a lógica do mercado e, conseqüentemente, o

¹⁷⁵ O ativismo de um dos membros do CELLOS no movimento ambientalista levou com que a Parada GLBT de 2004 apoiasse a campanha “Salve o Serrado”.

grupo terá uma postura extremamente crítica aos grupos que acreditam que os gays podem se empoderar através do consumo. O corte de classe, presente na cultura política do grupo, fica muito explícito no panfleto de divulgação produzido em 2003 para a 7ª Parada do Orgulho GLBT de Belô (ANEXO X).

O lançamento oficial do CELLOS se deu no dia 09 de março de 2002, mas só conseguiu seu CNPJ em 2004, após dois anos tentando organizar uma equipe de direção consistente. Hoje o grupo conta com mais de 30 militantes regulares, e mais de 50 participantes não-regulares, se firmando cada vez mais, como um importante grupo militante nacional.

E aí a idéia era essa, de que o CELLOS fosse um espaço mesmo, nós não queríamos um grupo para meia dúzia de pessoas, nós queremos que seja um espaço mesmo que as pessoas venham e se envolvam no CELLOS e participe, contribua e que desperte seu ativismo, que se forme como militante, e aí... regaçar a manga e fazer. (Carlos Magno, 2006)

O grupo atua em três campos principais: Educação; Direitos humanos; e Saúde. Nossos entrevistados fizeram questão de ressaltar que o CELLOS não é uma ONG/AIDS, que as políticas de prevenção constituem apenas uma parte de suas atividades e que a militância enfatiza o trabalho com direitos humanos.

Além de se envolverem em diversas atividades e eventos ocasionais, o CELLOS desenvolve as seguintes atividades permanentes:

1) **Encontros Tudo a Ver.**

Desenvolvido em parceria com o GAPA, consiste em um grupo de vivência e sociabilidade onde vários assuntos do mundo gay são discutidos. Nestes encontros as pessoas podem participar



sem um vínculo definido, funcionando como uma estratégia de mobilização, pois a partir destas reuniões é que jovens homossexuais podem manifestar interesse em militar e seguir os critérios de militância do CELLOS.

Nós precisávamos ter um espaço que não fosse tão chato e formal como o da militância, que as pessoas pudessem vir ao CELLOS por “n” motivos, desde querer procurar um namorado, até encontrar uma pessoa igual, debater, outras que querem vir pra serem militantes mesmo, mas que pra chegar à militância é um processo. Eu acho que o *Tudo a Ver* cumpre esse papel, de ser a porta de entrada, a recepção pra esses militantes, pra esses ativistas (Carlos Magno, 2006).

Estamos nos encontrando aos sábados e queremos convidá-lo.

Falamos sobre namoro, sexo, família, diversão, direitos e o que mais for importante para a gente.

Além de conversar, assistimos filmes, combinamos outros encontros.

Venha participar destes encontros que têm Tudo a ver com você...

**Encontros Tudo a ver...
Todo Sábado, 15 hs.
Local: Centro de Referência da Diversidade Sexual
R. Paraíba, 29-6º and.
Informações:
3277-6954 ou
3271-2126**

Realização: Projeto Parceiros (GAPA-MG) e Grupo CELLOS (Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual)

CN-DST AIDS
Ministério da Saúde
Secretaria de Políticas de Saúde
Coordenação Nacional de DST e AIDS

CELLOS

Gapa-MG

- 2) **Vídeo Pipoca;** Reuniões onde são discutidas temáticas homossexuais a partir de um filme.
- 3) **Vôlei da Diversidade;** Jogo de vôlei que busca socializar integrantes do grupo e a comunidade GLBT em geral.
- 4) **Reunião da Militância** (quinzenal). Onde são tomadas as decisões sobre o futuro do grupo, são trabalhadas as atividades e desenvolvidas as discussões políticas.
- 5) **Reunião do Coletivo da Direção** (quinzenal); Este subgrupo do CELLOS é composto pelos 12 membros com mais responsabilidade com a vida do grupo.
- 6) **Reunião do Núcleo AFRO-CELLOS** (quinzenal). Este subgrupo do CELLOS foi fundado em abril de 2006 e tem como objetivo trabalhar a questão racial dentro do movimento GLBT.

Além destas atividades fixas, constam no calendário anual, datas nas quais eles sempre realizam atividades, tais como o aniversário do CELLOS (09/03), o Dia 17 de maio, a Parada GLBT e o dia do orgulho gay, e o 1º de Dezembro (Dia Mundial de Luta Contra a AIDS).

Frequentemente, o CELLOS organiza oficinas e cursos de formação para os militantes, com temáticas variadas, tais como: o que é Movimento Social?; um curso sobre leis, realizado pela Ouvidora de Polícia; um curso de mídia, entre outros.

Interessante ressaltarmos que o autor desta pesquisa já foi convidado pelo grupo para realizar uma oficina sobre Política e Militância para os novos integrantes do grupo, que ocorreu na sede do GAPA.

No campo da Educação, uma das principais atividades do CELLOS se dá através de uma parceria com a Secretaria de Educação, onde realizam palestras sobre homossexualidade.

O Grupo desenvolveu ampla relação com o terceiro setor e órgãos do Estado responsáveis por políticas sociais. Nesta direção, participam de atividades como: Conferencia Nacional de Direitos Humanos, onde elegeram um participante do CELLOS como delegado; Centro de Referência da Diversidade Sexual, onde realizam o atendimento às vítimas de discriminação e homofobia, e fazem encaminhamento jurídico e psicológico; Redação da carta “BH de Mãos Dadas Contra a AIDS”; Formulação do Programa político do Prefeito Pimentel para a questão da diversidade sexual, que foi assumido com os movimentos GLBT da cidade; Frente parlamentar contra a homofobia em BH, entre tantas outras.

No campo da saúde, o CELLOS realiza campanhas ligadas à prevenção de DST/AIDS, especialmente para a juventude, que é um segmento que o grupo notadamente dedica mais atenção. Recentemente realizaram uma campanha chamada “Quem Tem a Manha Usa Camisinha”. Realizam distribuição de materiais e atividade de prevenção em Boates e bares.

Uma das parcerias mais importantes do grupo é com o projeto SOMOS, financiado pelo Ministério da Saúde, de abrangência nacional. Este é hoje um dos principais projetos da ABGLT e o CELLOS foi escolhido como o seu representante mineiro. O projeto SOMOS surgiu na década de 90, com o objetivo de conter a epidemia de AIDS entre a população GLBT. Seguindo a lógica de promover o fortalecimento da comunidade GLBT, a mesma lógica que financia as Paradas GLBT entre outros projetos, são desenvolvidas ações de capacitação de lideranças e promoção de desenvolvimento organizacional de novos grupos e em fase de estruturação. O projeto prevê também ações de *Advocacy* e acompanhamento das entidades que o integram, com o objetivo de promover ações conjuntas ou articuladas em rede. Como o CELLOS representa este projeto em Minas Gerais, ele mantém contato com grupos de todo o Estado, promovendo oficinas, reuniões e distribuição de materiais.

Atualmente o grupo utiliza as dependências da SMADC – Secretaria Municipal Adjunta dos Direitos de Cidadania, e através do Centro de Referência da Diversidade Sexual desenvolve trabalhos conjuntos com a CMDH – Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos. Numa destas parcerias um dos integrantes do CELLOS foi contratado como Técnico em Direitos Humanos para trabalhar questões GLBT dentro da CMDH, tornando ainda mais próxima a relação do grupo com as políticas de direitos humanos do Município de Belo Horizonte.

Hoje o CELLOS ocupa o espaço da cidadania, e o Centro de Referência da Diversidade Sexual foi instituído como uma política pública, passando a se chamar CRGLBT – Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania GLBT.

Embora o grupo conte com outras fontes de recurso, tais como o apoio da Secretaria Municipal de Saúde, que oferece duas bolsas para os dois Agentes de Saúde que distribuem material informativo e de prevenção, a grande parte dos recursos utilizados pelo grupo ainda são obtidos com contribuição dos militantes.

Como vimos, apesar de ser um grupo novo, o CELLOS é reconhecido nacionalmente pelo seu consistente histórico de ativismo. Atualmente está entre os grupos GLBT mais importantes do Brasil, e este reconhecimento se revela em fatos como o presidente do grupo, o jornalista Carlos Magno, ser o Secretário Adjunto da Região Sudeste da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros). Além do respaldo dos movimentos sociais, Carlos também é reconhecido como uma importante liderança pelo Poder Público da cidade. O CELLOS conquistou também o respeito de diversos movimentos sociais em Minas Gerais, com os quais vem cada vez mais fortalecendo redes de cooperação e participando ativamente de atividades como o Fórum Social Mundial, Fórum Social Mineiro e Movimento de Direitos Humanos.

A inserção do grupo nas redes de movimentos sociais, levou com que se responsabilizassem pela organização do I ENUDS¹⁷⁶ – Encontro Nacional Universitário de Diversidade sexual, realizado em Belo Horizonte, entre 31 de outubro a 04 de novembro de 2003. O encontro teve relevância nacional e contou com universitários e militantes de vários estados brasileiros (ANEXO XI). O tema do primeiro encontro foi “O movimento de diversidade sexual dentro do movimento estudantil”. O ENUDS está hoje em sua quarta edição¹⁷⁷.

¹⁷⁶ <http://br.geocities.com/enuds>

¹⁷⁷ Sobre os ENUDS: **II ENUDS** – Recife-PE – 03 a 07 de setembro de 2004 (Tema: Sexualidade e respeito: “Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é” - Site: br.geocities.com/enuds2); **III ENUDS** –

Os integrantes atribuem esta rápida ascensão ao dedicado trabalho de ativismo desenvolvido pelos membros do grupo e à experiente visão institucional de suas lideranças. Todo poder político passa pela atuação como militante e, assim, cada membro deve mostrar seu valor através de sua atuação para que venha a ter voz dentro do grupo, o que, segundo relatos, contribui para instalar um clima de igualdade, apoio mútuo e reconhecimento. Esta relação fica mais clara quando um dos antigos militantes fala sobre seu lugar na hierarquia do grupo: *“Hoje eu sou uma autoridade dentro do grupo... que é diferente de autoritário, né!? Autoridade porque as pessoas me vêm como referência”* (Ricardo, 2006).

Além disso, o grupo se propõe a aparecer publicamente de forma unificada e coerente, uma vez que em suas discussões, atuação, e visibilidade prevalece à lógica de uma *“ampla democracia interna e nenhuma fora. Podemos quebrar o pau entre nós mas todos têm que centralizar numa mesma discussão. Lá fora somos uma única posição”* (Carlos Magno, 2006). Notamos mais um ponto de convergência com os modos de operar dos partidos políticos, e conseqüentemente da ALEM, cujo posicionamento unificador Soraya Menezes chamou de “centralismo”.

Esta perspectiva se manifesta na compreensão que o grupo faz da homossexualidade e das assimetrias de poder entre as diversas identidades que se abrigam dentro do movimento GLBT. Do mesmo modo que a ALEM e a ASSTRAV, o CELLOS defende a importância dos grupos tratarem das demandas específicas de apenas um segmento. Embora desenvolvam ações interligadas com outras instituições e representantes de outras minorias sociais, os militantes do CELLOS foram críticos aos grupos mistos e se colocam como uma entidade direcionada aos homossexuais masculinos.

Existem grupos mistos, mas dentro desses grupos mistos, há uma disputa de poder também, mas isso todo lugar têm, e aí acaba o gay sendo... sobressaindo. Por exemplo, você vê... grupos mistos brasileiros, aí quando vai representar vai só gay representa, não vai a lésbica, não vai o trans, tá entendendo? Porque acabam, de certa forma, o gay oprimindo os outros segmentos. Então quando você tem (xxx) ainda, por exemplo, se você faz uma reunião com... mista, aí como há um nível de participação do gay é maior, acaba priorizando temas ligados ao mundo gay, tá entendendo? Então a gente... o CELLOS optou pra ser grupo gay, porque não adianta a gente querer colocar, porque acaba dando prioridade pro nosso grupo, aí os outros vêm a reboque, né!? E aí tem a questão da vivência, eu sou gay! Né!? Não sei o que é ser lésbica, não mênstruo, né!?, não tenho TPM. Isso é uma realidade da mulher (risos). Eu não sei o que é... o travesti de ir pra rua... então, são realidades diferentes (Carlos Magno, 2006).

Contrariando esse posicionamento, em 2007 se formou um núcleo de lésbicas dentro do CELLOS. Estas mulheres buscaram a instituição por não se identificarem com a política da ALEM. A diretoria do CELLOS vem buscando formas de incluir estas mulheres no grupo, sem inferiorizá-las.

Em março deste ano, um dos fundadores do grupo defendeu uma dissertação de mestrado que toma o CELLOS como objeto de reflexão: *Muito Prazer, Sou CELLOS, Sou de Luta: A Produção da Identidade Ativista Homossexual*, de Felipe Bruno Martins Fernandes. Neste texto, encontramos relatos que nos permitem aprofundar alguns pontos da história do CELLOS e, principalmente, os discursos e os vieses tomados por estes discursos na formação da identidade militante dos integrantes do grupo.

A partir de quatro entrevistas e de sua própria vivência como militante, Fernandes (2007) analisa o processo de constituição da identidade social dos ativistas do CELLOS, de modo que, a partir das concepções políticas de seus integrantes possamos ter uma compreensão bastante aprofundada das propostas políticas do grupo, e de como esta proposta é ressignificada pelos seus integrantes.

Fernandes (2007) destaca como momentos importantes na constituição da identidade ativista: **Perceber-se**, que se relaciona ao processo de “perceber-se” homossexual; **Assumir-se**, que diz respeito ao momento e a importância da “revelação pública da identidade homossexual” (p. 85); **Problematizando a identidade ativista homossexual**, que se refere aos modos como o grupo define os significados, práticas e discursos sobre a militância; **Problematizando algumas questões: ética e amizade**, que se refere ao significado e importância da amizade para o ativismo homossexual.

Essas quatro dimensões revelam o ativista e a identidade militante como produzidos socialmente e não dados a priori. Nessa construção, nesse devir identitário, o grupo produz dicotomias que ajudam a criar sentimentos de pertença que orientam as práticas grupais e o processo que podemos chamar de constituição da identidade coletiva. No CELLOS, essa constituição se dá por uma extrema valorização de princípios que, na concepção dos militantes, irá diferenciá-lo do restante dos grupos GLBT brasileiros. Fernandes (2007) mostra que o universo moral do grupo cria dicotomias entre os ativistas “bons” e “maus”, atitudes “certas” e “erradas”, e assim por diante. Esta dimensão intersubjetiva do grupo está intrinsecamente relacionada ao que

chamamos de “visão institucional”, uma vez que toda a burocracia instituída reproduz esse universo de valores, como podemos identificar nos depoimentos abaixo:

O principal recurso que a gente tem, é da cota, cada militante, pra ser militante do CELLOS tem que ter critério de militância, ou seja, ter no mínimo três meses de grupo, pagar, estar em dia com as cotas, defender a política do CELLOS e cumprir atividades. Por quê? Como o CELLOS não é assistencialista, é um espaço de protagonismo social, você tem que arregaçar a manga e fazer atividades, então não vai esperar a diretoria fazer etc. A questão da cota, ela tem a ver com a questão da independência financeira do grupo, porque muitos grupos pra poderem sobreviver tiveram que vender seus ideais para o aquê, a grana. A gente acha que não, a responsabilidade com a vida financeira do grupo é dos seus militantes, então se a gente quer que o CELLOS seja um instrumento de luta contra a homofobia, então nós temos que ter responsabilidade com a vida das entidades, então a cota ela vem nesse sentido, então a cota ela vai conforme a realidade de cada militante. Tem militante que tá desempregado, aí a gente faz que a cota mínima seja três reais, agora tem aquele militante que tem dinheiro só pra vir pra reunião por exemplo, aí esse militante a gente faz a discussão que não dá pra pagar, agora tem cota de 100, 150 reais. Então essa é a nossa principal, como nós não temos um projeto financeiro de sustentabilidade, quem sustenta a entidade pra essas despesas mínimas é a cota dos militantes (...) às vezes, ele vem a dizer que essas idéias são um pouco... muito radical, acho que essas bichas (risos) viajam demais, tá me entendendo? Então (risos), quero ser amigo, não quero ser militante. Tem uma disciplina, né!?, ou seja, você tem... pegar atividades de cumprir. Por isso que a gente usa o termo militante, diferente de ativismo. (...) Porque ativismo vem de atividade, então você pode ser um ativista, ou seja, vai às atividades do grupo. Agora militante, tem a ver com a questão ideológica e com a questão da disciplina. Então, quando você é militante, por isso que pra ser militante tem que ser votado em assembleia a militância, que aí você está tendo uma disciplina com o grupo, a vida da luta contra a homofobia começa a ser parte da sua vida, então tem uma questão ideológica aí! Tá entendendo? Não é porque eu tenho... tô sem tempo... que a maioria não tem tempo, mas como é militante, então aquilo é mesma... da mesma forma que você namora, ou você vai à boate, você trabalha, você estuda, você milita no CELLOS. Então, lá faz parte da sua vida, então, né!? por isso que a gente usa o termo militante e não ativismo (Carlos Magno, 2006).

Assim como a ALEM, a estruturação do CELLOS foi fortemente influenciada por formas tradicionais de militância, isso contribuiu para o desenvolvimento de um estilo próprio de atuação e concepção política, que por sua vez, traz novos modos de pensar as relações políticas dentro do movimento GLBT. Consideramos que pensar as temáticas GLBT inseridas em um contexto mais amplo de demandas é um caminho político mais democrático e transformador. O CELLOS, bem como a ALEM, ao fazerem a opção pelo discurso de esquerda, limitaram as possibilidades articulatórias com setores da direita e, conseqüentemente, com determinados aspectos da gramática política do movimento GLBT contemporâneo, tal como podemos perceber na crescente mercadorização das formas de atuação política e da produção de algumas Paradas GLBT no Brasil.

Neste sentido, a constituição de Identidades Coletivas em torno da Parada do Orgulho GLBT de Belô atualmente se dá a partir da concepção de que este evento deve estar comprometido com a militância efetiva dos grupos organizados com a

materialização da visibilidade em políticas públicas e com a integração de forças políticas diversas, como podemos notar na fala de um dos organizadores:

Belo horizonte é uma Parada vitoriosa, sem sombra de dúvidas, e a gente tem muito claro isso, que o importante não é o número de pessoas da Parada, enquanto as pessoas ficam preocupadas com o número de pessoas na Parada, nos estamos preocupados em como esse evento pode estar ajudando a fortalecer o movimento pra lutar e construir políticas públicas ações etc. que beneficiem nossa comunidade. Então a Parada tem esse caráter se ela não servir pra isso, se ela não for pra fortalecer o movimento organizado, pra que ela coloque, que possa de alguma forma, ser um canal pra que a gente possa, depois da Parada, estar construindo políticas, estar conseguindo conquista pros GLBTTS, então ela não serve pra gente. Ela tem essa importância da valorização da auto-estima, porque o homossexual com certeza, quando esta na Parada, ele sai da Parada muito melhor, muito feliz, porque ele vê que é um evento de massa, tem várias pessoas iguais a ele e tal, desse ponto de vista da auto-estima é importante, mas a gente quer mais do que isso. A gente quer realmente que a Parada seja um evento de visibilidade das nossas questões que fortaleça os grupos o movimento organizado, e que possa a partir da Parada colocar em pauta a questão GLBTT, que se traduza em políticas públicas e conquistas pros movimentos mesmo. (...) Só o fato de você fazer a concentração com falas não só dos movimentos GLBT, mas do movimento social, parlamentares, representantes de partidos, pra nós ela é importante, porque a gente pode perceber que político pode ser desde você dar um beijo na boca até você direcionar mesmo aquele evento pra um determinado discurso, então a Parada ela sempre teve um eixo político que norteia as discussões, que a gente possa estar propagandeando, pra gente poder estar falando, até você pegar aquela manifestação que é envolvida de alegria, de felicidade, de festa e politizar, politizar no sentido de que, de colocar questões né? da realidade GLBT, de colocar pra comunidade a solidariedade, né? de políticos de parlamentares de outros movimentos sociais as nossas questões. Então isso é concreto, isso é político, quando você chega lá e abre um espaço pra UFMG falar, pro movimento negro falar, pra um parlamentar, você esta colocando pra aquele um milhão de pessoas que estão ali, que existe uma solidariedade e uma necessidade concreta de lutar por melhores condições de vida, contra a homofobia etc. (Carlos Magno, 2006).

Desde 2005, o CELLOS assumiu a organização da Parada GLBT de Belo Horizonte, reconhecida hoje como uma das mais antigas e entre as 10 maiores Paradas do país.

5.6. Ativismo GLBT em Espaços Formalizados

Além dos movimentos sociais organizados, outros atores têm se mostrado relevantes para compreendermos as transformações sociais em prol da livre orientação sexual e da cidadania de GLBT em Belo Horizonte. Entretanto, isto requer, mais uma vez, que qualifiquemos o comportamento político como um fenômeno que se dá em um complexo campo de interações, se apresentando num contínuo que abrange comportamentos individuais e coletivos, espaços privados e públicos, formalizados e não-formalizados (Sandoval, 1997).

Atores que se posicionam a favor da luta contra a homofobia se localizam em lugares que dificilmente identificaríamos se limitarmos nosso olhar às formas de resistência produzidas em apenas um dos espaços da política (Sandoval, 1997). Nesse sentido, além das conquistas no campo jurídico¹⁷⁸ e de veículos da imprensa¹⁷⁹, comprometidos com a democratização social em torno da livre orientação sexual, percebemos a atuação de parlamentares, de órgãos do poder público e das universidades, que em muito contribuem para as lutas e conquistas do movimento GLBT em Belo Horizonte.

Embora percebamos que a relação entre esses atores é uma relação de interdependência permeada por interesses políticos, é inegável seu potencial articulatório e transformador. O interesse do Estado pela cidadania GLBT se deu por ocasião da epidemia de AIDS no começo dos anos 80 e, embora tenha deixado marcas, começa a indicar mudanças positivas.

5.6.1. Parlamentares

Em Belo Horizonte, alguns parlamentares foram cruciais para a atuação dos movimentos GLBT, dos quais destacamos três: Leonardo Mattos (PV), que se elegeu vereador em 96, deputado Federal em 2002 e hoje está afastado do legislativo; o ex

¹⁷⁸ Em Belo Horizonte destacamos no âmbito jurídico, o trabalho da Advogada Maria Emília Mitre Haddad (capa do Jornal Rainbow, número 23, março de 2004), e a sentença do Juiz de Direito Marco Henrique Caldeira Brant, que concedeu o direito de adoção a um casal de homossexuais. Discutindo as estratégias jornalísticas utilizadas para noticiar este caso, Reis (2004) demonstra, a partir da distinção weberiana de direito racional e direito empírico, que estes avanços no campo jurídico geralmente se baseiam em "*princípios gerais da própria constituição ou em interpretações mais abrangentes sobre uma determinada lei*" (p.64).

¹⁷⁹ Merece nota a sessão GLS do Jornal O Tempo, que há anos vem divulgando notícias de interesse da comunidade GLBT, dando amplo espaço para as questões políticas.

vereador e atual deputado Estadual João Batista de Oliveira (PPS); e a Vereadora Neila Batista (PT), que se elegeu em 2000 e cumpre hoje seu segundo mandato. Estes parlamentares fizeram parte do ativismo dos movimentos, tanto defendendo suas demandas, apresentando leis e apoiando a implementação de políticas públicas, quanto participando de ações e destinando recursos materiais e simbólicos para os grupos.

Leonardo Mattos

Leonardo Mattos (PV) defende as questões GLBT desde o seu primeiro mandato como Vereador, e é o pioneiro na defesa deste segmento no setor legislativo em Belo Horizonte. Danilo Ramos, que foi seu assessor, nos contou um fato que ele aponta como crucial para que o vereador começasse a apoiar a livre orientação sexual:

Aconteceu um fato curioso com ele, que ele é portador de deficiência, você sabe. E ele teve um funcionário, contratado lá no gabinete, na Câmara, que trabalhava com ele. Ele saiu um dia com esse funcionário e esse funcionário viu um gay atravessando a rua e começou a agredir verbalmente o gay. Ele falou: “pô, como que é isso? Eu sou um portador de deficiência... aquele é gay... nós somos diferentes. Agora um funcionário meu vai agredir um diferente? Isso não tá muito correto”. Aí ele demitiu esse funcionário e aí foi que ele abriu-se pra luta gay dentro da Câmara Municipal (Danilo Ramos, 2007).

Leonardo Mattos, em entrevista para o Jornal Rainbow (Mattos, 2001), acrescenta que seu envolvimento com esta temática se deu pelo envolvimento com a comunidade “GLS” da cidade e a partir das denúncias que lhe eram apresentadas quando era presidente da comissão dos direitos humanos da Câmara Municipal. Além disso, ele aponta também, um compromisso de seu partido com esta causa: “*O meu partido, o Partido Verde, é um partido que, além da questão ambiental, trabalha muito com os direitos humanos, e a partir dessa fusão do programa do nosso partido com a aproximação com esse movimento, nós nos sentimos bem ancorados para apresentarmos esse projeto de lei*” (Mattos, 2001:4).

Neste período, a ABGLT, representada por seu presidente Carlos Nascimento, estava articulando com ONG’s de todo o Brasil um projeto de leis anti-discriminação municipais e estaduais. Em Belo Horizonte, a articulação da lei municipal se deu entre o grupo GURI¹⁸⁰ e o Vereador Leonardo Mattos¹⁸¹, com o suporte da ABGLT. A lei

¹⁸⁰ Importante ressaltarmos que outros grupos advogam para si a participação na implementação desta lei, indicando mais uma vez as disputas em torno da legitimidade pública e influência política dos grupos nas conquistas políticas em torno das temáticas GLBT.

¹⁸¹ Consta nas Atas do grupo GURI que no dia 28/04/2000 membros do grupo participariam de uma reunião na Câmara dos Vereadores com a presença de Cláudio Nascimento.

estadual, por sua vez, foi articulada entre a ALEM e o Deputado Estadual João Batista de Oliveira.

Então a Soraya pediu contato com o João Batista, que também é portador de deficiência, muito amigo do Leonardo né, os dois defendiam as mesmas minorias (...) Então os dois articularam e começaram a tramitar com esses projetos, um na Câmara outro na Assembléia (Danilo Ramos, 2007)

Como Deputado Federal, Leonardo Mattos continuou defendendo as demandas GLBT, fundando a Frente Parlamentar pela Livre orientação Sexual no Congresso Nacional. Em seu gabinete regional, que funcionava em Belo Horizonte, contratou Danilo Ramos como assessor para assuntos GLBT, o que demonstra como essa temática se tornou uma de suas frentes de atuação no campo dos direitos humanos.

João Batista de Oliveira

João Batista de Oliveira (PPS) apoiou as demandas GLBT quando foi secretário da SMADC. Como vereador debateu estas temáticas na Câmara dos Vereadores e, posteriormente, como deputado estadual, levou estas discussões para a Assembléia Legislativa, sendo o responsável por apresentar o projeto da Lei 14.170 (ANEXO VII). Este projeto foi articulado com os grupos militantes de Belo Horizonte para que fosse aprovado e, assim como o “veto do prefeito Célio de Castro”, é um dos acontecimentos ao qual quase todos os nossos entrevistados se associaram e citam como uma importante conquista na trajetória do grupo no qual militam.

João Batista sempre legislou no campo dos Direitos Humanos e como subsecretário de Estado de Direitos Humanos ajudou a construir o Escritório de Direitos Humanos (EDH), que fez de Minas Gerais o primeiro estado brasileiro a implementar um mecanismo estatal que oferece à população subsídios jurídicos gratuitos em caso de violações de direitos humanos. O EDH é uma parceria entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Neila Batista

Neila Batista (PT) é assistente social e sua atuação parlamentar sempre foi marcada com a atuação junto a minorias sociais. Seu envolvimento com as demandas GLBT se iniciou em sua candidatura a vereadora de 2000, quando foi procurada por algumas colegas lésbicas que a perguntaram sobre a possibilidade de construir uma

plataforma política que levasse em consideração a exclusão deste segmento. Neila Batista percebeu que suas colegas,

(...) se sentiam extremamente desconfortáveis, vivendo uma situação de, na escola, elas negavam o tempo todo, pra família, mas no ambiente de trabalho isso estava ficando muito pesado, porque era difícil que as pessoas não percebessem alguma coisa, e ao mesmo tempo, elas se sentiam discriminadas, perseguidas, muitas vezes nas escolas. Por puro preconceito e desinformação, tratavam de relegar alguma tarefa menos significativa nas escolas, e até impedir que ela pudesse avançar, progredir na escola, desenvolver projetos e tudo, muito nessa lógica de que o homossexual é alguém que trás algum mal, e que pode inclusive afetar a vida e a formação de crianças e adolescentes. Eu me surpreendi um pouco por que... assim, eu não tinha idéia do tamanho do sofrimento, do drama pessoal, que cada uma dessas pessoas vivia. Então, a partir dessa demanda, a gente começou a reunir uma turma, esse grupo, um dos integrantes foi o Danilo, do Clube Rainbow, que me foi assim, uma pessoa especial porque começou a discutir de uma maneira muito aberta, como ele é, e tratar de uma maneira bastante, em minha opinião, séria e comprometida o sofrimento das pessoas, e aí me dei conta do tamanho do drama que era as pessoas não ter o direito, o espaço de se expressar de se manifestar, e como que a sociedade, e a gente mesmo, viviam esse preconceito. Então na campanha eu fui ganha pelo segmento pra tratar dessa questão no espaço parlamentar e das políticas públicas e tal (Neila Batista, 2007).

Sobre o início dos trabalhos em torno das temáticas GLBT, Neila nos conta que,

Aqui na Câmara tinha sido iniciado pelo Leonardo Mattos, que era vereador antes de mim, a questão da Lei Municipal pelo fim do preconceito, que criminaliza, na verdade, responsabiliza a sociedade pelo preconceito e o próprio poder público tem um papel nessa questão, de multar os estabelecimentos, essa coisa que é o limite da legislação, mas que é uma forma de você iniciar o debate. Então é muito bacana porque a partir daí o que a gente fez, no programa de governo do Célio a gente conseguiu articular a presença, até porque o Célio tinha dito uma bobagem num programa de televisão, ele como médico tinha dito que se tratava de um problema de natureza biológica. (...) Então a gente conseguiu inclusive que o Célio revisse a posição dele, reconhecesse que já havia sido superada essa visão equivocada de tratar como doença, e assumisse certo compromisso de criar um espaço na política pública municipal que pudesse garantir a presença e a participação e a construção de políticas que atendessem esse segmento (Neila Batista, 2007)¹⁸².

Neila Batista foi uma das responsáveis por fortalecer os debates sobre a livre orientação sexual na Câmara Municipal realizando, junto com outros vereadores, uma série de debates, seminários e encontros. Por solicitação dos grupos, apresentou projetos de Lei, tais como o que institui o Dia Municipal do Orgulho Gay (28 de junho), e o título de Utilidade Pública da ALEM. Atuações como esta, além de integrarem atores e setores sociais diversos, ampliando o debate democrático, funcionam como uma ponte entre a Sociedade Civil e o Estado, capaz de dar voz e legitimidade política aos militantes do segmento GLBT.

¹⁸² Interessante notarmos a importância deste acontecimento, uma vez que quase todos os nossos entrevistados, manifestaram envolvimento direto. Isto indica a importância das articulações em rede e a complexidade das interações políticas.

5.6.1.2. Cultura Política entre a Legalidade e a Justiça

O trabalho destes parlamentares tem contribuído para firmar na cidade, e no Estado, uma tendência que vêm se fortalecendo no Brasil e no Mundo. Essa tendência transnacional, efeito da expansão da modernidade em suas conseqüência positivas e negativas, contribui para criar uma *cultura política* que disponibiliza elementos para legitimar o trabalho destes parlamentares e de organizações da Sociedade Civil, ao mesmo tempo em que se realimenta das ações destes mesmos atores. Isto se deve ao fato de que a modernidade não pressupõe a democratização das relações, mas apenas cria condições para que as hierarquias sociais possam ser desnaturalizadas.

Esta nova cultura política reverbera na mídia e na cultura como um todo, permitindo e até incentivando a visibilidade de temas relativos à diversidade sexual, em determinados contextos, levando com que setores da política estatal sejam obrigados a seguir determinadas tendências, por interesses políticos ou por pressão social de minorias organizadas localmente e transnacionalmente, bem como por influência de instituições sociais de outros países que, pela temática universalizante dos direitos humanos, muitas vezes reverberam nas políticas estatais, via acordos e instituições transnacionais. Embora a visibilidade destas temáticas esteja circunscrita a contextos específicos, a legitimidade política que conquistaram em determinados contextos facilita seu deslocamento para novos contextos.

Nesse sentido, os atores que produzem politização em torno de demandas GLBT adquirem importância por representarem pólos de democratização, sendo responsáveis pela quebra de tabus na política local. Para isto, se faz necessária a interação entre atores do Estado e da sociedade civil, bem como a cooperação com atores representantes de outras demandas e movimentos sociais, além de criatividade para promover formas eficientes de abrir estes debates.

Em Belo Horizonte, além da coragem para enfrentar a resistência e a luta contra o preconceito, identificamos espaços interessantes de interlocução no âmbito legislativo, que foram abertos por iniciativa dos atores locais.

Aqui na câmara, eu lembro que os primeiros seminários que eu fiz junto com o Leo, a gente fazia uma semana de atividades, primeiro era um grupo muito restrito que aparecia, porque é essa coisa de, que a comunidade mesmo brinca, de sair do armário, de colocar a cara e dar visibilidade a isso, eu lembro que o Danilo foi uma das pessoas muito protagonista disto, o pessoal da ALEM também, e os meninos do CELLOS que estavam nascendo naquela época. Então aqui na câmara era motivo de chacota e tal, até porque a gente trazia o pessoal transformista, as drags, o pessoal pra fazer apresentação e pra falar, e as histórias eram muito interessantes. (Neila Batista, 2007).

Podemos notar a importância da articulação entre os parlamentares e os movimentos sociais quando Neila Batista relata como se deu o processo de articulação de um projeto de lei que apresentou:

Aqui na câmara eu tive um problemão com os colegas vereadores aqui, pra aprovar a lei utilidade pública da ALEM (...) Criamos um caso danado, as meninas vieram pra cá, a gente arranhou uma confusão, chamamos jornal, ficamos falando mal de todo mundo. Pegou meio mal pra própria câmara, ficar criando dificuldade pra uma coisa que não tem o menor sentido e que é carência da câmara. (...) essa coisa de misturar o discurso religioso, aspecto moral com coisas que são absolutamente distintas (Neila Batista, 2007).

Observamos que foram criados espaços eficientes de discussão e, principalmente, a cultura política necessária para a interação de forças políticas do Estado e da Sociedade Civil. Isto não acontece isoladamente, alguns partidos começaram a incorporar a diversidade sexual como um tema importante na atuação dos partidos.

Foi muito interessante porque os próprios partidos começaram a ter mais noção e responsabilidade de tratar dessa questão, porque também era uma coisa meio marginal dentro dos partidos e tal, era uma coisa meio excêntrica, meio exótica, mesmo os partidos com um viés absolutamente de esquerda, que em princípio não deveriam tratar nenhuma destas questões com nenhum tipo de preconceito, mas que tem muita dificuldade, na esquerda, tanto quanto na direita também (Neila Batista, 2007).

Leonardo Mattos também identifica o envolvimento com o partido, como um dos motivos que o levaram até essa temática (Mattos, 2001). Neila Batista aponta acontecimentos como o mandato da Marta Suplicy na prefeitura de São Paulo e o crescimento e politização das Paradas GLBT, como pontos importantes para que essas temáticas ganhem força.

Segundo Neila Batista, o principal obstáculo para que o trabalho pela cidadania GLBT avance é a insistência de alguns parlamentares e setores sociais em tratar a livre orientação sexual como uma questão moral, misturando valores religiosos a discussões por direitos.

Ainda hoje, os que defendem publicamente a livre orientação sexual constituem uma minoria dentro das casas legislativas. Entretanto, essa minoria *“não é uma minoria que se cala, que deixa a coisa quieta não, é uma minoria mais barulhenta, então nesse sentido é mais ativa e tal, e não permite... Quando a gente tem algum acontecimento, notícia, a gente sempre tem a atitude de aprovar, moção de repúdio, ou de sair ir atrás, pedir esclarecimentos”* (Neila Batista, 2007).

Neila Batista reconhece que esta discussão avançou muito, principalmente, nos últimos seis anos. Os espaços ocupados pelos grupos GLBT na vida pública da cidade

aumentaram em quantidade e legitimidade e, embora as políticas públicas para este segmento ainda estejam atreladas ao campo da saúde, a visibilidade de suas demandas aumentou bastante frente ao Estado. Neila Batista ilustra bem isso:

Você tem hoje uma situação que, bem ou mal, não é um assunto mais invisível na sociedade, não uns negócios que as pessoas fingem que não têm. Claro que existem muitos lugares, muitas pessoas continuam achando que ele não está, preferem esconder, deixar de lado e tal, mas no conjunto já não é mais isso. Esse assunto permeia todos os debates, todas as discussões, o fato de você ter um Centro de Referência Municipal da comunidade, um Centro de Referência Estadual, com todos os problemas que tem, de isso ser uma preocupação, que já era muito forte na saúde, e que agora está virando um viés pra além dos problemas de prevenção de DST's de AIDS, começando a pensar como um conjunto, tratar a pessoa como um todo, não só esquadrihar ali o aspecto sexual. Então eu acho que na medida em que isso acontece, fica muito nítido o conflito, quem está de um lado e quem está do outro, e aí é possível criar uma mediação, e nesse sentido eu acho que a gente acaba, quem é, não gosto muito desse termo não mas vou usar entre aspas, “do bem”, ou seja, quem acha que, com todas as suas dificuldades, é um assunto que nos precisamos tratar, precisamos ter clareza, precisamos ter abertura, precisamos discutir, acaba convencendo o outro, nem que seja pela vergonha de ser uma pessoa atrasada¹⁸³, a abrir o espaço pra discussão. Então, por bem ou por mal, a gente vai avançando. Longe de ser um debate com a profundidade, com o cuidado que precisamos tratar isso (Neila Batista, 2007).

5.6.2. Coordenadoria de Direitos Humanos

Andréa Carmona, atual coordenadora da CMDH, defendeu em 2006 uma dissertação de mestrado¹⁸⁴ que traz um estudo detalhado do histórico e da importância deste órgão para a luta dos direitos humanos no Município de Belo Horizonte.

Criada em julho de 1993, a Coordenadoria de Direitos Humanos (CMDH) representou um significativo avanço nas políticas públicas municipais. Sua criação reflete um longo processo de articulação de ativistas do campo dos direitos humanos, que obtém o espaço necessário para se institucionalizar durante a primeira administração do PT na prefeitura de Belo Horizonte.

Importante destacarmos que a gestão de Patrus Ananias (PT) foi marcada pelo compromisso com os movimentos sociais que historicamente compuseram as bases de seu partido. Além disso, a criação deste órgão reflete o espaço aberto pela influência dos movimentos sociais na Constituição Brasileira de 1988, principalmente após a abertura

¹⁸³ Estas formas indiretas de apoio, influenciadas pelo que aqui chamamos de cultura política, refletem o cientificismo e a racionalidade da esfera pública contemporânea, que obriga um refinamento dos discursos conservadores. Em outras palavras “*as pessoas estão cientes de que muitos de seus valores, interesses e preferências não podem ser tornados públicos, estendidos a uma ampla audiência*” (Reis, 2004).

¹⁸⁴ CARMONA, A. (2006). A prática interdisciplinar de psicólogos no campo dos direitos humanos: tentativa de formalização. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais.

política do país. Atualmente, a Coordenadoria de Direitos Humanos faz parte da SMADC (Secretaria Municipal Adjunta dos Direitos de Cidadania), que por sua vez, compõe a Secretaria Municipal de Políticas Sociais.

A CMDH representou uma inovação institucional no Brasil, pois pela primeira vez se criou um órgão estatal responsável pela promoção e garantia dos direitos humanos e da cidadania. Helena Greco, que em 1982 se elegeu vereadora nesta cidade, fazendo campanha junto com Edson Nunes, foi à primeira coordenadora da CMDH, no período entre 1993 e 1996.

A CMDH trabalha com a concepção de indivisibilidade dos direitos humanos entre os diversos segmentos sociais historicamente excluídos. No interior da efervescência desta temática no campo dos direitos no Brasil, a CMDH desenvolveu uma relação próxima com os movimentos GLBT e suas demandas¹⁸⁵.

A CMDH tem uma relação histórica de parceria com os movimentos sociais ligados ao segmento GLBT. Nessa nova gestão, a coordenadoria continua desenvolvendo ações nos eixos de atendimento, formação e ações afirmativas ao público GLBT. Entretanto, busca fortalecer essas ações através de atividades de capacitação dos agentes públicos para lidar com esses segmentos e da mobilização de representantes de órgãos governamentais, não governamentais, movimentos sociais e universidade para a promoção e divulgação de pesquisas e criação de uma comissão de implementação das leis municipais de proteção e promoção dos direitos humanos da comunidade homossexual em toda sua diversidade. (Carmona, 2006:163).

Carmona (2006) alerta para o fato de que a CMDH vem adquirindo cada vez mais legitimidade em termos de intersectorialidade na articulação das políticas, entretanto, a cada dia vem perdendo seu volume orçamentário, o que reflete o desinteresse do Estado em investir nos trabalhos em direitos humanos.

5.6.3. Centros de Referência

Centro de Referência da Diversidade Sexual (CRDS)

As Leis 8.176/01 e 14.170/02 pressupõem a criação de órgãos que garantam que seus princípios sejam cumpridos. Nesse âmbito, surge a possibilidade de se criarem órgãos governamentais que defendam os direitos GLBT, mas que sejam controlados e geridos pelos movimentos sociais. Paralelamente, o programa federal *Brasil Sem Homofobia* – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de

¹⁸⁵ A CMDH, em parceria com o NPP e os movimentos GLBT da cidade, publicou a pesquisa *Participação, Política e Homossexualidade: VIII Parada do Orgulho GLBT de Belô* (PRADO, M., RODRIGUES, C. & MACHADO, V., 2006).

Promoção da Cidadania Homossexual da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – garante a criação de instituições financiadas pelo governo com o objetivo de implementar suas propostas. Neste contexto, foram criados centros de referência em todo Brasil.

O primeiro Centro de Referência do Estado de Minas Gerais foi o Centro de Referência da Diversidade Sexual, cujo espaço foi inicialmente conquistado em 2002 junto à SMADC, por uma solicitação de Danilo Ramos (Clube Rainbow de Serviços), mas que acabou sendo ocupado pela ASSTRAV (Associação de Transexuais e Travestis). A ASSTRAV, que havia acabado de passar pela troca de presidentas e um desvio de verbas que provocara uma crise institucional, estava sem sede. Como o espaço reservado para o Centro de Referência Municipal estava ocioso, segundo relatos de Walkiria La Roche, esta por sua vez, levou os móveis da ASSTRAV para este espaço, possibilitando a efetivação do órgão e de suas atividades. Posteriormente, ela relata ter convidado o grupo CELLOS para fazer parte de uma coordenação participativa no Centro de Referência da Diversidade Sexual (CRDS).

O CRDS serviu para diversos fins, tais como aproximar os movimentos GLBT de Belo Horizonte dos espaços institucionais de atuação política (proporcionando conexões com órgãos do Estado e de outros movimentos sociais), abrigar e dar estrutura a estes grupos e, acima de tudo, prestar atendimento psico-social, jurídico e acolhimento às vítimas da violência homofóbica.



Em 2007, em virtude de um projeto desenvolvido pela equipe da CMDH, o CRDS se transformou no CRGLBT – Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania de GLBT. Ao contrário do CRDS, que funcionava com trabalho voluntário, o CRGLBT recebe verbas federais, no âmbito do programa Brasil Sem Homofobia, o que possibilitou a contratação de uma equipe técnica, formada por profissionais e estagiários de direito, serviço social e psicologia. Carlos Magno atualmente é o coordenador do CRGLBT e o autor desta pesquisa o psicólogo da equipe.

Centro de Referência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (CRGLBTTT)

A criação do centro de referência estadual foi prevista pela Lei 14.170, e sua implementação provocou conflitos entre militantes da comunidade GLBT de Belo Horizonte. Inicialmente, o projeto havia sido apresentado por Danilo Ramos, e a aprovação já havia sido decretada pelo governador Itamar Franco em 2002. Os demais grupos da cidade, se sentindo excluídos do processo, embargaram este projeto e o reapresentaram com respaldo coletivo. Danilo Ramos manifestou profundo descontentamento contra esta atitude dos grupos locais, afirmando ter convidado todos para a construção do projeto, e que nenhum deles manifestou interesse em contribuir.

Conforme foi noticiado no informativo do Governo do Estado de Minas, no dia 21 de novembro de 2005:

Projeto prevê criação do Centro de Referência Homossexual em Minas

BELO HORIZONTE (21/11/05) – Representantes de Ongs de defesa dos direitos de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros (GLBTs) entregaram hoje ao secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, Marcos Montes, o projeto para criação do Centro de Referência Homossexual (CRH).

A criação desse centro tem como objetivo promover o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às necessidades de valorização da auto-estima, a defesa e a capacitação profissional do cidadão deste público do Estado de Minas Gerais, através da difusão de conhecimentos, da ampliação do diálogo entre as entidades envolvidas e do estímulo à implementação de estudos e projetos.

A solenidade aconteceu no gabinete do secretário Marcos Montes, com as presenças do subsecretário de Direitos Humanos, João Batista de Oliveira, do deputado federal Leonardo Mattos e representantes de entidades GLBT's, entre eles Rainbow e Cellos.

A criação deste Centro está prevista na Lei 14.170, de 16 de janeiro de 2002, e regulamentada pelo decreto nº 43683/2003 do governador Aécio Neves (Agência Minas, 21/11/2005).

Assim, após um longo processo, o centro de referência foi implementado em 2005 e Walkíria La Roche vence Danilo Ramos na disputa pela sua direção. Este fato constitui um marco histórico, uma vez que Walkíria La Roche se torna a primeira transexual a assumir um cargo público no Brasil.

Como discutiremos adiante, os centros de referência refletem, não só os resultados do ativismo político dos movimentos sociais, mas o jogo de interesses do Estado na visibilidade deste ativismo. Conseqüentemente, o obscurecimento da separação de papéis entre as instituições públicas e os movimentos organizados da sociedade civil trazem algumas conseqüências que discutiremos adiante. Walkíria La Roche identifica o interesse do Estado nessas políticas no seguinte depoimento:

Agora em questão... política é o que você coloca, questão de... do Centro de Referência, por exemplo. É... o governo tem interesse né? por uma questão política mesmo... Porque está em voga agora a homossexualidade, como plano de governo, aí o Brasil inteiro tá trabalhando nisso, tem que ter esse trabalho com negros, deficiente, la... la... la... dos homossexuais, né?, quer dizer, dependiam da gente (Walkíria La Roche, 2007).

Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania GLBT (NUH)

O NUH, assim como o CRGLBT, também foi criado no âmbito do programa Brasil sem Homofobia, e foi estruturado na Universidade Federal de Minas Gerais em dezembro de 2006. Ao contrário dos outros centros de referência, que se consolidaram a partir de uma tradição de militância política, o NUH surge de um percurso acadêmico.

Entretanto, é importante ressaltarmos que as pesquisas que culminaram com a fundação do NUH foram desenvolvidas a partir de uma relação de proximidade com os movimentos sociais da cidade. Esta proximidade permitiu que a Universidade, representada até então pelo NPP (Núcleo de Psicologia Política), se aproximasse das questões estatais e das políticas públicas.

O NUH tem dois eixos centrais de organização de suas atividades:

- Pesquisa: em Direitos Humanos e Sexuais, Violência Institucional e Minorias Sexuais, Formas de Participação Política de Grupos GLBT e Movimentos Sociais, etc.;
- Capacitação e Formação: Efetivação de programas sociais e políticas públicas vinculadas às questões GLBT;

Embora este núcleo seja caracterizado pelo rigor teórico-metodológico da vida acadêmica, sua produção científica busca manter interlocução com os problemas concretos da Sociedade Civil e do Poder Público.

Além de intensificar pesquisas como as que lhe deram origem, o NUH aprofunda o debate com a sociedade através da capacitação de agentes públicos para a efetivação de programas sociais e políticas públicas vinculadas as questões dos direitos humanos de GLBT, bem como a formação de novos profissionais através da inclusão nos cursos de graduação de questões relativas ao núcleo central da proposta e, articulação e consolidação das práticas de atendimento psicossocial e jurídico de vítimas de violência homofóbica através do trabalho em rede já instalado pelo Estado de Minas Gerais e pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Além disso, o NUH tem como propostas centrais a qualificação de técnicos, a organização de banco de dados sobre o trabalho de atendimento, a criação de uma metodologia de atendimento a vítimas de violência e, por fim, a criação de mecanismos institucionais e públicos para indução de demanda já que, como se sabe, a comunidade vitimada ainda não reconhece o poder estatal e as políticas públicas como referência institucional para a questão dos direitos sociais e humanos. A questão das denúncias é bastante complexa, podendo inclusive tornar invisível as práticas da violência quando vistas simplificada como uma questão jurídica.

Neste sentido, o surgimento deste núcleo marca a tentativa de integração entre os núcleos de referência implantados na cidade, materializada em um convênio formalizado entre a universidade e a SMADC.

Atualmente o NUH é coordenado pelos professores pesquisadores Dr. Marco Aurélio Máximo Prado, do departamento de Psicologia, Dra. Marlise Matos, do departamento de Ciências Políticas e Dr. Bruno Leal, do departamento de Comunicação Social.

5.6.4. Pesquisas Acadêmicas

Os discursos sobre a homossexualidade sempre estiveram interpelados por diferentes formas de saberes e, desde o século XIX, por saberes científicos produzidos na academia. Neste sentido, a produção de conhecimentos sobre temáticas GLBT assume um viés político que pode contribuir ou prejudicar as lutas contra o preconceito, a discriminação por orientação sexual e a homofobia. James Green menciona que os estudos de Peter Fry, Edward MacRae, Richard Parker e outros, fomentaram a produção acadêmica neste campo e incentivaram o surgimento de uma nova geração de pesquisadores, e que, dentre estes novos pesquisadores, destacam-se muitos militantes proeminentes (Arney, Fernandes & Green, 2003).

Neste sentido, em Belo Horizonte, como em todo o Brasil, começaram a aumentar, em número e diversidade, os estudos que tomam as temáticas GLBT como objeto de reflexão.

Algumas pesquisas, no caso de Minas Gerais, propiciaram uma relação dinâmica entre o NPP, a militância GLBT e órgãos governamentais, tais como a SMADC e a

CMDH. Estes atores se encontram através de seminários, debates, grupos vivenciais e de discussão, reuniões, projetos de pesquisa etc.

Desde meados de 2003 o NPP vem realizando pesquisas junto aos movimentos sociais GLBT de Belo Horizonte, que resultaram em: um estudo comparativo de dois grupos militantes (Machado & Prado, 2005); um estudo sobre a participação política de militantes no movimento GLBT (Costa & Prado, 2006); um estudo sobre a constituição da identidade coletiva da Parada GLBT de Belo Horizonte¹⁸⁶; e finalmente, duas pesquisas quantitativas durante as Paradas de 2005 (Prado, Rodrigues & Machado, 2005) e 2006¹⁸⁷, sendo que o livro com os resultados obtidos em 2005 (Prado, Rodrigues & Machado, 2006) foi publicado pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Além das pesquisas com movimentos sociais, defendeu-se no NPP a dissertação de mestrado *A Vivência Homossexual e a Igreja Católica: Poder e Resistência na Constituição das Identidades Sociais* (TORRES, 2005).

Embora não tenhamos feito um levantamento sistemático das pesquisas que vem sendo realizadas recentemente sobre esta temática nas Universidades da cidade, além dos trabalhos do NPP, destacamos as pesquisas de Rios (2004), Diniz (2006) e Fernandes (2007).

¹⁸⁶ Resultados parciais dessa pesquisa se encontram no texto *Sexualidade e Cidadania. Sociedade Civil e Poder Público na Organização da Parada GLBT na Cidade de Belo Horizonte (Brasil)* (Machado & Prado, 2007).

¹⁸⁷ O relatório da pesquisa de 2006 ainda está sendo redigido.

| Data | Cronologia do Movimento GLBT em Belo Horizonte |
|-----------|---|
| 1960 | Boatos sobre um grupo Gay chamado Vila Césamo. |
| 1964 | Surge a primeira Boate Gay de Belo Horizonte (segundo relatos foi fechada pela polícia). |
| 1972 | I Simpósio de Estudos da Homossexualidade (18/jul.). |
| 1979/1980 | Grupo Terceiro Ato. |
| 1980 | Edson Nunes participa da passeata contra as medidas repressivas do Delegado Wilson Richetti (13/junho). |
| 1981 | Edson Nunes funda em Belo Horizonte o Núcleo Gay do PT e o Movimento Homossexual Mineiro, ao qual alguns integrantes do antigo grupo <i>Terceiro Ato</i> passam a fazer parte. |
| 1982 | Edson Nunes se torna o primeiro Candidato a deputado Federal assumidamente homossexual. Em sua campanha é mencionado o Movimento Viva o Amor e seu ativismo político em prol dos direitos homossexuais. Durante os anos 80 pratica formas de enfrentamento social, a partir da exposição pública de afetos homossexuais. |
| 1984/85 | Edson Nunes escreve a coluna <i>Cheguei</i> no Jornal de Domingo. |
| 1987 | Edson Nunes escreve a coluna <i>Glasnost</i> para o Diário de Minas e tenta revitalizar o Movimento Mineiro de Defesa dos Homossexuais. Surge o GAPA (Grupo de Apoio e Prevenção contra a AIDS). |
| 1992 | Ronan deixa o GAPA e funda a ABC AIDS. Surge o grupo VHIVER. |
| 1993 | Surge a Associação Renascer que tentou unir os grupos que trabalhavam na prevenção de DST's, visando especificamente a busca de direitos dos homossexuais. GAPA desenvolve durante três anos o projeto <i>Sexo, Prazer e Homens</i> coordenado por Luiz Morando e Roberto Chateaubriand, com verba do Ministério da Saúde. GAPA cria o grupo de convivência ligado ao projeto <i>Sexo Prazer e Homens</i> , onde se discutiam assuntos ligados à prevenção e questões identitárias ligadas à homossexualidade. Presença do Movimento Homossexual Diretrizes de Emancipação (MG) no VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais em Cajamar/SP (Facchini, 2005). Realiza-se em Belo Horizonte o I Encontro Mineiro, com 45 pessoas e dois grupos: Dialogay e Núcleo de Orientação e Saúde Sexual RJ. |
| 1995 | GAPA realiza o primeiro Ato público do movimento GLBT de BH, no dia 28 de junho, na Praça 7, onde divulgaram a lista de homossexuais assassinados promovida pelo GGB. Fundação da ABGLT. |
| 1996 | Soraya Menezes participa do Primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (Rio de Janeiro) |
| 1997 | Soraya é convidada para palestrar no segundo Seminário Nacional de Lésbicas (Salvador) Acontecem os primeiros encontros da Associação Mineira GLS da qual surgem os grupos GURI E ALEM. São Publicados o <i>GLS Magazine</i> e o informativo <i>Expressão GLS</i> . |
| 1998 | “Explosão” do Movimento GLBT de Belo Horizonte. Primeira Parada do Orgulho Homossexual de Belo Horizonte (26/jun., sexta-feira). |

| | |
|------|---|
| | <p>ALEM organiza o Terceiro Seminário Nacional de Lésbicas (Belo Horizonte).</p> <p>Primeiro Número da revista EGO BH.</p> <p>Registro em cartório do grupo GURI.</p> <p>Debate Sexualidade e Homofobia (GURI) (17/nov.).</p> |
| 1999 | <p>Registro em cartório da ALEM.</p> <p>ALEM entrega ao Deputado João Batista de Oliveira o projeto de lei 14.170 (ANEXO VII).</p> <p>ALEM promove o 1º Encontro de Lésbicas e Bissexuais Femininas.</p> <p>Registro em cartório da ASSTRAV.</p> <p>GURI publica o Boletim Informativo “Alegrei”.</p> <p>GURI se filia a ABGLT (25/nov.).</p> |
| 2000 | <p>Fundação do Clube Rainbow de Serviços (Jun.) e do Jornal Rainbow (Jul.).</p> <p>Eleição 2000 (Com seis candidatos simpáticos ao movimento); GURI realiza debate com estes candidatos.</p> <p>Aprovação do Projeto de lei 1672/2000, apresentado pelo Vereador Leonardo Mattos(13/dez.)(ANEXO VI).</p> <p>I Encontro Estadual de Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes, com o apoio de diversos órgãos públicos e entidades, entre as quais, o Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado da Saúde, o Sindicato dos Bancários, Sind-UTE e a Astrea Foundation.(24-26/set.).</p> <p>ALEM compra sede própria com recursos internacionais.</p> |
| 2001 | <p>Inauguração da sede da ALEM (Jan. 2001).</p> <p>Implementação do projeto de Lei nº 8.328/01, apresentado pela vereadora Neila Batista (PT), que estabelece o dia 28 de junho, como o Dia Municipal Contra o Preconceito aos Homossexuais (27/dez).</p> |
| 2002 | <p>Fundação do CELLOS (Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual) (09/Março).</p> <p>Criação do Espaço de Convivência do Clube Rainbow de Serviços (SóPraNós) (Março).</p> <p>Fundação do Grupo BEAGAY(07/julho).</p> <p>Fundação do Centro de Referência da Diversidade Sexual (CRH) (Lei 8176).</p> <p>Soraya Menezes obtém 157.739 votos em sua candidatura a senadora pelo PSTU.</p> <p>Porcina deixa a ASSTRAV e Walkíria assume a Presidência da Associação, transferindo a sede para o CRDS.</p> <p>1º Encontro Rainbow de Cultura GLBT, na Câmara dos Vereadores (02/julho).</p> <p>ASSTRAV muda sua sede para o Centro de Referência da Diversidade Sexual.</p> <p>Walkíria La Roche (Titular) e Danilo Ramos (Suplente) são designados para ocupar uma cadeira (lei 14.170) no CONEDH – Conselho Estadual de Direitos Humanos.</p> |
| 2003 | <p>ALEM, durante o V SENALE, participa da organização da I Marcha Nacional de Lésbicas de São Paulo, nas vésperas da 7ª Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (jun.).</p> <p>Grupo Beagay promove a 1ª Mostra Beagay de Contos Homoeróticos(Jun.); funda a ONG Libertos Comunicação (02/set.); e realiza a mostra "HOMOGRAFIA - arte digital homoerótica" (Out.).</p> <p>Clube Rainbow de Serviços se filia a ABGLT (09/nov.).</p> <p>Fundação da ASSEMGLS (Associação dos empresários GLS de Minas Gerais) (Set.).</p> <p>Aprovada a lei 7.918/99, que reconhece o direito de pensão a companheiros de GLBT, apresentada pela vereadora Neila Batista (27/março).</p> <p>I Encontro Mineiro de Núcleos GLBT realizado pelo Movimento Gay de Minas (MGM) e pelo CRS (14-16/março). Neste encontro funda-se a FMH – Federação Mineira de Homossexuais.</p> <p>Criação da Coordenadoria de Direitos Humanos (CMDH) (julho).</p> |

| | |
|------|--|
| | <p>CRS registra o <i>Livro de Registro de União Estável Homossexual do Estado de Minas Gerais</i>(11/agosto).</p> <p>CRS perde sua sede e fecha o “Centro de Convivência SóPráNós” (Out/Nov).</p> <p>Grupos GLBT da cidade participam do Fórum Social Brasileiro (Nov.).</p> |
| 2004 | <p>CELLOS obtém registro em cartório.</p> <p>Nova sede do CRS (10/março).</p> <p>Reunião da Liga Brasileira de Lésbicas (26-28/março).</p> <p>Danilo Ramos obtém 921 votos em sua candidatura a vereador pelo PV.</p> <p>Participação do CELLOS no Fórum Social Mineiro.</p> <p><i>Libertos Comunicação</i> é registrada oficialmente em cartório e funda o GRES Unidos do Arco Íris, preparando um desfile para o carnaval de 2005. (Set.).</p> <p>AGM comemora sete anos com uma exposição sobre o movimento homossexual no Brasil (05/set.).</p> |
| 2005 | <p>Coordenação da organização da Parada passa para o grupo CELLOS.</p> <p>ASSTRAV, CELLOS e Libertos Comunicação se filiam a ABGLT (Jan.).</p> <p>O G.R.E.S. Unidos do Arco Íris desfila no carnaval de Belo Horizonte (Fev.).</p> <p>Lançamento Municipal do Projeto “Brasil sem Homofobia” (17/março).</p> <p>1ª Caminhada de Lésbicas de BH.</p> <p>NPP realiza a pesquisa Participação, Política e Homossexualidade: 8ª Parada GLBT de Belo Horizonte, em parceria com os movimentos sociais e a Secretaria Adjunta de Direitos de Cidadania.</p> <p>Representantes do MGM (Movimento Gay de Minas) se reúnem com o governador Aécio Neves para pedir a implantação do Centro de Referência, previsto pela Lei 14.170.</p> <p>Libertos Comunicação obtém seu CNPJ (Ago.). Osmar Rezende é indicado para o cargo de Secretário de Direitos Humanos da ABRAGAY (Associação Brasileira de Gays) (Set.).</p> |
| 2006 | <p>É efetivado o CRGLBTTT – Centro de Referência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (Lei Estadual 14.170).</p> <p>Walkiria La Roche é eleita coordenadora do CRGLBTTT (16/jan.).</p> <p>Libertos Comunicação recebe o título de Utilidade Pública (24/março).</p> <p>Falecimento de Vinícius (GAPA).</p> <p>NPP realiza a pesquisa Participação, Política e Homossexualidade: 9ª Parada GLBT de Belo Horizonte, em parceria com os movimentos sociais e a Secretaria Adjunta de Direitos de Cidadania.</p> <p>Primeira reunião do Núcleo AFRO CELLOS (14/nov.).</p> <p>ALEM se filia a ABGLT (18/nov.).</p> <p>Carlos Magno é eleito Diretor Sudeste da ABGLT (18/nov.).</p> <p>Estrutura-se o NUH – Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania GLBT, na UFMG, no âmbito do programa Brasil sem Homofobia da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (dez.).</p> |
| 2007 | <p>Aprovado Dia Estadual de Luta Contra Homofobia em Minas Gerais (17 de maio). Projeto apresentado pela Deputada Jô Moraes (04/jan.).</p> <p>ABGLT reconhece Edson Nunes como pioneiro do Movimento GLBT no Brasil (27/mar) (ANEXO II).</p> <p>Morre Itamar Santos (jun).</p> <p>Lançamento do CRGLBT (28/jun).</p> |

Capítulo VI – As Paradas e a Politização das Demandas GLBT

As Paradas GLBT estão presentes em muitos países e constituem um dos eventos políticos de maior destaque na atualidade. Estes eventos, realizados a partir da mobilização do que se convencionou chamar de movimento GLBT, têm capturado a atenção da sociedade brasileira tanto pelo crescente número de participantes quanto por reivindicações que nos obrigam repensar o campo político e a ampliação dos direitos sociais.

As Paradas, como eventos estratégicos da visibilidade GLBT, interpelam os mecanismos sociais e institucionais de inferiorização social e discriminação sofrida pela população homossexual na sociedade brasileira, transformando a condição de vida desta população em tema público de discussão, debate e reflexão para o Estado e para a sociedade civil. Nesse sentido, a Parada GLBT tem se revelado uma importante ação coletiva de cunho político, como instrumento de participação social e política de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros na sociedade contemporânea, através da visibilidade que conquistou no espaço público e das questões que através dela emergem como tematizações da própria sociedade brasileira.

O teor político das Paradas GLBT é muitas vezes questionado por fugirem dos moldes tradicionais de ação política, apresentando um caráter festivo de protesto, sendo associada a algo próximo de um “carnaval”, uma festa ou evento meramente cultural. Esta crítica é reforçada pela rápida desmobilização de seus participantes, que põe em dúvida a conscientização política que se abriga nestes eventos: *pontualmente*, se reúnem milhares de pessoas para festejarem e expressarem sua sexualidade; *cotidianamente*, salvo pela atuação dos grupos militantes, a arena pública prossegue esvaziada e invisibilizando a comunidade GLBT.

Outro ponto que desafia as teorias políticas e pode se configurar numa crítica, é o viés mercadológico das Paradas GLBT, que por esta razão, foram rapidamente absorvidas pela cultura capitalista, deixando de questionar os valores morais vigentes.

Contra essas críticas, Silva (2006) afirma que,

(...) a Parada representa um espaço de ruptura com o rigor da vida cotidiana, uma verdadeira f(r)esta no controle social exercido pelos dominantes tanto do espaço público quanto privado. Porém, essa f(r)esta traz consigo elementos políticos, de contestação, os quais são visibilizados e atuam como fator de resgate da auto-estima e possibilitam ação e atuação cidadã, o exercício de uma cidadania realmente ativa por parte daqueles e daquelas que até então estavam contidos e invisibilizados na escuridão do subterrâneo do esquecimento. Ao saírem do subterrâneo já não se pode negar sua existência, mas se

pode deslegitimar suas demandas, carnalizá-las, assim como carnalizar às e aos demandantes. (p. 286)

A noção de visibilidade é extremamente necessária ao movimento GLBT, uma vez que a homossexualidade foi historicamente relegada ao âmbito privado, impedindo que suas demandas se legitimassem como interpelações políticas passíveis de serem debatidas no espaço público. Por este motivo, o conteúdo político expresso na visibilidade homossexual traz novos elementos para o protesto.

Facchini (2004) reconhece o potencial transformador da Parada tanto na visibilidade em massa da homossexualidade, quanto por proporcionarem o espaço simbólico, no qual é possível romper com os valores morais discriminatórios celebrando a diversidade, *“nesse sentido, as paradas são um instrumento político extremamente eficaz, uma vez que operam uma reordenação em nível dos aspectos simbólicos e dos valores da nossa sociedade”* (p.47).

Para Silva (2006) a despolitização não estaria na desmobilização da Parada GLBT, mas em sua interpretação e divulgação ideologicamente orientada. Creio que a importância deste evento para a mobilização e atuação dos grupos militantes ficará clara, entretanto, seu potencial transformador e criativo vai além, interpelando e desafiando a moral e os padrões culturais, e visibilizando demandas e sujeitos até então impedidos de ocuparem o espaço público.

Em inúmeras culturas, as Paradas GLBT chamam a atenção da sociedade tanto pelo crescente número de participantes quanto por reivindicações que tem colocado na pauta das discussões políticas de vários Estados Modernos temas como: o reconhecimento das parcerias entre casais do mesmo sexo; a criação de políticas públicas próprias para o atendimento da população homossexual; a criação de leis que punam crimes de ódio; constituição de mecanismos políticos e sociais para uma maior visibilidade homossexual;

Essas, entre outras tantas reivindicações, encontradas sob o debate contemporâneo dos direitos sexuais (Petchesky, 1999), ganham visibilidade e um instrumento de interpelação político institucional nas Paradas.

As origens destes eventos estão nas marchas políticas que começaram a se organizar nos EUA em comemoração às Stonewall Riots que aconteceram dia 28 de junho de 1969. As Paradas são a principal forma de expressão dos movimentos sociais GLBT, que fizeram uma revolução na história da homossexualidade no ocidente e que devido às conseqüências sociais e políticas de suas ações transformaram a história do

mundo moderno como um todo, pois fizeram com que a sociedade cedesse espaço para uma minoria que exerce cada vez mais influência sobre as instituições e a cultura (SILVA, 2004).

Nos EUA estas marchas acontecem desde 1970, na América Latina e no Brasil elas começaram a acontecer um pouco mais tarde. Uma vez que estas manifestações derivam dos processos de mobilização dos movimentos sociais GLBT, podemos nos valer dos argumentos de Green (2000; 2000b; 2003) e afirmar que talvez estes eventos tenham sido retardados pelas ditaduras que se alastraram pelo continente sul-americano durante muitas décadas. Embora o espaço não nos permita discutir essa questão a fundo, esclarecer os motivos pelos quais os movimentos organizados de GLBT surgiram no Brasil em 1978 e as Paradas apareceram apenas na segunda metade da década de 90, pode nos informar acerca de características políticas importantes dos movimentos GLBT e da política brasileira como um todo.

Como demonstra Silva (2006), desde 1980, já existia a intenção de organizar protestos como as Paradas estadunidenses. As marchas contra o Delegado Richetti foram inclusive sugeridas pelos militantes da época como uma data alternativa ao dia 28 de junho. Tal proposição vai de encontro ao nacionalismo político da época, que não permitia aos militantes assimilarem influências como esta voluntária e conscientemente. Outros estudos seriam necessários para demonstrar as condições políticas, econômicas e culturais que não incentivaram a realização destes eventos durante a década de 80.

Desde 1968 podem ser identificadas formas de resistência à opressão contra GLBT, o que nos leva a argumentar que, embora as Paradas de hoje sejam nitidamente influenciadas pelo contexto estadunidense, para que possamos compreender suas especificidades precisamos identificar os processos de re-apropriação cultural que pautam o surgimento destes eventos no Brasil e na América Latina.

Como descreve Ferreyra (2004), estas manifestações estão se proliferando na América Latina como um todo. No ano de 2003 foram realizadas Paradas GLBT na Bolívia, Costa Rica, Equador, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru, Porto Rico, São Salvador; Uruguai, Venezuela, no Chile e na Colômbia em duas cidades, na Argentina em 3 cidades, no México em 9 cidades e, finalmente, no Brasil em 28 cidades. Estes números já mostram que estes eventos são fenômenos transnacionais e de larga

aceitação entre as culturas. Podemos afirmar que esses números vêm crescendo consideravelmente de 2003 até hoje¹⁸⁸.

As Paradas vêm aumentando em número de localidades e em número de participantes, passando a integrar o calendário cultural de diversas cidades. Como mostraram os jornais do país, a Parada de São Paulo atingiu o estrondoso número de 2,5 milhões de participantes em 2005 (Facchini, R.; França, I. & Netto, F. 2006), se constituindo na maior Parada do mundo e representando a maior manifestação cívica de nossa história. A Parada paulistana atualmente chega a ser responsável por cerca de 10% do faturamento anual da cidade com turismo.

Estes eventos, bem como as temáticas postas na agenda política pelos movimentos GLBT, têm encontrado respaldo junto a instituições governamentais de países latino-americanos. Por exemplo, as organizações Alianza Lambda y Unión Afirmativa organizam, no mês de junho, o mês do Orgulho GLBTT de Caracas, que recebe o apoio da Secretaria de Recreação e Turismo¹⁸⁹ da cidade (Ferreyra, 2004).

Em Belo Horizonte os grupos militantes se aproximaram efetivamente das instituições governamentais, como identificamos nos capítulos anteriores. Importante ressaltarmos que em 2004 a Parada do Orgulho GLBT de Belô foi incluída no calendário cultural da cidade. Os grupos militantes contam cada vez mais com apoio direto da CMDH e da SMADC, o que vem contribuindo muito para a organização deste evento.

As Paradas GLBT são realizadas o mais próximo possível do dia 28 de junho, em comemoração ao nascimento do movimento gay estadunidense, data essa que marca o primeiro levante contra a repressão policial contra os homossexuais. Isto se deu em 1969 no bar Stonewall, localizado no bairro Greenwich Village na cidade de Nova York. Como vimos argumentando, a internacionalização desta data marca a influência mundial da experiência estadunidense no surgimento e nos modos de existir de movimentos sociais GLBT na Europa (Engel, 2001), na América Latina (Ferreyra, 2004) e no Brasil (Facchini, 2005; Câmara, 2002; e muitos outros).

¹⁸⁸ Como exemplo deste crescimento, ressaltamos que: apenas no Estado de Minas Gerias quatro Paradas contarão com verba do Ministério da Saúde em 2007; Silva & Caldas (2007) contabilizam 13 paradas no interior do Estado de Alagoas em 2006; Em todo o Brasil serão realizadas Paradas em mais de 130 cidades (Barbosa, 03 de março de 2007).

¹⁸⁹ O apoio da Secretaria de Recreação e Turismo é um fato que revela aspectos interessantes da complexidade do movimento GLBT. Como um evento que interroga os valores sociais, produz antagonismos políticos e defende direitos humanos, desenvolve parceria com o setor de turismo ao invés de setores ligados aos direitos humanos e/ou sociais?

Por outro lado, como argumenta Ferreyra (2004), também na América Latina existe uma história de ativismo que merece ser lembrada e que poucos de nós conhecemos. Ferreyra (2004) cita como exemplo algumas datas importantes. Em Buenos Aires, no dia 1 de novembro, se comemora a fundação do grupo “Nuestro Mundo”. Este é considerado o primeiro grupo político de homossexuais da Argentina e da América Latina, datando de 1968.

Outra data apontada por esse autor é o Dia Nacional do Orgulho Lésbico, 19 de agosto, na qual se comemora a primeira manifestação lésbica pela igualdade de direitos no Brasil, ocorrida em 1983. Esta manifestação foi organizada por participantes do GALF (Grupo de Ação Lésbico Feminista), como resposta à proibição de venderem seu jornal no Ferro’s Bar em São Paulo. Neste dia também se presta uma homenagem a Rosely Roth, uma liderança lésbica dos anos 80 que veio a falecer em 1990.

Os apontamentos de Ferreyra (2004), juntamente com nossas análises da história dos movimentos GLBT de Belo Horizonte, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980, nos ajudam a formular hipóteses interessantes para o entendimento das especificidades destes movimentos e que são determinantes na compreensão das Paradas. Em primeiro lugar, devemos ressaltar a importância de não perdermos de vista que o surgimento dos grupos que pesquisamos se deu em um contexto político em que os processos de globalização estavam começando a se tornarem visíveis através do crescente fluxo de informações entre países, e nas formas de colonização cultural e social pelas lógicas do mercado de capitais.

Em segundo lugar, esta colonização aponta a influência de modelos de militância gestados em outros contextos culturais que, mesmo reinterpretados a partir do contexto brasileiro, ainda podem ter deixado traços que precisam ser repensados pelos movimentos GLBT locais.

Em terceiro lugar, explicita uma história que é ignorada por muitos e merece ser lembrada, no sentido de fortalecer a identidade política dos grupos que atuam no contexto latino americano, facilitando a produção de discursos mais abrangentes e próximos da comunidade que buscam representar. Estas hipóteses se configuram como um dos pontos centrais de nosso trabalho que, ao partir de uma análise dos movimentos homossexuais na cidade de Belo Horizonte, tenta identificar as possíveis influências coloniais e etnocêntricas nas tradições de pensamento que ainda hoje seguimos e reproduzimos no Brasil.

Estas hipóteses nos alertam para a importância de pensarmos os movimentos sociais e o campo político como fenômenos situados em contexto progressivo de globalização, incapazes de serem pensados fora de um quadro conceitual que leve em consideração a relação colonizadora entre centro e periferia, ou entre norte e sul (Santos, 2004).

No contexto brasileiro, a primeira Parada surge com uma marcha realizada em 1995 no Rio de Janeiro, para encerrar uma conferência da ILGA (Silva, 2006). A Parada do Rio de Janeiro foi muito importante para a história dos movimentos GLBT de Belo Horizonte. Foi em 1996 que Soraya Menezes participou deste evento no Rio de Janeiro e começou a pensar na possibilidade de se realizar algo semelhante em Belo Horizonte.

Em São Paulo, que hoje assiste a mais numerosa das Paradas no mundo, esta ação coletiva teve início no dia 28 de junho de 1996. Este evento, chamado por Silva (2006) de a Parada Número Zero, foi realizado pelos grupos *Etc. & Tal* e o *CAEHUSP* (Centro Acadêmico de Estudos Sobre a Homossexualidade da Universidade de São Paulo).

De um modo geral, as Paradas cresceram em todo o Brasil, tanto em número de participantes, quanto em acesso aos espaços políticos institucionais do Estado. A Parada de São Paulo foi a que mais se destacou, influenciando todo o contexto e a atuação dos movimentos GLBT nacionais, o que nos leva mais uma vez a pensar a política sempre tendo em vista os assimétricos processos de globalização.

A Parada GLBT de Belo teve uma grande importância para o desenvolvimento da militância GLBT em Belo Horizonte, contribuindo não só para a visibilidade da comunidade, mas também para a mobilização de ativistas, a articulação entre os grupos e destes com outros atores políticos. Tudo isto faz da Parada GLBT uma privilegiada ferramenta material e simbólica de atuação política destes movimentos.

6.1. A Parada do Orgulho GLBT de Belo Horizonte (MG)

Em seus nove anos de existência, a Parada GLBT de Belo Horizonte sofreu muitas transformações relacionadas, principalmente, às redes de alianças desenvolvidas entre os grupos militantes e, sobretudo, com os órgãos governamentais. Este percurso denota posicionamentos diferentes nas negociações com as políticas institucionais, trazendo implicações determinantes para pensarmos como as identidades coletivas se

formaram, e que escolhas políticas foram feitas pelos movimentos organizados. Percebemos que a Parada GLBT, os movimentos que a organizam e seus interlocutores, enquanto atores de um palco político globalizado, acessaram narrativas que seguem uma lógica hegemônica de valores e atuação política, mas apresentando sempre particularidades importantes para pensarmos a emergência dos antagonismos sociais ligados a cidadania GLBT em Belo Horizonte.

Como vimos, a Parada GLBT teve um papel determinante no surgimento dos grupos GLBT em Belo Horizonte, contribuindo para a mobilização e interlocução dos grupos que estavam se formando. Em 1998, quando foi realizada a primeira Parada, o contexto sócio-político da cidade oferecia pouco espaço para a nascente comunidade GLBT, dificultando a atuação e a mobilização de militantes. Entretanto, os grupos que vinham se organizando neste período viveram um ano de muito ativismo. Neste ano, foram realizadas várias atividades importantes, entre elas, a primeira Marcha do Orgulho Lésbico-Gay¹⁹⁰.

Este evento foi inicialmente idealizado e organizado por Soraya Menezes, influenciada pela marcha que participou no Rio de Janeiro. A mobilização que havia sido feita para organizar o SENALE começava a tomar corpo e, assim, a Parada contou com a colaboração de ativistas que estavam se firmando na militância GLBT de Belo Horizonte. No período de organização da Parada estava sendo cultivado um clima de cooperação para a formação de um grupo misto de gays e lésbicas¹⁹¹. Apesar do contexto pouco favorável e repressivo¹⁹² de Belo Horizonte, foram construídos e os recursos simbólicos e materiais necessários para a formação dos grupos organizados de GLBT, que necessitavam de estratégias de visibilidade para suas demandas.

A Parada? É... porque a gente ouvia muito das Paradas do exterior, né? Principalmente dos Estados Unidos né? Ai em 98, a gente começou a ter contato com os grupos, que a gente não sabia que existia, mas existia, que era o Grupo Gay da Bahia e o Dignidade de Curitiba. Tivemos o primeiro contato em 98, com o grupo Dignidade e o Grupo Gay da Bahia. E o Grupo Gay da Bahia era um grupo que, tradicional né? Tinha bastante tempo, né? O grupo Dignidade que passou muita informação pra gente, primeiramente foi o grupo Dignidade do Tony Reis. A gente tinha idéia das Paradas que aconteciam nos Estados Unidos, né? Então gente, vamos fazer uma Parada? (Itamar Santos, 2007).

¹⁹⁰ Na maior parte das vezes nos referimos ao nosso objeto de estudo como Parada, por percebermos que este é o nome mais difundido entre militantes e no senso comum. Entretanto, inicialmente este evento recebia atribuições como “Marcha” ou “Passeata”, o que nos revela que os significados que esta ação coletiva representava para os grupos que a organizam e organizaram se transformaram seguindo padrões que transcendem o contexto local (ANEXOS XII e XIII).

¹⁹¹ Um documento interessante sobre o desmembramento deste grupo pode ser acessado no ANEXO IV.

¹⁹² Falar de um contexto repressivo em uma grande capital no final dos anos 90 pode parecer exagerado, entretanto, ao abordarem a vida gay neste período, nossos entrevistados relataram condições e fatos extremamente violentos. Entre classes sociais menos favorecidas estes relatos assumiram contornos mais dramáticos.

Neste relato identificamos novamente a importância da troca de informações sobre experiências de militância entre centros urbanos, e como diferentes contextos se influenciam mutuamente. Todavia, é necessário que explicitemos algumas especificidades na produção da Parada de Belo Horizonte, em relação às estratégias e identidades coletivas que se constituíram nesse processo. De um modo geral, percebemos que a condição periférica da cidade, no contexto nacional e internacional, produziu a radicalização de algumas peculiaridades típicas ao movimento GLBT, tais como, ligações com movimentos sociais e partidos de esquerda por um lado, e uma concepção de transformação social mercadológica e assimilacionista por outro.

6.1.1. Classe Social e a Produção de Antagonismos

Marsiaj (2003) argumenta que a noção de classe social é crucial para compreendermos diversos fenômenos sócio-políticos do universo GLBT, inclusive a formação e atuação dos grupos militantes. *“Como em vários outros países latino-americanos, a maioria dos participantes no movimento gay e lésbico no Brasil tendem a ser de classe baixa ou classe média baixa, e muitos líderes de organizações, de classe média”* (Marsiaj, 2003:144).

Como discute Green (2003), a relação entre demandas GLBT e a esquerda na América Latina não é simples. Embora estes dois motores de interpelação política tenham contribuições mútuas ao longo da história, muitas divergências e sobreposições se deram na hierarquização de suas prioridades políticas. Marsiaj (2003) levanta a hipótese de que *“a histórica ligação entre o movimento gay com a esquerda pode ser uma fonte de contestação a uma estratégia baseada num consumismo exagerado”* (p.145).

As relações que se estabelecem entre aspectos simbólicos e estruturais têm se mostrado relevante para a compreensão das desigualdades sociais, tal como a formação das comunidades GLBT e as clivagens socioeconômicas. Como têm demonstrado vários autores (Souza, 2005; Marsiaj, 2003; Castro, 1992 e muitos outros), as relações de injustiça social intercalam múltiplos elementos para a formação das identidades coletivas. Entretanto, devemos apontar para o distanciamento que se produziu entre as discussões de classe e as demais formas de opressão social, no sentido de se privilegiarem os elementos simbólicos da exclusão social, em detrimento dos questionamentos que se estabelecem sobre a má redistribuição de renda. Como exemplo, Tejerina (2005) mostra como os movimentos sociais contemporâneos têm se

mobilizado em torno de *privacidades compartilhadas*, o que sinaliza para a insuficiência das desigualdades de classe para a produção de identidades coletivas na contemporaneidade. Fraser (2002), por sua vez, nos alerta para o dilema da *substituição*, que tem atingido as ciências sociais e, em tempos de globalização, quando justamente as desigualdades sociais se tornaram mais agudas, as discussões sobre reconhecimento recebem tratamento privilegiado, em detrimento das discussões sobre redistribuição.

Embora estes dilemas possam ser criticados pela insuficiência da noção economicista de classe social, que deriva do marxismo, ou ainda, que reconhecimento e redistribuição são faces da mesma moeda, devendo ser discutidos conjuntamente, consideramos de extrema importância que se desenvolvam mais os debates sobre a relação entre reconhecimento e redistribuição.

O debate sobre classes sociais no Brasil começou a incorporar o debate sobre novos movimentos sociais a partir da década de 70, quando a noção de tomada revolucionária do poder deu lugar a uma concepção e formas de atuação política que privilegiam a transformação social via mudanças gradativas no cotidiano (Scherer-Warren, 1987; 1993). Neste contexto, começa a se fortalecer o fenômeno das ONG's como novo modelo de organização política capaz de superar a insuficiência do discurso homogeneizante e totalizante dos partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais tradicionais¹⁹³.

Uma análise do movimento GLBT, no Brasil e no mundo, nos mostra como a epidemia de AIDS foi fortemente desarticuladora das políticas de reconhecimento e igualdade, obrigando os poucos grupos sobreviventes a desenvolverem formas de militância indissociadas das políticas de prevenção às DST's, principalmente a partir da década de 1980. Esta associação entre políticas GLBT e de prevenção marca, não só o estilo de atuação dos grupos, mas também o modo como esses grupos que emergiram da Sociedade Civil passaram a se relacionar com o Estado. A parceria entre o Estado e as ONG's GLBT se constituiu num jogo de interesses políticos, uma vez que o Estado precisava de atores capazes de penetrar em recônditos incompreensíveis para a sua engessada política institucional, com o objetivo de conter o alastramento da epidemia de AIDS. Nas palavras de uma militante:

Agora a questão da saúde não foi bem assim, porque foi uma coisa mais imposta do movimento contra as Secretárias, contra o Ministério! (...) Foram os homossexuais, as

¹⁹³ Ortiz (2006) aponta que as ONG's, ao se assemelharem a uma empresa, com versatilidade e mobilidade nas ações e nas posições institucionais, se configuram como uma forma de politização adaptada ao modelo de sociedade radicalmente mundializada.

lésbicas, as travestis que foram distribuir preservativos no mundo inteiro. (...) Se o Brasil tem um prêmio aí de melhor programa... Graças ao movimento GLBT. Entendeu? Porque eles não têm essas pessoas. Principalmente, em relação às travestis, porque eles não tinham as portas para entrar na marginalidade. Hoje em dia elas são mocinhas com corpinho de Gisele Bündchen, querido. Na minha geração pra trás, eram dinossauros. Cinqüenta litros de silicone cada uma, gilete na boca... entendeu? Capoeira, paulada, facada e cafetão. Entendeu? O Ministério não ia lá [a entrevistada bate na mesa, imitando o gesto de bater em uma porta]: “vim aqui”. Acordar uma travesti na zona, no Bonfim, pra falar o que era saúde. Dava paulada no cara, jogava água quente. Entendeu? Cachorro... não tinha essas portas. Então... precisavam mesmo, entendeu? Eu acho que... não vou falar como uma troca de favores, porque eu acho que... que... uma troca de interesses, né?! (Walkiria La Roche, 2007).

Neste sentido, o panorama da militância GLBT no Brasil dos anos 1990 emerge das políticas de saúde, se estruturando sob o formato de ONG's ligadas à prevenção de DST's. Até mesmo grupos que não emergiram das políticas de saúde acabaram por delas se aproximarem, em busca de financiamento e/ou reconhecimento político. Esta forma de aproximação com o Estado, associada a uma concepção reducionista de inserção social de GLBT pela via do mercado, produziu um movimento social menos capaz de discutir políticas sociais mais amplas e, de um modo geral, questionar as hierarquias sociais relacionando a crítica ao capitalismo e lógica de mercado.

Em Belo Horizonte identificamos a emergência de experiências políticas particulares, tais como o CRS e a ALEM (Machado & Prado, 2005). A ALEM, por exemplo, nasce da experiência política de Soraya Menezes na extrema esquerda, na qual a noção de classe se restringia a velha e reducionista perspectiva economicista, incapaz de dar origem a uma discussão mais orgânica, ou a políticas de identidade mais dinâmicas. Podemos dizer que a ALEM nasce da reinterpretação da experiência de luta sindical e político-partidária, pelo feminismo dos grupos nacionais de Lésbicas. Sendo assim, a noção de tomada revolucionária do poder tinha forte influência no ativismo deste grupo, e seu radicalismo muitas vezes dificultou o acesso à política institucional, parcerias com empresas, e até mesmo com a diversidade de grupos militantes do Brasil¹⁹⁴.

Por outro lado, este posicionamento favoreceu parcerias com movimentos sociais de base. Favoreceu também com que suas atividades fossem notadas por grupos feministas de fomento internacional, que passaram a financiar as atividades da associação. O grupo CELLOS também surge num contexto parecido, Carlos Magno era militante do PSTU no Estado da Paraíba, e veio para Belo Horizonte com a intenção de

¹⁹⁴ Importante ressaltarmos que a dificuldade em se associar com determinados atores, por parte da ALEM, está relacionada também ao posicionamento de alguns grupos Lésbicos que consideram a ABGLT machista. A Liga Brasileira de Lésbicas deriva deste posicionamento.

militar no movimento estudantil e nas temáticas GLBT, o que o levou a formar o CELLOS. Interessante observarmos que o CELLOS foi apoiado pela ALEM¹⁹⁵ desde suas primeiras reuniões, o que reforça a importância da ALEM para o desenvolvimento do movimento GLBT na cidade.

Nestes dois grupos temos a predominância de indivíduos de classes sociais menos favorecidas, o que contribuiu para que uma discussão socioeconômica fizesse parte da militância do grupo. Como exemplo, a ALEM desenvolveu muitas atividades em bairros periféricos e no interior do Estado de Minas Gerais, sempre com esse corte de classe orientando suas ações; Muitos integrantes do CELLOS não pagavam sua contribuição por não terem recursos nem para chegarem até os locais das atividades do grupo.

Quando tomamos este contexto político para pensarmos a Parada, percebemos duas rupturas importantes. A primeira se dá quando o CRS passa a fazer parte do Comando da Parada¹⁹⁶, levando com que se formassem oposições políticas demarcadas e entrassem em cena novos atores interessados no crescimento do evento. A presença do CRS e sua intenção de produzir um evento com apelo mais cultural que político, fez com que as concepções contrárias se tornassem mais nítidas. A perspectiva assimilacionista do CRS contribuiu para que fosse construído um novo conjunto de relações, tais como parcerias com casas comerciais, e acesso diferenciado às oportunidades políticas oferecidas pelas instâncias governamentais¹⁹⁷. Este período, mais ou menos entre 2001 e 2004, é acompanhado por uma multiplicação das relações entre grupos na produção do evento, como veremos adiante.

A segunda ruptura se formaliza quando o CELLOS assume a direção da Parada e a ALEM passa a se dedicar a Caminhada das Lésbicas. Este momento, que se inicia em 2005, provocou uma maior profissionalização na produção da Parada e na atuação

¹⁹⁵ Embora este dois grupos também tenham se aproximado das políticas de prevenção para a captação de recursos e inserção institucional, é importante ressaltarmos que o CELLOS se manteve durante muito tempo avesso a se envolver nestas políticas. A ALEM e o CELLOS fazem questão de separar a luta pelos Direitos Humanos do ativismo de Prevenção.

¹⁹⁶ Apesar de consideramos importante a entrada em cena do CRS, esta ruptura deve ser compreendida dentro de um enquadramento mais amplo, que envolve mudanças políticas e culturais em várias dimensões: na cidade, no estado e no país, na Sociedade Civil e no Estado. Lembramos que neste período a Parada de São Paulo começa a tomar maiores proporções, a ABGLT se consolidava, começavam a aumentar as vitórias GLBT nos âmbitos legislativo e judiciário, entre outros aspectos.

¹⁹⁷ O CRS teve uma participação fundamental para que a SMADC cedesse o espaço para a instalação do CRDS (Centro de Referência da Diversidade Sexual), que abrigou a ASSTRAV quando esta perde sua sede, e o CELLOS-MG que, até então, se reunia em locais emprestados. Posteriormente, este espaço passa a abrigar as reuniões do Comando da Parada atribuindo a elas um caráter público importante. A proximidade com a SMADC e com a CMDH, tem se mostrado cada vez mais importante para o crescimento da Parada do Orgulho GLBT de Belô.

dos grupos, principalmente do CELLOS. Quando falamos de profissionalização, neste contexto, queremos sinalizar a automatização de processos de atuação e organizativos (ex. divisão e especialização de funções), que culminaram numa menor ênfase na necessidade da Parada ser organizada democraticamente, e no estabelecimento de uma rede mais forte e formalizada de aliados políticos. Esta rede pode ser compreendida como um aumento substancial na capacidade dos grupos de acessarem as políticas e os espaços institucionais. O CELLOS fez alianças com políticos que ocupam cargos importantes e contribuíram, principalmente, facilitando a atuação do grupo na organização deste evento. A nomeação de Walkiria La Roche como diretora do CRGLBTTT¹⁹⁸, sendo a primeira transexual a ser nomeada para cargo público institucional, também trouxe ampla visibilidade e novas possibilidades de acesso aos recursos do Estado.

O grupo CELLOS, que até então tinha seu universo de possibilidades cooperativas limitadas por ser extremamente crítico ao posicionamento ideológico da grande maioria dos grupos GLBT, passa a desenvolver uma relação mais próxima à ABGLT e Carlos Magno começa ser um militante reconhecido nacionalmente. A partir disto, a Parada do Orgulho GLBT de Belô passa a seguir uma pauta nacional do movimento GLBT, definindo a temática do evento.

Neste período, Carlos Magno é contratado pela CMDH para trabalhar com a temática GLBT, no contexto da SMADC, o que, como vimos anteriormente, culminou com a aprovação de um projeto, no âmbito do Programa Brasil sem Homofobia, que institucionalizou o CRDS (CRGLBT) e destinou recursos para a contratação de uma equipe profissional. Este processo influenciou muito na constituição das identidades coletivas, articulando novas redes.

Este movimento não é simples e envolve aspectos políticos externos ao movimento, culminando numa forma estratégica, porém adaptativa, dos grupos GLBT se posicionarem em relação ao mercado e o Estado. Embora este novo posicionamento mantenha alguns pontos do antigo ideário político, as identidades políticas e coletivas que se articulam em torno da Parada do Orgulho GLBT de Belô alteraram consideravelmente os caminhos pelos quais suas ações buscavam atingir resultados. Tentamos sintetizar e sistematizar este movimento que descrevemos na tabela a seguir:

¹⁹⁸ Importante lembrarmos que Danilo Ramos (CRS) teve uma presença marcante na instalação deste centro, tendo apresentado o primeiro projeto (que foi embargado pelos outros grupos), e disputado com Walkiria La Roche este cargo.

| Ano | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 |
|--|---|--|---|---|---|
| Grupos envolvidos na organização | GLS(ALEM)/ASMGLS(Associação Triângulo Rosa) | ALEM / GURI | ALEM/GURI/ASSTRAV | ALEM/GURI/ASSTRAV/Clube Rainbow de Serviços/MGM/MHM-Betim | ALEM/GURI/ASSTRAV/Clube Rainbow de Serviços/ CELLOS |
| Temática/Lema/Bandeira | - | - | - | - | - |
| Nº. Participantes | 50 | 150 | 800 | 3.000 – 5.000 | 10.000 – 15.000 |
| Acesso à Política Institucional | Quase nenhum acesso à política institucional. | Acesso à política institucional através dos Vereadores Leonardo Mattos e João Batista. | Acesso à política institucional através de Vereadores. Aprovação da Lei Municipal 8.176 | Apoio da BELOTUR; SMADC; Programa DST/AIDS da PBH. | Além dos apoios conquistados nos anos anteriores, os grupos passam a ocupar o Centro de Referência da Diversidade Sexual e a estrutura da SMADC |
| Aliados Políticos | PSTU / Sindicatos / Vereador Leonardo Matos | PSTU / Sindicatos / Vereadores | | PSTU e Sindicatos / Vereadores /Deputados / Alguns órgãos governamentais começam lentamente a cooperar (BELOTUR, SMADC, Programa DST/AIDS da PBH) | PSTU e Sindicatos / Vereadores /Deputados / SMADC / Bares e Boates |
| Principal fonte de financiamento | Apoio dos aliados e recursos particulares de militantes | | | Apoio dos aliados, doações de casas comerciais GLBT e recursos particulares de militantes | Apoio dos aliados, doações de casas comerciais GLBT e recursos particulares de militantes |
| Dinâmica Interna de Organização | Pouca definição de papéis, conflitos organizacionais pouco ideológicos e mais personalistas. Segmentação das especificidades em grupos separados. Início de uma tradição de ações coletivas articuladas pelos grupos. | | | Oposições ideológicas entre ALEM e CRS. Enfoque democrático nas deliberações grupais. | Oposições ideológicas entre ALEM e CRS, desentendimentos e rompimento de relações. |
| Principais Problemas / Adversários / Fatos Marcantes | Registro do Grupo GURI Desmembramento da ASMGLS (ANEXO IV) | Registro da ALEM e da ASSTRAV | Registro do CRS. Aprovação da Lei Municipal (Leonardo Mattos) | ALEM conquista sede própria | Aprovação da Lei Estadual 14.170. |

| Ano | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|--|---|--|---|---|--|
| Grupos envolvidos na organização | ALEM/ASSTRAV/CELLOS/GGBH /ATITUDE-MG/MHM-Betim | ALEM/ASSTRAV/GAPA-MG/CELLOS/GURI/Clube Rainbow de Serviços/BEAGAY | CELLOS-MG/ALEM /ASSTRAV/GAPA-MG | CELLOS/ALEM /ASSTRAV | CELLOS/ALEM /ASSTRAV |
| Temática/Lema/Bandeira | - | Com licença nós vamos à luta! | Unindo Sentimentos, Derrubando Preconceitos, Parceria Civil Já!!! | Uma Goleada Contra o Preconceito: Homofobia é Crime. | Por um Mundo Sem Racismo Machismo e Homofobia. |
| Quantidade de Participantes | 12.000 – 25.000 | 5.000 – 50.000 | 100.000 | 15.000 – 170.000 | |
| Acesso à Política Institucional | Parada começa a receber verba do Ministério da Saúde | Apoio da SMADC e forte empenho dos militantes no licenciamento. Forte oposição da Regional Centro-Sul, culminando no indeferimento do licenciamento. | Parada consegue alvará de licenciamento da prefeitura pela primeira vez, com amplo apoio de políticos e reuniões junto a COMOVEEC | O Secretário de Direitos Humanos se reuniu pessoalmente com outras autoridades para facilitar a viabilização do licenciamento.. | Institucionalização do CRGLBTTT (Política Pública própria) |
| Aliados Políticos | PSTU e Sindicatos / Vereadores /Deputados / SMADC / Ministério da Saúde (Apoio financeiro a partir deste ano) | Sindicatos / Vereadores /Deputados / SMADC | CRP / ABGLT / SMADC / BELOTUR / PSTU / Sindicatos / NPP (UFMG) | CRP / ABGLT / SMADC / BELOTUR/ NPP (UFMG) / Sindicatos / | ABGLT / CRP / SMADC / CRGLBT / Organizações Governamentais |
| Principais fontes de financiamento | Ministério da Saúde | Ministério da Saúde | Ministério da Saúde / Lei de Incentivo a Cultura | Ministério da Saúde / Lei de Incentivo a Cultura | Ministério da Saúde / Lei de Incentivo a Cultura / CRP |
| Dinâmica Interna de Organização | Ampla negociação democrática na produção das atividades | Pouca deliberação sem participação no Comando (democratismo) Desorganização | Ao final do processo de organização as principais deliberações começaram a ser tomadas pela diretoria. | Maior segmentação das tarefas e demarcação de papéis. | |
| Principais Problemas / Adversários / Fatos Marcantes | Rivalidade com o CRS. Embargo do Projeto do CRGLBTTT | Forte oposição por parte de uma funcionária da Regional Centro-Sul. 2 Trios Elétricos da militância não puderam participar por falta de documentos. | CELLOS assume a direção da Parada e ALEM realiza a 1ª Caminhada de Lésbicas. Conflitos públicos com Osmar Resende (BEAGAY). CELLOS se filia à ABGLT. | Carlos Magno é eleito Diretor Sudeste da ABGLT | |

Nesta tabela podemos observar detalhes do movimento que se cristalizou nas duas rupturas que descrevemos acima. Entre outras coisas, apesar das discrepâncias, observamos nitidamente o aumento do número de pessoas que participaram da Parada e uma aproximação da organização do evento com instituições governamentais. Paralelamente, percebemos que quando Soraya Menezes cancela sua filiação ao PSTU, este partido deixa de apoiar o evento e, neste contexto, o apoio dos sindicatos começa a perder a centralidade para o apoio de atores como o CRP, que em 2007 contribuiu inclusive financeiramente com a Parada GLBT, e empresas privadas.

Não podemos perder de vista que o movimento descrito neste quadro se dá no contexto de um crescimento do movimento GLBT em todo o país, a partir do qual a ABGLT tem buscado fortalecer sua rede de influência e cooperação. Nos últimos anos a ABGLT, e o movimento GLBT como um todo, conquistaram legitimidade política com a implementação do programa Brasil Sem Homofobia. Além de oferecer ferramentas e respaldo político para os movimentos sociais se mobilizarem e produzirem ações, o programa Brasil Sem Homofobia institucionalizou os princípios necessários para que os poderes governamentais locais se sintam pressionados a legitimarem tais ações e ainda buscarem formas de reconhecimento e superação das demandas de GLBT no interior das políticas do Estado.

Nos últimos anos, as demandas GLBT passaram a fazer parte do campo dos direitos humanos, estando cada vez mais presentes nestes debates. Os movimentos GLBT, organizados sob o formato de ONG, vêm acessando cada vez mais estes debates e conquistado legitimidade política junto a outros atores da sociedade civil. As ONG's GLBT de Belo Horizonte, principalmente a ALEM e o CELLOS, cresceram muito em número de integrantes e acesso a recursos, o que fortaleceu sua estrutura organizacional.

No histórico dos grupos, descrevemos aspectos da constituição das identidades coletivas dos grupos que organizam a Parada GLBT. A emergência e a superação de conflitos na organização da Parada, tendo em vista as particularidades de grupo, podem nos informar sobre o movimento histórico pelo qual as identidades coletivas negociaram a visibilidade de suas demandas na organização da Parada GLBT. Desse movimento destacamos a importância da noção de classe social para compreendermos como a Parada se estabeleceu na cidade. Neste sentido, o rechaço à mercadorização da Parada e o comprometimento de alguns políticos no poder com os compromissos da esquerda, entre outros aspectos, levaram com que os movimentos organizados se aproximassem do Estado e das Políticas Públicas no desenvolvimento de suas ações.

O discurso mais à esquerda teve seu auge com a ALEM, o PSTU e, posteriormente, o CELLOS, foi se articulando com outros discursos ao mesmo tempo em que estes grupos se aliavam a algumas instituições Públicas e ao Movimento GLBT Nacional. Em parte estas articulações trouxeram pontos fortes de politização e ampliação do impacto da militância, em parte, os grupos organizados foram se adequando e perdendo parte de seu potencial de questionamento. Neste sentido, os discursos sobre desigualdades sociais perderam força para a tradução da opressão em defesa dos Direitos Humanos. Esta relação implica em trocas que muitas vezes comprometem o teor contra-hegemônico da militância. As limitações destas parcerias são reconhecidas pelos militantes, como podemos observar na fala abaixo:

Agora em questão política, é o que você coloca. (...) O Centro de Referência, por exemplo, o governo tem interesse por uma questão política mesmo, porque ta em voga agora a homossexualidade, como plano de governo, aí o Brasil inteiro está trabalhando nisso, tem que ter né?! Esse trabalho com negros, deficiente, la... la... la... dos homossexuais, né?! quer dizer, dependiam da gente. Nem a própria ONU, né! O Nilmário mesmo... Miranda como secretário nacional dos Direitos Humanos não foi lá e não tirou, não retirou a questão do (xxx) porque na ONU ele não deu de cara com os países árabes, os países sauditas. Ele retirou! E a... a... a... e o nosso e... a nossa pauta lá era em relação a criminalização da homofobia. Ele retirou! Então pro cê ver... um secretário nacional de direitos humanos que discutiu com o movimento... que recebeu... que instaurou a câmara técnica... os homossexuais tem cadeira lá, o movimento ABGLT, agora inclusive as trans tem cadeira lá, né! Ele retirou! Né! Vai continuar... Como eu posso não falar que existe um jogo de interesses. (Walkiria La Roche, 2007).

Esta dinâmica trouxe conseqüências políticas que demandam sua compreensão. Abordaremos essa questão a partir de suas implicações para a constituição das identidades coletivas.

6.2. Identidades Coletivas e Estratégias Políticas: *Produções de contra-hegemonias*

A história da homossexualidade é permeada por diversas formas de violências físicas e psicológicas, que passaram a serem desnaturalizadas pela atuação dos movimentos sociais, dentro de um amplo processo de transformação social. A possibilidade de questionamento destas relações hierárquicas e a conseqüente produção dos novos antagonismos sociais, como aponta Mouffe (1988), está ligada ao desenvolvimento do capitalismo que substitui quaisquer tipos de relações sociais por relações de *commodity*. Em outras palavras, os novos movimentos sociais, ou novos antagonismos sociais, surgem paralelamente a uma mercadorização da vida social.

Vimos que Belo Horizonte ocupa um lugar periférico no que se refere às narrativas históricas, o que influencia negativamente a possibilidade de questionamento das relações de opressão por orientação sexual, uma vez que no Brasil, diferentemente de outros países, o poder econômico e político foi excessivamente centralizado no eixo das duas maiores capitais: Rio de Janeiro/São Paulo (Marsiaj, 2003). Esta posição produziu a invisibilidade de certas experiências políticas locais que trazem particularidades importantes para a compreensão do fenômeno dos movimentos sociais, como tentamos explicitar no Capítulo 2 e no histórico dos grupos locais.

Tentamos revelar a riqueza da história e o poder político da militância que se produziu na cidade, apesar do, e contra todo o conservadorismo das elites locais, e que ainda hoje se manifesta violentamente sobre a comunidade GLBT de Belo Horizonte¹⁹⁹. Nosso esforço seguiu na direção do que Santos (2002) chamou de Sociologia das Ausências, que visa expandir a percepção e a compreensão da experiência social do presente. Este esforço busca reconhecer em fenômenos locais aquilo que ainda não se tornou “globalismo localizado”, ao lançar mão da ecologia das trans-escalas. Importante ressaltarmos que a complexidade deste objetivo reside exatamente no fato de que a desnaturalização das hierarquias sexuais das sociedades contemporâneas está diretamente ligada à modernização ocidental, ou ocidentalização do mundo.

Nos capítulos anteriores, descrevemos as práticas coletivas dos grupos estudados (práticas intragrupo, intergrupo e entre os grupos e outros atores); identificamos no discurso público dos grupos e na formação das unidades políticas que emergiram ao longo dos últimos anos, os modos pelos quais surge o reconhecimento das equivalências sociais, bem como os discursos sobre a condição de injustiça social e a conscientização dos direitos sociais, buscando mobilizar e acionar politicamente redes sociais na nascente comunidade GLBT do final da década de 1990; finalmente, nestas análises estão presentes algumas características da formação das fronteiras políticas, que serão aprofundadas neste capítulo. Conjugando estes elementos, numa chave analítica psicossocial, teremos um quadro teórico capaz de compreender a constituição destas identidades coletivas (Prado, 2002).

Fizemos este percurso identificando os sentimentos de pertença, a definição das práticas sociais grupais (cultura política), os valores, crenças e interesses

¹⁹⁹ Nosso estudo se restringe a cidade de Belo Horizonte, entretanto, é importante ressaltarmos que o interior do Estado apresenta condições ainda mais excludentes de sociabilidade homossexual, o que têm sido cada vez mais discutido e trabalhado pelo ativismo de alguns grupos que pesquisamos.

compartilhados e o estabelecimento de redes sociais para que, neste capítulo, possamos aprofundar como estes elementos se articulam através das relações intra e entre grupos (Prado, 2002).

Analisar separadamente a história dos grupos pesquisados, como optamos por fazer, talvez possa dar a impressão de que enfocamos as formações identitárias isoladamente, entretanto, fizemos esse percurso com o objetivo de compreender como estas identidades negociam valores na produção da Parada GLBT. A identidade coletiva não se resume a aparente unidade que emerge na produção de antagonismo social, ao contrário, pode ser compreendida a partir dos conflitos que submergem a esta precária unidade (Melucci, 1996).

O esforço de compreender estes processos ao redor da Parada também busca oferecer elementos para pensarmos aquilo que tem sido chamado de movimento GLBT. Acreditamos que a Parada, como uma ação coletiva importante deste movimento, é um objeto privilegiado para a compreensão das ações e significados produzidos ao redor destas iniciativas políticas.

Em pesquisa anterior (Machado & Prado, 2005), identificamos uma diversidade de experiências políticas que questionava crivos teóricos tradicionais num espaço social que delimitamos de “entre a economia e a cultura”. Neste sentido, se até aqui privilegiamos a discussão destes fenômenos em sua dimensão diacrônica, aqui cruzaremos a informação que produzimos com o objetivo de erguer um mapa teórico que nos informe sobre sua dimensão sincrônica.

Nossas análises e dados nos autorizam dizer que, de um modo geral, salvo uns poucos momentos pontuais na militância GLBT em Belo Horizonte, é nítida a tendência de se privilegiar o fortalecimento das identidades coletivas nos grupos particulares e nas ONG's²⁰⁰. Entretanto, nas atuações conjuntas (a Parada e a rápida formação do MHM) alguma estabilidade identitária foi produzida entre os grupos locais quando estes acessavam a mídia e programaram ações. Estas questões nos levam a identificar demarcações quanto aos estilos de militância desenvolvidos pelos grupos na demarcação das fronteiras políticas.

Estas frágeis estabilidades nas constituições identitárias nas coletividades intergrupais duraram pouco e, após a V Parada GLBT, as divergências foram se

²⁰⁰ Um fato ilustrativo da apropriação que foi feita da categoria ONG na atuação dos grupos se deu com o impedimento da participação de Osmar Resende no Comando da Parada. Apesar das diferenças pessoais, a argumentação se ergueu a partir de que esta forma de militância está mais direcionada a internet e não possui um registro oficial de pessoa jurídica (CNPJ).

tornando inegociáveis²⁰¹. A partir de 2002 podemos dividir os grupos militantes em dois grupos com características distintas:

| CRS / BEAGAY/LC | ALEM/CELLOS/ASSTRAV²⁰² |
|--|--|
| Neutralidade Partidária | Contato com partidos de esquerda |
| Alianças com empreendimentos comerciais | Movimentos sociais e órgãos estatais |
| Relativismo nas formas de militância | Critérios de ativismo |
| Ampla uso da internet | Uso restrito da internet |
| Múltiplas politizações de ações, mas pouca percepção de conflito e enfrentamento das forças conservadoras | Não reconhecem como políticas formas de atuação fora do espaço público |
| Pouco debate sobre as especificidades de cada segmento; tendência a homogeneizar e enfatizar a unidade de GLBT | Fortalecimento das especificidades entre os segmentos GLBT |
| Neutralidade quanto a outras formas de opressão | Atenção e discussão sobre outras formas de hierarquização social, tais como gênero, classe e raça. |
| Relações internas não-democráticas | Relações internas democráticas em alguns aspectos. |
| Dissolução das demandas GLBT no discurso universalista dos Direitos Humanos | |

Os grupos da coluna da direita não reconhecem os grupos da coluna da esquerda como organizações políticas, associando-os mais a empresas²⁰³. Isto reforça nosso argumento anterior, de que os antagonismos e a noção de classe social são importantes para compreendermos a formação destas identidades coletivas.

Destaca-se que os processos de reconhecimento de equivalências sociais (Mouffe, 1988) que, como vimos, são desencadeados pelos sentimentos de injustiça social e pela conscientização dos direitos sociais, foram processados por estes conjuntos de grupos de forma bastante diferente. A constituição dos discursos sobre a condição de opressão e das práticas sociais engendrou para cada um destes grupos um universo de articulações possíveis, produzindo fronteiras políticas distintas e muitas vezes conflituosas.

²⁰¹ Importante ressaltarmos que em nossas observações de campo, além dos conflitos ideológicos, presenciamos desentendimentos meramente casuais, vaidades, incompreensões, ironias etc., que fortaleceram as divergências políticas. Isto nos impede de reduzir as dinâmicas psicossociais simplesmente às questões manifestas nos discursos políticos.

²⁰² A ASSTRAV não apresenta um discurso tão demarcado quanto a ALEM e o CELLOS, mas têm atuado junto a esses grupos e apoiado suas posições políticas.

²⁰³ Um indicativo desta análise está em uma piada recorrente direcionada a estes grupos da coluna da esquerda, e que tem a ver com o pouco interesse em mobilizarem grandes contingentes de pessoas e trabalharem a conscientização e capacitação de novas lideranças. Ao invés de serem chamados de ONG's, foram chamados de ING's, *Indivíduos Não-Governamentais*.

Por exemplo, os grupos da coluna da direita articularam, para a produção da Parada, redes políticas ligadas a outros movimentos sociais, como podemos ver no trecho abaixo:

A Parada aqui ela vem resistindo com muito sofrimento para que o capital não entre, porque a nossa Parada ela tem uma história de luta que quem contribui são os sindicatos, quem num primeiro momento apoiava, são os DCE's, por exemplo o DCE da PUC esse ano, eles deram os seguranças pra Parada, então é esse casamento nosso com o movimento social, com os movimentos de estudante, o movimento é, de movimento negro, o movimento negro deu uma ajuda essencial pra essa Parada, porque a prefeitura tentou barrar a todo momento essa Parada, e pediu que um engenheiro fizesse todo o trajeto da Parada, e nós não tínhamos dinheiro, foi uma mulher do movimento negro foi lá e fez de graça pra gente (Soraya Menezes, 2003).

O ponto nodal de nossa análise foi que os grupos que apresentam uma relação mais próxima com atores políticos apresentam discursos e práticas de caráter transformativo mais amplo e politizado.

Hoje lutar contra o preconceito e a discriminação é garantir o emprego, é garantir que lésbicas e gays, tenham seu emprego garantido porque a discussão ela perpassa por aí, porque o preconceito e a discriminação existe hoje porque, infelizmente, porque o capital quer assim, porque as mulheres hoje ganham menos do que, por exemplo os homens. Isso é interessante pro capital! Se uma lésbica ganha menos que uma mulher é interessante pro capital, então a luta contra o preconceito que passa pela associação é uma luta que passa também por uma luta de classe e de conscientização política. Enquanto existir o preconceito e a discriminação vai existir lésbica na favela, vai existir gays fora das faculdades, vai existir travesti que é expulso de casa. (...) Gays e lésbicas não podem lutar contra o preconceito sozinho sem ter a unidade, por exemplo, dos negros e das mulheres. Eu acho que os movimentos sociais eles tinham que se unir a nível sindical, a nível de mulheres, a nível de gays, porque eu acho que a nossa vitória ela seria mais imediata. (...) A mesma coisa no movimento, por exemplo, sindical. Se o movimento homossexual se interagisse com o movimento sindical, eu acho que a nossa luta teria mais avanço porque nós conseguiríamos, por exemplo, que nos boletins do sindicato eles colocassem a nossa questão, por exemplo. Nada nada, é uma categoria que ia estar sabendo a questão da diversidade (Soraya Menezes, 2003).

Reconhecemos que agregar novas demandas e discursos mais amplos sobre a transformação social pode ser interessante, entre outros motivos, por explicitar que as identidades individuais e coletivas GLBT não se resumem a sua dimensão sexuada, mas sim, se constituem como sujeitos políticos que articulam práticas políticas.

Os grupos da coluna da direita são hoje os únicos responsáveis pela organização da Parada GLBT e, como vimos, tem acontecido uma aproximação entre estes grupos e as políticas de Estado. A complexidade das formas de ação dos movimentos GLBT, tendo em vista a sobreposição de fatores políticos, econômicos e culturais, nos leva a seguinte pergunta: como poderíamos colocar numa mesma arena política atores políticos tão diversos?

Esta diversidade das formas contemporâneas de comportamentos políticos nos obriga a concebermos as formas e os espaços de atuação política de forma complexa (Sandoval, 1997). Isto nos ajudaria a compreender melhor como Osmar Resende (LC) e outros conseguem individualmente, politizar ações em âmbitos privados. Estas formas de militância buscam visibilidade e conscientização de pessoas primordialmente em sites, listas de discussão e *mailings*, através da troca de informações e promoção de ações conjuntas, tais como abaixo-assinados e correntes de cartas (formas individuais de participação em espaços não-formalizados de participação política). Entretanto, como aponta Sandoval (1997), estes espaços são interdependentes e, muitas vezes, extrapolam os espaços virtuais e chegam até a esfera pública. A G.R.E.S. Unidos do Arco-Íris é um exemplo interessante de como um evento cultural pode assumir proporções políticas que reverberam internacionalmente (Ator Social => Coletivo), sem ter que necessariamente acessar os espaços institucionais de participação política.

De um modo geral, os grupos tendem a priorizar alguns destes espaços em suas atuações e, como percebemos em nossas análises, a simples politização da sexualidade não garantiu a formação de uma identidade coletiva ampliada entre os dois grupos de ONG's que separamos na tabela acima. Por exemplo, os grupos terem participado juntos na organização da Parada GLBT (um evento político coletivo, no espaço público e relativamente pouco formalizado), entre outras ações, não fez com que estes grupos se unissem para fortalecer a campanha a deputado de Danilo Ramos (CRS). Talvez possamos afirmar que a escolha dos espaços e das formas de atuação sinalize para concepções políticas distintas e que, na experiência do movimento GLBT de Belo Horizonte, não assumiu um caráter complementar, mas excludente e de oposição.

Interessante observarmos que, inicialmente, a militância de Danilo Ramos (CRS), embora não individual, era pouco mobilizatória e ocupava espaços privados e não-formalizados de participação. Com a entrada numa rede mais ampla de articulações o CRS começou a buscar financiamento público para projetos de prevenção e, com o desmembramento do grupo, a boa relação de Danilo Ramos com vereadores e deputados garantiu a ele a vaga de assessor do deputado federal Leonardo Mattos (PV). Isto talvez revele que as origens do grupo, seu caráter empresarial e os aliados políticos que foi capaz de acionar, imprimiram uma concepção elitista da política e da atuação política.

O posicionamento assimilacionista do CRS, que no quadro acima denominamos como relativismo das formas de militância, uma vez que para eles a visibilidade

proporcionada pela Parada se sustenta como um fim em si mesmo, levantou fortes críticas, como podemos perceber no trecho abaixo:

É, a divergência que a gente tem, tinha com o Clube Rainbow né? Porque o Clube Rainbow queria transformar a Parada numa *micareta*, ele queria vender abada, queria proibir, por exemplo, queria padronizar comportamentos de as travestis não mostrassem os peitos, que vendesse abada, que a gente pudesse ter dinheiro, não interessa de quem, o importante era ter dinheiro. Então nós temos o cuidado de não ter dinheiro de cervejas, porque isso compromete o evento. Então pro Clube Rainbow tinha que ter dinheiro de Antártica, de Brahma de não sei o que, pra Parada ter, queria uma questão muito comercial. Essa foi a principal divergência, porque eu acho que é o único grupo que tem diferença com o perfil da parada. O GURI participou, mas assim, nunca teve divergência, porque o guri também é um grupo que pensa a Parada como uma manifestação política, cívica e tal (Carlos Magno, 2006b).

O CELLOS, assim como a ALEM, com sua forte tradição junto a entidades e partidos de esquerda, desde o princípio desenvolveu formas de militância coletivas que buscavam implementar ações no espaço público. Entretanto, ao contrário da ALEM (A ALEM, por seu radicalismo, inicialmente se recusava a negociar com setores do Estado), o CELLOS se permitiu buscar espaços formalizados de participação, tais como as políticas de Estado, fóruns públicos de discussão, a ABGLT etc. Isto ofereceu ao CELLOS uma rede mais ampla de alianças e provocou posicionamentos identitários menos críticos e mais educacionais (Bernstein, 1997).

6.2.1. Relações entre Estado e Sociedade Civil

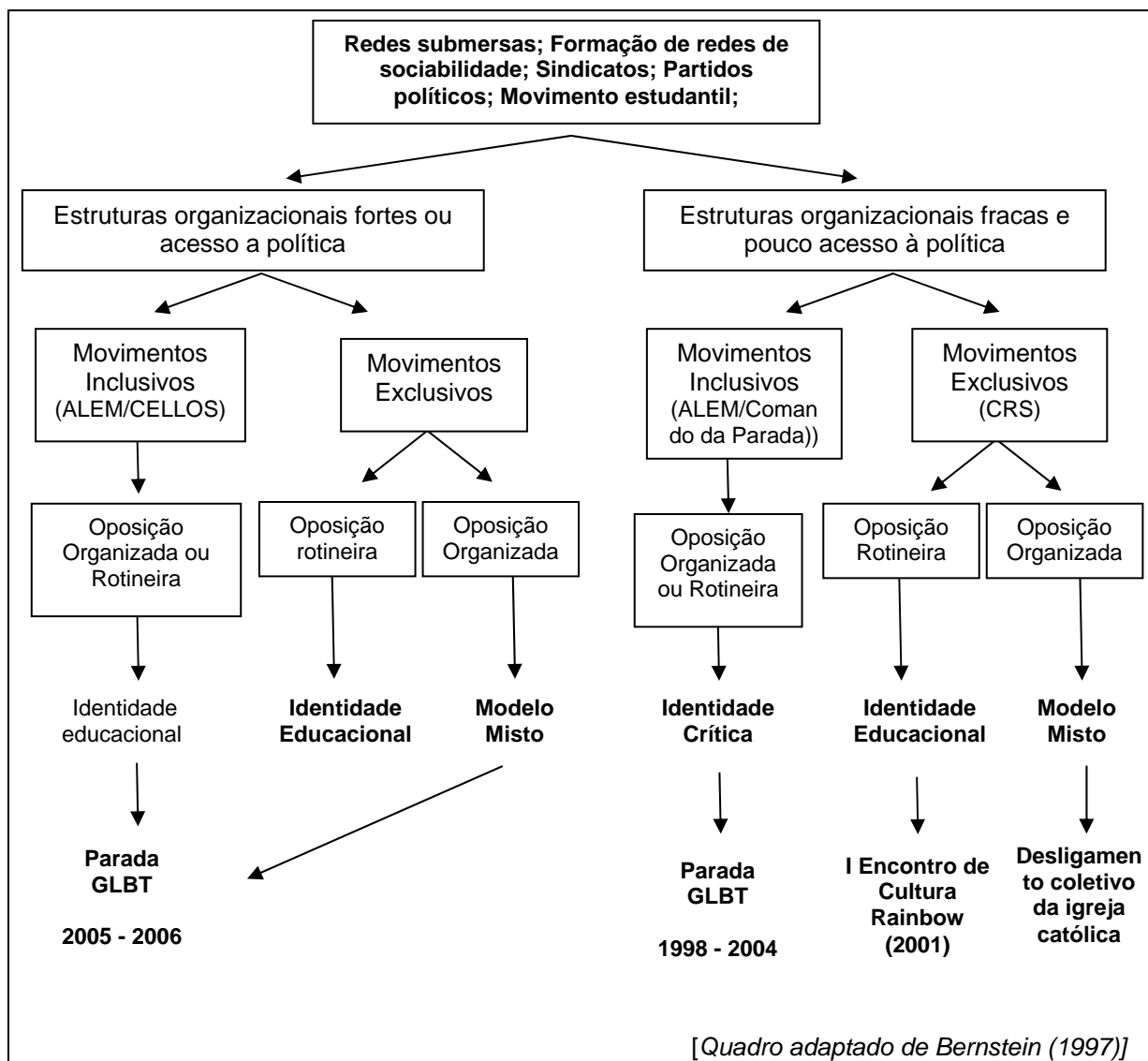
Na medida em que a militância GLBT de Belo Horizonte foi se institucionalizando e se aproximando do Estado, o estilo das ações empreendidas foi se transformando. Esta aproximação trouxe diversos benefícios para a mobilização e atuação dos grupos, principalmente na produção da Parada GLBT, entretanto, engessou discursos e posicionamentos de alguns militantes. Para compreendermos estas consequências, é importante que compreendamos como a relação entre o Estado e os movimentos sociais pode influenciar na constituição da identidade coletiva dos grupos²⁰⁴.

Como vimos no Capítulo 1, Bernstein (1997) define três níveis analíticos da identidade (identidade para empoderamento, como objetivo e como estratégia política),

²⁰⁴ Embora reconheçamos que a dicotomia entre Ator e Sistema seja reducionista, nosso estudo se desenrola a partir da perspectiva do Ator, por isso a análise visa compreender como a relação entre Sociedade Civil e Estado se deu nos modos dos movimentos sociais acessarem o Sistema. Importante sinalizarmos também, que é importante termos em vista uma compreensão heterogênea do Estado e que recuse a dicotomia Estado/Sociedade Civil.

e duas formas possíveis de estratégias identitárias (identidade crítica e identidade educacional). Estas estratégias identitárias se definem em relação a estrutura organizacional dos grupos, o acesso à política, o poder mobilizatório dos grupos e a presença de oposição organizada.

A partir do quadro analítico desenvolvido por Bernstein (1997), localizamos, no quadro abaixo, algumas ações coletivas produzidas pelos grupos que pesquisamos:



O estágio pré-mobilizatório, que compreende a formação dos grupos e a organização da Parada GLBT, pode ser associado ao que Melucci (1996) chama de Redes Submersas, que são as redes de sociabilidade que antecedem a emergência de uma identidade coletiva. Em Belo Horizonte as redes submersas foram estabelecidas, principalmente, nos sindicatos e partidos políticos de esquerda. O fortalecimento de um

nicho de mercado GLBT também pode ser compreendido como elemento favorável para que, no fim dos anos 90, os militantes pudessem se organizar a partir da formação de uma incipiente comunidade GLBT em Belo Horizonte, como podemos identificar nos capítulos III e IV.

A escolha das estratégias identitárias (Crítica, Educacional ou mista) pode assumir níveis individuais e coletivos e ocupar espaços públicos e privados, acionando meios formalizados e não formalizados de atuação política. Isto nos permite sobrepor esta dimensão da formação da identidade nos quadrantes desenvolvidos por Sandoval (1997), o que nos ajuda a qualificar melhor algumas razões pelas quais os grupos de Belo Horizonte optaram por transformar seus modos de ação.

Ao final da década de 1990, as ações coletivas empreendidas pelos militantes GLBT de Belo Horizonte nitidamente apresentaram estratégias identitárias críticas, como podemos perceber no trecho abaixo, que fala sobre a primeira Parada.

Como este dia vai cair num domingo, a marcha vai acontecer na sexta feira (26/06) no intuito de parar o trânsito, chamando a atenção para os problemas enfrentados pelos homossexuais (EGO BH, junho 1998, p. 19).

Observando o quadro acima percebemos que os grupos que assumem identidades críticas são aqueles que, apesar da fraca estrutura organizacional e do pouco acesso às políticas estatais, tem como objetivo mobilizar um grande número de pessoas. A Parada GLBT de Belo Horizonte apresentava em suas primeiras edições um forte caráter combativo, herdado das experiências pregressas de militância e desenvolvido para enfrentar a fraca estrutura de oportunidades políticas. Como Belo Horizonte apresentava poucas possibilidades de politização GLBT, devido à condição de extrema invisibilidade, compreendemos que a única possibilidade de constituição de fronteiras políticas e relações de reciprocidade, para a constituição de uma identidade política (Prado, 2002), seria através da construção de uma Identidade Crítica que pudesse questionar os rígidos valores e práticas da cultura dominante (Bernstein, 1997). Este contexto é ilustrado pela estratégia usada por vários participantes da primeira Parada GLBT, de saírem às ruas fantasiados para não exporem publicamente seu envolvimento e/ou sua orientação sexual.

Em suas primeiras edições, a Parada GLBT oferecia uma crítica generalizada aos padrões normativos da sociedade, questionando diversas formas de dominação. A cultura hegemônica era desafiada quando homossexuais ocupavam o espaço público para expressarem aquilo que era relegado ao anonimato do âmbito privado. Atualmente,

a Parada GLBT perdeu parte de seu poder de crítica, tanto pela estereotipia provocada pelo mercado e a mídia, levando com que a Parada fosse vista como algo cultural exótico, anedótico, de caráter de exceção à regra, quanto pela apatia despolitizada que paira sobre a maioria dos participantes, levando com que sejam incapazes de reproduzirem protestos de tal teor fora de um contexto comemorativo. Por outro lado, também percebemos que discussões mais politizadas e que incluíam outras formas de protesto, propondo transformações mais amplas na sociedade, muitas vezes provocaram o afastamento de militantes e participantes destes eventos.

Os grupos da coluna da esquerda estavam interessados em desenvolver uma Parada baseada na produção de uma identidade educacional, que enfatizasse o caráter festivo do evento na produção da visibilidade GLBT, daí o grande incômodo às bandeiras do PSTU e à transversalidade dos discursos, que marcaram suas primeiras edições. Defendendo-se destas críticas, Soraya Menezes afirma que:

Em relação ao PSTU, nós anteriormente fazíamos parte da convergência socialista que era uma tendência do interior do PT, onde nós já tínhamos essa discussão, essa discussão era muito avançada em relação a isso, então no partido foi até uma ajuda que eles me deram, não porque eu era militante, né? Eu sou militante do PSTU. Ou porque é uma bandeira que o partido tem que carregar porque é revolucionário, mas é porque o partido tem o comprometimento de fato com essas bandeiras, não simplesmente carrega a bandeira em, por exemplo, época de Parada, o PSTU [não] participa simplesmente da Parada por ter uma visibilidade oportunista, mas porque o PSTU construiu essa Parada aqui em minas (Soraya Menezes, 2003).

Com o passar dos anos, a Parada foi crescendo e, ao passo em que os grupos foram se estruturando, em certa medida as identidades coletivas foram se tornando mais educacionais e menos críticas, principalmente após a Parada de 2005, que contou com o apoio da SMADC. Importante ressaltarmos que esta transformação ocorreu mais sobre os modos de ação e as estratégias políticas dos grupos do que sobre os discursos.

A aproximação do Estado demandou políticas mais cordiais e concessões na produção do evento, tais como a localização da concentração, o trajeto da Parada, as articulações políticas desenvolvidas, dentre outros pontos. Muitas vezes, esta aproximação impediu que os grupos articulassem a multiplicidade do fazer político com a multiplicidade das construções identitárias, perdendo parte da capacidade de enfrentamento político, já que muitos conflitos deveriam ser negociados internamente. Muitas ações, principalmente as ações de organização do evento, tinham que se adequar às políticas convencionais de seus novos aliados, bem como, através de sua visibilidade, fortalecer e expandir politicamente mecanismos institucionais existentes.

Um dos possíveis pontos de contato entre o Estado e os movimentos sociais se materializa quando lideranças ocupam determinados espaços de poder, o que dificulta ainda mais a construção de embates e posicionamentos críticos, a manutenção de relações democráticas no interior dos grupos, bem como a implicação dos outros grupos que permaneceram afastados das dinâmicas destes lugares.

Isto nos leva a compreender os processos contra-hegemônicos a partir dos antagonismos políticos produzidos entre (e não “na” ou “no”) a sociedade civil e o Estado. Compreendemos que as heterogeneidades da sociedade civil e do Estado contemporâneo produzem um campo político complexo. Em outras palavras,

A partir da análise das percepções das lideranças, observou-se as grandes potencialidades e problemas presentes nestes “encontros” entre sociedade civil e Estado. Ao invés de reificar estes atores e tratá-los de forma dicotômica (o Estado enquanto a “encarnação do mal” e a sociedade civil representando o “pólo das virtudes democráticas”), é mais relevante entender as intrincadas relações e “trânsitos” de indivíduos e idéias entre ambas as esferas e como estas relações e “trânsitos” auxiliam e/ou dificultam a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Neste sentido, as trajetórias de militância, as experiências bem sucedidas de encontros com agentes estatais e a presença de interesse em “partilhar” poder de decisão e “incorporar” demandas dos movimentos são importantes indicadores dos limites e/ou possibilidades destes trânsitos (Santos, 2006:127).

Entretanto, precisamos analisar em que medida estes campos de atuação política potencializam determinados discursos e práticas e quais suas fragilidades no enfrentamento das estruturas de poder.

6.2.2. A Parada GLBT entre a Legalidade e a Justiça

Quando tomamos a Parada como objeto de análise, temos consciência que falamos de um fenômeno complexo e multifacetado, que pode ser apreendido de muitas formas diferentes. A Parada é fruto de uma ampla teia de relações e sua importância pode ser vista, sobretudo, nos usos que são feitos de seu impacto midiático no cotidiano dos grupos que a produzem.

A Parada como ação coletiva, expressa os anseios de uma população muito diversa, entretanto a diversidade das formas de vida homossexual não implica necessariamente em uma fragmentação das ações políticas. A unidade artificial com que esse evento é publicizado não pode ser entendida como homogeneização, pois a principal estratégia de emergência da diversidade de formas de vida social minoritárias no mundo público tem sido a luta por visibilidade social. É através da visibilidade que será possível a exposição pública de demandas sociais e a emergência de antagonismos.

A visibilidade proporcionada pela Parada pode contribuir sobremaneira para a criação e ressignificação das diversas identidades coletivas que se abrigam sob seu impacto social. Assim, são processadas formas de pertença que fortalecem os vínculos e promovem novas ações coletivas e individuais de exposição pública ou não.

Mesmo que a mobilização dos participantes da Parada seja pontual, devemos ter em mente que este evento, ao deflagrar a ocupação do espaço público num protesto cívico, questiona as posições institucionais de legitimação do silenciamento da homossexualidade para além do protesto pontual e a histórica construção de uma cidadania GLBT “naturalmente” inferiorizada, uma sub-cidadania. Isto se dá a partir da autoridade que os grupos organizadores do evento adquirem como representantes de uma população considerável seja esta representação legitimada no âmbito político, cultural ou de mercado.

Nesse sentido, não podemos conceber a realização da Parada GLBT apenas como uma finalidade última, mas, sobretudo, como um meio através do qual serão ativadas outras conexões políticas e sociais. Por este motivo, consideramos tão importante quanto analisar o evento de massa, compreender os processos de negociação que o produzem e que são ativados por ele, seja nas redes submersas, nos movimentos semi-institucionalizados ou em instituições do Estado que de alguma forma têm seus percursos interpelados pela Parada.

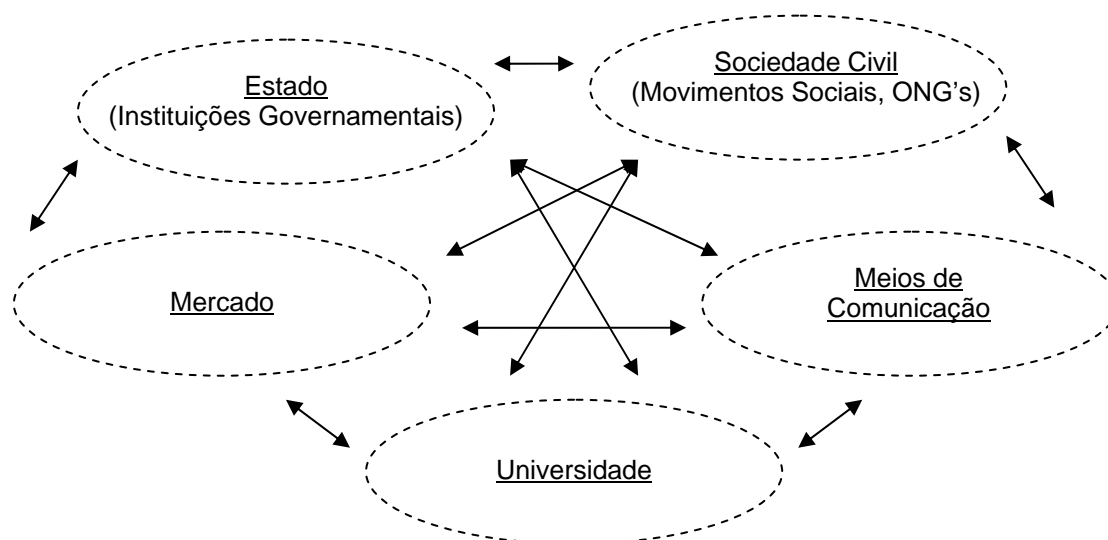
A identidade coletiva constituída na organização da Parada se revela como um processo dinâmico, no qual o evento é tomado como meio de sustentação de um sistema de ação que proporciona formas de pertencimento através da produção de valores que dão um sentido pragmático e político à atividade dos indivíduos e dos grupos envolvidos. Essas redes contribuem para uma reinvenção do cotidiano, onde novas posições hierárquicas são constituídas, tornando possível a interpelação das objetivações sociais em espaços pré-institucionais e institucionais.

Mesmo que se questione o movimento contra-hegemônico contido na atuação desses grupos, é notável o modo como ocorre o rompimento com algumas formas de relações sociais e políticas assimétricas. Nesse sentido, pensando na reflexividade que atua entre as identidades coletivas e o reconhecimento público do impacto das ações coletivas empreendidas por elas, podemos inferir que, se a Parada tem uma importância no cotidiano dos movimentos GLBT, é o de produzir novas formas de pertencimento grupal (implicação emocional dos envolvidos), e a ampliação das redes de relações intra e inter grupos. Não obstante, as transformações operadas nessa dimensão vão

influenciar aspectos mais estruturais do cotidiano desses grupos e no imaginário deste segmento social. Este conjunto de forças transformativas, sem sombra de dúvidas, pode provocar novas articulações entre os atores e o sistema, que por sua vez, dificilmente poderá abrigar tais agentes sem alterar sua estrutura (Melucci, 2001).

Os grupos que pesquisamos buscam fortalecer embates políticos no interior de uma complexa teia processual de relações simbólicas e materiais e, sendo assim, não podem ser vistos a partir de identidades políticas calcadas apenas em elementos identitários provindos da sexualidade, mas devem ser considerados sujeitos plurais, que articulam práticas políticas.

Como vimos ao longo deste trabalho, os grupos GLBT articulam antagonismos sociais em um campo complexo de construção de fronteiras políticas. No diagrama abaixo buscamos ilustrar os principais atores deste campo:



Nossa análise tomou este campo político como a arena na qual está sendo construída a cidadania GLBT, sendo que, cada um desses atores não pode ser pensado imediatamente como “mais” ou “menos democratizador”, mas compreendido contextualmente a partir de suas articulações, posições, capilaridades e heterogeneidades. As linhas do diagrama estão pontilhadas exatamente porque, embora cada um apresente arranjos institucionais e papéis políticos próprios, muitas vezes se torna difícil identificar as fronteiras que separam tais atores. Além disto, a interdependência entre tais atores provoca re-apropriações dos discursos de uns pelos outros, seja por estratégia política ou por necessidades articulatórias, provocando

indiferenciações entre as instituições e coletividades. Outro ponto que merece destaque é o modo como os indivíduos se posicionam nesta arena. As características identitárias individuais que definem a pertença dos indivíduos a cada um destes pólos não são claramente demarcadas. Neste sentido, é comum observarmos a migração ou sobreposição de pertenças dos indivíduos entre cada um destes atores.

Uma vez que nossos resultados devem servir para realimentar as práticas dos movimentos sociais que pesquisamos, sintetizamos nossa análise em cinco desafios principais, que precisam ser superados para se pensar a democratização deste segmento:

1) Fortalecimento das ONG's e Movimentos Sociais

Consideramos fundamental que o Estado mantenha e reforce as formas de incentivo para fortalecimento das ONGs e movimentos sociais, sem que estes percam sua autonomia e independência, uma vez que estes seriam os tradutores das demandas das bases sociais e os responsáveis por confrontar as políticas Estatais com o conhecimento sobre as vivências concretas e sobre as condições de opressão a que cada grupo social é submetido.

Manter a autonomia dos movimentos sociais também é um meio de garantir que não sejam atingidos pelo engessamento estatal e possam manter sua capacidade de produzir novos antagonismos e estratégias de enfrentamento.

Para que os movimentos sociais consigam interpelar o Estado e a sociedade como um todo, é importante que busquem formas de aprimorar os saberes sobre estes atores, bem como sobre as dinâmicas políticas contemporâneas, desenvolvendo formas criativas de enfrentamento. Isto demanda uma sofisticação dos discursos e das práticas militantes, a partir de um refinamento das concepções sobre os modos de operar dos atores políticos²⁰⁵. É importante que se perceba o Estado como um ator heterogêneo e que responde a pressões de forças políticas diversas e contraditórias.

Além disto, para que se construam formas sólidas de militância, apontamos a necessidade de uma horizontalização efetiva no interior dos grupos, para que os integrantes possam participar cada vez mais democraticamente das decisões coletivas, contribuindo com os processos deliberativos do grupo, buscando conhecer cada vez mais os espaços nos quais estão inseridos e as nuances políticas dos debates que

²⁰⁵ É relevante ressaltarmos que os termos “sofisticação” e “refinamento”, utilizados acima, não podem ser confundidos com adequação às formas tradicionais de erudição e raciocínio lógico.

participam. Nossa análise indica que a pouca democracia interna de um dos grupos pesquisados foi um dos principais motivos de sua desmobilização.

Formar politicamente militantes contribui, não só para a constituição de identidades coletivas mais consistentes e combativas, mas também para a construção de identidades individuais menos marginalizadas, por serem capazes de identificar com mais precisão as múltiplas formas de inferiorização social que perpassam a sociedade contemporânea, na medida em que se tornam atores sociais e políticos mais engajados e conscientes.

2) Implantação de Políticas Públicas Redistributivas/Reconhecimento;

Inegavelmente, a militância GLBT tem avançado os debates nos âmbitos legislativo e judiciário, entretanto, identificamos dois problemas que carecem solução urgente. Em primeiro lugar, os centros de referência, que têm sido o modelo privilegiado de investimento estatal pelos direitos humanos GLBT, baseiam suas atividades no modelo de atendimento às vítimas de homofobia, que por sua vez, encontram limites na ausência de jurisprudências e legislações mais contundentes para coibir tais crimes.

Em segundo lugar, o modelo de atendimento, embora importante, é insuficiente, pois não tem sido capaz de abrir debates amplos com a sociedade e, conseqüentemente, contribuir para a efetivação e implementação de novos direitos. Consideramos necessário que tais ações alcancem, principalmente, as políticas públicas da saúde e educação, e que estas políticas públicas levem em conta também princípios de redistribuição, uma vez que as maiores vítimas da homofobia se localizam nas classes sociais menos favorecidas economicamente.

3) Fortalecimento da Rede de Instituições Políticas, Assistenciais e Jurídicas e capacitação das mesmas para lidar com as questões GLBT;

Uma grande conquista destes movimentos sociais foi colocar em discussão as temáticas GLBT em diversos espaços institucionais da cidade. Entretanto, estes diálogos são apenas iniciais e precisam ser aprofundados e inseridos no cotidiano de instituições, tais como a polícia, os bombeiros, os serviços de emergência e saúde, bem como órgãos que trabalham direta ou indiretamente com os cidadãos.

Para o fortalecimento desta rede de instituições, ressaltamos a necessidade e a urgência de aprovação de leis mais específicas e rigorosas, e a formação de jurisprudências mais dinâmicas e instrumentais.

4) Intercâmbio recíproco entre os vários atores políticos;

A história do movimento GLBT de Belo Horizonte é um excelente exemplo de como os processos de democratização são acionados a partir de espaços políticos diversos. Desde que respeitada a autonomia de cada um, consideramos importante a intensificação da interação entre os múltiplos atores sociais, como forma de fortalecer as redes e promover ações políticas mais consistentes. Para tal, sinalizamos para a importância da implementação efetiva dos fóruns previstos pelo programa Brasil Sem Homofobia, bem como de outros espaços públicos de debates.

Neste âmbito, os processos de tradução (Santos, 2002a) ganham espaço privilegiado, uma vez que poderão possibilitar o entrelaçamento de demandas diversas e a ampliação do campo democrático e dos círculos de reciprocidade (Santos, 2003a). O reconhecimento e os processos de tradução podem ser importantes instrumentos de construção do que Mouffe (1996) aponta como uma noção central de solidariedade, uma vez que ampliam as possibilidades de entendimento e o universo simbólico no qual os grupos articulam seus discursos.

5) Entrelaçamento equivalente entre outras demandas transversais;

Embora cada temática do campo dos Direitos Humanos possua suas especificidades, quando falamos de democratização nos referimos à construção de novas formas de sociabilidade e de um novo universo de valores, com círculos mais amplos de reciprocidade. Neste sentido, apontamos para a importância de trabalhos interdisciplinares que sejam capazes de associarem as múltiplas formas de opressão.

Sendo assim, a política GLBT deve ser entendida como a busca de metas e objetivos GLBT, no contexto de uma articulação mais vasta de exigências, transformando todos os discursos, práticas e relações sociais em que a categoria homossexual é construída de forma a implicar subordinação (Mouffe, 1988; 1996).

Em outras palavras, julgamos necessário analisar as práticas e demandas do movimento GLBT na articulação com práticas e demandas de outros movimentos sociais. Isso pressupõe considerar que as identidades não estão pré-estabelecidas, mas, ao contrário, são sempre propiciadoras de novas identidades ou novas posições de

sujeito. Ao invés de nos fixarmos isoladamente em uma forma específica de discurso devemos tentar mostrar de que forma se expandem as possibilidades de entendimento entre os vários tipos de subordinação (Mouffe, 1988).

Ter em vista que cada identidade se constrói mediante uma multiplicidade de discursos, nos dá subsídios para não privilegiarmos os antagonismos de classe, tampouco ignorá-los, pois as formações identitárias não podem ser explicadas apenas em termos estruturais, uma vez que envolvem um conjunto de práticas sociais com aspectos econômicos, políticos e culturais (Machado & Prado, 2005; 2007).

A compreensão dos fenômenos políticos não pode definir a priori a primazia de qualquer dimensão do fenômeno estudado, mas sim, examinar as diferentes formas que as lutas democráticas pela igualdade tomam, em relação ao tipo de adversário político e as estratégias que eles implicam. Se um grupo ocupa um papel central em alguma transição política, isto se deve à sua capacidade de articulação de discursos em condições históricas específicas (Mouffe, 1996).

Baseio esta afirmação em noções como a de “hegemonia expansiva”, de Gramsci, a de “corrente de equivalências” de Laclau e Mouffe (1985) e a teoria da tradução de Boaventura de Souza Santos (Santos, 2002), que são passos no sentido de oferecer a criação de uma ideologia orgânica que articule movimentos sociais distintos.

Mouffe (1996) defende que construirmos uma sociedade mais justa dependerá da habilidade das forças políticas existentes em articular as diversas lutas democráticas na criação de uma nova formação hegemônica, pois devemos transcender a noção individualista de direitos e elaborar uma noção central de solidariedade.

A discussão sobre a inclusão ou não de outras demandas sociais, apenas indiretamente relacionadas ao segmento GLBT, tem se mostrado bastante controversa entre os militantes. Se por um lado, a inclusão de demandas do movimento negro, feminista ou demandas que versam sobre as desigualdades estruturais da sociedade contribuiriam para uma maior interface política, por outro, trazem o risco de uma diminuição do impacto político das questões diretamente ligadas aos direitos sexuais.

Nessa perspectiva, notamos que as relações entre esse movimento e os demais atores políticos se sustentam sobre diversas tensões. Militantes GLBT frequentemente acusam candidatos políticos de utilizarem as bandeiras e as bases GLBT em busca de plataformas eleitorais sem oferecerem o devido apoio em troca. Ou ainda, como aconteceu na Parada de 2005, um grupo se ressentir pelo fato dos discursos políticos excessivos ou excessivamente comprometidos descaracterizarem o aspecto lúdico da

Parada. Por outro lado, encontramos receios quanto a uma possível despolitização do movimento homossexual, ao aceitarem subsídios de empresas privadas deixando de lado posicionamentos políticos mais definidos, ou ainda, receios quanto a Parada se tornar um momento meramente festivo, perdendo de vista suas possibilidades de impacto social.

Apesar destas tensões, detectamos uma crescente teia de alianças que vem sendo construída por esse movimento. Pelo menos no caso de Belo Horizonte, identificamos o desenvolvimento de parcerias com sindicatos, partidos políticos, movimentos feministas, movimento negro, movimento estudantil, entre outros etc. Contudo, o resultado dessas parcerias precisa ainda ser discutido e analisado.

Estas tensões e conflitos refletem, em última instância, as diversas formas que a participação política pode tomar em uma sociedade tão complexa quanto a nossa. No entanto, defendemos que, considerar estas múltiplas e, por vezes, novas formas da participação política, não significa defender um posicionamento relativista com relação aos direitos sociais mais amplos. Faz-se necessário que estes direitos sejam contextualizados e dialogados com aquilo que Laclau & Mouffe (1985) denominaram como o processo de equivalências entre lutas e reivindicações capazes de criar uma corrente de equivalência dos direitos sociais de forma a articular novas posições contra-hegemônicas.

Um posicionamento GLBT contra o neoliberalismo e suas conseqüências, contra a exclusão social, contra o domínio do mercado, ou qualquer outra expressão excludente do modelo não é um fato folclórico ou fortuito, nem constitui nenhuma alienação de uma 'causa específica', mas está fundado na realidade histórica e contextual do Sul, afetado pelo estreitamento que o modelo provoca para o exercício de cidadanias plenas (León, 2003: p.13).

Nessa perspectiva, apenas quando formos capazes de buscar articulações políticas mais amplas e fundamentadas é que poderemos vislumbrar a possibilidade de um mundo sem machismo, racismo, homofobia, miséria, entre tantas outras facetas que a injustiça social assume em nossa sociedade.

A Parada do Orgulho GLBT de Belô durante muitos anos foi eficiente em publicizar as temáticas GLBT entrelaçadas com outras demandas, provocando o debate público, divulgando críticas aos aparatos governamentais e às lógicas injustas de sociabilidade e, sobretudo, resistindo a homogeneização mercadológica. Com o largo crescimento da Parada, consideramos importante que se mantenha a preocupação de

agregar e traduzir questionamentos políticos diversos. Para ilustrar nossa análise, finalizaremos este tópico com palavras proferidas por Soraya Menezes em 2003:

A Parada aqui ela vem resistindo com muito sofrimento para que o capital não entre, porque a nossa Parada ela tem uma história de luta que quem contribui são os sindicatos, que num primeiro momento apoiava, são os DCE`s – por exemplo, o DCE da PUC esse ano, eles deram os seguranças pra Parada – então é esse casamento nosso com o movimento social, com os movimentos de estudante, o movimento é, de movimento negro – o movimento negro deu uma ajuda essencial pra essa Parada, porque a prefeitura tentou barrar a todo momento essa Parada e pediu que um engenheiro fizesse todo o trajeto da Parada e nós não tínhamos dinheiro, foi uma mulher do movimento negro foi lá e fez de graça pra gente, então é essa a relação. O patrocínio que hoje nós temos, é do ministério da saúde que é um dinheiro do povo (...) Agora vários empresários já tentaram pegar a Parada dizendo não vocês não vão ter trabalho nenhum. Não, nós fazemos a Parada, mas a Parada aqui de Belo Horizonte é feita por militantes, cada militante dá o seu tempo, inclusive o seu dinheiro, pra essa Parada, então é uma Parada que esse ano levou 40 mil pessoas às ruas, indiferente de ter empresário ou não. Nós fizemos a Parada, cada militante, cada pessoa fez a Parada, e o legal é que as próprias pessoas elas vão divulgar, ela sente necessária a isso, diferente da Parada de São Paulo inclusive, que a Volkswagen deu 300 mil reais para que não saísse a denúncia em relação a discriminação que tava lá, que um funcionário sofreu, eu acho que isto é ruim da Parada, quando você tem que, se vende, então quando o dia que aqui em Belo Horizonte tiver que fazer isto, nós não vamos estar dirigindo a Parada mais não, porque nós não vamos receber dinheiro de capital pra esconder o preconceito, porque a Parada ela é um momento de visibilidade um momento de reivindicação, um momento de denuncia, e se você passa essa Parada pra um momento de visibilidade apenas, vira festa. E eu acho que há um desvio muito grande das Paradas em nível nacional que deixou de ser denunciativa e reivindicatória e fica mais em festa (Soraya Menezes, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa, investigamos os processos de constituição de identidades coletivas e políticas que foram produzidas com o objetivo de enfrentar a condição de inferioridade imposta a GLBT em nossa sociedade. Lutas individuais e coletivas, privadas e públicas, culturais e políticas, simbólicas e estruturais que, apesar de sua insipiente visibilidade e enorme complexidade, têm interpelado a sociedade deflagrando processos transformativos em direção a equivalência dos direitos e a efetivação dos princípios de cidadania para gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Discutimos as especificidades destas experiências na cidade de Belo Horizonte, localizando geopoliticamente estas lutas. Essa contextualização é de suma importância para nosso trabalho, uma vez que, enquanto conflitos da modernidade, estas lutas obedecem às lógicas contemporâneas da globalização. Neste sentido, defendemos que a posição periférica de Belo Horizonte no cenário nacional contribuiu para a radicalização de dilemas inerentes ao enfrentamento público e político destes antagonismos.

Para os propósitos deste trabalho, delineamos um histórico dos grupos desde 1972 com o intuito de dar visibilidade a acontecimentos que foram silenciados e/ou deslegitimados. Acreditamos que esta invisibilidade está relacionada a várias questões, dentre elas, a dificuldade dos centros de poder em reconhecerem fatos históricos e políticos menos globais (Santos, 2002), ou mesmo de reconhecer a emergência de antagonismos em espaços pouco convencionais (Sandoval, 1997).

Outra razão pela qual buscamos fatos tão antigos (1972...) – se comparados ao nosso objetivo central – é a importância de detectarmos, na história da militância GLBT de Belo Horizonte, aquilo que Melucci (1996) chama de redes submersas. As redes submersas constituem o conjunto de relações necessárias para que subalternidades naturalizadas possam emergir como relações de opressão, produzindo, a partir da formação de identidades coletivas, a passagem para sentimentos de injustiça e conscientização dos direitos sociais e a formação de fronteiras políticas. As redes submersas foram localizadas na história destes grupos em espaços institucionais, tais como sindicatos e partidos políticos, espaços do terceiro setor e em espaços públicos e de mercado, nos quais identificamos uma emergente comunidade GLBT materializando-se na possibilidade concreta de formação de redes sociais GLBT e,

consequentemente, a produção de identidades menos marginalizadas (MacRae, 1990, 2005; Parker, 2002).

Como a memória é uma dimensão fundamental para a construção de identidades capazes de enfrentar a normatividade hegemônica, acreditamos que esta pesquisa atende a propósitos tanto científicos quanto políticos. Neste contexto, construímos uma narrativa histórica sobre os grupos que participaram do Comando de Organização da Parada do Orgulho GLBT de Belô, de modo a contribuir para o fortalecimento dos processos de constituição de identidades coletivas, objetivando um alargamento estrutural do campo social para as sexualidades subalternizadas.

Nessa narrativa, vale salientar que alguns grupos ficaram de fora (como pode ser visto pelo quadro das páginas 207/208). Este recorte foi feito por consideramos que a história se materializa a partir da memória dos atores em disputa e, neste sentido, foram priorizados os atores que ainda hoje ocupam a cena pública de Belo Horizonte. Entretanto, julgamos importante e necessário que pesquisas futuras investiguem a emergência e o desaparecimento de grupos como o GGBH, ATITUDE-MG, MHM-Betim, e principalmente grupos, como o MGM (Juiz de Fora), que ainda atuam no interior do Estado. Além disso, privilegiamos identidades coletivas que participaram diretamente ou indiretamente da organização da Parada GLBT, e nosso estudo nos dá subsídios para afirmar que este enfoque não esgota o universo político GLBT, tampouco as possibilidades contra-hegemônicas de emancipação.

Durante nossa pesquisa, com vistas a detectar as ações coletivas de enfrentamento político, percebemos que uma série de atores fazem parte da rede de aliados dos movimentos sociais e que, por sua importância, não puderam ficar de fora de nosso histórico. Quando identificamos estas redes de aliados e adversários, bem como as práticas políticas intra, intergrupos e dos grupos na arena pública, sentimos a necessidade de capturá-las num continuum que vai da sociedade civil para os espaços político-institucionais.

Paralelamente, buscamos reconhecer as contingências e as estratégias de enfrentamento que se estruturam neste cenário político e, objetivando compreender a diversidade de atores com que estes movimentos dialogam, bem como as contradições e conflitos que daí derivam, privilegiamos abordagens psicossociais, capazes de apreenderem o fenômeno dos movimentos sociais para além do hiato entre agente (consciência/ação) e estrutura (sistema) (Prado, 2000).

Esta perspectiva teórica nos obriga a reconhecer o pesquisador como parte dos dados, e, assim sendo, preferimos falar em construção de informações. Não por outra razão, o histórico dos movimentos homossexuais inclui também as instituições que nós, pesquisadores, fazemos parte. Para manter o rigor epistemológico triangulamos metodologias, entretanto, faz-se necessário apontar que o envolvimento com o campo e o reconhecimento de que as pesquisas científicas têm um importante papel político acarretaram alguns dilemas descritivos e analíticos em nosso trabalho. Muitas informações que tivemos acesso em conversas informais, observações em campo, ou até mesmo em entrevistas, tiveram de ser omitidas para garantir a segurança dos entrevistados e a discrição em torno de temas polêmicos que por ventura poderiam ameaçar a legitimidade política e pessoal dos atores. Buscamos superar estes desafios omitindo o mínimo possível de informações e/ou ocultando nomes, assim como, procuramos incorporar, mesmo que indiretamente, esses temas em nossas análises. Tudo isso reforça e aponta a importância dos cuidados éticos e epistemológicos que devem ser tomados pelas pesquisas no campo da política. Em outras palavras, é necessário estabelecermos debates que apontem os destinatários do conhecimento produzido.

Por outro lado, nossa inserção em campo também nos mostrou que determinados aspectos da realidade pesquisada só foram revelados quando ficou claro nosso comprometimento político e foi estabelecida uma relação de confiança. Isto sinaliza para a importância de que pesquisas, como a que aqui se apresenta, sejam cruzadas com pesquisas realizadas por militantes, já que temos plena consciência de que determinados aspectos da realidade nos foram estrategicamente ocultados.

Ressaltamos que os pontos de indiferenciação entre os atores aqui apresentados – principalmente o continuum entre Estado e Sociedade Civil e o contato entre militância e academia – não devem ser compreendidos como uma intenção de homogeneizar o campo político ou suprimir as relações de poder que cada posição social deve assumir. Ao contrário, enfatizamos que estas indiferenciações e pontos de contato servem, antes de tudo, para não ignorarmos a importância de demarcação de papéis entre os atores sociais. Neste sentido, argumentamos que, para analisar as relações políticas entre atores de um determinado campo político, é importante ter em vista estas fronteiras, mas parece-nos fundamental cautela, para não nos deixarmos seduzir pelo conforto de explicações reducionistas e maniqueísmos congelados.

Outro ponto que merece nossa atenção neste trabalho está relacionado à diversidade e extensão temporal, espacial, cultural e social do campo que pesquisamos. Um campo demasiadamente heterogêneo e conflituoso nos ofereceu possibilidades diferentes de construção de informações, obrigando-nos a utilizar métodos diferentes em algumas situações, o que trouxe dificuldades para uma comparação minuciosa e, principalmente, precisão da descrição histórica dos fatos. A diversidade de atores e práticas nos trouxe uma diversidade de relações e de materiais e, portanto, alguma irregularidade metodológica.

Como exemplo, citamos a impossibilidade de frequentarmos as atividades da ALEM e conhecermos suas dinâmicas internas. Alguns grupos, por exemplo, não possuem sítio na internet, ou não foram entrevistados. Um grupo nos ofereceu uma quantidade enorme de documentos, enquanto outro nos concedeu mais entrevistas. Buscamos diminuir estas irregularidades na triangulação de métodos, tendo sempre em vista o diálogo com os atores pesquisados como forma de avaliarmos nossas análises.

Sugerimos que pesquisas futuras investiguem pontos que não nos foram acessíveis, tais como um aprofundamento nas dinâmicas internas da ALEM que, por suas características e importância, demandam novos estudos para uma compreensão mais precisa do que têm significado a entrada de novas militantes para a manutenção da cultura e ideário político do grupo, as posições de poder intra-grupo e as relações de autoridade e re-alocações de poder.

De um modo geral, também consideramos importante que estudos futuros busquem capturar as relações de poder na formação de lideranças nos movimentos GLBT para compreendermos o que tem significado a mobilização de pequenos ou grandes contingentes de militantes. Uma avaliação sobre as novas culturas políticas e a produção de discursos destes grupos pode revelar aspectos interessantes sobre os sentidos da militância na contemporaneidade.

Nosso trabalho também aponta para a importância da articulação entre diferentes antagonismos democráticos para a formação de cadeias de equivalência (Mouffe, 1988; 1996). Neste sentido, consideramos relevante que pesquisas futuras busquem uma compreensão mais precisa sobre a qualidade das articulações que estes grupos têm realizado com outros movimentos sociais, revelando os potenciais de tradução e os antagonismos plurais que têm sido produzidos.

Consideramos a ALEM e o CELLOS espaços privilegiados para estudos desse teor por termos identificado que muitas/os de suas/seus participantes sofrem variadas

formas de opressão, e também, por identificarmos nas origens e práticas destes grupos, relações de proximidade com outras demandas sociais e antagonismos políticos.

A ASSTRAV, ao contrário da ALEM e do CELLOS, não tem sido eficiente em mobilizar um contingente satisfatório de militantes. As complexidades engendradas neste universo demandam novas pesquisas e projetos de intervenção junto ao segmento T.

A internet foi, desde o princípio, uma rica ferramenta de apoio que utilizamos durante todos os passos de pesquisa. Neste aspecto, reconhecemos a lacuna de reflexões sobre usos metodológicos e políticos desta ferramenta na arena política e na academia, bem como sobre a efetividade destes usos na contemporaneidade.

O Estado e os órgãos governamentais representaram um papel de destaque nos processos de constituição de identidades coletivas e políticas que pesquisamos. As contradições apresentadas nos diálogos entre os movimentos sociais e o Estado sugerem que as dinâmicas sociais que operam no interior do poder estatal precisam ser mais bem compreendidas. Novas pesquisas devem investigar minuciosamente os processos psicossociais que influenciam estes jogos políticos. Este apontamento parte do argumento de que o Estado não é um ator homogêneo e obedece a forças políticas diversas e contraditórias sendo, portanto, importante identificarmos a qualidade da aproximação entre os pólos da política e as forças mais amplas de oposição política que muitas vezes se invisibilizam na complexa burocracia estatal. Pesquisas nesse âmbito necessitarão de estratégias metodológicas arrojadas e metodologias variadas, já que, ao adentrar esse espaço de poder, a atividade de produzir conhecimento passará a fazer parte destas disputas políticas.

Voltamos mais uma vez para a delimitação de fronteiras entre a ciência e a política...

Talvez em alguns momentos, nossa análise possa ter transparecido certo pessimismo e descrença sobre a atuação dos movimentos sociais GLBT que pesquisamos, por apontar suas insuficiências, fracassos e contradições. Entretanto, uma segunda leitura poderá demonstrar que estes atores adquiriram uma importância fundamental no cenário político local e nacional. Embora as ações dos grupos ainda não alcancem o impacto social necessário para efetivação de seus projetos, bem como não estabelecem redes suficientemente poderosas para a implementação de políticas

específicas, é patente como estes atores conquistaram legitimidade institucional e política e vêm produzindo saberes que não podem, de maneira alguma, serem ignorados.

Esta narrativa que aqui se encerra não trata simplesmente do passado, antes de tudo, se refere a uma história viva em franco processo de amadurecimento e que depende principalmente dos caminhos que serão percorridos para as novas reinvenções do presente, sendo assim, estas paginas devem ser vistas como um trabalho em desenvolvimento e, pelas suas intenções políticas, um incentivo ou, até mesmo, uma convocação para a ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA DE MINAS(21/11/2005) Projeto prevê criação do Centro de Referência Homossexual em Minas. Disponível em:
http://www.agenciaminas.mg.gov.br/detalhe_noticia.php?cod_noticia=6526
- ALVAREZ, S., DAGNINO, E.; & ESCOBAR, A. (1998). (ORG.). Cultures of Politics/Politics of Cultures: re-visioning Latin American Social Movements. Estados Unidos: Westview Press.
- ANJOS, G. (2002). Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. Sociologias, Porto alegre, ano 4, no 7, (Jan/Jun 2002, p. 222 – 252).
- ANSARA, S. (2005). Memória Política da Ditadura Militar e Repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ARNEY, L. FERNANDES, M. & GREEN, J. (2003). Homossexualidade no Brasil: Uma Bibliografia Anotada. In *Cadernos AEL*. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19.
- AVRITZER, L. (2004). A participação em São Paulo. São Paulo: Editora Unesp.
- BACELAR, R. (2006). Política, Identidade e Conselhos de Saúde: Uma Perspectiva Psicossocial na Análise dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 1, n. 2, São João del-Rei, dez.. Disponível em:
<http://www.ufsj.edu.br/Pagina/ppp-lapip/Arquivos/RafaelBacelar.pdf> .
- BARBOSA, D. (03 de março de 2007) Mais de 130 cidades terão paradas este ano. In. Magazine. Jornal O Tempo.
- BERNSTEIN, M. (1997). Celebration and Supression: The Strategic Uses of Identity by the Lesbian and Gay Movement. In. *American Journal of Sociology*. v.103. n. 3. Nov.
- BOSI, E. (1979). Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. São Paulo: T. A. Queiroz.
- BRAVMANN, S. (1997). *Queer fictions of the past. History, culture, and difference*. Cambridge University Press.
- CÂMARA, C. (2002). Cidadania e Orientação Sexual: A Trajetória do Grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada.
- CARMONA, A. (2006). A prática interdisciplinar de psicólogos no campo dos direitos humanos: tentativa de formalização. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais.
- CARRARA, S. (2005). O centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e o “Lugar” da homossexualidade. In: GROSSI, M. et Al. (2005) *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond.
- CARRARA, S., RAMOS, S., CAETANO, M. (2003) *Política, direitos, violência e homossexualidade: 8ª Parada do Orgulho GLBT – Rio – 2003*. Rio de Janeiro: Pallas.

- CARVALHO, M. & CASTRO, M. (2002). Globalização e Transformações Políticas Recentes no Brasil: os anos 1990. *Rev. Sociol. Polit.* no.18 Curitiba Jun.
- CARVALHO, E. (2006). “Eu quero viver de dia” – Uma análise da inserção das transgêneros no mercado de trabalho. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos. Florianópolis: Santa Catarina. Disponível em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/E/Evelyn_Carvalho_16.pdf
- CASTRO, M. (1992) Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: n.0.
- CHAUÍ, M. (2007). Contra a Violência. Portal do PT. Acessado em 04/04/2007. Disponível em: http://www.pt.org.br/site/noticias/noticias_int.asp?cod=48538
- CHIDIAC, M. & OLTRAMARI, L. (2004). Ser e estar drag queen: um estudo sobre a configuração da identidade queer. *Estudos de Psicologia*. (Natal). Natal, v. 9, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 Abr 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S1413-294X2004000300009
- COSTA, J. (1995). A construção cultural da diferença dos sexos. IN *Sexualidade, Gênero e Sociedade*. Publicação Semestral, Ano 2, n. 3, junho.
- _____. (1995b). *A Face e o Verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta.
- _____. (2002). *A Inocência e o Vício: estudos sobre o homoerotismo*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- COSTA, F.; PRADO, M. & MACHADO, F. (2008). Participação política e dilemas da democratização: impasses da participação GLBT na cidade de Belo Horizonte. *Interamerican Journal of Psychology*, v. 42, p. 325-337.
- DEMO, P. (1982). *Pesquisa Participante: mito e realidade*. Brasília: UnB/INEP.
- DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO (03/07/2002). *1º Encontro Rainbow de Cultura GLBT, na Câmara do Vereadores. Poder Legislativo. Câmara Municipal*. Belo Horizonte, Ano VIII - Nº: 1.654. Disponível em: <http://bh25.pbh.gov.br/dom2002.nsf/d16728ce9928d47503256722006e9442/a686cdf56d7cb9ba03256bea006da3f9?OpenDocument>.
- DINIZ, A. (2006). Ser pai: ser macho? Construção da identidade paterna em homens homo/bissexuais. Tese de Conclusão de Curso. Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/São Gabriel.
- ELIAS, N. (1994). *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- ENGEL, S. (2001). *The Unfinished Revolution: Social Movement Theory and the Gay and Lesbian Movement*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FACCHINI, R. (2004). Paradas: uma política (homo)sexual lúdica, mas não tão light. In. *Revista Oficial da Parada do Orgulho GLBT de SP*. Edição 1. São Paulo.
- _____. (2005). Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. São Paulo: Garamond.

- FACCHINI, R., FRANÇA, I. & NETTO, F. (ORG) (2006). 10 anos do orgulho GLBT em SP. São Paulo: Editora Produtiva: Associação da Parada do Orgulho G.L.B.T. de São Paulo.
- FÉRES-CARNEIRO, T. (1997). A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. *Psicol. Reflex. Crit.* vol.10 n.2 Porto Alegre.
- FERNANDES, F. (2007). *Muito Prazer, Sou CELLOS, Sou de Luta: A Produção da Identidade Ativista Homossexual*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande.
- FERREIRA, B. (2004). O risco do Político: Crítica ao liberalismo e teoria política no pensamento de Carl Schmitt. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- FERREIRA, D. (2003). Ousar dizer o nome: Movimento Homossexual e o Surgimento do GRAB no Ceará. Trabalho de Conclusão de Curso. Serviço Social. Fortaleza/CE. Universidade Estadual do Ceará.
- FERREIRA, R. (2003b). Travestis em perigo ou o perigo das travestis? Notas sobre a insegurança nos territórios prostitucionais dos transgêneros em Belém (PA). *Enfoques*, 2(1), julho. Disponível em: http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/julho03/pdfs/julho2003_03.pdf.
- FERREYRA, M. (2004). Tradición de Marchar con Orgullo: El carácter local de las manifestaciones LGTTBI en Latinoamérica. *Boletín Ciudadanía Sexual*, Lima, junio.
- FRANÇA, I. & SIMÕES, J. (2005). Do gueto ao mercado. IN GREEN, J. & TRINDADE, R. (ORG) *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP.
- FRASER, N. (2002). A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. In. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 67-97, Out.
- FRY, P. (1982). *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- G ON LINE (10/09/2003). *Minas Gerais ganha associação de empresários do segmento GLS*. Disponível em: http://gonline.uol.com.br/site/arquivos/estatico/gnews/gnews_noticia_15387.htm
- GIDDENS, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Unesp.
- GOHN, M. (1997). *Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- GÓIS, J. (2003). Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. *Revista Estudos Feministas* vol.11 no.1. Florianópolis Jan./June.
- GOSS & PRUDÊNCIA (2004). Conceitos de Movimentos Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho, p. 75-91.
- GREEN, J. & POLÍTO, R. (2004). *Frescos Trópicos. Fontes sobre a Homossexualidade Masculina no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- GREEN, J. & TRINDADE, R. (2005). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP.

- GREEN, J. (2000). *Além do Carnaval: A Homossexualidade Masculina no Brasil do Século XX*. São Paulo: Editora Unesp.
- _____. (2000b). Mais amor e mais tesão: história da homossexualidade no Brasil. Entrevista por José Gatti. *Revista Estudos feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 149-66.
- _____. (2003). A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. In *Cadernos AEL*. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19.
- HOWES, R. (2003). João Antônio Mascarenhas (1927 – 1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. In: *Cadernos AEL*. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19.
- IGLHRC. RESUMEN DEL AÑO 2005 EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Disponível em: <http://www.colombiadiversa.org/local/IGLHRCRESUMEN2005.doc>
- KATZ, J. N. (1996). *A Invenção da Heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG & TARROW (2003). Blending Methods and Building Theories in Social Movements Research. In: Klandermans & Staggenborg. (ORG) *Methods of Social Movement Research*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- KUSCHNIR, K. & CARNEIRO, L. (2000). As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: *Cultura Política* - nº 24 - 1999/2.
- LACLAU, E. 2005. *La Razón Populista*. Buenos Aires y México: FCE.
- LACLAU, E. & MOUFFE, C. (1985). *Hegemony & Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso.
- LANE, S. (2000). A Psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In: Campos; R. & Guareaschi, P. (Org.). *Paradigmas em Psicologia Social: A Perspectiva Latino-Americana*. 1 ed. Petrópolis: Editora Vozes. v. 1, p. 101-109.
- LEÓN, I. (2003). Globalización y exclusión social por orientación sexual In LEÓN, I. & MTETWA, P. , editoras (2003) *Globalización: alternativas GLBT*. Dialogo Sur/Sur GLBT. Ecuador.
- LOSSO, J. & BECKER, S. (2005). Narrativas de Lideranças GLBTT. In: GROSSI, M. et Al. (2005) *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond.
- MACHADO, F. V. & PRADO M. A. M. (2003). Movimento GLBT e Identidade Coletiva: Novas Formas de pensar o Fazer Político. *Texto apresentado no XII encontro anual da ABRAPSO*. Porto Alegre-RS.
- _____. (2005). Movimentos Homossexuais: A Constituição Da Identidade Coletiva Entre a Economia e a Cultura. O Caso de Dois Grupos Brasileiros. *Revista Interações: Estudos e pesquisas em Psicologia*, São Paulo: Unimarco, v. X. n. 19, p. 42. jan/jun.
- _____. (2007). Sexualidade e Cidadania. Sociedade Civil e Poder Público na Organização da Parada GLBT na Cidade de Belo Horizonte (Brasil). *Revista Lês Cahiers de Psychologie politique*: Caen, França. v. 10. Fev. Disponível em: <http://www.cahierspsypol.fr/RevueNo10/Sommaire/sommaire10.htm>

- MACHADO, M. N. M. (2002). *Entrevista de Pesquisa: a interação pesquisador/entrevistado*. Belo Horizonte: C/Arte.
- MACRAE, E. (2005). Em defesa do gueto. IN GREEN, J. & TRINDADE, R. (ORG). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP.
- _____. (1990). *A Construção da Igualdade – Identidade Sexual e Política no Brasil da “Abertura”*. Campinas: Editora da Unicamp.
- MAGALHÃES, M. (2007). Identidade política, relações de poder e cidadania em Movimentos autônomos e mistos de mulheres trabalhadoras Rurais de minas gerais. *Texto de qualificação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG*.
- MARSIAJ, J. (2003). Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. In *Cadernos AEL*. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19.
- MATTOS, L. (2001). Clube Rainbow Entrevista: Leonardo Mattos. In *Jornal Rainbow*. *Informativo do Clube Rainbow de Serviços*. Belo Horizonte, Ano 1, No. 6/Jan.
- MELUCCI, A. (1996). *Challenging Codes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2001). *A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MENDES, J. (2003). Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/194/194.pdf>. Acessado em 16 de janeiro de 2004.
- MINAYO, M. & SANCHES, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep.
- MOTT, L. (2000). *Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil*. Salvador: Grupo Gay da Bahia.
- _____. (2002). *O Crime Anti-Homossexual no Brasil*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia.
- MOUFFE, C. (1988). Hegemony and New Political Subjects: Toward a New Concept of Democracy In Nelson, C. & Grossberg, L. (ORG) *Marxism and Interpretation of Culture*. Chicago: University of Illinois Press.
- _____. (1996). *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva.
- _____. (2000). *The Democratic Paradox*. London: Verso.
- _____. (2006). Por um modelo agonístico de democracia. *Rev. Sociologia Política*, Curitiba, 25, p. 165-175, jun.
- NASCIMENTO, L. (2007). Histórico do Grupo Solidariedade no Estado de Minas Gerais. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte: Grupo Solidariedade.
- OLIVEIRA, M. E. (2005). Entre Rezas e Resistências: o político se reconfigurando a partir das experiências dos movimentos populares e da atuação da igreja nos anos 70 e 80. *Achegas.net – Revista de Ciência Política*. Número 25 - setembro / outubro 2005.

- ORTIZ, R. (2006). *Mundialização: Saberes e Crenças*. São Paulo: Brasiliense.
- PARKER, R. (2002). *Abaixo do Equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record.
- PELÚCIO, L. (2005). Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cad. Pagu*. Campinas, n. 25, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 Apr 2007.
- _____. (2006). Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. In. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto.
- PEREIRA, L. (1996). História Oral: Desafios e Potencial na Produção do Conhecimento Histórico. *Coletânea do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física, Escola de Educação Física da UFMG*. Belo Horizonte, 22 a 22 de outubro de 1996.
- PERES, W. (2005). Travestis brasileiras: Construindo identidades cidadãs. In: GROSSI, M. et Al. (2005) *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond.
- _____. (2006). Subjetividades das Travestis Brasileiras: Interfaces entre estigmas e construção da cidadania. *Trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos*. Florianópolis: Santa Catarina. Disponível em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/W/Wiliam_Siqueira_Peres_16.pdf
- PETCHESKY, R. (1999). Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional. IN. PARKER, R. & BARBOSA, R. (ORG). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ.
- POLLAK, M. (1987). A homossexualidade masculina, ou: a felicidade no gueto? IN ARIÉS, P. & BÉJIN, A. (1987). *Sexualidades Ocidentais: Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense.
- PRADO, M. A. M. (2000). (Des) Razão: Sujeitos da Consciência e Políticas de Identificação: mapa teórico sobre as ações coletivas. *Tese (Doutorado em Psicologia Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo.
- _____. (2001). Psicologia Política e Ação Coletiva. *Revista Psicologia Política / Sociedade Brasileira de Psicologia Política – v.1., no 1 – (Jan./Jun. 2001)*.
- _____. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. In *Psicologia em Revista*. Instituto de Psicologia PUCMINAS. Belo Horizonte. Vol. I, nº11 – (Jun. 2002).
- _____. (2005). Identidades coletivas em conflito: aspectos psicopolíticos na dinâmica dos movimentos sociais contemporâneos. *Seminário apresentado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra*.
- _____. (2004). Psicologia Política e Direitos Humanos: Tensões da relação Indivíduo e bem comum. In. Guerra, A.M.C.; Kind, L; Afonso, L & Prado, M.A.M. (ORG). *Psicologia Social e Direitos Humanos*. (pp. 65-75). Belo Horizonte: Abrapso.
- PRADO, M., RODRIGUES, C. & MACHADO, V. (2005). A 8ª Parada do Orgulho GLBT de Belo Horizonte - Projeto Experimental de Caracterização dos Participantes da Parada

GLBT de Belô. *Relatório de Pesquisa do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicologia Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais*.

_____. (2006). *Participação, Política e Homossexualidade: 8ª Parada GLBT de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

RAMOS, D. (2007). *Éramos Dois*. Belo Horizonte: Mazza Edições.

RAMOS, S. (2005). Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, M. et Al. (2005) *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond.

REBOREDO, L. A. (1983). A transformação de um bairro em uma comunidade. Um estudo de Psicologia Social do cotidiano, *Dissertação de Mestrado, Programa de Psicologia Social*, PUC-SP.

REIS, R. (2004). Quando o afeto ganha a esfera midiática: casos de sujeitos homoeróticos e estratégias jornalísticas para enquadrar as vozes de leigos e especialistas. *Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais.

RESUMEN 2004 - Preparado por el Programa para América Latina y el Caribe - Comisión Internacional de los Derechos Humanos para Gays y Lesbianas (IGLHRC). Disponível em: http://www.colombiadiversa.org/local/RESUMEN_2004.doc

RESUMEN GLTBI América Latina y el Caribe 2003. (Comisión Internacional de Derechos Humanos para Gays y Lesbianas, IGLHRC). Disponível em: <http://www.choike.org/documentos/alatina.pdf>

RICCI, R. (2006). Dilemas dos Movimentos Sociais e Organizações Populares em Minas Gerais. In. Revista Espaço Acadêmico. N. 59. Abril. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/059/59ricci.htm>.

RIDENTI, M. (2001). Intelectuais e romantismo revolucionário. *São Paulo Perspec.* vol. 15, no. 2. pp. 13-19. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200003&lng=en&nrm=iso.

RODRIGUES, C. (2006). As fronteiras Entre Raça e Gênero na Cena Pública Brasileira: um Estudo da Construção da Identidade Coletiva do Movimento de Mulheres Negras. *Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais*.

RODRIGUES, J. (2005). A imprensa gay do Rio de Janeiro: Linguagem verbal e linguagem visual. In: GROSSI, M. et Al. (2005) *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond.

HONNETH, A. (2003). *Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora 34.

SADER, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiência, fala e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- SANDOVAL, S. A. M. (2000). O Que Há de Novo na Psicologia Social Latino-Americana. In: Campos; R. & Guareaschi, P. (Org.). *Paradigmas em Psicologia Social: A Perspectiva Latino-Americana*. 1 ed. Petrópolis: Editora Vozes. v. 1, p. 101-109.
- _____. (1997). O Comportamento Político Como Campo Interdisciplinar de Conhecimento: A Re-Aproximação da Sociologia e da Psicologia Social. In Camino, L., Louise, L. & Sandoval, S. (eds) *Estudos em Comportamento Político*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- _____. (1989). A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. *Educação e Sociedade*, 10(34), p. 122-129, 1989.
- SANTOS, A. C. (2003b). Orientação sexual em Portugal: para uma emancipação. In SANTOS, B. S.(ORG) (2003) *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2004). Quando os Direitos das Minorias Sexuais Também são Direitos Humanos: Regulação Versus Emancipação. *Texto apresentado no V Congresso Português de Sociologia, 12 a 15 de maio de 2004 em Braga na Universidade do Minho*.
- SANTOS, B. (1988). Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência Pós-moderna. In. *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo, v.2, n. 2, maio/agosto, 1988: 46-71.
- _____. (2000). *A Crítica da Razão Indolente*. Porto: Afrontamento.
- _____. (2002a). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 67-97, Out.
- _____. (2002b). Introdução. In SANTOS, B. (ORG) *Reconhecer para Libertar. os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2004). Do Pós-Moderno ao Pós Colonial. E Para Além de Um e Outro. Texto apresentado na Conferência de Abertura do *VIII congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de 2004.
- _____. (ORG). (2003a). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SANTOS, G. (2006). Estado, projetos políticos e trajetórias individuais: um Estudo com as lideranças homossexuais na cidade de são paulo. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- SANTOS, P. (2006b). Travestis: corpos ambíguos, gêneros em cheque. *Trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos*. Florianópolis: Santa Catarina. Disponível em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/P/Paulo_Reis_Santos_16.pdf.
- SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (1987). *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.
- SCHERER-WARREN, I. (1993). *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola.
- _____. (1999). *Cidadania sem fronteiras. Ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Editora Hucitec.

- _____. (2006). Redes sociais na sociedade de informação. In: Maia, R. & Castro, M. (ORG). *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SCOTH (2005). O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril.
- SERAFIM, C. & SILVA, M. (2006). A inserção da travesti no cotidiano social: o uso do banheiro público. *Trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos*. Florianópolis: Santa Catarina. Disponível em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/S/Serafim-Silva_16.pdf.
- SILVA, A. & BARBOSA, R. (2005). Diversidade sexual, gênero e exclusão social na produção da Consciência política de travestis. In *Athenea Digital* - num. 8: 27-49 (otoño). Disponível em <http://antalya.uab.es/athenea/num8/soares.pdf>.
- SILVA, A. (2004). A Parada do Orgulho Gay como expressão da Luta Política dos Movimentos GLBT. *Texto apresentado no VI Congresso Luso-Brasileiro*.
- _____. (2006). Marchando pelo Arco-Íris da Política: A Parada Orgulho LGBT na Construção da Consciência Coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. *Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SILVA, F. & CALDAS, N. (2007). Identidades e práticas articulatórias dos “movimentos gays”: a disseminação das “Paradas Gays” no Estado do Alagoas. *Trabalho apresentado no II Seminário Nacional de Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. 25 a 27 de abril de 2007. Florianópolis, SC.
- SILVA, H. & FLORENTINO, C. (1996). A Sociedade dos travestis: espelhos, papéis e interpretações. In PARKER, R. & BARBOSA, R. (ORG) (1996). *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ.
- SILVA, H. (2003). *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará-ISER.
- SOUZA, J. (1995). Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. In: *Lua Nova* no.65. São Paulo. Maio/Agosto.
- STOER, S. (2002). Educação e globalização: Entre regulação e emancipação. In. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 67-97, Out.
- TAYLOR, S. & BOGDAN, R. (1997). *Introduction to Qualitative Research Methods. A Guidebook and Resource*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- TEJERINA, B. (2005). Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: los caminos de la utopia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 72, p. 67-97, Out.
- TORRES, M. (2005). A Vivência Homossexual e a Igreja Católica: Poder e Resistência na Constituição das Identidades Sociais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais.
- TOURAINÉ, A. (1988). *Return to the actor*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- TREVISAN, J. (2004). *Devassos no Paraíso. a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. São Paulo: Record.

- TRINDADE, R. (2003). Significados sociais da homossexualidade masculina na era Aids. In: *Cadernos AEL. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas*. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19.
- VENCATO, A. (2003). Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros. In *Cadernos AEL. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas*. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19.
- ZALUAR, A. (1994). *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.

ANEXOS

ANEXO 1. LISTA DE ENTREVISTAS.

| Entrevistado | Data | Entrevistador |
|---|-------------------|---|
| 1. Soraya Menezes (ALEM) | Setembro de 2003 | Frederico Viana Machado |
| 2. Participante Gay (Clube Rainbow de Serviços) | Setembro de 2003 | Frederico Viana Machado |
| 3. Participante Lésbica (Clube Rainbow de Serviços) | Setembro de 2003 | Frederico Viana Machado |
| 4. Danilo Ramos de Oliveira (Clube Rainbow de Serviços) | Setembro de 2003 | Frederico Viana Machado |
| 5. Edson Nunes | Julho de 2004 | Luis Morando (GAPA e Professor da UNE, que gentilmente cedeu esta entrevista para nossa pesquisa) |
| 6. Soraya Menezes (ALEM) | Dezembro de 2004 | Manuela Sousa Magalhães |
| 7. Carlos Magno (CELLOS-MG) | Abril de 2006 | Frederico Costa |
| 8. Carlos Magno (CELLOS-MG) | Maior de 2006 | Frederico Viana Machado |
| 9. Soraya Menezes (ALEM) | Julho de 2006 | Frederico Costa |
| 10. Dani (ALEM) | Maior de 2006 | Frederico Costa |
| 11. Ricardo (CELLOS-MG) | Maior de 2006 | Frederico Costa |
| 12. Luiz Morando (GAPA) | Novembro de 2006 | Frederico Viana Machado |
| 13. Roberto Chateaubriand (GAPA) | Dezembro de 2006 | Frederico Viana Machado |
| 14. Walkiria La Roche (ASSTRAY) | Dezembro de 2006 | Frederico Viana Machado |
| 15. Edson Nunes | Dezembro de 2006 | Frederico Viana Machado |
| 16. Itamar Santos (GURI/AGM) | Janeiro de 2007 | Frederico Viana Machado |
| 17. Luiz Morando (GAPA) | Janeiro de 2007 | Frederico Viana Machado |
| 18. Danilo Ramos de Oliveira (Clube Rainbow de Serviços) | Fevereiro de 2007 | Frederico Viana Machado |
| 19. Neila Batista | Fevereiro de 2007 | Frederico Viana Machado |
| 20. Elaine (ALEM) | Fevereiro de 2007 | Frederico Viana Machado |
| 21. Priscila (ALEM) | Fevereiro de 2007 | Frederico Viana Machado |
| 22. Porcina D'alexandro (ASSTRAY) | Março de 2007 | Frederico Viana Machado |
| 23. Entrevista Coletiva (ALEM): Soraya Menezes, Josiane Mota e Sueli Martins. | Maior de 2007 | Frederico Viana Machado |

ANEXO II – OFÍCIO ABGLT

Ofício PR 011/2007 (TR/dh)

Curitiba, 27 de março de 2007

Vimos, por meio deste, referendar a trajetória de luta do ativista Edson Nunes, mineiro de Belo Horizonte, 62 anos, jornalista e terapeuta holístico, pela garantia de direitos e promoção da cidadania GLBT no Brasil. Edson Nunes, em 1972, no Colégio Estadual, em Belo Horizonte- MG, teve a coragem e ousadia de promover o I Simpósio de Análise da Homossexualidade. Em seguida, na capital paulista realizou II e III versões deste Simpósio, dando continuidade ao debate sobre a temática da homossexualidade em seus diferentes aspectos.

O militante Edson Nunes colocou a público a sua orientação sexual para que fosse um instrumento a serviço da luta GLBT e assim ganhar espaço para que a temática da homossexualidade pudesse tornar-se um debate público e que fosse discutida com seriedade na perspectiva de que os direitos para o segmento fossem conquistados. Por muitos anos, militou e morou em São Paulo, onde participou de várias mobilizações contra a repressão aos homossexuais no período da ditadura militar. Retornou a Belo Horizonte em fins de 1980, onde sempre atuou para que os homossexuais fossem reconhecidos como cidadãos. Na capital mineira obteve um expressivo espaço nos meios de comunicação local, sempre realizando a discussão da homossexualidade.

Militante do Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação, foi um dos pioneiros na construção do núcleo de Gays do PT, onde na eleição de 1982 foi candidato a deputado federal, usando todo o espaço da propaganda eleitoral para apresentar as questões da homossexualidade e a luta por direitos.

Edson Nunes, por muitos anos, se colocou a serviço da causa homossexual e foi incansável na luta pela cidadania GLBT. Neste sentido, a ABGLT saúda a sua luta e reconhece a sua importante contribuição para a construção de uma sociedade sem preconceito, discriminação e opressão aos homossexuais. Examinando-se por documentos apresentados, que a sua primeira iniciativa é datada de 1972, chega-se à constatação de que em 2007 são completados 35 anos de dedicação à causa da cidadania GLBT no Brasil.

Atenciosamente

Toni Reis
Presidente

ANEXO III – Carta Ao Sindicato dos Bancários (Reorganização da Militância Homossexual)

Belo Horizonte, 06 de maio de 1999.

Ao
Sindicato dos Bancários-BH
Att: Pompílio Canavez
DD. Diretor Presidente do SEEB-BH e Região

Ref.: Reorganização da Militância Homossexual

Belo Horizonte é uma das últimas, se não a única capital onde a Comunidade Homossexual ainda encontra-se em fase inicial de mobilização, sendo o principal motivo desse atraso o preconceito silencioso e dissimulado.

A militância homossexual retoma suas reuniões abertas no Sindicato dos Bancários, no espaço que já vinham utilizando anteriormente, com a denominação atual de Grupo GURI (associação de militantes de grupos diversos)

Nossas reuniões passaram para as terças-feiras, às 19 horas.

Solicitamos maior apoio desse Sindicato para consolidarmos esse movimento. Contamos com a doação de 5.000 (cinco mil) folhas A4 para impressão do nosso boletim que já foi elaborado e será impresso por outra entidade que já se prontificou para o trabalho.

Conhecedores da história da atuação desse Sindicato no apoio às mobilizações e lutas de minorias por sua cidadania e defesa dos direitos humanos, contamos com o aval às nossas atividades.

Antecipamos nossos agradecimentos.



Nilton de Freitas Miranda
Militante Homossexual em Minas Gerais



ANEXO IV – Carta à Soraia Menezes (Desmembramento dos grupos lesbi-gays).

Belo Horizonte, 15 de Julho de 1999

Ilma. Sra.
Soraia Menezes
DD Coordenadora da ALEM
Nesta Capital

Ref.: Desmembramento dos grupos lesbi-gays

Retomando as atividades do ativismo de direitos humanos e já integrado aos novos militantes do GURI, após afastamento temporário por questões pessoais, soube da decisão de consolidação de grupos distintos de gays e de lésbicas. Confirmei também a disposição dos dois grupos em algumas atividades conjuntas de interesse mútuo.

Sou de pleno acordo nesses entendimentos e coloco-me à disposição do grupo lésbico no que estiver ao meu alcance.


Todo o material conseguido para o grupo Expressão GLS está sendo repassado ao Grupo GURI, recortes, revistas, informações, assessoria jurídica da Deputada Maria Elvira, local de reuniões do sindicato dos bancários, móveis e utensílios, incluindo também a experiência com os erros e acertos nas atividades dos integrantes do grupo no intuito de consolidar o Expressão GLS.

Gostaria de confirmar o dia para apanharmos os móveis cedidos pela Deputada Maria Elvira ao Expressão GLS na época em que tentamos formar o grupão lesbi-gay e algumas revistas e jornais.

Solicito confirmação dos móveis:

- 01 armário de aço com 04 gavetas
- 01 mesa de madeira com um gaveteiro
- 01 mesa metálica tipo escrivaninha
- 03 cadeiras metálicas
-

Atenciosamente,



Nilton Freitas Miranda
Expressão GLS

Grupo GURI - Caixa Postal 1507 - Fone: (31) 335-2168 e-mail: pegigan@starmedia.com
CGC: 02.846.793\0001-90 Reg. Nro. 99581 livro A

Grupo Guri – Conhecendo a nós mesmos

Vida Sexual

1) Muito do curioso, você resolve entrar (“só para conhecer”) naquele quartinho escuro da boate.

Você:

- Já vai logo esticando a mão
- Já vai procurando uma mão
- Procura a mão e encontra outra coisa. Mas tudo bem, você é liberal
- É agarrado por cinco ou seis, se sente “quase estuprado” e vivra freguês.
- Acha válido enquanto experiência mas “voltar de nov? Só muito bêbado”.
- Nem morto. É lugar promíscuo.

2) Você está quase lá, quando ele começa a uivar feito locuco. Você:

- Goza
- Tem um ataque de riso
- Começa a uivar também
- Pede para ele calar a boca porque sua mãe, os vizinhos podem ouvir.
- Suspira e diz com seus botões: “outro lobão!”
- Fica sem graça, dá uma desculpa a toa, e vai embora,

3) Aquele cara bofe hetero te dá uma cantada, Você:

- Fala que tudo bem. Mas pergunta: “Você vai me beijar?”
- Enche o saco dele insistindo ele é tão gay quanto você.
- Grita: “Vê se te enxerga!”
- Planeja: “quando a gente estiver na cama vou deixar ele de quatro.”
- Paneja: “Quando a gente estiver na cama vou ficar de quatro

4) Você está lá no bem bom. De repente, ele pede para você dar um tapa e chamar de vagabunda. Você:

- Não aguenta, e começa a rir.
- Dá um tapa e chama de vagabunda
- Diz: “Eu, nem morta, a vagabunda aqui sou eu queridinho!”
- Pára tudo e fala: “Você quer conversar sobre isso?”
- Pára tudo e fala: “Você quer casar comigo?”
- “Se finje de morto.”

ANEXO VI – Lei 8.176/01 / Razões do Veto / Ato do Prefeito

(Disponível em: <http://www.abglt.org.br/port/leim8176.htm>)

Lei nº 8.176 De 29 de Janeiro de 2001

Estabelece penalidade para estabelecimento que discriminar pessoa em virtude de sua orientação sexual, e dá outras providências.

O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei estabelece penalidade para estabelecimento localizado no Município que discriminar pessoa em virtude de sua orientação sexual.

Art. 2º - O Executivo imporá penalidade para o estabelecimento comercial, para o industrial, para entidades, representações, associações, sociedades civis ou de prestação de serviços que, por atos de seus proprietários ou prepostos, discriminarem pessoas em função de sua orientação sexual ou contra elas adotarem atos de coação ou de violência.

Parágrafo único - Entende-se por discriminação:

I - o constrangimento;

II - a proibição de ingresso ou permanência;

III - o preterimento quando da ocupação e/ou imposição de pagamento de mais de uma unidade, nos casos de hotéis, motéis e similares;

IV - o atendimento diferenciado;

V - a cobrança extra para ingresso ou permanência.

Art. 3º - No caso de o infrator ser agente do Poder Público, o descumprimento desta Lei será apurado mediante processo administrativo pelo órgão competente, independentemente das sanções civis e penais cabíveis definidas em normas específicas.

Parágrafo único - Considera-se infrator desta Lei a pessoa que, direta ou indiretamente, tenha concorrido para o cometimento da infração.

Art. 4º - Ao infrator desta Lei que seja agente do Poder Público e que, por ação ou omissão, for responsável por práticas discriminatórias, serão aplicadas as seguintes sanções:

I - suspensão;

II - afastamento definitivo.

Art. 5º - O estabelecimento privado que não cumprir o disposto nesta Lei estará sujeito às seguintes sanções:

I - inabilitação para acesso a créditos municipais;

II - multa de 5.000 a 10.000 UFIR (cinco mil a dez mil unidades fiscais de referência), duplicada em Caso de reincidência;

III - suspensão de funcionamento por 30 (trinta) dias;

IV - interdição do estabelecimento.

Art. 6º - Qualquer cidadão pode comunicar às autoridades as infrações a esta Lei.

Art. 7º - O Executivo manterá setor especializado para receber denúncias relacionadas às infrações a esta Lei.

Art. 8º - O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2001

Célio de Castro
Prefeito de Belo Horizonte

(Originária do Projeto de Lei nº 1.672/00, de autoria do Vereador Leonardo Mattos)

O projeto desta lei, foi proposto pelo Vereador Leonardo Mattos do PV, tendo sido aprovado pela unanimidade dos vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte, mas foi vetado integralmente pelo prefeito. A mobilização da comunidade GLS e a ameaça de manifestações fez com que o Prefeito Célio

de Castro, através de um ato administrativo revogasse o veto. Abaixo transcrevemos a justificativa do autor do Projeto de Lei e os textos do veto do prefeito e do ato administrativo que anulou tal veto

JUSTIFICATIVA DO VEREADOR LEONARDO MATTOS PARA O PROJETO DE LEI

O presente Projeto de Lei, vem instrumentalizar em Belo Horizonte o que estabelece a Constituição Federal em seu artigo 5º - "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" e inclui, no inciso XLI do mesmo artigo, que a "lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais".

Alguns segmentos da sociedade brasileira, entretanto, têm imputado todo o tipo de discriminação e preconceito aos homossexuais, que representam hoje um dos grupos mais desrespeitados, expostos a humilhações, intolerância, maus-tratos, agressões físicas, e até mesmo crimes covardes.

Como legisladores temos a responsabilidade de apresentar leis que promovam mais justiça, paz e respeito entre os homens e não podemos, portanto, ser coniventes em nossa cidade com tratamento diferenciado ou intolerância àqueles que são diferentes de um padrão estabelecido como "normal".

Atos discriminatórios, humilhantes são merecedores de mecanismos que os contraponham ou neutralizem. Daí, conclamo os colegas a apoiarem a presente iniciativa, que pretende contribuir para acabar com a discriminação e o preconceito contra os homossexuais.

Belo Horizonte, 10 de abril de 2000.

Leonardo Mattos
Vereador - Líder do PV

RAZÕES DO VETO

Ao tomar conhecimento da Proposição de Lei nº 1.094/2000 que "Estabelece penalidade para estabelecimento que discriminar pessoa em virtude de sua orientação sexual, e dá outras providências", sou levado a vetá-la integralmente, pelas razões que passo a expor.

A Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Belo Horizonte e a Procuradoria Geral do Município acordam que a presente Proposição de Lei é inconstitucional por invadir competência legislativa exclusiva da União, a quem cabe legislar sobre Direito Penal, conforme preceitua o art. 22, inciso I da Constituição Federal. Ademais, a matéria tratada na referida Proposição já se encontra prevista na Lei Federal nº Lei nº 7.437/85, que "inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, cor, sexo ou de estado civil. Este tema está também tratado na Lei Municipal nº 7.380/97, "que dispõe sobre sanções contra empresas que cometem atos discriminatórios quanto a raça, sexo, religião e ideologia."

Em tais condições, como bem salientou o Parecer da Comissão de Legislação e Justiça "a correta técnica legislativa se traduz em um enxugamento do universo jurídico, no sentido de evitar a criação de inúmeras leis similares, análogas, ou ainda, que tratem de itens de um mesmo contexto."

Finalmente, o Município não tem como proceder a apuração de infração penal prevista na Proposição de Lei em tela, praticada por particulares, por absoluta falta de meios, uma vez que o mesmo não tem competência e nem função judicante para tal.

Pelo exposto, veto integralmente a Proposição de Lei nº 1.094/00, devolvendo-a ao reexame da Egrégia Câmara Municipal.

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2001

Célio de Castro
Prefeito de Belo Horizonte

ATO DO PREFEITO

O Prefeito de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que no Estado Democrático de Direito as decisões do Poder Público devem refletir, com a máxima fidelidade, o legítimo interesse coletivo;

Considerando que a manifestação do Executivo acerca da Proposição de Lei nº 1.094/00, publicada no Diário Oficial do Município de 20 de janeiro de 2001, não corresponde aos verdadeiros interesses coletivos;

Considerando o recesso legislativo em vigor, razão pela qual, encontram-se suspensos, por razões lógicas, a atividade legislativa da Egrégia Câmara Municipal e, em consequência, o curso do processo legislativo;

RESOLVE:

Tornar sem efeito a publicação do veto à Proposição de Lei nº 1.094/00, publicado no Diário Oficial do Município de 20 de janeiro de 2001.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2001

Célio de Castro
Prefeito de Belo Horizonte

ANEXO VII – Lei 14.170/02

(Disponível em: <http://www.abglt.org.br/port/leiest14170.htm>)

Norma: LEI 14170 2002 **Data:** 15/01/2002 **Origem:** LEGISLATIVO

Ementa: DETERMINA A IMPOSIÇÃO DE SANÇÕES A PESSOA JURÍDICA POR ATO DISCRIMINATÓRIO PRATICADO CONTRA PESSOA EM VIRTUDE DE SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL.

Fonte: PUBLICAÇÃO - MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 16/01/2002 PÁG. 88 COL. 2

Vide: DECRETO 43683 2003 MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 11/12/2003 PÁG. 2 COL. 2 REGULAMENTAÇÃO TOTAL

Indexação: DISPOSITIVOS, APLICAÇÃO, SANÇÃO, PESSOA JURÍDICA, HIPÓTESE, DISCRIMINAÇÃO, PESSOAS, HOMOSSEXUAL, MOTIVO, ORIENTAÇÃO, SEXO. DEFINIÇÃO, SITUAÇÃO, DISCRIMINAÇÃO. GARANTIA, INCLUSÃO, CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, REPRESENTANTE, SOCIEDADE CIVIL, DEFESA, LIBERDADE SEXUAL, ORIENTAÇÃO, SEXO. AUTORIZAÇÃO, EXECUTIVO, CRIAÇÃO, CENTRO DE REFERÊNCIA, DEFESA, LIBERDADE SEXUAL, ORIENTAÇÃO, SEXO.

Catálogo: DIREITOS HUMANOS.

Determina a imposição de sanções a pessoa jurídica por ato discriminatório praticado contra pessoa em virtude de sua orientação sexual.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo imporá, no limite da sua competência, sanção à pessoa jurídica que, por ato de seu proprietário, dirigente, preposto ou empregado, no efetivo exercício da atividade profissional, discrimine ou coaja pessoa, ou atente contra os seus direitos, em razão de sua orientação sexual.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se discriminação, coação e atentado contra os direitos da pessoa os seguintes atos, desde que comprovadamente praticados em razão da orientação sexual da vítima: I - constrangimento de ordem física, psicológica ou moral; II - proibição de ingresso ou permanência em logradouro público, estabelecimento público ou estabelecimento aberto ao público, inclusive o de propriedade de ente privado; III - preterição ou tratamento diferenciado em logradouro público, estabelecimento público ou estabelecimento aberto ao público, inclusive o de propriedade de ente privado; IV - coibição da manifestação de afeto em logradouro público, estabelecimento público ou estabelecimento aberto ao público, inclusive o de propriedade de ente privado; V - impedimento, preterição ou tratamento diferenciado em relação que envolva a aquisição, a locação, o arrendamento ou o empréstimo de bem móvel ou imóvel, para qualquer finalidade; VI - demissão, punição, impedimento de acesso, preterição ou tratamento diferenciado em relação que envolva o acesso ao emprego e o exercício da atividade profissional.

Art. 3º - A pessoa jurídica de direito privado que, por ação de seu proprietário, preposto ou empregado no efetivo exercício de suas atividades profissionais, praticar ato previsto no artigo 2º fica sujeita a: I - advertência; II - multa no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizados por índice oficial de correção monetária, a ser definido na regulamentação desta Lei; III - suspensão do funcionamento do estabelecimento; IV - interdição do estabelecimento; V - inabilitação para acesso a crédito estadual; VI - rescisão de contrato firmado com órgão ou entidade da administração pública estadual; VII - inabilitação para recebimento de isenção, remissão, anistia ou qualquer outro benefício de natureza tributária. Parágrafo único - Os valores pecuniários recolhidos na forma do inciso II deste artigo serão integralmente destinados ao centro de referência a ser criado nos termos do artigo 6º desta Lei.

Art. 4º - A pessoa jurídica de direito público que, por ação de seu dirigente, preposto ou empregado no efetivo exercício de suas atividades profissionais, praticar ato previsto no artigo 2º desta Lei fica sujeita, no que couber, às sanções previstas no seu artigo 3º. Parágrafo único - O infrator, quando agente do poder público, terá a conduta averiguada por meio de procedimento apuratório, instaurado por órgão competente, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 5º - Fica assegurada, na composição do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, a participação de um representante das entidades civis, legalmente reconhecidas, voltadas para a defesa do direito à liberdade de orientação sexual.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na estrutura da administração pública estadual, um centro de referência voltado para a defesa do direito à liberdade de orientação sexual, que contará com os recursos do Fundo Estadual de Promoção dos Direitos Humanos. Parágrafo único - Até que se crie o centro de referência de que trata este artigo, os valores pecuniários recolhidos na forma do inciso II do artigo 3º serão destinados integralmente ao Fundo Estadual de Promoção dos Direitos Humanos.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias contados da data de sua publicação, por meio de ato em que se estabelecerão, entre outros fatores: I - o mecanismo de recebimento de denúncia ou representação fundada nesta Lei; II - as formas de apuração de denúncia ou representação; III - a graduação das infrações e as respectivas sanções; IV - a garantia de ampla defesa dos denunciados.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 15 de janeiro de 2002.
Itamar Franco - Governador do Estado

ANEXO VIII – Carta Aberta à População de Minas (MHM) (2001)

**MOVIMENTO HOMOSSEXUAL DE MINAS
(MHM)
ALEM – CLUBE RAINBOW – ASSTRAY – GURI – MGM**

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO DE MINAS

Nós, homossexuais de Minas, membros das sociedades não governamentais ALEM (Associação Lésbica de Minas), CLUBE RAINBOW DE SERVIÇOS, ASSTRAY (Associação dos Travestis), GURI (Grupo de Emancipação Homossexual) e MGM (Movimento Gay de Minas), Manifestamos publicamente a nossa indignação pelo veto integral do Prefeito Célio de Castro à Lei Municipal 1.672/2000, que impõe penalidade à discriminação por orientação sexual no município de Belo Horizonte.

A alegação de inconstitucionalidade de um projeto aprovado conscientemente, por unanimidade, pelos vereadores da Câmara Municipal não procede. Pareceres de várias autoridades jurídicas do país concordam que esse tipo de Lei é constitucional. Uma vez que é visto como questão tributária e não penal, é perfeitamente cabível, como assim o entendem mais de 80 municípios brasileiros e 5 (cinco) estados. Com uma atitude dessas o Prefeito desmoraliza aquela casa, desconsiderando a opinião dos vereadores e impondo à sua, àqueles que também foram votados e representam a população belorizontina.

Os homossexuais mineiros foram traídos. Os compromissos assumidos conosco pelo então candidato Célio de Castro, durante a campanha eleitoral de 2000, numa tentativa de amenizar os efeitos de sua declarações públicas desastrosas, durante debate na TV, não estão sendo cumpridos.

Os homossexuais de Belo Horizonte ajudaram a eleger o Prefeito Célio de Castro contando como certo o seu respeito às diferenças, seu caráter e seu apoio às ações de defesa e inclusão social dos homossexuais, apalavradas conosco. O veto à Lei 1.672, apresentado pelo Vereador Leonardo Mattos (PV) e aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de BH, demonstra o quanto estes compromissos foram falsos e firmados puramente com objetivos eleitoreiros.

Diante disso, as organizações homossexuais mineiras manifestam e tornam públicas sua indignação com o governo municipal de nossa capital e alerta aos demais segmentos sobre o perigo que estamos correndo tendo este senhor sem palavra ocupando a principal cadeira de Belo Horizonte.

Sendo assim não aceitamos o veto pro ser uma atitude altamente homofóbica parceira da cumplicidade que faz dezenas de vítimas diariamente em nosso município e no mundo.

Assinam o presente manifesto todos os movimentos homossexuais e aqueles que acreditam na justiça da luta pelo respeito às diferenças.

BELO HORIZONTE, 29 DE JANEIRO DE 2001

**ALEM – ASSOCIAÇÃO LÉSBICA DE MINAS
Pres. Soraya Menezes**

**CLUBE RAINBOW DE SERVIÇOS
Pres. Danilo R. Oliveira**

**GURI – GRUPO DE EMANCIPAÇÃO HOMOSSEXUAL
Pres. Itamar Santos**

**MGM – MOVIMENTO GAY DE MINAS
Pres. Oswaldo Braga**



Grupo Guri

Conscientização e Emancipação Homossexual/MG
Caixa Postal 1507- Cep. 30123-370 - Belo Horizonte – MG
e-mail: gurigav@starmédia.com fone: (0xx31) 335-2168
Reuniões: Terça-feira às 19 horas
RUA TAMOIOS, 611 – 2º ANDAR -CENTRO - BH

**“O amor que é importante:
O sexo, um acidente.
Pode ser igual
Pode ser diferente.”**

(Fernando Pessoa, poeta bissexual)

Belo Horizonte, 16 de Maio de 2000

Prezado (a) Senhor (a),

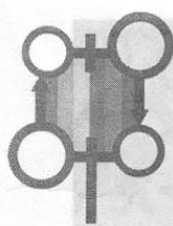
O MHB - Movimento Homossexual Brasileiro, representado em BH pelo Grupo Guri- Conscientização e Emancipação Homossexual, pelo Grupo ALEM- Associação Lésbica de Minas Gerais e ASSTRAV- Associação dos Travestis, realizará no dia 25 de Junho (domingo) a *Marcha BH 2000*, na Praça Sete, às 15 horas. Informamos também que o trajeto será o seguinte: Afonso Pena, rua da Bahia, Augusto de Lima, Espírito Santo, Afonso Pena/Praça Sete.

Contamos com a colaboração da imprensa na divulgação do evento e convidamos a participar conosco desse dia que representa uma data não só comemorativa mas de conscientização para que a discriminação e o preconceito possa ser combatido com muita luta, quando se lembra que no dia 28 de Junho de 1969, em Nova Iorque, gays, lésbicas e travestis reagiram à ação covarde da polícia.

Sem mais para o momento, contamos com sua presença.

Atenciosamente,

Comando da Marcha BH 2000



**7ª Parada do Orgulho
Homossexual de Belô**
Deixando o preconceito para trás

CELLOS diz não a opressão

Os homossexuais sentem diariamente na pele os efeitos da opressão. Na família, na escola e nos locais públicos, somos impedidos de manifestar a nossa afetividade.

CELLOS diz não ao preconceito

A falta de tolerância tem gerado vários tipos de violência. O Preconceito tem alimentado os racistas, os sexistas e os homofóbicos.

CELLOS diz não a homofobia

O Brasil tem um título vergonhoso. É campeão de violência e violação dos direitos aos homossexuais. Vários gays, lésbicas e travestis são agredidos pelos homofóbicos de plantão, principalmente a polícia. Cerca de 100 homossexuais são assassinados anualmente e raramente os culpados são punidos.

CELLOS diz não a exploração

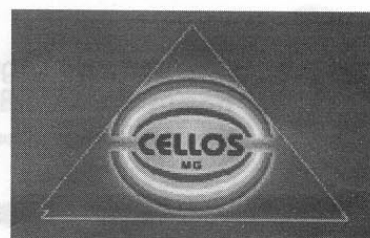
O trabalhador brasileiro tem sofrido inúmeros ataques por parte do atual governo e dos patrões e empresários. Os homossexuais têm sido duplamente prejudicados no mercado de trabalho, pois são vítimas de assédio moral e discriminação diariamente no local de trabalho. É preciso mais do que eficiência para conseguir o seu espaço.

CELLOS diz não ao desemprego

Atualmente, vários gays estão aumentando as estatísticas dos desempregados. As respostas para milhões de gays, lésbicas e transgêneros e sempre Não!. Muitos não são selecionados, pois não tem o “perfil” para ocupar a vaga. Ou seja, são homossexuais. É urgente uma política de inclusão social para nós homossexuais e geração de empregos para todos.

CELLOS diz não a ALCA

Caso a ALCA- Área de Livre Comércio das Américas, seja implantada, o Brasil se tornará uma colônia do imperialismo. O trabalhador perderá todos os seus direitos e viverá em péssimas condições. Nós homossexuais seremos alvo preferencial desta exclusão. A condição de gay será levada, como nunca, em consideração na seleção do emprego. Perderemos a possibilidade de educação e saúde pública e de qualidade.



**A Minha alma está armada
E apontada para a cara
Do sossego**

Paz sem voz

Não é paz

É medo

(O Rappa)

Estamos na maior Parada do Orgulho Gay da história de Minas. Nós do CELLOS- Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual, acreditamos que esta parada é um exemplo para o Brasil. É o momento de orgulho pelas nossas vitórias, de visibilidade. Somos muitos e temos direitos! A Parada de Orgulho Homossexual de Belô surgiu a partir da necessidade dos militantes do movimento Homossexual local ocuparem as ruas de BH e fortalecerem a luta contra a homofobia. Não é carnaval e nem somente festa. É um momento de conscientização, de mobilização e de politização. Este, sim, é o verdadeiro objetivo da Parada e não deixaremos que ela tome outro rumo.

O CELLOS se coloca a serviço da discussão de temas relevantes com todos os homossexuais e lutar contra qualquer tipo de injustiça. Entre em contato com a gente, visite o CELLOS.

Temos uma proposta diferente de movimento gay!

Seja CELLOS você também!

CELLOS – Rua Paraíba, 29 - 6º andar. Santa Efigênia. (31) 32776954. Venha nos conhecer... Reuniões aos sábados, 15h.

cellosmg@bol.com.br



O Movimento de Diversidade Sexual
dentro
do
Movimento Estudantil
Belo horizonte
31/10 a 4/11 de 2003

ENUDS

1^o Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual

inscrições pelo site <http://geocities.yahoo.com.br/enuds>
ouvintes: de 5 a 25 de outubro
comunicadores: de 5 a 20 de outubro
enuds@yahoo.com.br

ORGANIZAÇÃO: Grupo Cellos PUC/MG Grupo Prisma USP/SP Diversidade Unicamp/SP G[e]n[é]r[i]c[o] Unesp/SP Diversex UFU/MG

Festa de Arromba da
Marcha

*Show com Carlinhos Brasil, Rocio Pilar,
Walkíria La Roche, Wandera Dyon,
Pandora, Nayla Brizardy, e convidados,
Dance music, exposição,
e agitação geral para a grande
marcha do dia 28 de junho*

Quando?

18 de Junho às 21 horas

Onde?

Rainbow Club

*Rua Goitacazes, 1361 - Barro Preto - BH/MG
(031) 292-8240*

Convite 5,00

